

O Comércio da Instrução no Século XIX:

Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções
Públicas.

Aline de Morais Limeira



Universidade do Estado do Rio Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

**O Comércio da Instrução no Século XIX:
Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções
Públicas**

Aline de Moraes Limeira

Rio de Janeiro
Março de 2010

Universidade do Estado do Rio Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

**O Comércio da Instrução no Século XIX:
Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções
Públicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre em educação.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Alessandra Schueler

Rio de Janeiro
Março de 2010

BANCA EXAMINADORA

Titulares

Professora Doutora Alessandra Schueler
PROPED-UERJ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro

Professor Doutor José Gonçalves Gondra
PROPED-UERJ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro

Professor Doutor Luciano Mendes de Faria Filho
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Suplentes

Professora Doutora Ana Maria B. de Mello Magaldi
PROPED-UERJ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro

Professora Doutora Magali Engel
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

Dedicado à memória de:

Antônia Moraes, incansável afeto.

Edmilson Limeira, hombridade e trabalho.

AGRADECIMENTOS

“Eita mundo véi bão esse, a gente num morrêno”
(Fala de um nordestino)

Quando da entrevista de seleção para ingresso no curso de mestrado, em novembro de 2007, observei que os percursos do universo acadêmico não significavam para mim apenas o desenvolvimento de uma trajetória profissional, mas uma experiência de vida, uma forma de estar da vida, de se posicionar no mundo, de se relacionar com as pessoas. E esta é, sem dúvida, uma das melhores partes do percurso: as pessoas!

Não por acaso, a seção “Agradecimentos” antecede a apresentação ao público do próprio trabalho em questão: sem o concurso de familiares, amigos e professores, a tarefa seria penosa e triste. Neste caso, ao colecionador de alegrias que sou, resta-me registrar nomes, dimensionando a intensidade de minha gratidão.

À **Alessandra Schueler**, por irretocável, sensível e competente postura de orientação, por destacar acertos, valorizar possibilidades e esperar mais dos resultados sempre com muito carinho, agradeço imensuravelmente.

Aos queridos amigos do NEPHE (novos, antigos, saídos, retornados), cuja recepção em novembro de 2003 rende-nos ainda intensos risos, sou grata. Minha formação está amarrada às experiências deste grupo de pesquisa, às partilhas, trabalhos, descobertas, leituras, festas. Incorreria em grave erro deixar de mencionar a importância destas pessoas, e o apreço que por elas nutro: **Cida, José Claudio (Zé), Giselle, Ariadne, Hermes, Angélica, Inára, Beatriz, Írma, Dimas, Daniel, Madson, Ângela, Zélia, Marina, Jordânia, Ilzani, Aline, Kelly**.

Ao responsável por meu ingresso e permanência neste núcleo de amizades e pesquisas é a quem devo um caloroso agradecimento: **José Gondra**, pessoa de admirável competência e ternura. Aos demais professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, em especial à professora **Ana Magaldi** e ao professor **Walter Kohan**, com quem muito aprendi, deixo registrado meu sincero e carinhoso agradecimento.

À minha família, com quem partilho o “direito de estar no mundo, ter dois pés, mãos, uma cara, a fome de tudo, a esperança”, como descreve poeticamente Ferreira Gullar, devo mais que minha gratidão. Com os de longe (Nordeste) e de perto (Sudeste), tenho somado débitos de torcida, apoio, afeto. Em especial: **Vovó Lourdes**, primo **Layrton**, Tia **Cida**, Tio **Lourinaldo**, **Lena**, Tio **Ariston**, Tio **Nilson**, Tia **Leuza**, **Flávia** (já é da família!). Àqueles de muitíssimo perto, os débitos somam-se a juros. Meus irmãos, minhas seis mãos extras, meus parceiros: **Suzana**, **Vágner**, **Júnior**. Mas, o que dizer de débitos impagáveis? Penso não haver “melhor resposta que o espetáculo da vida” (João Cabral de Melo Neto). A Você, **Mãe**, fonte de doação, ternura e humanidade, o sentido que atribuo à minha vida e o que dela eu fiz.

Quando ainda criança, deixava pirulitos para depois das balas, bifes para depois do arroz com feijão. Finalmente, no limite das palavras e daquilo que podem traduzir, devoto meu agradecer, meu amor e minha amizade àquele que acrescenta predicados à minha vida: **Marcos Pasche**. Por mais do que isso, agradeço por contribuir com o resultado direto deste trabalho, pelas partilhas, incentivo, companheirismo.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ANEXOS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
APRESENTAÇÃO	12
I – IMPRESSOS: VEÍCULOS DA PUBLICIDADE	23
1.1 <i>Mise en livre: a materialidade dos impressos</i>	42
1.1.1 <i>Journal du Commerce: folha comercial</i>	44
1.1.2 <i>Almanaque Laemmert: como “uma bússola na vastidão dos mares”</i>	54
II – PROPAGANDAS: ALMA, CABEÇA, TRONCO E MEMBRO DOS NEGÓCIOS	73
2.1 Cenários da Educação Particular	82
2.2 A Educação Anunciada	108
2.2.1 Espaços físicos.....	109
2.2.2 Operários do saber.....	131
2.2.3 Planos de Estudos.....	144
2.2.4 Custos da instrução particular.....	152
2.2.5 Pensionistas, meio-pensionistas e externos.....	162
III – PÚBLICO E PARTICULAR: IMBRICAÇÕES	172
3.1 Alianças: Instrução como projeto comum	185
3.1.1 Subvenções: “medidas paliativas”, “edificantes exemplos”?.....	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
BIBLIOGRAFIA E FONTES	273

ÍNDICE DE ANEXOS

A – Catálogo Livraria Universal (<i>Almanak Laemmert</i> , 1864).....	247
B – Folhinha Literária Laemmert (<i>Almanak Laemmert</i> , 1889).....	248
C – Comunicado de falecimento de Eduardo Laemmert (<i>Almanak Laemmert</i> , 1880).....	249
D – Prefácio da primeira edição do <i>Almanak Laemmert</i> (1844).....	250
E – Fragmento da lista de assinantes (<i>Almanak Laemmert</i> , 1859).....	252
F – Índice geral resumido (<i>Almanak Laemmert</i> , 1875).....	253
G – Agências que vendiam o <i>Almanak Laemmert</i> em 1874.....	254
H – Guia do <i>Almanak Laemmert</i> , 1870.....	255
I – Observação <i>Almanak Laemmert</i> , 1874.....	256
J – Páginas iniciais do Índice do <i>Almanak Laemmert</i> , 1871.....	257
L – Lojas de cera (<i>Almanak Laemmert</i> , 1871).....	258
M – Casas de consignação, empréstimo e penhora (<i>Almanak Laemmert</i> , 1871).....	259
N – Comércio de “quinquilharias” diversas (<i>Almanak Laemmert</i> , 1871).....	260
O – Calendário, burocracia do Império, atividades do comércio (<i>Almanak Laemmert</i> , 1850).....	261
P – <i>Relatório dos Ministros do Império</i> , 1873.....	266
Q – <i>Relatório dos Ministros do Império</i> , 1873.....	267
R – <i>Relatórios dos Ministros do Império</i> , 1873.....	268
S – <i>Relatório dos Ministros do Império</i> , 1871.....	273

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto precípua investigar aspectos da malha privada de escolarização do século XIX, por reconhecer a grande diversidade e quantidade das experiências que existiram naquele tempo, e a escassez de estudos que tratam do tema no campo da História da Educação. Para tanto, foi realizado um trabalho de articulação de diferentes fontes, como ofícios, leis que regulamentaram a instrução primária e secundária do Município da Corte e abaixo-assinados, localizados na pasta *Instrução Pública* do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e nos *Relatórios dos Ministros do Império*. Da mesma forma, foram analisados os anúncios que circulavam entre anos de 1860 e 1875 no *Jornal do Commercio* e no *Almanak Laemmert*, uma tarefa que demandou refletir acerca da história da imprensa para compreender melhor o impacto e a recepção daqueles materiais e sua publicidade na sociedade Oitocentista.

Das propagandas que faziam circular aqueles impressos, procurou-se perceber a forma como estavam representados aspectos do funcionamento dos colégios particulares, indícios acerca dos profissionais daquele comércio (magistério particular), dos planos de estudos, das questões relativas ao custo da instrução, bem como dos interesses expressos em torno dos espaços físicos e da oferta de saberes. No limite do que as fontes permitiram ver, foram também analisados alguns vestígios referentes aos sujeitos que frequentaram aqueles estabelecimentos.

Estando inserido na historiografia da educação, e apoiado numa revisão bibliográfica acerca do tema, o estudo detectou como um problema a relação que se estabelecia, naquele tempo, entre as instâncias do poder público e particular. Assim, reconhecendo que, no Brasil, a separação formal entre público e particular precisava e exigia ser problematizada, tencionou-se compreender melhor o arranjo daquelas forças. Para trabalhar a hipótese de imbricação entre um e outro domínio nos assuntos educacionais, foram investigados os processos de subvenção concedidos pelo Estado Imperial aqueles colégios, os procedimentos impetrados, as autoridades envolvidas, as justificativas que garantiam, ou não, sua aprovação, os valores demandados para os pagamentos e as pessoas que os reivindicavam. Com efeito, a reflexão permite pensar o sistema de regras do qual a subvenção fazia parte e os laços entre público e particular daí resultantes.

ABSTRACT

This research had as their main object investigate aspects of the mesh of private schooling in the nineteenth century, recognizing the great diversity and quantity of experience that existed at the time, and the scarcity of studies addressing this issue in the field of History of Education. To this end, work has been done for the articulation of different sources such as letters, laws that regulated the primary and secondary education in the city of the Court and the undersigned, located in the Public Instruction of the General Archive of Rio de Janeiro, and Reports of the Ministers of the Empire. Similarly, we analyzed the ads that ran between 1860 and 1875 at the *Jornal do Commercio* and *Almanak Laemmert*, a task that took reflect on the history of the press to better understand the impact and reception of those materials and their advertising in nineteenth-century society .

Of advertisements that circulated those printed, we tried to understand how they were represented aspects of the functioning of private schools, about the evidence that trade professionals (particularly teaching), study plans, issues related to the cost of education and interests expressed around the physical spaces and the provision of knowledge. In the limit of what the sources allowed to see, were also reviewed some traces referring to those who attended those institutions.

Is inserted in the historiography of education, and supported on a bibliographic review on the subject, the study found a problem as the relationship that was established at that time between the departments of public and private. Thus, recognizing that, in Brazil, the formal separation between public and private needed and required to be problematic, the plans to better understand the arrangement of those forces. To work the possibility of overlap between one area and another in educational issues, we investigated the process of subsidy granted by the Imperial those schools, the procedures filed, the authorities concerned, the reasons that guaranteed or not its adoption, the amounts sought for payments and the people who claimed. Indeed, the reflection to think the system of rules which the grant was part of and linkages between public and private benefits thereof.

APRESENTAÇÃO

Cabe ao olhar escolher como ver¹

Esta investigação se organiza para criar condições de larguear a percepção que hoje se tem acerca da presença e dos efeitos da instituição escolar no espaço da Corte Imperial, no século XIX. Um tempo em que a formação do povo adquiriu visibilidade, e muitos foram os debates e ações em prol do projeto de escolarização, que aconteceram nos diversos espaços da sociedade. De uma maneira geral, a adesão à forma escolar moderna foi feita por forças distintas. Atuando na formalidade ou informalidade, muitos se empenharam na empreitada, tornando-se os principais responsáveis pela emergência dos equipamentos escolares e por uma vasta série de iniciativas de caráter educativo. As ações que promoveram se encontravam articuladas, embora nem sempre na mesma direção, com a mesma intensidade e valendo-se dos mesmos recursos.

Estas forças eram pública e privada: Estado Imperial (escolas, cursos noturnos), manifestações religiosas (católicas, protestantes, espíritas, indígenas, orientais do mundo árabe, afro-brasileiras), Sociedade Civil (agregações, grupos, associações, sociedades, colégios particulares, clubes), e, ao lado de tantos movimentos em favor da promoção do ensino, da afirmação e expansão da escola, a malha privada se destacou por sua atuação. Nestes termos é que o objeto desta investigação foi sendo delineado. As ações dos particulares no ensino primário, com seus colégios, planos de estudos, profissionais, alunos e alunas, localização e custos, se tornaram o interesse principal do investimento. O objetivo é compreender melhor a organização, o funcionamento e as relações que as iniciativas particulares estabeleceram com o poder público.

Inscrita no campo das pesquisas em História da Educação no século XIX e procurando vestígios e sinais daquelas experiências educativas, a investigação proposta foi construída ao longo de muitos anos, bem mais do que estes dois anos vividos no curso do Mestrado. A trajetória desta pesquisa encetou-se ainda na Graduação em Pedagogia (iniciada em 2002), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a partir dos

¹ NUNES e CARVALHO (2005).

vínculos estabelecidos com o NEPHE – Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (em 2003) – e com a Bolsa de Monitoria (orientada pelo Prof. Dr. José Gondra), concedida por dois anos consecutivos (de 2004 a 2006). Ao mesmo tempo, foi significativa à trajetória em questão a concessão (por concurso) da Bolsa para Pesquisador do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, da Fundação Biblioteca Nacional (de 2007 a 2008).²

Nestes trabalhos anteriores, (artigos para congressos, monografia de conclusão do curso de Pedagogia³, projeto apresentado à FBN), foram reunidos alguns dados acerca do aparelho privado de escolarização oitocentista. Dados que evidenciam as inúmeras formas de atuação, a diversidade de práticas, as numerosas instituições espalhadas nas cidades e províncias do país, os profissionais envolvidos naquele comércio educativo, as relações estabelecidas com o Estado Imperial (processos de subvenção, pedidos de licença de funcionamento), alguns aspectos do cotidiano, funcionamento e organização daqueles estabelecimentos etc.

Como já observara o historiador Michel De Certeau, a escrita da história sempre começa com gestos de separação, reunião e transformação em documentos, de certos objetos do passado (CERTEAU, 2007). Não há bons trabalhos sem respeitar a empiria. E, neste exercício, é dificultoso recolher fontes. Tendo-as, é preciso reconhecê-las lacunares, parcelares, residuais. Nas palavras de Clarice Nunes e Marta Carvalho, “cabe ao olhar escolher como ver” (NUNES e CARVALHO, 2005).

Com efeito, para se tornar exequível o empreendimento, ou a operação historiográfica, antes de tudo foi mister montar estratégias metodológicas que viabilizassem a aproximação com o objeto proposto: a localização e a correlação de **fontes**. Reunir os vestígios, os sinais e os indícios daquelas iniciativas, vendo o que seria possível saber acerca deste objeto, notar o que ele daria a ver de si, e de que forma. Ao mesmo tempo, articular e cruzar dados, haja vista que não existem documentos para cada situação específica, cada problema do passado (BLOCH, 2001).

Neste caso, foram localizados inúmeros documentos dispersos no acervo do **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)**. São manuscritos da Série

² Projeto de pesquisa aprovado para financiamento e vínculo “Bolsista Pesquisador Iniciação Científica”, a partir de processo seletivo em 2006/2007 com duração de um ano, vinculado a Coordenadoria Geral de Pesquisa, intitulado “Educação e publicidade do *Almanak Laemmert* (1844/1859)”.

³ *O Comércio da Instrução: um exame das propagandas no Almanak Laemmert (1844/ 1859)*. Monografia de Graduação (115 fls). Rio de Janeiro: Faculdade de Educação – UERJ, 2007.

Instrução Pública: mapas de alunos, ofícios, abaixo-assinados, notificações, reclamações, reivindicações, licenças de funcionamento e abertura, relações de colégios e profissionais do ensino particular, processos de subvenção. Da mesma forma, também foram lidos e analisados os registros relativos à administração da Instrução Pública, a partir dos *Relatórios dos Ministros do Império*. Suas edições anuais foram digitalizadas pela Universidade de Chicago, e encontram-se disponíveis à consulta pela internet no sítio da instituição (www.crl.edu), e também estão localizadas, em versão impressa, no **Arquivo Nacional** (AN).

Somados a estes, também foram analisadas as páginas de impressos do século XIX, que apresentaram vestígios ainda não capturados em outras fontes. Trata-se do *Almanak Laemmert* e do *Jornal do Commercio*, com seus riquíssimos registros publicitários.

O anuário, propriedade dos irmãos franceses Henrique e Eduardo, foi publicado a partir de 1844, com capa dura e contando mais de mil páginas cada exemplar, e suas edições se estenderam até o início do Dezenove. Esta obra, a partir dos anúncios que fazia circular, divulgava serviços profissionais (liberais e públicos) dos mais diversos ramos de atividade, periódicos publicados na Corte, instituições religiosas, sociedades de leitura, comércio, livrarias e tipografias, academias científicas, escolas, aulas avulsas e colégios (públicos, privados, militares, religiosos), hospitais, asilos, associações.

O jornal carioca, localizado na Biblioteca Nacional em suas edições diárias, desde o final da década de 1820, ficou consagrado como a mais antiga folha de circulação ininterrupta da América Latina. Nele, eram divulgadas notícias comerciais, preços, movimentos de importação e exportação, manchetes do país e do exterior, informações políticas e anúncios, muitos anúncios. Com cerca de quatro ou seis páginas, dedicava mais que a metade destas para as variadíssimas propagandas, como as de professores ofertando seus serviços aos particulares, lojas e boticas, consultórios médicos e recompensas de resgate de escravos fugidos. Como suas edições eram significativamente mais numerosas (por serem diárias e não anuais), seu uso ficou condicionado à estratégia metodológica da amostragem. Foram analisados os anúncios de um ano inteiro, referentes às edições selecionadas por quinquênios, a saber: 1860, 1865, 1870, 1875.

Concomitantemente à reunião das fontes foi imprescindível refletir a respeito do que já havia sido pesquisado a respeito daquelas iniciativas de escolarização dos particulares,

das propagandas que faziam circular seu comércio, das relações que estabeleceram com o Estado Imperial e que permitiriam problematizar as noções de público e privado em relação àquela época. O trabalho foi de levantamento e análise da produção bibliográfica acerca destes temas. Neste caso, um balanço inicial permitiu observar que há significativa escassez de pesquisas que privilegiem este objeto. Em alguns casos, os temas apenas se aproximavam, ou faziam referências às problemáticas que o envolvem. Percebeu-se, da mesma forma, que o período de maior investimento dos historiadores da educação para tratar do tema da educação particular concentra-se no século XX.

O mapeamento foi realizado a partir de artigos publicados em anais de congressos ou periódicos da área, e do banco de teses e dissertações de algumas universidades fluminenses. Foram levantadas as produções da *Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)*⁴, uma entidade criada em 1999 com o objetivo de congregar profissionais brasileiros cujas atividades de pesquisa estivessem relacionadas à área de história da educação. Os artigos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), promovido por esta instituição a cada dois anos, foram apanhados a partir de sua primeira edição (ano de 2000), bem como os artigos publicados por seu periódico, a *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)*.

A busca resultou em algumas contribuições, dadas a ver a partir da segunda edição deste evento. No primeiro, nenhum artigo investia no tema desta pesquisa. Em 2002, foi localizado o artigo *Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964)*, de autoria da pesquisadora doutora da Universidade de São Paulo (USP), Paula Perin Vicentini. Pelo próprio título é possível identificar que, neste estudo, Vicentini realiza uma análise comparativa entre a iniciativa pública e particular no século XX, procurando compreender o “processo de organização profissional do magistério Secundário, tendo como referência os casos de São Paulo e do Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal) transformado em 1960 no Estado da Guanabara”.

⁴ A Sociedade Brasileira de História da Educação é uma entidade sem fins lucrativos que foi criada em 28 de setembro de 1999, durante a 22ª Reunião Anual da ANPED. Tem como objetivo “congregar profissionais brasileiros que realizam atividades de pesquisa e/ou docência em História da Educação e estimular estudos interdisciplinares, promovendo intercâmbios com congêneres nacionais e internacionais e especialistas de áreas afins”. Cf. site www.sbhe.org.br

Quanto aos estudos da 3ª edição do CBHE, foram observados alguns como *Processo de institucionalização da instrução elementar e a regulamentação das aulas/escolas particulares em Minas Gerais, no século XIX*, de Flávia Contijo de Sousa, pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nele, ela realiza uma investigação acerca dos procedimentos jurídicos de regulamentação da iniciativa particular no ensino elementar entre os anos de 1822 e 1889, abordando, também, algumas tensões entre esta e a instância pública. Outro estudo, cuja autoria pertence ao doutorando Paulo Edyr Bueno de Camargo, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), teve o objetivo de analisar o “intrincado campo educacional paulista nos anos de 1920 e 1930” a partir da trajetória de um intelectual que fora diretor de um colégio particular (*Instituto Dona Anna Rosa* – criado em 1874). Como expresso no título deste trabalho, *A influencia da iniciativa particular na organização oficial do ensino escolar paulista no período da primeira República: uma análise do estatuto e regimento interno do Instituto Dona Anna Rosa (1875)*, a tarefa era investigar a trajetória deste intelectual, João Augusto de Toledo, as funções que exerceu nos âmbitos público e privado, no campo da educação (professor particular e Diretor da Instrução Pública). Por isso, pretendendo devolver à História seus sujeitos, demonstra de que maneira as ações destas distintas iniciativas sofriam influências em determinado momento. Já o artigo do pesquisador Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulado *A instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte (1840 a 1860)*, investiu sua análise no processo de organização da Instrução Pública e do papel controlador do poder provincial paraibano nas décadas de 40, 50 e 60 dos oitocentos.

Em novembro de 2006 foram encontrados dois trabalhos, cujas reflexões estão voltadas para capturar informações acerca das práticas privadas de escolarização no Brasil. Um deles pertence à Anaete Regina Schelbauer, da Universidade Estadual do Maranhão (UEM): *Manifestações das ações de particulares e de professores de primeiras letras em prol da escolarização em São Paulo no final do século XIX*. Nesta pesquisa é possível observar uma análise que procura compreender a “ação de particulares” – professores, intelectuais, proprietários de estabelecimentos privados de ensino, comerciantes – em prol da escolarização em São Paulo, inscrevendo-se, desta forma, “no âmbito das pesquisas que primam por investigar a difusão da escolarização elementar e as suas manifestações locais

em consonância com o movimento de propagação da escola primária que ocorre em vários países”. O segundo trabalho, de minha autoria, procura lançar alguns apontamentos acerca das informações reunidas para esta investigação, naquele momento em fase inicial, a partir do uso do *Almanak Laemmert*, como fonte. Neste sentido, o envio deste artigo para publicação pelo CBHE pretendeu fazer circular alguns dados iniciais a respeito das distintas práticas educativas da Corte e Província do Rio de Janeiro que já havia conseguido reunir. O referido texto intitula-se: *Práticas educativas e publicidade: a iniciativa privada no Almanak Laemmert (1844/1859)*.

No último encontro realizado em Aracaju (ocorrido em 2008), oito artigos que foram aceitos para apresentação no evento, tratam de temas relacionados à educação particular. Escrito por Christiane G. G. da Silva, o texto *O Colégio Americano de Taubaté e o debate na imprensa*, compreende os anos finais do século XIX, 1890 a 1894, para analisar os discursos acerca daquele estabelecimento, em impressos que circularam na cidade paulista. O outro trabalho que também opera com o recorte cronológico dos Oitocentos, embora recuando à primeira metade, é *Regulando o ensino privado: a Reforma Couto Ferraz (1854)*, cuja autoria é minha e da professora Alessandra Schueler. Neste trabalho, a reflexão se dá a partir dos dispositivos daquela legislação que procuravam regular o funcionamento e a organização da malha particular do ensino na Corte Imperial. *Representações de ex-alunas do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves acerca das práticas disciplinares cotidianas* (de Tatiana M. Santos, Francymara A. N. Assis e Maria Lucia S. Nunes), *A história do Colégio Marista de Fortaleza* (de Juscelino C. Sales, Alisson C. Ferreira e Antonio S. B. Sombra), *Entre a prescrição e a prática: o Colégio Marconi em Belo Horizonte* (de Hércules P. dos Santos), *Memórias do ensino de ciências no Colégio Progresso Campineiro* (de Pedro da C. Pinto Neto e Helena I. Silva), *O Colégio Jackson de Figueiredo e a transmissão da cultura escolar* (Carmem R. de C. Pimentel), *O Colégio Israelita Moysés Chvarts: tradição e construção da identidade judaica recifense* (de Yolanda Maria de Oliveira) e, por fim, *O Colégio Jackson de Figueiredo: trajetória e o cotidiano escolar* (de Miguel André Berger), são os seis artigos restantes. Pontuais na análise, investigam aspectos da história de determinados estabelecimentos da educação particular.

Entre edições da Revista Brasileira de História da Educação, foram encontrados alguns artigos caros ao tema desta pesquisa, que integram o Dossiê *O público e o privado na educação brasileira* (Nº 5 de 2003 - Janeiro/Julho). A sua apresentação, de pouco mais de três páginas, coube à historiadora Libânia Nacif Xavier. O primeiro artigo deste dossiê, *A construção da escola pública no Rio de Janeiro Imperial*, escrito por Tereza Fachada Levy Cardoso, tem como referência de análise exclusivamente o poder público. De autoria da historiadora Ana Maria B. de Mello Magaldi, *A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930* ancora-se na análise do privado sob a perspectiva de espaço doméstico, familiar, e de suas relações com o espaço público (formal e institucionalizado) de ensino aprendizagem. Ou seja, da relação escola (representando o poder público) e família (representando a esfera privada).

Os demais artigos são: *Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira*, por Libânia Nacif Xavier, em que é realizada uma “interpretação acerca dos limites, da interação, dos conflitos” estabelecidos entre o público e o privado ao longo do processo de institucionalização da educação no Brasil, *O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980*, por Alice Maria Catalano de Bonamino, que aborda a relação entre estas duas instâncias a partir das políticas contemporâneas de educação básica, tomando como referências a reforma do Estado brasileiro e os processos de descentralização e centralização da política educacional das décadas de 80 e 90 do século XX. São artigos que privilegiam o século XX para análise, e em alguns, a perspectiva empregada ao termo *privado* refere-se ao âmbito familiar, doméstico, íntimo.

Também foram averiguadas as produções no âmbito da *Associação Sul rio-grandense de Pesquisadores de História da Educação (ASPHE)*⁵, reunidos na *Revista de História da Educação*. A partir do levantamento realizado, destaca-se o *Falando em Atores*, de Marcos Corbellini (UNILASALLE). Neste artigo, ele realiza uma pesquisa acerca de

⁵ De acordo com o *site* da Asphe, a Associação Sul rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação foi criada em 1996, sendo a primeira associação de pesquisadores em História da Educação a constituir-se no Brasil. Ela congrega pesquisadores em história da educação de diversas instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul, tendo como principais atividades a “promoção de encontros anuais que visam, sobretudo, debater e qualificar teórica e metodologicamente os resultados das pesquisas em andamento, e a publicação da Revista História da Educação”.

uma iniciativa particular de educação, para filhos de artesãos e pobres, empreendida na França, a partir do século XVII, pela Sociedade das Escolas Cristãs, tendo João Batista de La Salle como fundador da obra.

Na busca pelos estudos desenvolvidos no Grupo de Trabalho de História da Educação da *Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)*⁶, foi encontrado o texto recente (32º Reunião Anual da ANPED, Outubro de 2009) da pesquisadora da Universidade Federal de Pelotas, Helena Neves. Em *Propagandas das instituições de ensino de Pelótas. Visibilidade ao espaço escolar* ela “se propôs a investigar aspectos da História da Educação utilizando, como fonte privilegiada, o uso de propagandas de instituições de ensino divulgadas nos jornais locais de Pelotas”⁷.

Outros espaços de produções no campo da História e Historiografia da Educação também trazem contribuições relevantes à investigação. Por exemplo, nos Anais do IV Congresso Luso Brasileiro de História da Educação também foram encontrados alguns estudos como *Sucesso ou fracasso: A trajetória literária da família da professora Policena Tertuliana de Oliveira Machado (1803-1881)*, de Christianni Cardoso Morais, da Universidade Federal de São João Del-Rei, que analisa a trajetória de uma professora particular e *As “Peculiaridades” da instrução pública e particular na província do Norte (1860 a 1889)*, de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Em *Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX*, Wenceslau Gonçalves Neto e Justino Magalhães classificam como “elementos complementares” as políticas empreendidas pelo Estado que objetivavam fomentar a ação da iniciativa privada, no processo de formação do sistema instrucional Português. A pesquisadora citada anteriormente, Helena Neves, em co-autoria com Giana Lange do Amaral, escreve

⁶ A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976. Em 1979, a Associação consolidou-se como sociedade civil e independente, admitindo sócios institucionais (os Programas de Pós-Graduação em Educação) e sócios individuais (professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em educação). A finalidade da Associação é a busca do desenvolvimento e da consolidação do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área da Educação no Brasil. As atividades da ANPEd estruturam-se em dois campos. Os Programas de Pós-Graduação em Educação, *stricto sensu*, são representados no Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação — EDUFORUM. Os Grupos de Trabalho — GTs — congregam pesquisadores interessados em áreas de conhecimento especializado da educação. Para serem constituídos, os GTs precisam ter funcionado durante 2 anos no formato de Grupos de Estudo, com aprovação prévia da Assembléia Geral. Cf. <http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>

⁷ A saber: *Jornal do Comércio, Correio Mercantil, A Discussão, A Nação, A Tribuna Federal, Nacional, Onze de Junho, Opinião Pública, Rio-Grandense, O Nacional, Diário de Pelotas, Diário Comercial, Diário Popular e a Gazeta da Manhã.*

Professores: a alma do negócio? História da Educação Pelotense por meio dos anúncios publicitários (1875-1910). No texto, elas analisam anúncios da educação particular na cidade de Pelotas (RS), e destacam daqueles registros aspectos relacionados aos professores.

Em medida distinta, foi necessário vasculhar os estudos acadêmicos (dissertações e teses) já realizados, percorrendo os programas de pós-graduação de algumas universidades do Rio de Janeiro, em busca das pesquisas inseridas no campo da História e da Educação que contribuiriam de alguma forma com o estudo em questão, a saber: **UFF, UERJ, UFRJ, PUC-RJ**. Todavia, como já salientado anteriormente, há grande escassez de estudos que privilegiem o tema da educação particular, principalmente em se tratando do século XIX. Mas a leitura de alguns trabalhos contribuiu significativamente com o desenvolvimento da pesquisa e das problemáticas que a circundam, como impressos, anúncios, educação particular, subvenção, público e privado.⁸

Um dos resultados do inventário destes dados e produções, que se somaram ao levantamento das fontes selecionadas, foi a definição de um **recorte cronológico** de investigação e interesse. Em relação à operação com as fontes, foi preciso considerar que a disponibilidade de documentos no AGCRJ, em relação aos processos de subvenção, estava concentrada de forma mais significativa a partir de 1860. Período que compreende, justamente, o momento posterior à importante legislação de 1854, em cujos dispositivos estiveram inscritos os equipamentos e a aparelhagem da iniciativa privada de escolarização do século XIX. Assim, foi estabelecida a década de **1860** como marco para o início da análise, estendendo-o até a primeira metade da década seguinte (**1875**). De uma maneira geral, o recorte permite perceber os efeitos do *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte*, após, pouco mais de dez anos, de sua decretação, e, ao mesmo tempo, o movimento crescente de disseminação das subvenções concedidas aos

⁸ Entre eles: LIMA, Alexandra da Silva. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008; MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 1999; SILVA, Adriana. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Tese de doutoramento. Pernambuco: UFPE, 2006; COSTA, SUELY GOMES. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*. RJ, século XIX. Tese de doutorado, História, UFF, Niterói, 1996; TEIXEIRA, Gisele. *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. UERJ: Rio de Janeiro, 2008.

colégios particulares pelo Estado Imperial, do início da década de 1870. Todavia, estes limites não são de forma alguma rígidos. Quando necessário e interessante para a pesquisa, a investigação recua e avança no tempo, compreendendo que o tema abrange problemas e tensões inseridos no decorrer de todo o século XIX.

Com efeito, a estrutura da dissertação está delineada em três capítulos, nos quais está organizado e distribuído o conjunto de questões que formam o estudo. Em **Força Ativa: os impressos no século XIX**, as perguntas circundam em torno do tema imprensa: o que era um jornal? um almanaque? quais os impactos de sua circulação naquela sociedade? qual conteúdo cada um tinha inscrito em suas páginas? quem eram seus possíveis leitores? É, portanto, realizado um trabalho de reflexão diante das fontes centrais do estudo problematizando-as e aos temas que delimitam e dão forma à pesquisa e às questões tecidas a partir de seu uso. O esforço foi o de compreender o processo de constituição e desenvolvimento da própria imprensa do século XIX, e, na mesma medida, compreender a história particular de cada um dos impressos estudados, o *Jornal do Commercio* e o *Almanak Laemmert*, para analisá-los em sua potencialidade. Na trilha dos pressupostos da História Cultural, cujo modelo de investigação dos objetos culturais procura apanhá-los na sua produção, forma, circulação, frequência, dispositivo e apropriação, e torna inseparável o texto das formas impressas que o fazem circular ou que o dão a ler, este capítulo procura dar a ver as relações do aspecto material do jornal e do almanaque, sua forma de se apresentar ao público, as características *mise em livre*⁹ de sua circulação, conduzindo a análise que vai da sua materialidade, ou *esquema de modelização*,¹⁰ ao seu conteúdo (CHARTIER, 2007).

A parte segunda tenciona investigar determinados aspectos de **O Comércio da Instrução Primária** na Corte Imperial, um trabalho que poderia ser feito a partir de alguns caminhos distintos, como a análise da legislação ou dos ofícios que deixavam evidentes cenas do cotidiano daquelas experiências. Porém, a opção é analisar as propagandas que circulavam naqueles impressos, e o que forjavam a respeito dos colégios particulares

⁹ Materialidade do impresso: formas tipográficas, estrutura física – condições de produção – que é pensada por editores a partir do tipo de leitura e público que se pretende ter.

¹⁰ O conceito de **esquema de modelização** na obra de Roger Chartier realça a materialidade dos dispositivos textuais e tipográficos, de conformação da leitura postos em relação com as práticas de leitura (formas de apropriação). NUNES & CARVALHO (2005).

anunciados. Isso em perder de vista a problematização dos registros daquelas propagandas, porque os anúncios demonstravam o que se pretendia tornar culturalmente valorizado, e, assim, merecer ser divulgado, publicizado para ser consumido. Naqueles registros não havia uma descrição da realidade daquelas instituições do ensino particular, mas, perspectivas elaboradas, informações ocultadas e outras postas à divulgação. Diante da leitura e análise dos vestígios encontrados nos anúncios do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert*, a tarefa é perceber como estão dados a ver os traços do funcionamento das instituições privadas no atendimento do ensino, os indícios que as instituições escolares expunham acerca dos profissionais daquele comércio (magistério particular), dos planos de estudos, das questões relativas ao custo da instrução (pensando naquela variação de preços e formas de pagamento e no que tem a comunicar sobre a instituição, seus alunos e profissionais). Da mesma forma, identificar os interesses expressos em torno dos espaços físicos, perceber a forma a partir da qual isso aparece, refletir acerca da oferta de saberes e, no limite, recolher e analisar os poucos vestígios referentes ao público que pode ter frequentado aqueles estabelecimentos. Ou seja, a análise operada neste capítulo é resultado da leitura daquelas propagandas.

No terceiro capítulo, o investimento é problematizar um tema caro à historiografia da educação, assim, a investigação detém-se no cruzamento dos domínios do público e do privado no século XIX. Reconhecendo que, no Brasil, a separação formal entre aquelas forças precisava e exigia ser problematizada, o estudo procura historicizar aquelas noções, compreendendo-as, e à sua tênue fronteira, da maneira como estavam postas no seu tempo. Elas não eram instâncias separadas e antagônicas, estavam imbricadas, mescladas, ora promovendo projetos comuns e alianças, ora disputando por monopólios e interesses distintos, e um dos mecanismos pelos quais o poder público confundia-se ao poder privado era a instrução. Deste modo, em **Público e Particular: imbricações**, o objetivo é compreender os processos de subvenção que o Estado Imperial concedia aos colégios particulares da Corte Imperial, no intuito de promover o ensino primário aos meninos e meninas em extrema pobreza. São analisados os procedimentos que abrangiam aqueles benefícios, as autoridades envolvidas em suas concessões, as justificativas que garantiam a aprovação a alguns daqueles requerimentos, os valores demandados para os pagamentos e

as pessoas que passaram a reivindicá-los como estratégia de manter em funcionamento seu pequeno ou grande comércio.

I – IMPRESSOS: VEÍCULOS DA PUBLICIDADE

COLLEGIOS DE MENINOS. 444

COLLEGIO VASSOURENSE ⁴³⁰

DIRIGIDO PELOS BACHAREIS EM DIREITO
ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA <CHAVES
LUIZ ROMULO PERES DE MORENO

Este estabelecimento, situado em uma das melhores localidades de serra acima, pela salubridade do clima e facilidade de comunicações (visto achar-se a vinte minutos da estação de Vassouras, estrada do ferro de D. Pedro II, e quatro horas da Corte), e offerecendo todas as condições hygienicas, como seião, casa espaçosa e arejada, chacara com banheiro, arvoredos, etc.; está montado com proporções para um grande internato.

PROFESSORES

Primeiras letras, Grammatica nacional, Systema metrico e Historia sagrada.— Antonio Candido Tolentino.
 1.^a *Cadeira de latim.*— Dr. Manoel Simões de Souza Pinto.
 2.^a *Cadeira de latim.*— Antonio Joaquim Pinto da Fonseca.
Inglaz.— Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.
Aritmetica, algebra, geometria e geographia.— Alberto Olympio Brandão.
 1.^a *Cadeira de francez.*— Dr. Luiz Romulo Peres de Moreno.
 2.^a *Cadeira de francez.*— Alberto Olympio Brandão.
Historia.— Dr. Luiz Romulo Peres de Moreno.
Rhetorica.— Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.
Philosophia.— Dr. Rodolpho Leite Ribeiro.

PREÇOS PAGOS POR TRIMESTRES ADIANTADOS SEM DESCONTO ALGUM POR AUSENCIA OU FERIAS

CURSO PRIMARIO		CURSO SECUNDARIO	
Pensionistas, por mez	35\$000	Pensionistas, por mez	40\$000
Meio-pensionistas, idem.	20\$000	Meio-pensionistas, idem.	25\$000
Externos, idem.	10\$000	Externos, idem.	10\$000

Além da pensão os alumnos internos pagarão per uma vez, na occasião da entrada, a quantia de 40\$000, pelo uso dos objectos de propriedade do estabelecimento, como seião, leito, lavatorio, bacia, etc.

ENXOVAL DOS INTERNOS

Uma sobrecasaca ou jaqueta de panno ou casimira preta, <i>conforme a idade</i> . Um chapéo ou bonet, <i>idem, idem</i> . Um par de calças pretas e duas brancas.	Um collete preto e dous brancos. Duas gravatas de seda preta. Um par de botinas.
--	--

Trarão mais a roupa precisa para tres mudas por semana, roupa de cama, toalhas, etc., para duas mudas, um cobertor e dous pares de sapatos abotinados; escovas de lato, cabello e dentes, uma tesoura de unhas, um pente de cabeleira ou alisar, um dito fino e um sacco de roupa suja. (O estabelecimento encarrega-se de fornecer todo o enxoval por conta dos pais dos alumnos.)
 A lavagem e engomado da roupa dos alumnos internos poderá ficar á cargo do estabelecimento, mediante a quantia de 5\$000 mensaes, paga por trimestre.
 Os alumnos internos que adocecerem serao tratados no estabelecimento, correndo as despesas de medico e botica por conta de seus pais, caso estes não preferão trata-los em suas casas.
 O estabelecimento fornece livros, papel, pennas, etc., por conta dos pais dos alumnos.— Os estatutos serão remettidos a quem os pedir.

Almanak Laemmert, 1871

A imagem acima é um anúncio publicado nas páginas de um almanaque do século XIX. Ao ler seu conteúdo, é possível perceber inicialmente que o mesmo refere-se a um colégio particular, localizado numa região serrana, na cidade de Vassouras, e que contém muitas informações variadas acerca daquele comércio. Por esta razão, as propagandas que circulavam naquele tempo (em jornais, almanaques, gazetas, folhetos) tornaram-se fontes para esta investigação.

No intuito de apresentar e problematizá-las, e aos temas que delimitam e dão forma à pesquisa e às reflexões tecidas a partir de seu uso, observou-se que era preciso fazer o esforço de compreender o processo de constituição e desenvolvimento da própria imprensa do século XIX.

Partindo do interesse por aquelas propagandas, a reflexão precisava alargar-se para tentar compreender também alguns vestígios acerca daqueles possíveis consumidores ou clientes da publicidade. Quem pagava para ter seu comércio anunciado nos papéis impressos, ou quanto e de que forma se pagava por aquele tipo de serviço de comunicação?

Somada à estratégia de investigar o que era possível ver acerca da imagem, dos registros que aqueles colégios queriam fazer circular de si mesmos pela publicidade (presentes no próximo capítulo), tencionou-se ver quais os possíveis espaços por onde aquelas suas prescrições (impressas naqueles registros) estavam circulando, em que (possíveis) mãos. E, ainda, em que condições aqueles anúncios estavam sendo apresentados à Corte Imperial, ou seja, quais as suas formas materiais, os valores cobrados, os números de páginas, sua periodicidade.

Entre outras questões, a tarefa foi imprescindível para apreender que as diferenças e especificidades de um tipo e outro de impresso (jornal e almanaque) produziam efeitos na configuração daqueles anúncios. A escolha por um ou outro canal (anúncio num folheto, num jornal, num almanaque, numa gazeta etc.) para publicizar determinados aspectos de seus estabelecimentos de educação (mudança de endereço, lista dos saberes etc.) era direcionada pelo tipo de material impresso. Para uma comunicação cuja necessidade era mais imediata (alteração dos valores da mensalidade escolar, licença de um mestre doente), notou-se que a escolha recorria aos jornais, cujas edições eram diárias, enquanto os anúncios mais descritivos, mais gerais, que não apresentavam mudanças eram vistos com mais frequência num almanaque, por exemplo. Enfim, foi preciso refletir acerca da conjuntura específica daqueles materiais impressos na sociedade oitocentista, para ser possível uma análise mais apurada daquelas propagandas do comércio da instrução.

Nestes termos, nas primeiras investidas foi possível notar as mudanças significativas ocorridas no campo de pesquisas da história da imprensa¹¹, e as transformações na forma de compreender este objeto, mormente a partir da leitura de estudos mais recentes¹². Entre os inúmeros saldos destes estudos e dos investimentos em prol de uma compreensão

¹¹ MARTINS e LUCA (2008), apresentam os primeiros estudos sobre a imprensa periódica no Brasil.

¹² MOREL e BARROS; 2003; SODRÉ, 1999; MOREL, 2005; VITORINO, 2004; LIMA, 2008; MACIEL, 2006; EL FAR, 2006; HALEWELL, 1985; SHAPOSHINICK, 2004; DAVIS, 1990; ABREU, 1999; MELLO, 2007; PARK, 1999; DARNTON e ROCHE, 1996; CHARTIER, 1991; MARTINS & LUCA, 2006; BARBOSA, 2000; FAR, 2003; BELO, 2008; DAVIS, 1990; GALVÃO e BATISTA, 2005; DUTRA e MOLLIER, 2007; ABREU e SCHAPOCHNIK, 2005; ABREU, 2003; CHARTIER, 1998; HALLEWELL, 1974, entre outros.

histórica mais crítica, encontra-se a significativa renovação de uma abordagem tradicional, pela qual a imprensa narrava fatos, retratava as configurações e as supostas verdades de uma época. Nas palavras da historiadora Tânia de Luca, “a imprensa tem deixado de ser encarada como receptáculo de informações e de textos para tornar-se, ela própria, um objeto de investigação” (LUCA, 2006, p. 317).

A tarefa, portanto, consiste em considerar sua historicidade, tendo em vista não apenas sua crescente segmentação (com a destinação de produtos diversificados a públicos cada vez mais específicos), mas também mudanças não menos profundas em relação à forma e materialidade das publicações, a distribuição das matérias, os múltiplos usos dos recursos da imagem, as inovações técnicas. Assim, seguindo o percurso proposto por estes pesquisadores, é crível operar com uma história cultural da sociedade que se aproxima de seus produtos e ideias, enfim, que articula a análise dos objetos em sua materialidade, as práticas nas suas diferenças e os dispositivos¹³ em suas variações.

Partindo destes pressupostos, a metodologia de análise desenvolvida procura inscrever historicamente os materiais impressos, e seus registros publicitários, utilizados como fonte. Neste caso, busca-se entender as referidas fontes articuladas a uma conjuntura específica: a sociedade carioca da segunda metade do Oitocentos.

Ao tratar a especificidade do processo de desenvolvimento da imprensa na Corte Imperial, desde suas primeiras manifestações, não é difícil notar que o mesmo acompanhou e vinculou-se às transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional. Em outras palavras, as transformações ocorridas no negócio do livro, dos papéis impressos, estiveram correlacionadas às manifestações culturais, sociais e políticas vivenciadas por aquela sociedade.

¹³ Para Michel Foucault, a noção de dispositivo compreende “(...) discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. **O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos** (...) entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posições, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (...) o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas, que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: 8ª edição, Ed. Graal, 1989 pp. 244-246).

Esta perspectiva afirma-se em consonância com a de historiadores do campo, para os quais os impressos atuaram nos processos históricos, a partir de suas diferentes formas e na realidade crescente de sua circulação ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nas considerações destes pesquisadores, a ligação com os assuntos da política pode ser mapeada a partir da efetiva participação, constituição e ampliação da condição de veículos formadores e divulgadores de opiniões daqueles impressos, como canal mobilizador que convoca ao engajamento e ao confronto de ideias, na sedimentação das solidariedades dos grupos, na ligação decisiva com os processos históricos de edificação nacional e de construção das identidades culturais, na sua capacidade de difusão e transformação das culturas políticas (MARTINS e LUCA, 2006). Concomitantemente a estas funções, os impressos também selecionam, ordenam, estruturam o acontecido, os fatos. Estrategicamente, narram aquilo que passou, selecionando interesses, atuando num jogo desequilibrado de forças. Forjam, legitimam e retificam valores, ideias, projetos, mobilizam discursos na produção de verdades. Operam na eleição dos fatos que chegam ao público, e na forma como os mesmos devem ser recebidos.

Esta história, a da imprensa no Brasil, constrói-se marcada pelos organismos encarregados da censura: em 1769, ocorre a instalação da Real Mesa Censória e posteriormente, o retorno da censura tríplice liderada pelo Desembargo do Paço, o Santo Ofício e o Ordinário (sob a regência Joanina). Não obstante, é interessante ressaltar que seu empreendimento nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX não foi capaz de conter a entrada, posse e leitura de livros proibidos, de impressos censurados, ou mesmo as experiências de gráficas clandestinas (MARTINS e LUCA, 2006).

As instâncias de censura cumpriam seu papel e colocavam obstáculos à impressão, ao comércio, à posse, à leitura, “ainda que sua eficácia não tenha sido garantida” (VILLATA, 2006, p. 113). Era uma máquina burocrática lenta, dotada de critérios desiguais e constituída por órgãos com jurisdições muitas vezes superpostas, incumbidas de várias tarefas (prevenir, interditar, reprimir), atuando no circuito que vai da produção do impresso até seu consumo, uso, leitura. E no caminho, num funcionamento que produzia, permitia, legitimava brechas e concessões, “ela defrontava com o dinamismo editorial e do

comércio livreiro, com a ousadia dos leitores” (Idem, p. 114).¹⁴ Neste sentido, estas considerações permitem pensar a existência da circulação de papéis impressos no país desde os tempos de sua condição de colônia portuguesa, quando havia um aparelho oficial de fiscalização e censura.¹⁵

Aquela conjuntura do período colonial (controle da Igreja, repressão da Metrópole, censura ao mercado) sofreu transformação com a transferência da Corte Portuguesa para o país e, conseqüentemente, com o ingresso oficial da imprensa – quando da criação da Impressão Régia (13/05/1808)¹⁶. E assim, nos primeiros anos das décadas iniciais do 1800 já circulavam três publicações periódicas no Rio de Janeiro.¹⁷ A configuração do final da primeira década e o início da década de 1820 é muito peculiar. Trata-se dos anos em que era defendida a abolição de obstáculos à produção, circulação e consumo dos materiais impressos. Aquele tempo viu ser produzida uma nova conjuntura com a produção de impressos pelas campanhas liberais, atuando na definição de práticas e posturas que subsidiaram e fomentaram o processo de Independência, ou se puseram em combate. Por aquelas folhas, gazetas, pasquins, panfletos, delinearam-se linhas editoriais como expressão de grupos políticos.

Ao mesmo tempo, havia buscas pela identidade nacional que passavam também pela criação de uma literatura pátria, e coube também àquela imprensa sua divulgação. Desta perspectiva partilham historiadores do campo, para quem os projetos de nação brasileira nascem e crescem com a mesma (MARTINS e LUCA, 2008). Neste estudo, apropria-se a noção de que a atuação da imprensa fez dela sujeito da história do país. Nos

¹⁴ Entre os materiais mencionados nos registros da circulação livreira, alguns se destacam pela frequência nas remessas e pelo volume quantitativo ímpar, o que pode ser explicado em parte, pelo baixo valor econômico: mais baratos, tinham a circulação facilitada e tornada mais expressiva: “havia impressos que foram enviados de Lisboa para o Brasil chegando a 100 mil exemplares em alguns anos” (VILLATA, 2006, p. 131). No que se refere à “geografia da circulação” legal nos séculos XVI, XVII e XVIII, é possível perceber a proeminência do Rio de Janeiro e Bahia como portos de origem e destino destes materiais, em razão da importância econômica e política das cidades referidas, durante o período.

¹⁵ Mesmo na ausência de material impresso, é mister considerar que havia outras formas e instrumentos de divulgação das notícias e informações, como a propagação das ordens do governo, os anúncios de serviços e comércio, todos feitos em voz alta nas praças públicas ou em folhas manuscritas espalhadas por alguns espaços da cidade. No caso da propaganda de aulas, colégios e mestres particulares, supõe-se que ocorria da mesma forma.

¹⁶ Inicialmente, a Imprensa Régia objetivava exclusivamente divulgar e produzir toda a legislação do serviço real. No entanto, pela falta de tipografias no país e pela demanda cultural e política, o governo português deu a ela um uso mais difuso, com textos literários e conhecimentos gerais (EL FAR, 2006).

¹⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro* (produzido pela Imprensa Régia, a partir de 1821), *Correio Brasiliense* (entre 1808 e 1822, regido por Hipólito da Costa e produzido na Europa, tinha entre 96 e 150 páginas) e *Gazeta de Lisboa* (circulava desde 1778, produzido em Portugal).

momentos em que adquire determinada liberdade, ou mesmo enfrentando ações coercitivas¹⁸, este veículo da palavra circulou, atuou e compôs quadros políticos, produzindo, ressignificando, legitimando ideias (MOREL & BARROS, 2003).¹⁹

Para entender o percurso seguido pelos papéis impressos do Oitocentos, e com isso, compreender melhor o alcance da propaganda do comércio da instrução particular que eles faziam circular, também é imprescindível perceber as questões políticas, econômicas, culturais e sociais daquela conjuntura histórica, no caso, da instabilidade política dos anos iniciais de 1820: lutas de preparação à independência, abdicação de D. Pedro, o golpe da maioria. Inquietações políticas e embates por projetos de nação resultaram no aparecimento significativo de periódicos, e em alguns casos, de folhas efêmeras (SODRÉ, 1999). E como uma via de mão dupla, os papéis também atuaram como intensificadores das tensões políticas e sociais em jogo.

Mesmo após o movimento da independência era apenas em alguns centros urbanos e administrativos, como a Corte Imperial, que poderiam ser adquiridos jornais e revistas, por se tratar de locais com existência de um quadro burocrático e intelectual, nos quais havia número mais expressivo de um potencial público leitor e consumidor de impressos. Uma evidência de que o fenômeno era dialético, tanto a imprensa impulsionava e direcionava os movimentos sociais, culturais, políticos e econômicos no país, quanto os mesmos a delineava, demandando necessidades e prioridades.²⁰

A segunda metade do século XIX estava marcada pela ampliação e capilarização dos espaços de circulação e produção daqueles materiais, possibilitadas pela implantação da

¹⁸ Observa SODRÉ (1999, p.89) sobre a imprensa ter se desenvolvido não obstante todas as diferentes formas de coerção e controle por parte das autoridades monárquicas: “Não é o exame da legislação a respeito da imprensa, assim, que nos permite acompanhar seu desenvolvimento, mas o da realidade”.

¹⁹ Estas considerações também estão em consonância com as reflexões do historiador francês Jean-Yves Mollier. Embora ressaltando que seu trabalho trata de uma experiência ímpar (França), suas observações inspiram um olhar mais inventivo, mais atento. Ao investigar o papel dos impressos na construção da vida política do século XIX francês, Mollier considera o estratégico espaço que o mesmo ocupa, e identifica aquele tempo como “a era do papel” (MOLLIER, 2006, p. 268). Para ele, as tensões e os afrontamentos entre monarquistas e republicanos produziram uma abundante literatura popular destinada a exaltar e alimentar a imaginação dos franceses. Há uma expressiva circulação de cerca de dez milhões de jornais diários, e, entre 1872 e 1889, foram vendidos cerca de cinquenta milhões de livros escolares de um único editor. Estas folhas se transformam numa arma privilegiada do combate político e em vetor principal do sentimento patriótico. Pode-se observar, portanto, que há aproximações entre esta experiência e a história da imprensa brasileira do século XIX.

²⁰ Naquele momento, já era possível perceber uma certa divisão do periodismo: aos jornais, folhetos e pasquins, coube a função de combate, caracterizando-se como uma imprensa política; às revistas e almanaques, coube o papel relevante na reflexão temática, atuando como imprensa literária, informativa, religiosa (MARTINS e LUCA, 2006).

ferrovia, pelo crescimento da rede urbana, pelo crescimento econômico com a exportação do café em alta e pela implantação do telégrafo. Nos anos 1870, com a crise do Império, um dos temas recorrentes era o ideal republicano, expresso na criação de jornais como *A República*, *Correio Paulistano*, *Gazeta de Campinas*, *Diário Popular*, *O País*, entre outros. Dividindo o protagonismo político do período, estavam os diversificados impressos dos movimentos abolicionistas, como o jornal *Redenção*, *O Arlequim*, *Vida Fluminense*. Ou seja, muitos periódicos emergiam no curso daqueles acontecimentos, serviram de campanhas e por elas mobilizaram-se, na luta por distintos projetos de nação (MARTINS e LUCA, 2006).

A respeito destas considerações, o trabalho de Maria Tereza Chaves de Mello, cuja referência é a década de 1880 (marcada pelo acirramento da crise do Império), é bastante elucidativo.²¹ A autora constrói uma compreensão da ideia de opinião pública, em que os impressos diversos – jornais, revistas, opúsculos, livros, panfletos – são vistos como um dos instrumentos de sua emergência. As conversas nos espaços abertos para circulação dos distintos públicos, os rumores, as leituras de jornais em voz alta, as ilustrações, faziam chegar os debates aos ágrafos, analfabetos, iletrados. De acordo com a perspectiva da historiadora, naqueles tempos “o povo pode ter introjetado uma ideia de crise e decadência através dos sinais visuais e auditivos, ou mesmo por uma linguagem e uma semântica nova” (Idem, p. 13). Neste caso, os novos ares incorporavam-se, e delineavam o cotidiano oralizado e manuscrito da população carioca. De acordo com a leitura poética do historiador Marco Morel, “vibrava a força da palavra escrita, falada, manuscrita” (MOREL, 2005).

A organização comercial do mercado (baixos preços, diversificação de conteúdos e formas, inovações técnicas, estratégias de divulgação, ambiente convidativo, inserção de gravuras, desenhos, fotografias, criação de coleções) tornou-se elemento favorável ao acesso de um número maior de pessoas aquele universo. Uma parcela cada vez mais significativa da população estava lendo, olhando a palavra impressa e comprando aqueles papéis, observando imagens que neles circulavam, adquirindo suas próprias leituras

²¹ De acordo com suas reflexões, a imprensa (com uma intensa propaganda republicana) atuou de forma sistemática no desmonte das instituições monárquicas, a partir do sistema simbólico que as legitimava e as emprestava sentido. No contexto, as charges, as caricaturas, os epítetos que se arranjavam para D. Pedro II, divulgados pela imprensa diária, pela literatura, nas ruas e nas revistas ilustradas, atingiam um público mais extenso do que o alfabetizado (MELLO, 2007, p. 11).

(pagando preços baixos por elas), socializando, debatendo ou ouvindo (na rua, em casa, nos cafés, nas escolas, nas livrarias, nas confrarias literárias, nas lojas) as ideias e informações de seu conteúdo. Uma constatação interessante, visto que, entre tantos outros dados que compunham seus conteúdos, os anúncios da educação também estavam naquelas páginas. Isso evidencia que as representações acerca daquele comércio da instrução particular, elaborados a partir das propagandas, estavam circulando cada vez mais, e entre um número mais expressivo de pessoas, leitores e consumidores.

Novas configurações modificavam as práticas de leitura, os espaços em que passavam a circular e o público que, de formas muito distintas, os impressos começavam a alcançar. O desenvolvimento do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro – lugar que se tornou o ponto de partida do mercado editorial – e os avanços em relação aos índices de alfabetização, associada à crescente importância atribuída à instrução, são também algumas marcas do número crescente de consumidores e produtores de livros e textos impressos no Oitocentos, como observam os estudos de GONDRA & SCHUELER (2008), LIMA (2008), TEIXEIRA (2008).

Acerca disso, no estudo recente que realizou em nível de mestrado, Gisele Teixeira ilustra a proximidade inegável entre o processo de disseminação de escolas e a demanda por material impresso. De acordo com suas considerações, por exemplo, o mercado de livros didáticos era o maior em números de publicação e venda. Em *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*, a autora observa:

(...) paulatinamente, houve maiores demandas do livro para escola(...) no Brasil, o livro didático tornou-se, rapidamente, o texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia por todo o país (...), a obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um *status* diferenciado e até certo ponto privilegiado, considerando-se que se pretendia iniciar a sociedade no mundo da escrita e da leitura. Este poder de penetração explica, em parte, porque autores eruditos, em número significativo, utilizaram-se de literatura escolar para divulgar seus trabalhos (TEIXEIRA, 2008, p. 24).

Como se vê, a demanda por tipos específicos de materiais impressos forjava-se também por dentro da instituição escolar. Com isso, a mesma tornava-se uma das instâncias que mais contribuíram com o crescimento vertiginoso do mercado. Daquele fenômeno é possível perceber algumas transformações, como aumento das tiragens²², do número e da diversidade de títulos e formas, inserção de gravuras e desenhos, a popularização de exemplares impressos pelos baixos preços. Expandia-se o público leitor, o comércio editorial, dinamizavam-se os produtos impressos em sua quantidade, materialidade, conteúdo.²³

Mesmo considerando a inexpressividade da população letrada no século XIX²⁴, ainda sim é possível reafirmar a importância e o crescimento do consumo e produção dos materiais impressos naquele tempo. Como observa Maria Tereza Chaves de Mello, em paralelo aos jornais, revistas, almanaques cresciam também os periódicos ilustrados. Desde a década de 1860, a *Revista Ilustrada* foi o grande acontecimento neste sentido, notabilizando seu criador, Ângelo Agostini. O semanário era vendido por 500 réis o exemplar avulso, e de 12 a 20 mil réis a assinatura anual, sua circulação cobria o território nacional, e tinha tiragens de até quatro mil exemplares, “um fato inédito para uma publicação ilustrada em toda América latina” (MELLO, 2007, p.80). Por sua linguagem ser, privilegiadamente, a imagem gráfica, pode-se ter uma ideia da sua penetração nas camadas não-letradas da população.²⁵

²² Entre os anos de 1840 até 1860, os exemplares vendidos de impressos eram 5 mil, após 1860 até 1870, já eram 20 mil, e a partir de 1870, o número aumentara para 30 mil (MOREL & BARROS, 2003).

²³ No que se refere aos estudos do campo da história da leitura, conferir Robert Darnton e Roger Chartier, autores que defendem a existência de variadas formas de recepção do material impresso e das apropriações.

²⁴ Em 1872, 80% dos habitantes do Brasil eram analfabetos. Na Corte Imperial, em 1890, cerca de 50% da população era alfabetizada. Conferir os trabalhos: **CARVALHO**, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 & **MARTINEZ**, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 1999.

²⁵ Utilizando diferentes formas de expressão, textos escritos e não-escritos, este periódico tratou de variados assuntos, fazia crônicas do cotidiano da Corte Imperial e assumiu causas políticas, como a liberdade religiosa e a abolição. De acordo com as considerações de MELLO (2007), não há como dimensionar a ampliação desta esfera pública, o fenômeno de invasão da imprensa na cidade, sem ter em mente a cultura auditiva brasileira imersa nos discursos, nas festas populares, nos desfiles, nas procissões.²⁵ A título de exemplo, destacam-se os aclamados discursos proferidos por personalidades populares, como Lopes Trovão, representante da Revolta do Vintém²⁵. Suas conferências atraíam grande público e delas se faziam folhetos com um número de até quatro mil exemplares, e ao mesmo tempo eram reproduzidos em jornais de todo país (MELLO, 2007, p. 53). E este recurso – a ilustração periódica – também vinha na esteira de um modismo, aquele dos jornais caricatos que faziam sucesso na Europa, por meio de personalidades como o pintor brasileiro Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806/1879), a quem se atribui a primeira caricatura veiculada em jornal impresso que, no caso, era o *Jornal do Commercio*, do ano de 1837, e o tema, uma cena de suborno.

A comunicação pelo humor e pela caricatura ganhou relevo no país, bem como o desenho, que também são expressões plausíveis de fácil e imediata comunicação. Em *O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX*, a pesquisadora Celeste Zenha tece considerações interessantes acerca da importância adquirida pela imagem e ampliação de seu alcance. Era vista como um meio de comunicação, de informação, de crítica, de conformação, de normatização, mais amplo que outros. Usava-se este recurso para manifestações em diferentes espaços sociais, culturais, científicos, políticos, e assim seus diversificados temas apropriavam-se dos avanços técnicos do mercado editorial que investiam em seu desenvolvimento. Para exemplificar, ZENHA (2006) analisa a difusão de imagens de viagens naturalistas, interpretadas como veículos de maior potência que a palavra escrita, e cujo alicerce estava inscrito na crença de que o conhecimento científico era necessário para o desenvolvimento da civilização, da nação (ZENHA, 2006, p. 361).

Entretanto, a despeito da importância adquirida e atribuída à imagem e às leituras coletivas e em voz alta no século XIX, é preciso considerar a hipótese levantada por Maria Tereza Chaves de Mello. Para ela, **um impresso não precisava ser consumido (comprado) para ser lido**. Não precisava ser branco, livre, proprietário, comerciante ou letrado para ter, ler, olhar um jornal, um folheto, um almanaque, uma revista e o que cada um daqueles materiais trazia em seu conteúdo:

A tiragem de uma folha não dá a dimensão real de sua divulgação porque um mesmo exemplar passava de mão em mão. Muitas pessoas se valiam das edições diárias que ficavam expostas nos cafés, já amareladas de tanto uso (MELLO, 2006, p. 79).

Tal pressuposto é defendido também por Roger Chartier, para quem é necessário considerar a dimensão material e tipográfica dos impressos, atentando, porém, que a articulação destes aspectos dá a ver a verdade que os mesmos criam e procuram instaurar (CHARTIER, 1999). Por isso, para definir as práticas de leitura também é preciso

Em seguida, no ano de 1844 ele lançou o impresso de caricatura, irônico e engraçado, intitulado *A Lanterna Mágica*, uma experiência que se disseminou entre os demais impressores, ilustradores e jornalistas (MARTINS e LUCA, 2006).

apreender os diversos regimes de apropriação a que estes foram submetidos. Há, portanto, uma linha, não tênue, que distingue as prescrições dos usos, e a produção do consumo.

No caso dos jornais, a leitura acontecia nos bondes, nos trens, no umbral de uma porta à beira de uma calçada, compondo desta maneira as horas livres do dia (BARBOSA, 2000). Desta forma, as repetidas referências às leituras nos transportes coletivos fazem supor um hábito comum, como também era o de ler em voz alta, após o jantar, em torno da família, no trabalho: “o jornal não é exclusivo de um leitor isolado, mas calcula-se nos mapas de circulação das publicações que um mesmo impresso é lido por até quatro pessoas” (Idem, p. 199).

O apontamento permite supor, por conseguinte, que os anúncios diários da educação particular, que circulavam nos jornais cariocas, também atingiam um número maior de pessoas que os próprios compradores e, ainda, que os mesmos permaneciam fazendo propagandas daqueles colégios por mais tempo que o esperado pelos pagantes dos anúncios. A leitura do jornal poderia ser feita independente de o mesmo ser atual ou de dias anteriores, como aconteceu com um exemplar do *Jornal do Commercio*, de acordo com o comentário de Coelho Neto (num texto chamado “A antiga cidade”):

Terminada a leitura, o taberneiro entregava o jornal ao caixeiro para que o levasse ao freguês mais importante e, até à noite a folha andava de casa em casa, lida, relida, informando sobre a política, sobre o preço dos gêneros e das fazendas, sobre os casos das ruas e fazendo sorrir e chorar com os episódios do folhetim, sempre suspenso no ponto mais interessante. In.: *As palestras da Tarde*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911, p. 67. (BARBOSA, 2000, p. 200).

Um escravo de ganho²⁶ poderia passar pela rua e deparar-se com um jornal do dia anterior, olhar suas imagens, tentar entender suas palavras, ou mesmo, lê-lo, como permite imaginar as reflexões de Eduardo França Paiva em *Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América Portuguesa*.²⁷ Segundo ele, há antigas verdades recentemente

²⁶ Escravo urbano que exercia funções como as de vendedor, cozinheiro e devia ao seu senhor parte do rendimento de seu trabalho diário (a paga). Cf.: GOMES, Flavio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

²⁷ PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América Portuguesa. In.: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

refutadas. Uma, sustentada e inventada à revelia das evidências arquivísticas da escravidão no Brasil, trata da ideia de uma pretensa incapacidade intelectual daqueles sujeitos, da falta absoluta de acesso à escrita e à leitura e do desinteresse deles pela cultura letrada. De acordo com as considerações deste autor, entre os grupos letrados brancos e livres, há negros, libertos, escravos e seus descendentes nascidos livres:

Os livros circulavam entre os libertos e seus descendentes e assim contribuía para que eles tivessem algum acesso à produção literária da época. Mesmo os que não liam eram bons escutadores e bom oradores. As palavras de leitores alheios investidas de autoridade eram ouvidas atentamente por aqueles que não sabiam ler, mas queriam e precisavam instruir-se. As intenções não eram literárias ou eruditas, mas absolutamente pragmáticas. Por isso, os ecos destas práticas quando não identificados aparecem vinculados ao desejo de salvação da alma e do encaminhamento dela à corte celeste e ao uso das leis (PAIVA, 2006, p.490).

Estas reflexões apresentam modos distintos de leitura dos textos manuscritos e impressos praticados no cotidiano, e que tiveram grande importância naquela sociedade escravista, negra, liberta, iletrada. Segundo França Paiva, não é raro encontrar registros nos arquivos coloniais que guardam informações sobre letramento em camadas mais pobres da população e também entre escravos.

Neste sentido, as nuances envolvendo os hábitos de leitura daquela sociedade – em voz alta, em torno da família e dos amigos, no ambiente da casa, silenciosamente, no trajeto de casa para o trabalho e vice-versa, nos bondes, trens, ao ar livre, no ambiente privado do trabalho, nas horas vagas do dia – colocam em evidência uma sociabilidade particular, cuja emergência se dá com a do fenômeno impresso, que colocou quantidade e variedade de papel para circular nas ruas das cidades.

Muitos sabiam ler, sem saber escrever. Outros não sabiam ler nem escrever, mas experimentaram contatos com os sinais impressos naquelas páginas: “os jornais tem, seguramente, mais ouvintes do que leitores e são, certamente, mais ouvidos e vistos que lidos” (BARBOSA, 2000, p. 200). Neste caso, então, entende-se o movimento daqueles materiais, sua incursão na sociedade oitocentista, e se vê que o papel impresso ultrapassa as prescrições de uso, as regras de consumo, de compra, de quantidade e limite de circulação.

Para o historiador francês Roger Chartier, não se pode desconsiderar que a leitura é “rebelde e vadia”, e que os leitores lançam mão de artifícios para “subverter as lições impostas” (CHARTIER, 1999, p. 7).

A partir destes pressupostos, é possível redimensionar o impacto causado pelos papéis impressos, de circulação efêmera ou periódica, que remodelava o cenário urbano da Corte Imperial. E, principalmente, aqueles cuja origem detinha-se nas ebulições políticas. Nelas, os diferentes tipos de narrativas (impressa, ilustrada, escrita) procuravam dar conta dos acontecimentos da rua, motins, revoltas e mobilizações que chegava a reunir milhares de pessoas (como, por exemplo, a Revolta do Vintém, na década de 1880, com um número de cinco mil pessoas amontoadas num tumulto que durou três dias consecutivos). A imprensa buscava tudo notificar, havendo repercussão em todo país e no exterior. Os jornais passam a ser usados como “arma polêmica” (BARBOSA, 2000, p.14).²⁸

Este estudo partilha da compreensão destes novos historiadores, entre eles Marco Morel, para quem a imprensa não deve ser entendida apenas como instrumento de divulgação ou de circulação de ideias, e sim como uma prática social que organiza e dá sentido aos acontecimentos, como agente histórico que intervém nos processos, que legitima, monta, desmonta, forja, como “força ativa” (MOREL & BARROS, 2003) que interage na complexidade de um fenômeno histórico. E como discurso, observaria Michel Foucault, ela produz sistematicamente os objetos de que fala, devendo, portanto, ser compreendida em sua dimensão de um instrumento que integra, produz, inventa e reinventa o cenário urbano característico do Oitocentos.²⁹

²⁸ Nas últimas décadas do século XIX, a campanha abolicionista ocupou os espaços públicos. Para isso, fazendo circular sua propaganda. É importante notar que a agitação política das décadas do Dezenove (independência, regências, abolição, república) multiplicou o número dos materiais impressos, os quais disputavam espaços na sociedade, e tornavam-se, **ao mesmo tempo**, efeito e causa da intensa politização do cotidiano da cidade, e principal fonte de divulgação da produção cultural e literária. Assim, esta marca dos últimos decênios do Dezenove, a combatividade crítica e o interesse pelas questões cotidianas, agregando-as de mérito político, não esteve relacionado estritamente ao movimento republicano e abolicionista. O crescimento da imprensa independente, não ligada a partidos políticos, foi enorme. Uma carta que foi publicada no *Jornal do Commercio*, em 1881, escrita por um anônimo (assinando “O Povo”), é exemplar neste sentido. Nela se registra que nada poderá suspender a “ação dinâmica da civilização do século XIX” (Idem, p.81). Com ela é possível ‘ouvir’ as novas sensações diante da disseminação do papel impresso e das mobilizações que causa, que defende, que incita, que produz.

²⁹ Naquele cenário há vários outros instrumentos e personagens, como a própria imponência das edificações, os usos dos espaços públicos e as redes de sociabilidades, como o Palácio do Rio de Janeiro (Paço Imperial), Porto Marítimo, Alfândega e Armazéns, cafés e confeitarias, Banco do Brasil, Hospitais de pobres (Santa Casa e N. Sr^a do Parto), escolas, mercadores ambulantes, associações, Arsenal do Exército, Cemitério de escravos, Cadeia da Cidade, Escola de Belas Artes, Quartel de Infantaria etc. Era neste cenário urbano,

Nas situações ordinárias, inscritas no cotidiano da população, a imprensa também se deixou ver como força ativa. Os impressos apropriam-se de temas do cotidiano dos grupos populares e transforma-os em texto, eles se constituem no “intermediário possível entre grupos populares e o poder público” (BARBOSA, 2000, p. 14).³⁰ A este respeito os estudos de Sidney Chalhoub dão a ver as diversas ocasiões em que conflitos e tensões envolvendo escravos ou negros foram divulgados pela imprensa periódica.

Nestes casos é possível refletir acerca das formas a partir das quais a imprensa expressava, incitava e forjava os embates da sociedade.³¹ Para Maria Tereza Chaves de Mello, a população das cidades, percebeu na imprensa, na rua, um meio de reivindicação, e como ela observa, “mesmo que fosse pela galhofa” (MELLO, 2007, p. 29). Muitas pessoas permitiam que suas experiências fossem usadas pela imprensa, pelos jornais e panfletos, nas lutas políticas, nas estratégias de venda do comércio editorial, nas reportagens sensacionalistas (“Extra, extra, extra!”), porque isso, de alguma forma, os beneficiava.

Neste sentido, está sendo defendida a hipótese de que a imprensa, como um ramo do comércio, e como veículo de debates, informação e produção de discursos, veiculava valores, normas e projetos, sem afastar as pessoas, os temas e os lugares mais comuns e cotidianos do seu tempo. Ela atuava como agente, inventando e legitimando olhares e posturas. Febvre e Martin já observaram: “a imprensa apareceu como uma indústria regida pelas mesmas leis que as outras”, e os livros, os impressos são “mercadoria que os homens fabricavam antes de tudo para ganhar a vida” (FEBVRE e MARTIN, 1992, p. 173).

O que se via também naquele tempo era o movimento de profissionalização das ocupações do comércio editorial, como tipógrafos, editores, gráficos, encadernadores,

principalmente, no qual se destacava proximidade do que havia de mais ‘nobre’ com o que havia de mais ‘plebeu’, que o papel impresso circulava, era manuseado, lido, comercializado.

³⁰ A este respeito, os estudos de Eduardo Silva (em *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1988) e Afrânio Barbosa & Célia Lopes (em *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX. Cartas de Leitores*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006) são também elucidativos. Estes autores analisam as maneiras diversas pelas quais a população interagiu com a imprensa brasileira, ao encaminhar cartas fazendo solicitações, registrando reclamações ou comentários elogiosos.

³¹ A título de exemplo, há o episódio de 1893, quando da demolição e desapropriação dos moradores do Cabeça de Porco, um dos maiores cortiços cariocas, ou quando, em 1863, o *Jornal do Comércio* publica uma queixa referente ao trato de aluguel de uma escrava, feito pela própria mãe, que não foi cumprido após ter sido pago o valor do serviço antecipadamente. Há também os registros de alguns casos de torturas por proprietários, denunciados pelos próprios escravos, no intuito de ver tudo nos jornais. E como este, outro episódio repercutiu na cidade, inclusive com fotografias tiradas das escravas torturadas (Eduarda e Joana) para produzir maior impacto da notícia. Conferir: CHALHOUB, Sidney. *Cortiços e epidemias na Corte imperial*. SP: Cia. das letras, 1996.

jornalistas, livreiros e vendedores ambulantes – que surgem na segunda metade do século XIX, como uma função inventada pelo jornal *A Atualidade* (Corte Imperial), quando o mesmo passa a ser vendido nas ruas, tendo como primeiros “jornaleiros”, os negros (escravos e libertos) residentes à rua dos Arcos (SODRÉ, 1999; MOREL, 2005).

Entre os protagonistas da cena impressa das cidades, estão aqueles que exerceram uma atividade que crescia significativamente. Aqueles que, nos espaços de produção, estavam localizados num estrato intermediário: abaixo dos grandes comerciantes, dos eclesiásticos, e dos profissionais liberais, mas acima da grande maioria da população urbana. O historiador Artur J. Renda Vitorino deixa ver um pouco do “sonho” e das experiências destes que colocavam a mão na massa, ou melhor, nas máquinas e nos papéis: trata-se dos tipógrafos, homens dos bastidores, operários da imprensa (VITORINO, 2004).³² Nas considerações de Alessandra El Far, este personagem tem grande importância naquela história, haja vista que graças à invenção da máquina tipográfica e de quem a faz funcionar, o texto impresso deixou de ser privilégio de poucos, ganhando com isso usos e repercussões bastante variadas – por exemplo, o jornal diário, os panfletos de divulgação e, em especial, a disseminação em massa de inúmeros gêneros literários (EL FAR, 2006, p. 11). E, para além dos trabalhos usuais de impressão de cartazes, folhetos, convites, panfletos políticos, alguns tipógrafos intensificaram o trabalho de edição de livros, que, no caso do Brasil, ocorreu também pela procura dos próprios literatos, escritores, autores (EL FAR, 2003, p. 45).

Em sua grande maioria, estes sujeitos eram trabalhadores livres,³³ atuavam no setor tipográfico como compositor, impressor, fundidor tipográfico ou encadernador, e nas gráficas como gravadores (litógrafos, xilógrafos, químicos) – surgindo posteriormente, as oficinas de pautação, estereotipia e galvanoplastia.³⁴ Para se ter uma ideia da dimensão

³² Sobre os tipógrafos e gráficos, ver também: BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento. Visões dos tipógrafos no Rio de Janeiro-1880-1920*. 1991 (Mestrado em História), ICH/UFF, Niterói; VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)* SP: Annablume/Fapesp, 2000.

³³ Em 1853, nos relatórios da *Sociedade Tipographica*, havia registro de um tipógrafo escravo, propriedade de um sacerdote, e esta associação tenta libertá-lo, mas não consegue. Segundo Max Fleiuss, a primeira máquina que imprimia o *Jornal do Comércio* era movida por braços de negros escravos. VITORINO, 2004.

³⁴ A imprensa nacional habilitava os aspirantes aos ofícios de tipógrafos, formando em 1811 uma escola de aprendizes da imprensa nacional. Em 1883 estabeleceram-se regras específicas para aprendizagem distinta de cada ofício gráfico. Mas as oficinas de jornais diários e das obras tipográficas particulares admitiam meninos alfabetizados para aprenderem a arte da tipografia em suas oficinas. O salário dos compositores tipográficos

deste novo mercado, basta mencionar a relação das lojas que funcionaram (ou ainda funcionam, no caso de algumas) em todo século XIX e início do XX, a partir da leitura dos estudos de Paulo Berger, nos quais se observa a existência de mais de duzentas e vinte oficinas tipográficas (BERGER, 1984).³⁵ Estes números, somados aos que evidenciam a quantidade de material produzido por estas oficinas, dão conta da dimensão do comércio que movimentava as ruas cariocas no século XIX. Mais especificamente, a estreita Rua do Ouvidor, pouco extensa, mal calçada, mas que compreendia parte significativa da movimentação política, social, comercial e cultural de toda Província do Rio de Janeiro, por isso, “quem quisesse publicidade, prestígio ou posição política, social e literária, devia frequentá-la” (MELLO, 2007, p.55).

Nesta, e nas adjacências (Gonçalves Dias, Uruguaiana, São José, Sabão, Quitanda, Rosário, Alfândega, São Pedro, Ourives, Sete de Setembro, Santo Amaro, Assembleia, Passagem), funcionavam os hotéis mais famosos (Ravot, Fères, Provençaux), os restaurantes mais badalados (Renaissance, Louvre), a vida elegante, boêmia e literária. Estava presente grande concentração das atividades da imprensa (*Jornal do Commercio, Diário de Notícias, O País, Gazeta de Notícias, Almanak Laemmert*), onde as redações serviam de ponto de encontro para políticos, intelectuais, jornalistas. Era um ambiente em que “as portas dos jornais fervilhavam com as discussões das notícias do dia” (Idem, p. 61). Naquele local, onde o que acontecia ganhava visibilidade nacional, estavam as duas livrarias de maior prestígio do país: Laemmert, Garnier.³⁶

era pago por diária ou obra: para jornal era quatro mil e quinhentos Réis, e obra era dois mil e quinhentos. VITORINO, 2004.

³⁵ Entre estas: Typ. da “Tribuna Liberal” – 1888 – 1889, Typ. “Penna de Ouro” – 1888 – 1891, Typographia e Lithographia de Alexandre Speltz – 1876 – 1879, Typ. de Fonseca & Irmãos (1876 – 1895), Typ. Da América (1872 – 1878), Typ. – Cinco de Março (1872 – 1878), Typ. da – Escola (1872 – 1893), Typographia de Santos & Silva (1850 – 1857), Typographia de Fortunato Antonio de Almeida (1850 – 1866), Typographia de G. R. de Azevedo (1852 – 1853), Typographia de J.J. Barroso e Comp. (1835 – 1845), Typographia Austral (1836 – 1847), Typographia Brasileira de J. Cremière (1836 – 1851), Typographia de P. Gueffier & C. (1830 – 1834), Typographia de Thomaz B. Hunt e C. (1831 – 1835), Nova Officina Typográfica (1821), Typographia de P. Plancher-Seignot (1824 – 1834), Typographia de R. Ogier (1827 – 1844). **Apesar destas evidencias, SODRÉ, 1999 aponta que “entre 1855 e 1859 não havia mais que 3 tipografias: a Dois de dezembro, a Literária, e a Imperial” (Pág. 187).**

³⁶ Entre 1870-1900, foi constatada a existência de pelo menos cento e vinte e uma firmas dedicadas ao comércio livreiro. Neste caso, salientam-se estes nomes, porém, considera-se haver um número significativo de outros estabelecimentos que funcionavam naquele tempo e naquelas localidades, como, por exemplo: George Leuzinger (1813-1892) – Rua do Ouvidor, em 1832 e em 1852 adquiriu a Tipografia Francesa, fundada por Jean Soleil Saint Amand em 1837, atribui-se a ele a introdução dos cartões postais ilustrados no Brasil – e Jean Baptiste Lombaerts (1821-1875) – trabalhou no Brasil com impressores por encomenda, era litografia, encadernadora, trabalhavam como livreiros com jornais e revistas importados, Rua dos Ourives, 17,

Neste sentido, o expressivo número de tipografias (grandes e pequenas), editoras, mercados ambulantes, sebos e livrarias que se espalharam pela cidade, atraídos por uma aceitabilidade e pelos novos hábitos e demanda (que eles próprios ajudaram a forjar, fomentar), ilustram uma nova configuração da organização e desenvolvimento desta malha no comércio da cidade. E, da mesma forma, faz imaginar, a partir de um olhar inventivo, as diversas formas pelas quais a população e o cotidiano vão se reorganizando, inventando suas experiências de acordo com as possibilidades e os limites das hierarquias sociais existentes.

Aquele contexto, que incentivou a ação dos particulares a arriscarem em negócios de impressão gráfica, reordenou espaços, funções, forjando necessidades, papéis, profissões, leis, resolvendo problemas que antes não existiam. Os próprios locais de venda, produção e circulação – tratam-se dos pontos mais urbanizados da cidade – constituíam-se gradativamente em grandes e complexos espaços de sociabilidades carioca no século XIX. As tipografias e livrarias passaram a ser frequentadas por redatores e leitores que iniciavam longas conversas, discursos informais, contatos, leituras coletivas, laços de solidariedade, de disputa. Estes ambientes são montados em cima de instâncias de afinidades difusas e variadas sensibilidades (SIRINELLI, 2003).³⁷

O fato é que os papéis impressos “são projetos, na grande maioria das vezes, coletivos” (LUCA, 2006, p.317). E coletivos, por que tomados nas dimensões de produção, redação, circulação, consumo. Neste caso, são diversificados os níveis de envolvimento da cada ator com a empreitada. São muitas mãos, mentes, relações, forças, interesses, objetivos e fins. Muitas vezes, os personagens daquela imprensa são os mesmos da vida política, cultural e das instituições do Estado Imperial (MARTINS e LUCA, 2008). Havia muitos jornais abertos à contribuição literária, e assim, alguns romancistas trabalhavam como jornalistas também. Nos seus escritos, poemas, contos, romances manifestavam simpatias ou desgostos políticos. Eles eram escritores nacionais, que muitas vezes ainda

desde 1848. Conferir: EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. SP: Cia das Letras, 2004.

³⁷ A este respeito, conferir os estudos de Roni Menezes. Este historiador, ao desenvolver pesquisas acerca da trajetória dos integrantes de um determinado grupo sócio-político, que se formou ao longo da segunda metade do século XIX, na província de São Paulo, identifica como uma das redes de socialização do mesmo o *Almanaque Literário de São Paulo (ALSP)*: MENEZES, Roni Cleber Dias de. *O grupo do Almanaque Literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda (1876-1885)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP: 2006.

não gozavam de tanto prestígio, e estavam motivados pelo grande sucesso de obras traduzidas para publicação.³⁸ Eram também mulheres, começando a ser alvo de publicações específicas sobre moda, culinária, nos periódicos de modistas franceses. Entre estes, por exemplo: o *Figaro Chroniqueur*, *Correio das Damas*, *Jornal das Moças Solteiras*. Entretanto, mais que leitores, elas também usavam a imprensa como um canal de reivindicação, de comunicação de legitimação de discursos. Os primeiros manifestos assinados por elas, exigindo participação na vida pública e direitos de cidadania foram publicados em 1823. Outras vezes, a iniciativa foi a de elaborar, redigir e comandar a produção de impressos, como a revista *Belo Sexo* (em 1862, no Rio de Janeiro) e *O Domingo* (em 1874).³⁹

Enfim, todas aquelas pessoas, de perspectivas diferentes, escreviam, debatiam, discursavam, discordavam, opinavam sobre diversos assuntos, introduzindo-os na esfera pública, na imprensa, nos jornais, nos panfletos, nas ruas, nos cafés. Eram sujeitos de pertencimentos, trajetórias e experiências diferentes. Estavam inseridos em jogos de forças com dimensões distintas, colaborando, interferindo. Suas obras, seus escritos são produzidos sob condições complexas, em diversos espaços dentro de um mesmo estabelecimento. Havia diversos níveis a partir dos quais ecoavam as ordens, as ideias, as sugestões, e cada uma das decisões tomadas atuava sobre a leitura (CHARTIER, 1999).

³⁸ Naquele tempo, diversos livros conhecidos atualmente foram publicados inicialmente em folhetins, como *Memórias de um Sargento de Milícias*, entre 27 de junho de 1852 e 31 de julho de 1853.

³⁹ Acerca disso, conferir, entre outros, os trabalhos recentes de JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher. Lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. Tese de doutorado. UFMG: Belo Horizonte, 2008 e NASCIMENTO, Cecília. Vieira. *Mulheres na Imprensa: o semanário O Sexo Feminino (1873/74)*. In: Tarcísio Mauro Vago; Bernardo Jefferson de Oliveira. (Org.). *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

1.1 *Mise en livre*: a materialidade dos impressos

Sem perder de vista que o interesse deste trabalho é investigar os anúncios da instrução particular publicizados por aqueles impressos, torna-se necessário dar a ver os próprios impressos estudados, como prescreve o modelo de investigação dos objetos culturais, o qual procura apanhá-los na sua produção, forma, circulação, frequência, dispositivo e apropriação, tornando-os assim, inseparáveis das formas que o faziam circular. Ou seja, compreendendo as relações do **aspecto material** dos papéis impressos, sua maneira de se apresentar ao público, as características *mise en livre*⁴⁰ de sua circulação, seu *esquema de modelização*⁴¹ (CHARTIER, 1991).

Trata-se, portanto, da caracterização dos periódicos estudados, sendo preciso evidenciar o lugar ocupado pelas publicações na história da imprensa, avaliar sua representatividade, como sugere a historiadora Tânia de Luca:

O momento do lançamento, os nomes de seus idealizadores, diretores, funcionários, atentando para as mudanças que possam ter ocorrido ao longo de sua existência, a tiragem, periodicidade, projeto gráfico (capa, formato, dimensões, tipo de informação contida no frontispício), (...) a forma de apresentação do conteúdo, as seções, a presença de propagandas e outros dados (...) permitem compor o perfil geral do periódico (LUCA, 2006, p. 316).

O percurso metodológico permite observar a linha editorial do material impresso, suas formas de inserção no universo cultural da época em que circulou, e, ao mesmo tempo, aspectos relacionados ao público a quem pretendia destinar-se. Assim, estas análises em conjunto fazem aproximar o pesquisador do objeto no seu próprio lugar de circulação, dimensionando sua singularidade.

⁴⁰ Neste sentido, há dois processos relevantes: *mise en texte* (comandos linguísticos e estéticos inscritos no texto por um autor a fim de produzir certa leitura) e o *mise en livre* (formas tipográficas, estrutura física – condições de produção – que é pensada por editores a partir do tipo de leitura e público que se pretende ter. Diz respeito à materialidade do impresso (CHARTIER, 2007).

⁴¹ O conceito de **esquema de modelização** na obra de Roger Chartier realça a materialidade dos dispositivos textuais e tipográficos, de conformação da leitura postos em relação com as práticas de leitura (formas de apropriação). NUNES & CARVALHO, 2005.

Neste caso, referindo-se a dois tipos de impressos distintos – *Jornal do Commercio* e *Almanak Laemmert* – o trabalho pretende investigar as formas materiais de apresentação de cada um, sendo importante também apreender seus potenciais leitores, assinantes, circulação, periodicidade, valores, editores, conteúdo, locais de venda. Esta operação torna possível investir numa reflexão mais apurada acerca dos registros publicitários inscritos em cada um, e as intenções, ou funções, de suas características (tamanho, forma, valores, dados, quantidade, frequência).

1.1.1 *Journal du Commerce*: folha comercial

Em 1808, surgia um dos primeiros jornais brasileiros, após ser produzido, e publicado em Londres, com o título de *Correio Braziliense*. Foi publicado até 1822, e circulava com exemplares de oitenta a cento e quarenta páginas, dependendo da edição. Como observa a historiadora Isabel Lustosa em *Correio Braziliense (1808 – 1822): a imprensa brasileira nasceu inglesa e liberal*, este impresso

Tinha o formato e o conteúdo apresentado como as revistas acadêmicas de ciências humanas (...) de circulação restrita, tinha um público leitor de no máximo 500 compradores (...). Os documentos reunidos cobrem quase tudo que estava acontecendo de relevante em termos políticos e econômicos na Europa e nas Américas, com ênfase ao que se passava no Brasil e em Portugal (LUSTOSA, 2006, p. 435-436).⁴²

Posteriormente a estas publicações, a circulação de jornais no Brasil aumentou significativamente, ainda nas primeiras décadas do Oitocentos. Em 1812, era possível comprar as edições de *O Patriota*, jornal de cunho literário, com memórias científicas e informações econômicas, como assuntos sobre agricultura. A própria *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciava o começo de circulação de novos impressos, como: *O Conciliador do Reino Unido* (redigido por José da Silva Lisboa), *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum* (do mesmo redator), que se ocupava de assuntos da Instrução Pública, o *Bem da Ordem* (de Francisco Goulart). Logo em seguida surgiam outros, como o *Commercio do Porto* (em 1854), o *Diário de Notícias* (em 1864) que apostava na notícia ao lado de anúncios a preços acessíveis, o *Jornal de Notícias* (em 1865). Além destes exemplares brasileiros, havia aqueles que, vindos de Lisboa, chegavam ao Rio de Janeiro em grande quantidade, como a *Gazeta Universal, Política, Literária e Mercantil*. A dinâmica destes exemplares, e a dimensão de sua circulação nas cidades, é retratada na obra clássica de

⁴² Neste mesmo ano circulou também a *Gazeta do Rio de Janeiro* – que em 1822 passou a ser denominada *Gazeta do Rio* – de periodicidade semanal. Em seu conteúdo era possível encontrar informações acerca do estado de saúde de todos os príncipes da Europa, ilustrações com ofícios, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos a respeito da família reinante, guerras, vacinas, divulgação das atividades do governo, seções de avisos, lista de despachos régios, eventos políticos (SILVA, 2007).

Nelson W. Sodré. Em vinte e seis páginas desta obra, o autor compõe uma lista organizada por ordem alfabética de jornais que circularam no país entre o Império e os anos iniciais da República: são quatrocentos e setenta e quatro títulos diferentes (SODRÉ, 1999).⁴³



O jornal, cujo título foi dado como cópia da edição francesa *Journal du Commerce*, circulou desde o ano de 1827. E, ininterruptamente, o *Jornal do Commercio* é ainda hoje produzido. Localizado com facilidade na Biblioteca Nacional, o impresso tem edições

⁴³ Entre estes, *Echo da Imprensa* (artístico e recreativo, publicado pela *Imperial Associação Tipográfica Fluminense*, que circulou na década de 1850, era semanal, com quatro páginas) e o *Jornal dos Typógrafos* (com quatro páginas, circulou nas décadas de 1850 até 1860, era folha diária, editada pelos tipógrafos do *Jornal do Commercio*, do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Correio Mercantil* (resultado de fundo da greve ocorrida por reivindicação de aumento salarial da classe, em janeiro de 1858). (VITORINO, 2004).

diárias e, todas, disponibilizadas para consulta na instituição. O que, sem dúvida, contribuiu para torná-lo uma escolha como fonte desta investigação.

Consagrado como a mais antiga folha de circulação diária da América Latina, ele surge com características econômicas, exposição de notícias, considerações políticas e uma seção bastante variada e longa de anúncios. É impresso pela *Typographia Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp.*, que posteriormente passou a ser intitulada *Typographia Do Jornal do Comércio de Rodrigues & C.* de propriedade do Francês Junius Constâncio de Villeneuveius.

O jornal era um meio importante de divulgação de notícias comerciais daquele tempo. Em suas páginas, era possível encontrar uma variadíssima lista de informações econômicas, comerciais, industriais (preços, movimentos de importação e exportação, noticiário do país e do exterior, anúncios em destaque), somada às considerações críticas dos *Quadros Políticos* (seção que abria cada edição, relativos ao ano anterior).⁴⁴



Até hoje, encontrado nas bancas e em sua versão *on line* nas páginas da internet.

⁴⁴ Em seu conteúdo também circulavam, esporadicamente, muitos discursos acerca da Instrução Pública, um tema que não estava presente somente nos anúncios. Conferir FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. *O Jornal do Commercio e a educação na primeira metade do século XIX*. In.: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia, 2006.

Seu conteúdo era editado pelo próprio fundador, o francês Pierre-Renè-François Plancher de La Noè, que nasceu na cidade de Mans, em janeiro de 1779. Ele começou a trabalhar como tipógrafo, ou melhor, “operário impressor” em 1798. Anos depois instalou sua própria *Maison d’édition* nos arredores do Quartier Latin Parisiense, como observa o historiador Marco Morel.⁴⁵ Anos depois, em 1824, o especialista da arte gráfica na França veio para o Brasil e recebeu autorização para instalar aqui seu comércio, e chegou trazendo consigo equipamentos, muitos livros encaixotados, e até alguns operários especializados, que trabalharam ao lado dos escravos e negros que operaram a (primeira) máquina de impressão do jornal, como relata Max Fleiuss (*apud* VITORINO, 2004, p. 35).⁴⁶

Instalou na Corte Imperial a badalada Livraria Plancher, na afamada rua do Ouvidor, número 95, que, em 1827 oferecia um catálogo com trezentos e dezessete títulos. Não obstante a importância daquele comércio livreiro na cidade imperial, ele ficou mais conhecido por seu trabalho editorial, com a criação de impressos como *Spectador Brasileiro*, *L’Indépendant – Feuille de Commerce, Politique ET Littéraire* e o *Jornal do Commercio*. Este último, tendo sido consagrado como um periódico regular, diferenciando-se assim de inúmeros outros materiais avulsos de circulação efêmera.

Ao ‘folhear’ uma edição daquele ano, é possível observar o registro de sua orientação editorial, em 12 de outubro de 1827:

A Nação Brasileira [...] não pode sem o mais vivo, sem o mais verdadeiro entusiasmo deixar de publicar sua gratidão, cobrindo de flores o Berço do Jovem Augusto, que na crise da regeneração das Monarquias e das Nações veio eleva-la à huma cathegoria já de muito tempo proporcionada com o estado phisico de suas forças e de seus recursos [...]; no momento [...] em que a Nação Brasileira não tiver mais do que hum só modo de pensar, ver-se-hão os frutos

⁴⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

⁴⁶ O registro daquela data foi feito pelo *Diário do Governo*, em 9 de abril, por alguém que se assinava “O Amigo das Artes”, onde se lia: “Plancher é uma das testemunhas que sobreviveram às calamidades da França e poderá ser mui útil nas nossas circunstâncias para abrir os olhos daqueles que desejarem reproduzir entre nós as mesmas cenas [...]. Dizem-me que ele vai começar os trabalhos da sua Tipografia por um enérgico Discurso aos Brasileiros em que lhes fará ver quanto devem ao bom gênio que os tem desviado dos precipícios em que a França se abismou, por não ter quem se opusesse às suas multiplicadas facções” (SANDRONI, 2006, p.270).

da regeneração, que mudou e transformou a existência política do Brasil. Ducidamo-nos á ser o que devemos ser por huma sincera, e mutua cooperação com o Augusto Criador do Império; e saudemos com transportes de prazer o dia em que appareceo no Throno de Portugal Aquelle que devia erguer hum Throno no Brazil; reunão-se os nossos corações, e formem o monumento de nossa gratidão.

Logo após as primeiras edições circularem na cidade, o jornal acompanha o contexto tumultuado da época, com os tensos primeiros anos da independência. O movimento político observado nas ruas, em outros impressos, nos clubes, repercutiu em suas folhas. Ao lado do *Aurora Fluminense* (de Evaristo da Veiga), participou da propaganda e do processo que culminaria na abdicação de D. Pedro (em 7 de abril de 1831). Naquelas páginas estavam anunciados os acontecimentos de grande importância do quadro político. Embora, algumas vezes, tenha optado estrategicamente pelo silenciamento:

O órgão que espelha esse quadro vulgar é bem o *Jornal do Commércio* (...). Percorreu o período mantendo uma serenidade que seria talvez singular em tão agitada época (...). Encontrará em suas páginas os acontecimentos, porém, não perceberéis os ecos. Essa inalterável tranqüilidade num meio tão agitado, lhe valeram prestígio (SODRÉ, 1999, p. 189).

O *Jornal do Commercio* ia adquirindo cada vez mais visibilidade. Na ausência do diário oficial, os jornais submetiam-se à concorrência pública para obter o monopólio de publicar os debates parlamentares. Quase sempre titular desse privilégio, este impresso publicava o registro dos debates parlamentares previamente taquígrafados. Com efeito, as sessões da Câmara e do Senado passaram a ser transcritas numa sintaxe e num vocabulário mais polido que apagava os regionalismos difundidos na imprensa provincial durante os embates políticos das revoluções regenciais. Naquela conjuntura, Machado de Assis e Gonçalves Dias trabalharam como revisores dos discursos da Câmara e do Senado (ALENCASTRO, 1997, p. 34).⁴⁷ Há outros episódios distintos, e tanto quanto ilustrativos, como aquele datado de 1881, em que o jornal noticia um acontecimento, causando

⁴⁷ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Vida Privada e Ordem privada no Império*. In.: NOVAIS, Fernando & ALENCASTRO, Luis Felipe de (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

inflamadas reações dos grupos que organizavam o movimento republicano e muitas críticas ao Estado Imperial à monarquia. Ele atestava o júbilo nacional pelo nascimento de mais um príncipe da família imperial brasileira. Não tardou, porém, e a *Revista Ilustrada* criticou-o, observando que o mesmo não poderia falar em nome de todos, de uma nação (MELLO, 2007, p. 81).⁴⁸

Em *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*, a historiadora Marialva Barbosa elege para sua investigação os cinco jornais mais importantes do final do século XIX e início do XX. Na identificação dos mesmos, uma curiosa caracterização: o polêmico *Correio da Manhã*, o popularíssimo *Jornal do Brasil*, o conservador *Jornal do Commercio*, a literária *Gazeta de Notícias* e o amigo de todos os governos *O País*. Segundo a autora, há uma acirrada rivalidade entre os jornais, que buscavam conquistar públicos mais amplos e adquirir relevo no mundo social, político e comercial do Rio de Janeiro:

O *jornal do Brasil*, então o mais popular da cidade, se vê ameaçado em 1901, com o lançamento e a rápida ascensão na preferência do público do *Correio da Manhã*. *O país*, que procura alcançar grande número de leitores, e a *Gazeta de Notícias*, pioneira no processo de fazer jornal barato e popular, fazem de suas páginas verdadeiros libelos de denúncias contra o novo *Jornal do Brasil*. **As denúncias de favorecimento, clientelismo e protecionismo também se voltam contra o mais conservador, do ponto de vista editorial, de todos esses periódicos: o *Jornal do Commercio*** (BARBOSA, 2000, p. 25) [grifos meus].

Não obstante a relevância destas considerações, é importante ressaltar que a visibilidade alcançada por este impresso também se deveu ao fato de o mesmo ter contado com a colaboração de destacados nomes da sociedade carioca do século XIX, entre eles: Justiniano José da Rocha, José de Alencar, Guerra Junqueiro, Alcindo Guanabara, José de

⁴⁸ Entre outras questões, como a própria visibilidade política e social desejada, estes episódios envolvem ainda um fato que se relaciona com o financiamento do poder público a estes veículos impressos, haja vista que os jornais dependiam, sobretudo, de verba oficial e não apenas do pequeno anúncio, da publicidade particular. E, neste caso, a extensa correspondência dos redatores chefes, literatos e jornalistas, que ocupam as primeiras posições na hierarquia das redações mostra a importância deste ‘incentivo’ financeiro e dos acordos políticos para a divulgação de feitos ou campanhas ferrenhas contra quem fosse contrário aos interesses do momento: “os jornais se transformam em porta vozes do poder público”. Conferir BARBOSA (2000, p. 149).

Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), Emil Seignot, Francisco Sigaud, César Muzzi, Paula Brito, Fábregas Surigué.

Estes nomes evidenciam a forte cumplicidade entre literatos, políticos e jornais. E o impresso de Plancher tratava esta relação em termos profissionais, pagando 30, 50 e até 60 Réis por colaboração. Por sua vez, os literatos envolvidos com a palavra impressa, pretendiam aumentar o seu poder de ação social sobre as camadas urbanas e vender seus produtos de trabalho ganhando notoriedade: “utilizando-se dos literatos, procuraram atingir um público cada vez mais vasto. Estes, em contrapartida, fazem do jornal um meio de divulgação e de publicação de seus escritos” (BARBOSA, 2000, p. 95).

O *Jornal do Commercio* mantém seu estatuto e posição de apoio a quem está no poder, independente da circulação de pessoas na diretoria administrativa e editorial. O matutino teve como sucessores os franceses Junius Villeneuve, Francisco Picot e Julio de Villeneuve (filho do primeiro e cunhado do segundo) e, em 1890 assume o controle do periódico o senhor José Carlos Rodrigues, antigo correspondente do jornal nos EUA (ficando no cargo até 1915). Sob a direção de José Carlos, muitas personalidades colaboraram: Rui Barbosa, José Veríssimo, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Junior, Afonso Celso, José Maria da Silva Paranhos (filho), Barão do Rio Branco. Durante vários anos, ele chegou a circular com três edições: além da matutina, uma vespertina e outra paulista.

Neste sentido, foi evidenciando um posicionamento político afastado da crítica, da oposição, e também a falta de aspiração por ser popular, fazendo questão de acentuar ser o “jornal das classes conservadoras, lidos pelos políticos, pelos homens de negócios, pelos funcionários graduados” (Idem, p. 41). Mas, como observado anteriormente neste estudo, as prescrições de uso não dão conta dos usos. Tencionando produzir a imagem de um impresso das elites, o *Jornal do Commercio* (ao lado da *Gazeta de Notícias*) tornou-se naquele tempo, o mais lido da Corte Imperial (MELLO, 2007, p.75). Entre a lista de seus consumidores, leitores, ouvintes, estavam ricos industriais, fazendeiros, políticos, e também trabalhadores, empregados do comércio, ambulantes, vendedores, militantes de baixa patente, funcionários públicos, mulheres. Eram muitos os seus leitores habituais ou esporádicos:

Os jornais ampliaram sua rede de leitores com vendas avulsas, o que provocou a reação dos que se desgostavam dos moleques que, aos gritos, anunciavam pelas ruas sua mercadoria. Mas a principal fonte de renda continuou sendo a assinatura, estimulada por prêmios de loteria, segundo modelo criado pelo periódico *A República* e os anúncios (BARBOSA, 2000, p. 78).

Um, entre alguns outros vestígios que permitem uma aproximação razoável em relação aos potenciais leitores dos materiais impressos é o valor comercial a eles atribuídos. Não perdendo de vista que os preços estão vinculados às suas especificidades materiais, como número de páginas, formato, tipos de folhas, capas etc. Mas, no que se refere aos jornais, havia certa unanimidade: apresentavam-se com quatro páginas. Embora o *Jornal do Commercio* tenha chegado a circular com dez, ou até quarenta páginas em edições comemorativas.

Enfim, acerca disso, pode-se construir o seguinte quadro comparativo:

Impressos	Condições
<i>Jornal do Commercio</i>	100 Réis o exemplar, 32 mil Réis por semestre, ou 60 mil anual
<i>Lanterna Mágica</i>	2 mil Réis por trimestre
<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	200 Réis o exemplar ou 5 mil Réis por semestre
<i>O Bem da Ordem</i>	80 Réis o exemplar
<i>Correio do Rio de Janeiro</i>	80 Réis o exemplar
<i>Jornal do Brasil</i>	100 Réis (200 aos domingos), semestral por 16 mil Réis.

E o que estes números têm a dizer? É possível pensá-los como indícios de possíveis apropriações diante de uma sociedade heterogênea. Primeiro, considerando que um escravo de ganho (urbano) recebia entre 80 e 100 Réis como pagamento diário por suas atividades, ele imediatamente deixa de ser afastado da condição de potencial consumidor dos bens impressos, não somente estes jornais citados no quadro, mas folhetos, opúsculos, pasquins, revistas (MOREL, 2005). Pequenos folhetos informativos, vendidos por 10 ou 20 Réis a unidade nos centros urbanos, certamente alcançariam um grupo mais abrangente de pessoas

(com menor poder aquisitivo) que um anuário como o *Almanak Laemmert* (duas mil páginas, capa dura) que custava 6 mil Réis o exemplar na década de 1840. Nota-se, com estas considerações, a importância de observar o documento em sua monumentalidade, com uma crítica que procura dar a ver as suas condições de produção histórica e sua intencionalidade (LE GOFF, 1996).

Por conta desta corrida em busca de melhores resultados no setor e também por conta das atividades cotidianas, desde as primeiras horas da manhã, as redações dos jornais produziam burburinho intenso. De madrugada, por volta das cinco da manhã, o trabalho maior era o de dividir as folhas impressas em maços, que são destinados, pela expedição, aos assinantes e aos vendedores ambulantes, que as fazem chegar aos seus destinatários. E, antes, as tarefas já se concentraram até as vinte e duas horas, porque a paginação, a composição e a impressão devem esperar os últimos telegramas e notícias para o noticiário da manhã seguinte. Além disso, nos jornais de maior visibilidade e estrutura, um redator de plantão permanece no local para qualquer eventualidade (BARBOSA, 2000, p. 185). E no caso do *Jornal do Commercio*, o pioneirismo ocorreu a partir da edição de agosto de 1877, quando começou a publicar os primeiros telegramas, distribuídos pela agência telegráfica Reuter-Havas, substituindo o antigo e demorado método via-correio. Logo a seguir, todos os jornais com colunas internacionais começaram a utilizar também o telegrama.

Este é o jornalismo carioca no século XIX, que nas últimas décadas, assistiu momentos de maior e mais intensa transformação no interior das oficinas, a fazer com que modernas impressoras (que substituíram antigas manuais e máquinas a vapor) produzissem cerca de vinte mil exemplares por hora. Com isso, editoras, como as do *Jornal do Commercio*, *Gazeta*, *O País*, *Jornal do Brasil*, começaram a diversificar os produtos, imprimindo opúsculos de propaganda do próprio jornal, ou de particulares, e folhetins avulsos, que transformam em romances encadernados.

Ao mesmo tempo, mudanças editoriais, nas quais se destacam a inclusão de recursos gráficos, manchetes de página, diminuição do formato dos periódicos, introdução das entrevistas, destaque de reportagens. Aqueles jornais inauguram a nova fórmula de produção: jornal barato, com notícias informativas, de última hora e que valoriza ilustrações. Menos textos e mais recursos que prendessem a atenção do leitor tornavam-se o jeito mais atraente. E neste aspecto, o *Jornal do Commercio* é ilustrativo: a ele foi conferida

a primeira caricatura veiculada em jornal impresso (em 1837), através do pintor brasileiro Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879).

E tão importante quanto as seções informativas, a publicidade também pululava nas páginas dos jornais, dos folhetos, dos almanaques, das gazetas. Assim, foi possível observar nas páginas do *Jornal do Commercio*, um conteúdo diversificado, e, nas linhas dos seus anúncios, publicações de moda, produtos, serviços do mercado carioca, notas públicas e informações gerais do Brasil e do mundo.

1.1.2 *Almanaque Laemmert*: como “uma bússola na vastidão dos mares”

Já na **origem da palavra** começam as dúvidas, e cada uma das variantes se escuda com argumentos plausíveis. Não só o estudo das *mathematicas*, mas o da astrologia foi muito cultivado pelos árabes, que compunham seus almanaks; ora nota-se que nesse idioma AL é o artigo e MANAH o contar. Há quem recorra ao saxônio AL-MONGHT contração de AL-MOONHELD que em velho alemão queria dizer: contendo todas as luas. (...) Querem finalmente que o vocábulo venha de ALMANHA, isto é, estreias em línguas orientais, por costumarem no oriente os astrónomos oferecer no começo do anno, aos seus príncipes, umas ephemérides. (...) Todos os povos que alcançaram as mínimas noções de astronomia tiveram almanaks (Prefácio do *Almanak Laemmert*, 1863, pág VI) [grifos meus].

O fragmento do texto está inscrito em uma das mais de seis páginas de um prefácio, inteiramente dedicado às reflexões e considerações acerca deste tipo de impresso, de suas origens e significativa importância, que circulava na décima nona edição de um almanaque brasileiro. E é a partir das próprias observações de um impresso do gênero que este estudo dá início à análise proposta.

De São Paulo, na América, à Braga, na Europa, almanaques, almanachs, almanaks circulam desde há muito tempo.⁴⁹ E são datações impossíveis de precisar:

A crença na astrologia, que no Oriente permaneceu desde tempo imemorial, tornou os almanaks indispensáveis como fundamento da suposta ciência, que consistia num exato conhecimento do estado dos céus. (...) os habitantes de Alexandria os tinham. Chins, índios, egípcios e gregos os possuíam. Os fastos de Ovídio poetizam em geral as festas anuais dos romanos indicando o seu tempo, as suas causas históricas, as suas fábulas, o nascimento e o ocaso de cada constelação. Os romanos tinham por igual título de fastos uns almanaks, gravados em granito ou mármore, e expostos em lugares públicos da cidade. Havia os fastos sacros ou calendários que como as nossas folhinhas traziam uma relação dos dias e dos meses do ano, festas, audiências dos tribunais. Sob o nome de fastos anuais ou históricos, havia registros de nomes dos consules e outros

⁴⁹ Para LE GOFF (1992), o primeiro exemplar surgiu na Europa em 1455.

magistrados e datas a eles relativos, tudo inscrito em laminas de bronze, e conservado nos arquivos do estado. Ainda se guarda no Capitólio uma longa lista dos fasti consulares gravada, segundo se cre, em tempos de Tibério. Posteriormente ao domínio romano, falham por alguns séculos as tradições, e bem pode ser que este sintoma civilizador, se afogasse nas trevas destas idades. **So há noticia do almanak de Salomão Jarcho composto em 1150 (...)** **Os primeiros almanaks impressos foram os de Regiomontano contendo as posições dos planetas e eclipses, entre 1475 e 1506.** Sendo que desde então tem dado uma cadea ininterrupta de tais publicações, que impossibilita mencioná-las (...) **Existe na biblioteca imperial de Paris um almanak de 1442,** em 1487 Bernardo de Granolachs na Espanha publicava outro (Idem, p.V).[grifos meus]

A cultura de almanaque tem grande visibilidade e penetração social nos séculos XVIII, XIX e XX, principalmente. Estas épocas contabilizam sua maior expressão, diversidade e expansão de um mercado, como deixa ver a lista que segue, contendo alguns, entre os mais de **400 títulos**, disponíveis para consultas no site da Biblioteca Nacional:⁵⁰

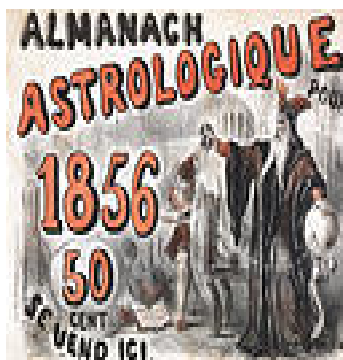
Almanach do Rio de Janeiro (1816 a 1827)

Almanak Popular do Rio de Janeiro e Imperial cidade de Nictheroy (1878)

Almanaque na Corte do Rio de Janeiro – ou Almanaque da Corte do Brasil –
(1810)

L'action Populaire-annuaire-almanach (Paris)

Almanach do Pessoal Docente e Administrativo do Collégio Pedro II (1881)



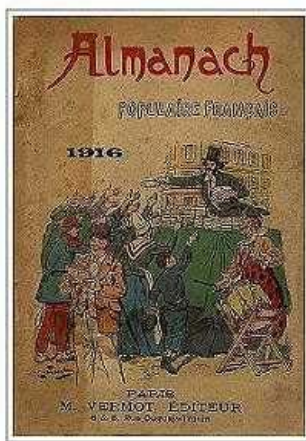
⁵⁰ Número que representa apenas uma estimativa aproximada, que na verdade calcula-se bem maior, a partir da pesquisa realizada pelo acesso virtual disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional: www.bn.br.

Almanak Indispensável (1881)

Almanach Blengini (Turim)

Almanach Bertrand (Lisboa)

Almanak Geral do Império do Brazil (1837)



Almanak Imperial do Commercio das Corporações Civis e Militares do Império do Brasil (1828)

Almanaque do Ensino (1937)

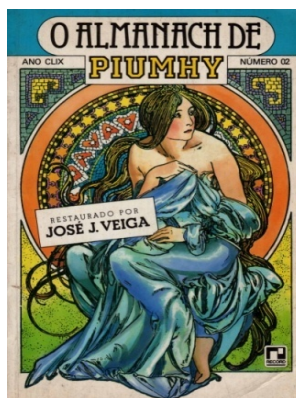
Almanaque de La Ilustracion (Madri - 1877)

Almanak Bibliográfico (1889)



Almanach Familiar para Portugal e Brazil (Braga- 1869)

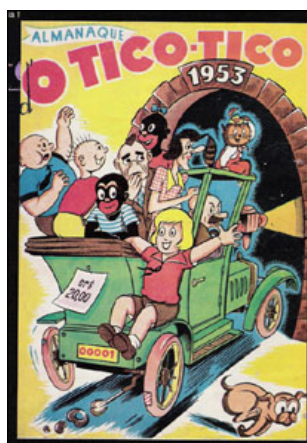
Almanak dos Negociantes do Império do Brasil (1827)



Almanach Piumhy (Minas Gerais 1827 – restaurado em 1984)

Almanak do Amigo dos Surdos Mudos (1888/1889)

Almanak Histórico de Lembranças Brasileiras (1862/1868)



Almanak do Império da Santa Cruz (1880)

Não somente os números, mas, a diversidade que acompanha as diferentes linhas editoriais empregadas em suas publicações, evidencia a visibilidade que este tipo de impresso alcançou naquele tempo. E o registro deste crescimento vertiginoso está inscrito no prefácio do anuário brasileiro, como se vê:

Neste século salvas as exceções de especuladores que não duvidam de envenenar em seu proveito as mentes do povo rude, **estas publicações tem ido tomando uma altura devidamente proporcional à extensão do seu consumo e importancia de sua influencia** (Almanak Laemmert, 1863, p.V) [grifos meus].

O historiador Hans-Jurgen em *Do Almanaque Real ao Almanaque de Quebec: representações do poder, do Estado, emergências da nação* observa: “os almanaques na Europa entre o século XVI e XIX, e no Canadá, até antes da segunda guerra mundial, eram os impressos mais amplamente difundidos” (LUSENBRINK, 2006, p.567).⁵¹ O autor ressalta ainda a existência de uma série de almanaques canadenses-franceses que existiram entre a segunda metade do século XIX e início do XX e que tiveram grande circulação. Contavam de sessenta a cem mil exemplares: *Almanaque do Povo, Almanaque das Famílias, Almanaque Agrícola, Comercial e Histórico*, entre outros. São impressos que “se transformaram num espaço de quarenta anos, de um fino livreto de quarenta e oito ou sessenta e quatro páginas, num livro de duzentas a quatrocentas páginas” (Idem, p.575).

Referindo-se ao estudo de séries de almanaques brasileiros, há o livro *História e leituras de almanaques no Brasil* da pesquisadora Brandini Park. A autora interroga acerca do estatuto de um almanaque, de seu possível público leitor, de sua intenção de circulação. Apesar de recortar no estudo apenas alguns exemplares de almanaques de farmácia (*Almanaque do Jeca Tatu, Biotônico Fontoura*, 1920, por exemplo) publicados entre o final do século XIX e início do XX, suas reflexões tornam possível compreender a riqueza peculiar desta cultura, cujos objetos são ricas fontes para historiografia⁵²:

⁵¹ LUSENBRINK, Hans-Jurgen. *Do Almanaque Real ao Almanaque de Quebec: representações do poder, do Estado, emergências da nação*. In.: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁵² Nas páginas do Almanak Laemmert é possível encontrar dados variadíssimos, como, por exemplo: **Gabinetes de leitura** (Português, Inglês, Francês de M^{lle} Edet na rua do Ouvidor, Francês e português de Mongie, na rua do Ouvidor, Francês e Português de Crémière, na rua da Alfândega e Sociedade Germania com sala de leitura e biblioteca, na rua Fresca, 13.), **Mercadores de livros** (Agostinho de Freitas Guimarães e C., rua do Sabão, 26 - Albino Jordão, vende, compra e troca livros e toma a comissão de obras novas, rua do Ouvidor - Crémière, rua da Alfândega - Désiré Dujardin, livraria belga-francesa, - rua do Ouvidor - Eduardo & Henrique Laemmert, Livraria Universal, rua da Quitanda - Firmin Didot Irmãos, rua da Quitanda - Garnier Irmãos, rua do Ouvidor- Gerard e de Chirten, rua da Quitanda - Junius Villeneuve, rua do Ouvidor - Luís Ernesto Martin, Livraria Portuguesa, rua dos Ourives - Mongier, rua do Ouvidor - Serafim Gonçalves neves, rua da Quitanda - Soares e C., rua da Alfândega - Souza e C. , rua dos Latoeiros.) e **Tipografias** (Do Diário do Rio de Nicolao Lobo Vianna - Do Correio Mercantil, rua da Quitanda - Universal - Imparcial de Francisco de Paula Brito - Americana de Inácio Pereira da Costa - Do Brasil de Justiniano José da Rocha - Brasileira de

Almanaques trazem principalmente a marca dos tempos, reúnem características bastante singulares, capazes de instaurar um tipo de cultura, a cultura de almanaque. A partir da qual, é possível agrupar os mais variados modelos, todas as diferentes formas pelas quais estes impressos se apresentaram, e se apresentam (PARK, 1999, p.56).

Desde suas formas mais simples, como pequeno calendário ilustrado a impressos de mais de mil páginas, almanaques traçam, fazem circular e forjam conteúdos de interesses distintos que se inscreviam nos rituais cotidianos de leitores, assinantes, anunciantes e editores. Longe de exprimirem verdades, deixam ver as pretensões de verdade de um tempo: o que se queria, o que se entendia de civilidade, de nobre, de culto, de asseio, de instrução, de moda, de comportamento, de poder político: “havia nele uma exposição classificada do meio urbano” (LUSENBRINK, 2006, p.569). Para o historiador Nelson Schapochnik:

Os almanaques têm um papel muito importante de você buscar dados para entender a história do livro e da difusão da cultura letrada(...) considero o almanaque uma fonte preciosa para se fazer este mapeamento. É daí que vem a história de se falar em cultura de almanaque (SCHAPOCHNIK, 2004, p.06).⁵³

Nas páginas de almanaques nacionais e estrangeiros é possível recolher dados informativos referentes à uma gama variadíssima de campos de interesse, como evidencia o trabalho da pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Maria Rachel Fróes da Fonseca em *Fontes para a história das ciências da saúde no Brasil (1808-1930)*. Com o objetivo de apresentar um panorama das fontes documentais e dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação representativos para a história das ciências da saúde no Brasil, a autora lista entre uma grande diversidade de registros e testemunhos exemplares o *Almanak Laemmert*, de onde é possível extrair dados das publicidades, como anúncios de médicos,

Crémiér- Carioca de J. I. da Silva e C. - Clássica de Fortunato Antônio de Almeida - Francesa de J. S. Saint Amant - Filantrópica - Nacional - Parisiense - De Agostinho de Freitas Guimarães - De Inocêncio Francisco Torres- De Luiz Antonio Ferreira de Menezes - De Manoel Afonso da Silva Lima - De Manoel Gaspar de Siqueira Rego- De Manoel José Cardoso e c. - De Paula Brito de Rosário e Melo - De Soares e c).

⁵³ SCHAPOCHNIK, Nelson. I Colóquio Internacional de História do Livro e da Leitura no Ceará. Entrevista realizada pelo *Jornal O Povo*. Fortaleza - CE. Edição 30 de Maio, 2004.

instituições de formação, remédios, procedimentos de cirurgia etc.⁵⁴ Além deste, existem exemplos curiosos como a pesquisa relacionada a um sobrenome. Trata-se da genealogia da família Freire. No estudo, este impresso brasileiro é utilizado por ter em suas páginas a recorrência do referido sobrenome.⁵⁵ E ainda, o mesmo almanaque foi usado para recuperar vestígios da história da cerveja no Brasil, cuja publicidade aparece pela primeira vez em 1851, e outras seguem, como a cerveja *Luzo-Brasileira* e a *Independência Brasileira*.⁵⁶

Há termos muito recorrentes inscritos no universo da cultura de almanaque, sem considerar a propaganda: astrologia, tempo, datações, festas, ciência, astronomia, política, previsões, humor. Mesmo longo, o fragmento que segue é interessante:

Sendo livro indispensável, como anuário, a todos os cidadãos, começou a compreender-se que a educação dos povos ganharia em que, ao lado das noções cada anno necessitadas, se fossem introduzindo no animo dos leitores outras noções úteis (...) não há hoje classe na sociedade que na litteratura almenakeira não tenha órgão. **A religião, a historia geral e parcial, a diplomacia, o commercio, a poesia, as varias industrias, a cidade, o campo, a paz, a guerra, o direito civil e político, a hygiene, as anedotas, cada uma das profissões**, tudo isso tem numa ou noutra lingua um almanak que lhe seja destinado. Tornou-se pois a forma almanak uma das mais comuns em nossos tempos para espalhar a instrução e não podem taes obras deixar de merecer os prolfacas daqueles a quem aproveitão (...). **A crença na astrologia**, que no oriente permaneceu desde tempo imemorial, tornou os almanaks indispensaveis como fundamento da suposta sciencia, que consistia num exato conhecimento do estado dos ceus. (...) Estes repositorios continuaram com a mesma natureza (...) as **astrologias** dos romanos e anglo-saxonios, no tempo de Henrique II, na França, começou os almanakas sobrecarregados de **predições** (ora vagas, ora inteligiveis, ora mentirosas) sistema que durante séculos tem se perpetuado e ainda nao extinto. Taes eram as perturbações de taes profecias que no século XVI e XVII esteve proibido inserir nos almanaks profecias políticas (...). Havia s fastos sacros ou **calendários** que como as nossas folhinhas traziam uma **relação dos dias e dos meses do ano, festas, audiencias dos tribunais**. Sob o nome de fastos anaes ou históricos, havia registros de **nomes dos consules e outros magistrados** e datas a eles relativos, tudo inscrito em laminas de bronze, e conservado nos arquivos do

⁵⁴ Conferir: FONSECA, Maria R. Frós da. *Fontes para a história das ciências da saúde no Brasil (1808-1930)*. Revista História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro vol. 9 (suplemento): 275-88, 2002.

⁵⁵ Conferir: www.genealogiafreire.com.br

⁵⁶ Conferir: br.geocities.com/cervisiafilia/cervbras3.htm - 65k

estado. Ainda se guarda no Capitólio uma longa lista dos fasti consulares gravada, segundo se cre, em tempos de tibério. (Almanak Laemmert, 1863, p. I a VI) [grifos meus].

Trata-se de temas comuns ao cotidiano, à organização cultural, política e econômica de uma sociedade. Neste caso, os editores e redatores destes impressos encontravam justificativas para imprimir de legitimidade a ideia de utilidade, defendida em suas páginas. Nas linhas publicadas nos almanaques, de uma maneira geral, é crível esbarrar com árvores genealógicas das famílias reinantes, horários, tarifas e percursos de linhas de transporte marítimo, trens e diligências, informações culturais, artísticas, educacionais, científicas, além de textos literários, humor, passatempos, jogos, origens metafísicas, culinária, religiosidade, natureza, sentimentos, educação, astrologia, **propagandas**, superstições, invenções, anedotas, são miríades de dados que se queriam úteis e que compõem o “livro dos livros”, um almanaque. Para determinados assuntos, existem livros de receita, de nomes, de jardins. Um almanaque é diferente: “ele tem de tudo” (CHARTIER, 1999).⁵⁷

Desta realidade não se distanciou o *Almanak Laemmert*. E foi em 1827 que sua história começou a acontecer. Na França, os irmãos Henrich e Eduard, filhos de F. W. Laemmert, um clérigo protestante de Rosenberg no grão-ducado de Baden, são educados pelo pai em casa, “nas línguas antigas” e instruídos para os negócios do comércio até os 14 anos. Depois, foram enviados para capital, Karlsruhe, para um aprendizado no comércio dos livros. Estudaram o ofício durante cinco anos com impressores e livreiros. Eduardo, ao terminar seus trabalhos, viajou para Paris, onde conseguiu um emprego com Martin Bossange, (cuja tradicional e reconhecida firma tinha sido fundada em 1785). Quando em 1827, Bossange decide fundar uma filial de seu comércio no Brasil, numa sociedade com J. P. Aillaud (outro editor francês de renome, autor de livros escolares). Na ocasião, seus

⁵⁷ CHARTIER, Roger. “Prefácio”. In: *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. PARK, Margareth B. (1999). Neste sentido, a ideia que pretendem carregar estes livros está inserida num tempo em que a imprensa e editoras desempenharam ações significativas na construção e legitimação do projeto de escolarização do social, com uma estratégia de organização minuciosa do consenso social em torno de uma constelação de valores culturais inscritos nos significados da palavra *instruir*. Das causas que combatiam ao conteúdo que julgavam apropriados aos homens daquela época, almanaques e impressos, em geral, assumem a tarefa de educação sanitária, moral, religiosa, produzindo alianças entre publicidade comercial, normas familiares, projetos de higienização, civilidade. Acerca disso, conferir, entre outros, BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2008.

representantes seriam Eduardo e o português chamado Souza. Chegando ao Brasil, Souza e Laemmert instalaram seu comércio na Rua Gonçalves Dias, 88, com o nome de *Souza Laemmert*: “obras francesas modernas de filosofia, administração, artes, ciências, poesias”. Em 1833, o comércio acaba, porque expirou o contrato. Eduardo decide permanecer no país (HALLEWELL, 1974).



Eduardo Laemmert⁵⁸

Algum tempo depois, deu início ao seu próprio negócio (Rua da Quitanda, 77): *Livraria Universal*. Observando um catálogo produzido por este estabelecimento, é possível perceber a diversidade dos títulos comercializados pelo mesmo (cf. ANEXO A).

No final da década de 1830, ainda sozinho, Eduardo começou a organizar mudanças nos negócios da livraria.⁵⁹ Em 1837, inaugurava outro empreendimento, a *Tipografia Universal*, quando seu irmão mais novo, Henrique, veio para o Brasil. Assim, no ano de 1838 é oficializado o comércio em sociedade, e a *Livraria Universal* torna-se *E & H Laemmert* – Mercadores de livros e música.

⁵⁸ Eduardo Von Laemmert registrava suas insígnias e redes de sociabilidades na capa do Almanak: Cônsul de sua Alteza Real o Grão Duque de Baden, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, Membro correspondente do IHGB (são mais de dez). As **medalhas** que ornamentam sua roupa nesta foto são os símbolos destas ordens. Analisado no decorrer dos anos, o livro possibilita identificar que os títulos aumentam e são acumulados ao mesmo tempo em que o *Almanak Laemmert* aumenta o número de impressões, preços e páginas.

⁵⁹ Em 1836, decidiu implantar um setor gráfico, encomendando impressoras na Alemanha e uma no Brasil. Logo depois, volta a Paris para permanecer três meses estudando e conhecendo a arte da tipografia, nas principais impressoras da cidade.



Henrique Laemmert

Os negócios eram variados, mas sempre direcionados ao ofício aprendido pelos irmãos quando ainda jovens, na França. A tipografia cuidava da parte gráfica e das publicações, enquanto a editora financiava esta realização. Além da livraria, editora e tipografia, os Laemmert apareciam em anúncio no próprio anuário como proprietários de uma oficina de encadernação:

Laemmert & C, premiados pelas exposições nacionais. Oficina de encadernação, R dos Inválidos, 71. Vantajosamente conhecida no Império, pelas superiores encadernações, riqueza, elegância e delicadeza, para mimos e presentes; e habilitados para o fabrico de livros em branco para o comercio e repartições públicas. Trata-se na mesma ou na livraria (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1889, p. 663).

Os irmãos franceses começam a investir também na edição de livros e periódicos literários, próprios ou de terceiros.⁶⁰ A primeira publicação foi a *Folhinha Laemmert*, em 1839, um impresso literário de periodicidade anual, redigida por Eduardo e que recebia

⁶⁰ O próprio Imperador visitou oficialmente a tipografia dos irmãos franceses em 1862. Além deste fato que destaca o referido sucesso, este autor frisa a aceitação que os próprios empregados anunciavam, no momento em que os tipógrafos se organizaram em greve por conta das más condições de trabalhos nestes ambientes, especialmente nas oficinas de jornais. Eles discursaram no terceiro número de *O Typógrapho*: “Essa officina é por sem dúvida a que se acha hoje em melhores proporções no Rio de Janeiro”. Conferir HALLEWELL (1985).

muito de seus próprios escritos.⁶¹ Com esta publicação, eles alcançaram, gradativamente, projeção em todo país, somada a outras de suas publicações relacionadas a guias de bolso, também de grande sucesso. Como se vê na quadragésima sexta edição (1889) do *Almanak Laemmert*, os irmãos Henrique e Eduardo comemoram a quinquagésima apresentação anual da folhinha que chegou a circular com cento e dez mil exemplares (cf. ANEXO B). Depois de tantos anos, os negócios do livro, da impressão e da edição iam de vento em popa.⁶²

Em 1859, a empresa contava com cento e vinte funcionários. Possuía, ainda, uma oficina anexa de encadernação com cinquenta homens que produziam cinco mil livros encadernados por mês, além de quatorze mil brochuras.⁶³ Com a ampliação dos investimentos e com a entrada do cunhado dos irmãos, Carlos Guilherme Haring, para gerenciá-la (e ser redator do *Almanak*, entre 1857 até 1871), a sociedade entre os proprietários da tipografia cresceu.

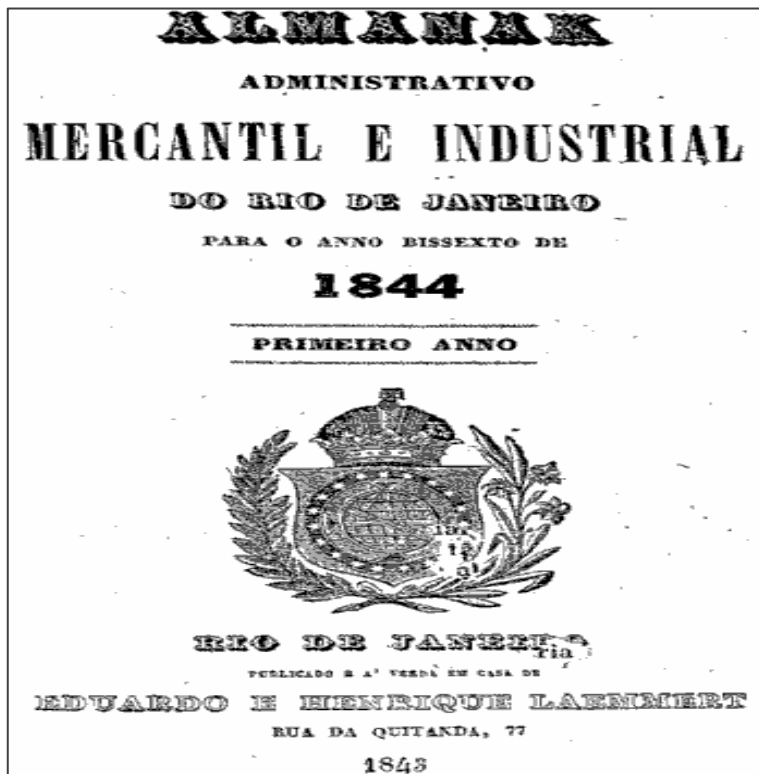
⁶¹ Expõe, nos textos que apresentam a obra em cada ano de publicação, uma rede de sociabilidades peculiar à época, vinculada a este sujeito: Cavalheiro da Imperial Ordem da Rosa; Membro correspondente do IHGB; Cônsul da Alteza Real Grão Duque de Baden. Analisado no decorrer dos anos, o livro possibilita identificar que os títulos aumentam e são acumulados ao mesmo tempo em que o *Almanak Laemmert* aumenta o número de impressões, preços e páginas.

⁶² Embora o anuário tenha sido o carro-chefe da editora, outros livros contribuíram para o êxito da Universal. A maioria era guias de bolso que ostentavam títulos de grande apelo popular, como *Dicionário de medicina doméstica*, *Sucintos conselhos às jovens mães para o tratamento racional de seus filhos* (ambos de Theodore Langgaard, médico dinamarquês radicado no Brasil), *Coleção completa de máximas, pensamentos e reflexões*, do marquês de Maricá, e *Seleções de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil*. Obras técnicas e acadêmicas também tinham vez, como *Navegação interior do Brasil* e *Estudos de literatura contemporânea*. Os Laemmert publicavam ainda livros traduzidos do francês, mas seu forte foram os originais alemães. Editaram Goethe (*Amorosas paixões do jovem Werther*) e foram pioneiros na literatura infantil, com *As viagens de Gulliver*, *Contos seletos das mil e uma noites* e *Aventuras pasmosas do celeberrimo Barão de Münchhausen*, alguns traduzidos por nomes famosos como Capistrano de Abreu e Olavo Bilac. A pesquisadora Alexandra Lima ainda acrescenta a esta lista significativa: (...) a Laemmert se aventurou, embora pouco, no campo dos livros didáticos. *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso, escrito para celebrar os quatrocentos anos do descobrimento do Brasil, teve a primeira edição esgotada em alguns meses e tornou-se leitura obrigatória nas escolas secundárias, dentre outros livros. Esta editora publicou também o primeiro livro didático de história do Brasil indicado pelos programas de ensino do Colégio Pedro II: ABREU E LIMA, Inácio. *Compêndio de História do Brasil*. RJ: Laemmert, 1843 (SILVA, 2008, p.49). Até o fim do seu funcionamento, em 1909, a editora dos Laemmert tinha produzido um total de mil quatrocentos e quarenta trabalhos de autores brasileiros e mais de cerca de quatrocentas traduções em inglês, francês, alemão, italiano (entre seus tradutores estavam o poeta Olavo Bilac, o professor do Colégio Pedro II, Carlos Jansen Muller).

⁶³ Na capa do anuário de 1874, há um prefácio intitulado **“A quem ler”** (assinado pela redação), no qual se lê: “não concluiríamos estas linhas sem o público reconhecimento aos estimáveis empregados da nossa casa, os Srs. José Antônio dos Santos Cardozo e Francisco da Silva Brum. Que em nossa cansada e valentudinária idade, por sua inteligente e assídua coadjuvação muito cooperaram para a publicação e o aperfeiçoamento deste volume”. Nestas linhas é possível observar as redes de sociabilidade que os anos de trabalho na oficina dos Laemmert motivaram.

Na década de 1870, uma mudança significativa ocorre nos negócios da família: Eduardo desligava-se de suas atividades comerciais, deixando a livraria sob administração do seu irmão Henrique, que em 1881 convidaria para sócio **Egon Wadmann Laemmert**, **Artur Sauer** e **Gustavo Massow** (estes dois últimos seus genros). E uma década depois de seu afastamento (em 1880) Eduardo faleceu (cf. ANEXO C). A editora continuou sendo gerenciada pelos sócios acima citados.⁶⁴

Em 1844, cinco anos após o lançamento do folheto literário, os proprietários da *Tipografia Universal* apresentam ao público o livro que seria o trunfo maior do comércio e que, pouco tempo depois, superaria todos os demais impressos do mesmo gênero em exemplares, “sobretudo por ser mais completo” (HALLEWELL, 1985, p.86).



⁶⁴ Nos últimos anos do século XIX, a empresa abriu novas filiais nas províncias de São Paulo e Recife. Na mesma época destas inaugurações, foi reconstruído um antigo prédio da Laemmert, um edifício moderno de três andares, localizado na Rua do Ouvidor (EL FAR, 2003). A tipografia em 1910 passa a ser propriedade de Manuel José da Silva, editor de uma publicação semelhante ao Almanak: o *Anuário Geral de Portugal*. Em seguida, o *Almanak Laemmert* passa a ser *Anuário do Brasil*. Depois de muitos anos, em 1925, o impresso *Anuário do Brasil* é adquirido por membros do Jockey Club do Rio de Janeiro, e recebe outro nome: *Almanack Laemmert Ltda*. Em 1943, ocorreu um incêndio nos espaços da tipografia. Depois daquele incidente, a firma continuou como *Gráfica Laemmert*, publicando livros até 1970.

Intitulado *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*⁶⁵, o anuário ficou conhecido popularmente como *Almanak Laemmert*. Foi publicado regularmente todos os anos, entre 1844 e anos iniciais do século XX.⁶⁶ No texto de “Advertência”, assinado pela redação, em 1854, os irmãos garantem que empenharam todos os esforços em redigir este que é o “filho predileto de nossas empresas literárias”, e é “hoje visto com admiração e citado com elogio”. No prefácio de sua primeira edição, o discurso dos editores Eduardo e Henrique dá a ver a intenção de legitimidade que os mesmos pretendiam empreender à obra, em torno da ideia de sua necessidade e utilidade pública (cf. ANEXO D).

Para tratar especificamente do conteúdo deste impresso, da sua forma de organização e distribuição dos dados informativos, das propagandas etc., pode-se fazer uma amostragem que permite analisar as edições publicadas no século XIX. Assim, serão investigados os exemplares das décadas que sucedem à primeira (1844, 1854, 1864, 1874, 1884), o que permite perceber mudanças e permanências.

No ano de 1844, primeira edição do anuário Laemmert, ele surgia como um “magro voluminho de 288 páginas em formato acanhado”, porém, revestido em capa dura, um sinal de luxo e requinte. Circulava na Corte e província do Rio de Janeiro e era vendido no estabelecimento dos seus próprios comerciantes (ainda na Rua da Quitanda, número 77). Em suas primeiras folhas registravam-se a capa, os Sinaes do porto do Rio de Janeiro, seguido da intervenção escrita de seus proprietários, intitulada “Advertência”. Seguindo nesta estrutura, e assemelhando-se aos demais almanaques que existiam na época, o

⁶⁵ Modificações no título (cf. *site* Fundação Biblioteca Nacional): 1-Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro (1844-1848); 2-Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1849-1863); 3-Almanak da Corte e Província do Rio de Janeiro (1864); 4-Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1865-1871); 5-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos (1872); 6-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província, e a cidade de Santos (1873-1874); 7- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de São Paulo (1875-1881); 8-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro e do município de Santos, na província de S. Paulo (1882); 9-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil (1883-1889); 10-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1890-1893); 11-Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador (1894-1907); 12-Annuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brazil e Indicador (1908-1912); 13-Annuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brazil (1913-1915).

⁶⁶ Mais precisamente 1930, de acordo com informações do site da Biblioteca Nacional.

Laemmert informa sobre as autoridades, a organização administrativa, jurídica, política, social e cultural do Império. Apresentava estes dados como “informações úteis e necessárias”: reis ou imperadores de cada país, o corpo diplomático e consular estrangeiro – residente na Corte (por países), a “Augustíssima Casa Imperial do Brasil” (detalhada entre as páginas 39 e 65), empregados do Paço Imperial, Ministério do Império, Presidentes das províncias, Professores e funcionários da Faculdade de Medicina, Arquivo público do Império, Academia Imperial de Bellas Artes, Biblioteca Nacional, Colégio Pedro II (Funcionários, professores, recursos, tabelas de estudos, funcionamento), Correio Geral da Corte, Escolas Públicas de Primeiras Letras, Jardim Botânico, Passeio Público, Museu Nacional, Ministério da Justiça, Tribunal de Justiça, Juizados, Polícia, Casa de Correção, Corpo Municipal Permanente da Corte, Guarda Nacional, Secretaria dos Negócios Eclesiásticos, Ministério da Marinha. Em seguida, estão disponibilizados os anúncios publicitários do comércio, amplo e geral.

A partir da segunda década de publicação (1854), as alterações, no tocante o seu conteúdo, são mínimas. Uma delas refere-se à organização e redação do impresso, antes registrada como responsabilidade dos próprios irmãos, passa agora a ser assinada somente por Eduardo Laemmert. Contando cerca de 940 páginas, o anuário altera-se de forma mais significativa em relação à sua estrutura. As informações estão detalhadas: Almanak (592 páginas) – anúncios, informações úteis, calendário e dados acerca da administração Imperial,⁶⁷ uma seção identificada como Províncias (231 páginas) – onde constam informações mais específicas acerca de cada província⁶⁸, e, por fim, um outro acréscimo intitulado Suplemento (158 páginas) – com a sugestão de livros “interessantes”, com valores de condecorações honoríficas de ordens (como a Ordem da Rosa), nominatas de

⁶⁷ Calendário, Ordens, insígnias e medalhas do Império (descrição das medalhas, formato e cores, a história e data de suas concessões), Ordens estrangeiras da Augustíssima Família Imperial (suas explicações), Casa imperial (23 à 54): família (filhos, tios, sobrinhos, netos....) Corte Imperial “Grandes do Império” (Marqueses, viscondes, barões, Necrológico das casas titulares: Ex.: Barão de Itamaraty, com 2 páginas), Ministros do Estado, Bispos e Arcebispos, Representação Nacional (Senadores – Por Províncias/ Câmara dos Deputados), Ministérios do Negócio do Império, Faculdade de Medicina/ Lazareto de Jurujuba/ Junta de Higiene/ Arquivo Público/ Museu Nacional/ Correios (informações muito mais detalhadas)/ Colégio Pedro II/ Aula do Comércio/ Professores Públicos/ Escolas Públicas (por freguesia)/ Inspeção Geral da Obras Públicas/ Jardim Botânico/ Ministério dos Negócios da Justiça e Eclesiásticos/ Tribunal do Comércio/ Ministério da Justiça/ Casa de Correção/ Negócios Eclesiásticos/ Ministério da Fazenda / Ministério da Marinha / Ministério dos Estrangeiros/ Ministério da Guerra / Municipalidade / Sociedades Institutos.

⁶⁸ Seu conteúdo registra nota geográfica, divisão administrativa, eclesiástica e jurídica de cada província, autoridades, instituições, negociantes etc..

oficiais da Corte, nobreza titulada, decretos e leis, lista dos assinantes do Almanak, dados estatísticos e censo.

A partir da leitura desta listagem é possível se aproximar dos lugares pelos quais circulava o livro, das mãos por que passou, dos usos possíveis de seu conteúdo. Ao mesmo tempo, é possível deparar-se com as prescrições destes usos, com a vontade de verdade que o impresso pretende imprimir às suas apropriações. Os “protetores da empresa”, como são identificados pelos editores, têm detalhados não somente seus nomes. Para produzir o efeito desejado, é preciso dar a ver que o mesmo faz parte do cotidiano de grandes figuras sociais. Com isso, procura-se criar certo grau de publicidade e a intenção de fazer aparecer um tipo de “sentimento aristocrático”, legitimando a clivagem entre elementos constitutivos da sociedade imperial (MATTOS, 2004).⁶⁹

Assim, são registrados endereços, atividades profissionais (ausente em alguns nomes), títulos de nobreza ou pertencimentos a ordens religiosas e políticas, informações nas quais constam as marcas da visibilidade crescente que vinha adquirindo o Almanak Laemmert no decorrer dos anos de publicação. Por exemplo, entre a primeira relação publicada (1845) e sua 12ª (1859), houve um crescimento de quase 300% do número dos nomes. De 137 assinantes para mais de 380, que, na verdade, são relativos, visto que, na referida lista, constam somente os nomes que ainda não foram citados no corpo do Almanak, pela publicidade (cf. ANEXO E).

Na lista da edição de 1874, cujos nomes estão distribuídos e organizados por cidades da província do Rio de Janeiro e São Paulo, constam pessoas físicas e jurídicas (empresas, comércios, repartições públicas, câmaras municipais). E entre personalidades ilustres (Commendador Duarte Gomes da Assunção, Capitão José Simplício Ribeiro, Dr. Manoel Antônio Fernandes, Bacharel Domingos Albuquerque de Farcelos Cordeiro, Barão de Ipiabas), pode ser encontrado um leitor comum do *Almanak Laemmert*: Francisco José de Assis, que, se não fosse pai do escritor brasileiro Machado de Assis, passaria despercebido na lista (como tantos outros que o leitor certamente nem se deu conta de identificar) como um pintor mulato da Corte Imperial, que vivia na cidade de Santa Maria Madalena. Portanto, a obra passava entre variadíssimas mãos: operários, capitães,

⁶⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

trabalhadores liberais, repartições públicas, pequenos comerciantes, barões, doutores, proprietários.

Outros vestígios ainda são críveis nesta incursão. Trata-se da relação que pretende estabelecer os editores do livro com o público. A interação entre público (leitor/consumidor) e editor (produtor, redator) é marcada e salientada na maioria dos textos de apresentação do anuário (Prólogo, Para quem ler, Advertência, Prefácio). Para eles, estas pessoas tornavam-se “credores do íntimo reconhecimento da redação”, e a eles era solicitada participação na composição e atualização dos dados publicados, sugestões, esclarecimentos, envio de novos registros cabíveis num almanaque: “cooperação das repartições públicas, pessoas particulares (...) que se prestam a fornecer as informações mais necessárias e dados interessantes” (*Almanak Laemmert*, 1848). Isto estava longe de ser peculiaridade do anuário dos irmãos franceses, mas uma experiência recorrente nesta cultura de almanaques.⁷⁰

De acordo com os apontamentos de Brandini Park, um almanaque muda para permanecer (PARK, 1999). E o Laemmert seguiu à risca esta regra. São muitas mudanças ao longo das cinco décadas de suas publicações no século XIX. Em 1864, o livro, que já contava com 1.445 páginas, passa a ser redigido por Carlos Guilherme Haring (presidente da Imperial Associação Tipográfica Fluminense). A distribuição dos conteúdos segue com novidades: Almanak (712páginas), Província (400), Suplemento (256) e, a novidade, intitulada “Notabilidades” com 74 páginas (anexo com distribuição gratuita na compra do Almanak, em que são descritas as profissões comerciais e industriais “notáveis” do Rio de Janeiro, por nomes e endereços). Outra inovação em relação à estrutura organizacional da obra é a inclusão de um segundo índice, sem a indicação de cada página correlata aos assuntos, mas que salienta resumidamente os temas tratados no anuário: “Índice Geral Resumido”.⁷¹ Que em outras edições, como a de 1875, ganha nova nomenclatura (cf. ANEXO F).

⁷⁰ Cf. PARK, (1999).

⁷¹ Seguindo nas primeiras páginas que introduzem a obra, os editores apresentam uma estratégia comercial. Trata-se da publicidade das “obras necessárias a todos os cidadãos” que estão à venda na *Livraria Universal: Manual do edificante, do proprietário e do inquilino* (com comentários sobre a obra e preço: brochado 5\$500 e encadernado 6\$000); *Novíssima guia para eleitores e votantes* (de Josino do Nascimento Silva. B: 2\$000 E: 2\$500); redução de preço: *L'Oyapoc et L'Amazone* (de Joaquim Caetano da Silva, de 12 mil por cinco mil réis); *Manual do Cidadão Brasileiro - 12 volumes* (B: 16\$000 E: 20\$000); *Manual abreviado do cidadão*

Na década de 1870, o endereço do estabelecimento é transferido para a afamada Rua do Ouvidor, o que certamente possibilitou uma maior visibilidade para os negócios (1874). E ao lado desta mudança, a circulação é ampliada: antes Corte e Província do Rio de Janeiro, agora estendida à cidade de Santos (São Paulo). Porém, não restrita a estas localidades, a venda do *Almanak Laemmert* se dava em todo o Império, e ainda em alguns países do exterior, como faz questão de registrar em suas páginas (cf. ANEXO G).

Distribuído num total de 1.867 páginas (sendo: 944 páginas de Almanak; 304 da seção Províncias; 308 Suplemento; 58 Notabilidades), o anuário passa a fazer circular naquele ano uma nova seção intitulada Guia, com cento e cinquenta e duas laudas, onde constam o endereço de “altos funcionários, negociantes, proprietários” e outros “principais habitantes do Império” (cf. ANEXO H).

Em 1884, o Almanak Administrativo conta com um total de 2.554 páginas, distribuídas a partir de uma nova configuração: 2.094 páginas do Almanak, 428 de um Indicador (publicação anexa ao Almanak, porém, não inserida diretamente em seus conteúdos, que sai à venda nos meses de março de cada ano, e onde se encontra a lista dos habitantes, da Corte e Niterói, os acréscimos e alterações do anuário) e um Catálogo, 32 páginas (com as obras editadas e/ou vendidas pela editora e tipografia dos Laemmert).

Veem-se uma nova disposição, organização e formato. Ao lado destas inovações, a função de editor recebe novo ocupante, como esclarece a obra: “Fundado por Eduardo. Reformada e novamente organizada por Arthur Sauer”, quem assina o Prólogo daquele ano. Sauer era genro de Eduardo e diretor da *Companhia Typográfica do Brazil*, além de sócio efetivo do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (desde 1891). Posterior ao ano de 1900, ele se torna editor e proprietário do *Almanak Laemmert*, que em 1902 (59ª ano) circula com 1.772 páginas.

Uma das informações mais difíceis de encontrar neste processo de investigação, e ainda não satisfeita, é o número de tiragens do livro. Interessaria saber a quantidade dos exemplares da obra que era produzida anualmente e sua movimentação que, supõe-se, é crescente. Não encontrada de forma explícita em nenhuma das edições (e suas respectivas seções, como os prólogos, o suplemento, o índice, etc.), resta contentar-se com um pequeno

(constituição política, código criminal, código do processo por 10\$000) e *Regimento das custas judiciárias* (por B: 1\$000 E: 1\$300).

vestígio garimpado no prefácio de 1854. No fragmento, cujo intuito era justificar o atraso da obra (saindo naquele ano em janeiro e não em dezembro como costume), os irmãos Laemmert observam: “os milhares de exemplares deste Almanak”. Com isso, pode-se imaginar que, no mínimo, mil obras eram produzidas (sendo quase 40% dos consumidores assinantes, e 60% compradores de venda avulsa no país e no exterior).⁷²

Em relação aos valores para aquisição da obra, sabe-se que, até 1845, a assinatura custava “o modicíssimo preço de dois mil réis”, quando, no ano seguinte, aumentava para dois mil e quinhentos Réis. Valores que são permanentemente reajustados até alcançar o preço de seis mil Réis. Trata-se de um aumento justificado, segundo os redatores, pelo número de páginas acrescidas ao longo das publicações, o que concorreu para tornar a obra mais completa, mais vantajosa. Embora o custo da mesma não seja compensado somente com a venda do exemplar, haja vista que os milhares de anúncios publicizados no impresso também são cobrados.⁷³

Na seção “Observação” (1874), a redação indica que “com o fim único de cobrirmos as despesas da imprensa e do papel é que estabelecemos a seguinte módica retribuição”: 15\$000 (quinze mil réis) pelo anúncio de uma página inteira, 8\$000 por meia página, um quarto desta por 4\$000, ou ainda \$320 réis por cada linha (cf. ANEXO I). Por conta desta variação de preços, que se somava à variedade de conteúdos, aqueles anúncios eram significativamente diversificados.

Havia registros da vida política da Corte e do país (pode ser exemplificado pela lista de eleitores da Corte e província do Rio de Janeiro, publicada na edição de 1875, p.22), dados informativos, culturais e administrativos que compunham o *Almanak Laemmert*. Observando algumas páginas do seu índice identifica-se a divulgação e oferta de serviços profissionais (liberais e públicos) dos mais diversos ramos de atividade, periódicos publicados na Corte e outras localidades, instituições religiosas, sociedades de leitura,

⁷² Este fato intriga bastante, mormente ao perceber que outros dados são sempre publicados, como os referentes aos valores para compra e assinatura regular. Qual a razão existente em não divulgar a quantidade de impressos produzidos anualmente pela *Tipografia Universal*, se este tipo de registro foi feito em relação à *Folhinha Literária Laemmert* (110 mil exemplares, como relatado acima)? Diante da impossibilidade de galgar as respostas plausíveis, cabe ir adiante e deixar a lacuna para outras investigações.

⁷³ Na edição de 1874, observam-se algumas informações no corpo do *Almanak*, que antecedem as seções de anúncios propriamente ditos: “É grátis a inserção das denominações e sedes de sociedades, empresas e corporações, das firmas commerciaes com as respectivas sedes e bem assim dos nomes, títulos, profissões e artes de todos os habitantes do império”.

comércios, boticas, livrarias e tipografias, academias científicas, escolas, aulas avulsas e colégios (públicos, privados, militares, religiosos), hospitais, asilos, associações, e etc. (cf. ANEXO J). Ou seja, a mesma diversidade de assuntos que se via nas folhas do *Jornal do Commercio*. Neste sentido, o investimento proposto é, justamente, ler e analisar aqueles anúncios do noticiário com circulação diária e do anuário dos Laemmert, recortando, porém, entre os registros gerais, os que apresentavam os serviços do comércio da instrução particular.

**II – PROPAGANDAS: ALMA,
CABEÇA, TRONCO E MEMBRO
DOS NEGÓCIOS**

Na tarefa de investigar os anúncios da instrução primária de iniciativa dos particulares publicizados por impressos do século XIX, viu-se a necessidade de historicizar, e dar a ver os próprios impressos estudados e a conjuntura em que se inscreviam. Importou saber valores, formato, peridiodicidade, no intuito de compreender suas possíveis formas de apropriação, os locais de sua circulação, seus potenciais leitores e consumidores, não perdendo de vista a importância das especificidades de cada um para a análise proposta (*Jornal do Commercio e Almanak Laemmert*). Com isso, tencionou-se tornar mais apurada a reflexão acerca dos registros publicitários inscritos em cada um, e as prescrições, ou funções, de suas características (tamanho, forma, valores, dados, quantidade, frequência).

Foi possível notar naqueles impressos do Oitocentos várias seções como comentários políticos, notas informativas, calendário, balanço econômico, informações sobre burocracias do império e outros. E, tão importante quanto aqueles, eram os anúncios que pululavam nas páginas dos jornais, folhetos, almanaques, gazetas, cartazes. Se os espaços informativos, os quadros políticos, as cartas de leitores, com queixas e sugestões, dão a ver vários aspectos da cidade, de experiências sociais, políticas, culturais e econômicas, esses registros evidenciam formas de morar, comer, se comunicar, vestir, entreter, ensinar, trabalhar, relacionar-se, que se prescreviam como as mais modernas, adequadas e corretas naquele tempo.⁷⁴

Segundo Luis Fernando Cerri, a análise da publicidade permite ver que até sonhos e desejos são históricos. Em *Vendendo o peixe*, este autor observa:

O que dá riqueza às peças publicitárias como documentos históricos para uso científico ou didático é o objetivo para o qual são produzidas: vender produtos, idéias e instituições para o público

⁷⁴ Salário mensal anunciado para cozinheiro: 14\$400 Réis (1808). Outro anúncio exigia certas habilidades e fidelidade, oferecia 12\$800 Réis. Segundo o autor, eram, sobretudo, os ingleses que procuravam este tipo de serviço de criadagem. Um tipo de serviço que começava a surgir era o aluguel de negras ou pardas forras para o serviço doméstico, em vez de comprar escravas. Nos anúncios de compra e venda de escravos, as habilidades de cada um deles era salientada, saber comprar, fazer velas, sabão etc. Os dotes de cozinheiros não era exclusividades dos escravos mas negros livres também ofereciam estes serviços. “Embora só os brancos fossem mestres de um ofício, o escravo urbano podia chegar a oficial, deixando a condição de aprendiz”. Nos anúncios apareciam como oficiais de alfaiate, de ferreiro, de pedreiro, sapateiro, surrados, torneiro. Nem sempre era na casa do senhor que eles aprendiam os ofícios, demonstra um anúncio de 1819, em que publica: “quem desejar por negros ou negras de 8 até 10 anos de idade a aprender o ofício de jardineiro, cocheiro ou cozinheiro, e além disso a ler e escrever, contar e coser, dirija-se a casa de Carlos Durand e Cia. Condições, ter boa saúde, ter duas camisas, calças e jaqueta. O escravo ficará por três anos com a pessoa que dele se encarregar.

consumidor (...) **A mensagem publicitária se dirige ao conjunto de imagens, símbolos, desejos e medos que, embora variem um pouco de pessoa para pessoa, constituem um padrão cultural de cada sociedade**, chamado de imaginário pelos estudiosos das ciências humanas. Esse imaginário não é estático, e sim reorganizado conforme as necessidades e características de cada momento histórico⁷⁵ [grifos meus].

Neste sentido, investigados como fonte, os anúncios demonstram o que se pretendia que fosse valorizado culturalmente, e, por isso, merecia ser divulgado, publicizado para ser consumido.

Analisando os impactos do diversificado fluxo (importação) e comércio de mercadorias na província do Rio de Janeiro no interior dos espaços domésticos, a pesquisadora Suely Costa investigou, entre outras fontes, anúncios publicados em jornais, gazetas e almanaques do Dezenove. Segundo ela, “os impactos da diversificação de mercadorias e serviços (...) incidiram de forma marcante nos hábitos” daquela população (COSTA, 1996, p. 525). Intensificaram-se medidas de estímulo ao consumo, entre elas, a publicidade. Armazéns, casas de atacados anunciavam o funcionamento do seu comércio. Registravam a regularidade do fornecimento de algodão, açúcar, azeite de peixe, café, carne-seca, produtos químicos, vinhos.

A Loja de Cera de Antonio Luis dos Santos Lima, na rua da Candelária, vendia em 1850, “por cômodo preço”, cera em tochas e velas de todos os tamanhos (Almanak Laemmert, 1871, p.507), e como ele, muitos outros anunciantes (cf. ANEXO L). Este tipo de anúncio, muito comum naquele tempo, permite observar um movimento histórico que é analisado por esta autora. Antes do crescimento e aceleração das atividades fabris, este produto (e outros, como sabão, velas, branqueadores de tecidos, vinagres, fios, tecidos, roupas) era comumente feito nas próprias residências. Cedendo aos apelos do mercado, que prometia facilidades e comodismo àquelas pessoas que dispunham de condições financeiras para tal, passaram a adquirir utensílios, serviços e materiais nas lojas especializadas. Com isso, o comércio da cidade fervia em concorrência, ofertas, publicidade, diversidade e promoções. E, ao lado de materiais funcionais, úteis e práticos, como sabão ou vela,

⁷⁵ CERRI, Luis Fernando. Vendendo o Peixe. *Revista de História*. Biblioteca Nacional. Agosto, 2006.

comercializados naquele tempo, eram também anunciados serviços e produtos para solucionar problemas que antes não existiam, como objetos finos de moda, enfeites para as casas, papéis de parede⁷⁶, bem como “máquinas de despolpar café, de lavar e de costura” (COSTA, 1996, p.547). As peças para costura chegaram ao Brasil na década de 1860 e em 1870 o seu comércio diversificara a oferta de marcas e tipos. No impresso *O anúncio*, de 25 de fevereiro de 1874, a propaganda registrava: “Weed, de dois pontos para famílias e de agulha direita para alfaiates”, vendidas na rua dos Ourives, número 56. Os preços variavam: 40\$000 Réis para o primeiro modelo e 60\$000 para o segundo (p.3). Em anúncio do dia seguinte, o folheto publicava que *Dwinal & C.* eram os proprietários do estabelecimento de máquinas de costura dos afamados fabricantes *Grover & Baker* (p.1).

Nas páginas do *Almanaque Ilustrado do Mequetrefe*, do ano de 1878, havia anúncios de oficinas de funileiro, lampistas e de uma recente atividade: bombeiro hidráulico. Na propaganda, explicava-se a profissão como “especialidade de encanamento de chumbo para água e de cobre e folha e zinco para telhados e latrinas” (p.60). No ramo, havia a loja *Casa Vermelha*, “estabelecimento de galvanismo, banheiro hidráulico e aparelhador de gás”, que só vendia e alugava peças de iluminação: “amarelas, candelabros, serpentinas e lustres para igrejas” (p. 89).

Algumas consequências do ritmo acelerado daquele comércio também podem ser observadas nos próprios anúncios. Para aquelas pessoas que não administraram bem seus rendimentos, comprando acima do que seus ordenados permitiram, ou mesmo para aquelas que desejavam consumir objetos em última moda, mas não dispunham de valores no momento, havia publicidade de muitos escritórios e agências para empréstimo. Vinte e um estabelecimentos de penhoras aceitavam “prata, ouro, brilhantes, casas, escravos, fazendas (...) e outros quaisquer objetos de valor”. E algumas incontáveis casas de câmbio que anunciavam serviços de venda de bilhetes afiançados pelo Tesouro Nacional (cf. ANEXO M).

Nelson Werneck Sodré registra algumas observações referentes às características particulares dos anúncios na sociedade do século XIX, salientando o pioneirismo da época em dar à publicidade, apresentação gráfica destacada. Acerca disso, ele destaca o comentário

⁷⁶ Somente na rua do Ouvidor existiam 22 lojas francesas de moda como deixa ver o *Almanak Laemmert*, em sua edição de 1871 (cf. ANEXO C).

de um francês, editor e correspondente do *Jornal de Paris*, Max Leclerc (1889): “nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página, transbordam de todos os lados, os espaços que deixam à redação é muito restrito” (SODRÉ, 1999, p.252). Havia, até mesmo, publicidade dos concorrentes do mercado de impressos, como deixa ver a edição de dezembro de 1853 do *Jornal do Commercio*, em que se encontra o anúncio das “afamadas *Folhinhas de Laemmert* para 1854. Organizadas com a reforma dos dias santos, para todos os bispados do Império”. O *Jornal do Commercio* apresentou também inúmeras novidades relacionadas à área de publicidade naquele tempo, entre elas a apresentação dos registros publicitários em primeira página, com destaque, nos anos de 1870.

Desde os primeiros jornais que circulavam ainda na América Portuguesa, como *Idade d'Ouro* (publicado na Bahia em 1813), muitos anúncios começaram a aparecer. Porém, o que os diferenciava da publicidade da segunda metade do Dezenove é o espaço destinado aos mesmos nos impressos. Antes, eles estavam localizados na seção de avisos, sem espaço ou seção específica para tal fim. Fato semelhante ocorria nas edições iniciais da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

De acordo com o especialista da área de comunicação e publicidade, Adolpho Queiroz (2007),⁷⁷ no cenário brasileiro a disseminação dos papéis impressos e o desenvolvimento da publicidade caminharam juntos, como parceiros. A propaganda no século XIX, antes da imprensa, se fazia exclusivamente por cartazes manuscritos ou nas vozes que anunciavam as novidades e os serviços, como observa José R. Penteado. Em *A propaganda antiga*, este autor recompõe anúncios publicitários antigos, publicados no Brasil e em Portugal.⁷⁸ Penteado procura evidenciar o linguajar típico da época e, com humor e muitas ilustrações contemporâneas, fala de ruas e personagens como o corretor de imóveis, o dono de boticas, o mestre-ferrador, relojoeiros, compositores etc. O interessante deste estudo é perceber a intensa atividade publicitária daqueles anos iniciais do Dezenove. Posteriormente, com a atividade impressa e sua disseminação, a publicidade tornava-se cada vez mais recorrente nos vários tipos de materiais impressos que circulavam, tornando-se um negócio lucrativo para os editores e para os comerciantes. Até que, a partir do final do século, ela começou a se tornar uma responsabilidade reivindicada por profissionais

⁷⁷ QUEIROZ, Adolpho. Inventário acadêmico e profissional da história da propaganda no Brasil. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Pós Com-Methodista, A. 29, N. 49, p. 85-104, 2007.

⁷⁸ PENTEADO, José Whitaker. *A propaganda antiga*. São Paulo: Editora Pioneira, 1974.

especializados: em 1891 era fundada na província de São Paulo a primeira agência de propaganda do Brasil – *Empresa de Publicidade e Comercio* – que funcionou até 1915.

De uma maneira geral, a propaganda ia galgando espaços e importância cada vez mais crescente, inicialmente circulando nas formas manuscritas e na comunicação oral e, com o tempo, inscrevendo-se no mercado impresso. Na Inglaterra, os primeiros anúncios foram publicados nos jornais em 1650, numa época que um diário de Londres tinha, em média, seis anúncios, e, cem anos depois (1750) já eram mais de 50 por edição (SIMÕES, 2006).⁷⁹

Uma característica particular daqueles anúncios que circulavam na Corte Imperial, no Brasil, segundo Ricardo Ramos e Pyr Marcondes (1995), é que a escrita daqueles registros tinha caráter fortemente explicativo. E, de acordo com estes autores, isso em *marketing* classifica-se como demanda primária. Ou seja, a etapa em que é necessário criar, incitar, forjar novos hábitos, e fazer com que o consumidor aprenda a usar produtos que desconhece e que o mesmo se torne necessário.⁸⁰

Este é também o retrato de muitas daquelas propagandas que se encontravam nas páginas do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert*. O impresso diário (*Jornal do Commercio*) expunha em suas edições diárias uma seção bastante variada e longa de anúncios descritivos, explicativos: máquinas de costura, leilões, escravos fugidos, professores particulares, advogados, remédios, tipografias, colégios, tecidos, ervas medicinais, consertadores de pianos.⁸¹

⁷⁹ Nos anos iniciais do Oitocentos, jornais ingleses como *London Gazette* anunciavam companhias de navegação, peças teatrais, corridas de cavalos, serviços de médicos e dentistas e produtos como a Tinta em Pó de Holman — “um tablete dissolvido em água rende 1 pint (568 mililitros) de tinta”, segundo o fabricante. Já nos Estados Unidos, os primeiros anúncios foram publicados em 1704, no *Jornal Boston Newsletter*. Em 1729, Benjamin Franklin comprou o *Pennsylvania Gazette*, na cidade de Filadélfia e destinou várias páginas do jornal às propagandas: serviços de artesãos e comerciantes e o movimento dos navios nos portos americanos. Cf. SIMÕES, Roberto. *A Propaganda no Brasil. Evolução Histórica*. Instituto Cultural da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. São Paulo: Referência, 2006.

⁸⁰ RAMOS, Ricardo e MARCONDES, Pyr. *200 anos de propaganda: do reclame ao cyber-anúncio*. São Paulo: Editora Meio e Mensagem, 1995.

⁸¹ Por tratar-se de um impresso com edição diária, a estratégia de investigação será a da amostragem. Se fosse recoberta toda a periodização da pesquisa, duas décadas (1854 a 1874) haveria um número quase imensurável de anúncios (há uma média de 8 anúncios por jornal) e edições para analisar (aproximadamente 600 mil anúncios e cerca de 8 mil edições). Para ser exequível, será feito um recorte de quinquênios: 1854, 1859, 1864, 1869, 1874. Com isso, produz-se uma lista de 2 mil edições e mais de 150 mil propagandas para serem lidas. Mesmo sendo um número ainda grande, diz-se exequível porque muitas propagandas são repetidas durante uma semana, uma quinzena, ou até um mês. E também, alguns anúncios são de colégios do curso secundário ou mesmo de outras cidades que não a Corte Imperial, como Petrópolis, Valença, Nova Friburgo, Vassouras, etc. Ambos, recortes não tomados no estudo proposto.

No *Almanak Laemmert* era possível encontrar variados aspectos de toda a cidade do Rio de Janeiro anunciada em suas mais de mil páginas em cada edição anual. Nele, estavam registrados anúncios dos diversos ramos de atividade do comércio, da burocracia do Estado Imperial, calendário com festas e eventos sociais e religiosos (cf. ANEXO N). Nestes termos, compreende-se estar diante de elementos bastante particulares de uma cultura. Aqueles anúncios são vestígios do que era valorizado culturalmente, ou melhor, do que se pretendia que fosse, e, por isso, merecia ser divulgado, publicizado para ser consumido, vendido, desejado.

A partir do uso destes diferentes materiais, foi possível perceber que o conteúdo daquelas propagandas variava de acordo com o tipo e a forma de impresso em que estava publicado. A publicidade do jornal, por ser papel diário, buscava a atualização constante do comércio, com informes sobre mudanças de endereços, promoções, novidades, alteração de valores. No anuário, o que se via com mais frequência era a descrição mais geral das atividades do comércio, justamente por que suas edições eram únicas ao ano. Neste sentido, pode-se compreender melhor a propaganda relativa ao comércio da instrução primária na Corte Imperial entre os anos 1854, 1864 e 1874.⁸²

Como já se viu em relação à publicidade geral, a tradição de anunciar a educação particular nos impressos é também anterior a este recorte operado no estudo. Desde o início do Dezenove havia impressos que circulavam com este serviço, e um exemplo é o *Almanaque da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, onde se veem anúncios do Seminário São Pedro, da Aula do Comércio. Da mesma forma, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que existia desde 1808 e também fazia circular aquele tipo de propaganda. A título de exemplo, pode ser mencionado o anúncio do ano de 1818, no qual Madame Clementiny oferecia as aulas de francês e música que ministrava em sua casa:

Madame Clementiny, novamente chegada a esta cidade, tendo dirigido em França por espaço de dez anos uma casa de educação de meninas, propõem-se a dar lições de musica vocal, de harpa, de

⁸² É preciso salientar que não é a totalidade das instituições particulares do ensino primário que estavam publicisadas nos impressos selecionados para investigação. Existe um número expressivo de estabelecimentos particulares de educação que não estão anunciados em nenhuma das mais de 3 mil propagandas do *Jornal no Commercio* e do *Almanak Laemmert*. E mesmo que uma grande parte delas esteja, em alguns casos há registros com informações insuficientes. Trata-se daqueles de uma linha apenas, onde consta o nome da instituição (ou do proprietário) e o endereço.

piano e de língua francesa. Desejando não deixar duvida alguma sobre sua suficiência na arte que professa, terá a honra de dar incessantemente um concerto, no qual se fará ouvir nos ditos instrumentos, assim como harpa-piano de nova invenção, e certamente merece a particular atenção dos amadores das belas artes. As pessoas que desejarem emprega-la na educação das suas filhas podem dirigir-se a casa de sua residência, na Rua São José, n 19.⁸³

Em 1813, D. Maria do Carmo da Silva e Gama, também divulgou na mesma gazeta seu colégio de educação, no qual ensinava a coser, bordar, marcar, fazer toucados e cortar, além de ensinar a ler escrever e contar, por 18\$000 dezoito mil Réis mensais para internas, e 12\$000 para alunas externas. Há ainda outros exemplos de publicidade naquela gazeta, como a do colégio para meninas “e mesmo negrinhas”, criado por Ana Maria Rosa para ensinar costura, bordado e “querendo, até ler e escrever”, e das aulas noturnas para adultos em 1809, na Freguesia de Santa Rita, dada por um professor vindo de Lisboa, que “ensina com perfeição gramática, ciência de contar, filosofia, gramática latina, etc.” (SILVA, 2007, pp.96-99).

No transcorrer do século XIX, as propagandas do ensino particular, passam a ser cada vez mais comuns, e circulam sempre com mais frequência nos impressos daquele tempo.⁸⁴ Aqueles registros publicitários, porém, embora deixem ver aspectos correspondentes à organização e funcionamento das instituições particulares de ensino, não traduzem uma realidade, não são os reflexos daquela *cultura escolar* do século XIX. Não são fontes que dão a ver a vida ou o cotidiano daquelas experiências. É preciso pensá-los como representações de uma realidade, como formas particulares (comerciais) de retratar aquelas instituições e serviços. Certamente, privilegiavam-se determinados ângulos para expor da maneira mais adequada aqueles colégios, seus serviços, profissionais, ao mesmo

⁸³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

⁸⁴ O Estado Imperial instaura um dispositivo que pretende regularizar e legitimar este tipo de recurso publicitário. O Regulamento de 1854, em seu Artigo 10º (inciso 2º) destaca que “os estabelecimentos particulares estão proibidos de mudar sem prévia declaração e licença o caracter do estabelecimento, quer estendendo o programma, quer deixando de o cumprir e de observar os empenhos tomados com as famílias, nos projectos ou annúncios”. [grifos meus] Ou seja, estava sendo legitimada, por parte do poder público, uma prática daquele comércio particular. A publicidade ganhara, com isso, estatuto de acordo, de contrato: o que se anunciava precisava ser cumprido.

tempo em que se ocultavam ou mascaravam outros menos favoráveis àqueles comerciantes da instrução.⁸⁵ Falava-se a respeito do que lhes poderia beneficiar, dos diferenciais que lhes destacavam na concorrência, apresentavam-se informações que iam ao encontro das legislações e normas gerais do ensino.

Neste sentido, é preciso estar atento para o fato de que num discurso em que se constrói a propaganda, em que se “vende” uma imagem, um serviço, um produto, só é percebido aquilo que as próprias instituições queriam fazer ser percebido de si mesmas e do sentido de escolarização que empregavam, das defesas e dos combates que elegiam como necessários e importantes. Um anúncio possibilita identificar o modo, a maneira pela qual o objeto pretende ser notado.

Com efeito, esta reflexão permite ler e analisar de forma mais crítica a publicidade que se fazia da educação escolarizada no século XIX. Ao priorizar na escrita certas preocupações, como estrutura física “ampla e arejada”, localização em “lugar mais salubre”, mobiliários “mais adequados”, “completa tabela de estudos”, oferta de “saberes necessários”, trabalho dos “melhores” profissionais, porque “premiados”, “dignos e hábeis”, as propagandas apresentavam uma certa perspectiva acerca da *cultura escolar*, deixando evidente o que estava sendo forjado como importante, fundamental, e não necessariamente a realidade, o cotidiano daquelas práticas e experiências.

⁸⁵ Recentemente (Outubro, 2009 – 32ª Reunião Anual da ANPED), a pesquisadora Helena de Araújo Neves, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, apresentou o trabalho *Propagandas das instituições de ensino de Pelotas (RS): Visibilidade ao espaço escolar (1875-1910)*. De acordo com as palavras da pesquisadora, o estudo “se propôs a investigar aspectos da História da Educação utilizando, como fonte privilegiada, o uso de propagandas de instituições de ensino divulgadas nos jornais locais de Pelotas [Jornal do Comércio, Correio Mercantil, A Discussão, A Nação, A Tribuna Federal, Nacional, Onze de Junho, Opinião Pública, Rio-Grandense, O Nacional, Diário de Pelotas, Diário Comercial, Diário Popular e a Gazeta da Manhã]. **Constituiu-se, portanto, intenção e objetivo dessa pesquisa investigar e analisar as características do processo educacional pelotense, na virada do século XIX para o século XX, divulgadas nos anúncios institucionais.**” (NEVES, 2009, p. 1). [grifos meus]. Na leitura e análise do texto completo é possível perceber que Helena Neves apresenta usos das fontes distanciados daqueles estabelecidos metodologicamente nesta pesquisa, posto que ela não problematiza os registros publicitários que circulavam naqueles impressos. Diferente do que está sendo defendido aqui, ela considera ser viável perceber a “cultura material escolar expressa nos anúncios das instituições de ensino de Pelotas, entre os anos de 1875 a 1910” (p.2). E que “os anúncios publicitários (...) testemunham características do cotidiano escolar de um período” (p.3).

2.1 Cenário da educação particular

Antes de aprofundar a leitura e análise das propagandas do jornal e do almanaque é interessante refletir acerca de alguns aspectos da *cultura escolar* do século XIX, da qual fazia parte (forjando, reelaborando, reforçando) a malha particular da instrução primária, com seus colégios, aulas avulsas, cursos, preparatórios, professores particulares, preceptores. É necessário compreender que século XIX assistiu ser protagonizada uma determinada vontade de verdade: tornar a formação do povo um problema. Sendo estabelecida como tal, seria mister investir na solução daquele problema, forjá-la, legitimá-la. É quando se vê nos documentos oficiais, nos impressos, nos livros e nos discursos, de uma maneira geral, pulularem propostas, debates e projetos, cuja intenção era tornar a instrução algo viável.

Aquelas iniciativas envolviam transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, haja vista que o cenário era bem específico. Muitas mudanças formavam a jovem sociedade brasileira que, independente, enfrentava (e enfrenta) o trabalho escravo⁸⁶ como uma questão a ser reformulada, o reordenamento político do novo regime com a queda da monarquia, o alto índice de analfabetismo⁸⁷ (MARTINEZ, 1998).

A instituição escolar vai sendo delineada na medida em que ocupava lugar privilegiado naquele processo, sendo vista como o investimento adequado para que o empreendimento alcançasse êxito: instruir para galgar progresso, civilidade. O modelo de intervenção na ordem social definido, forjado e legitimado naquele percurso, é um dispositivo inovador: nas engrenagens de seu mecanismo, na forma moderna que vai adquirindo (lugar social e físico) estavam sendo fabricadas suas configurações (VARELA & ALVAREZ-URIA, 1992; VINCENT, LAHIRE, & THIN, 2001).

⁸⁶ Atualmente, há 27 milhões de escravos no mundo, segundo artigo de Andrew Cockburn em *National Geographic – Brasil*. Ano 4, nº 41, Setembro de 2003, pp. 58-85. “Há mais escravos no mundo hoje do que durante a época do tráfico de africanos para a América. Um mercado que rivaliza com o das drogas no alcance e na destruição de vidas (...). Esta é uma reportagem sobre escravos, não sobre gente que vive em condições de escravidão, que trabalha muito e ganha bem pouco, não de gente que viveu há mais de 200 anos. Trata de 27 milhões de pessoas que são compradas, vendidas, mantidas em cativeiro, agredidas, exploradas”.

⁸⁷ Na Corte Imperial, 50,4% da população era alfabetizada (final do século XIX), e, no Brasil, o índice era de 15%, ou seja, quase 80% era, ainda, de analfabetos. Conferir José Murilo de Carvalho em *I- A Construção da Ordem. A elite política Imperial. II- Teatro das sombras. A política Imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

A partir daquelas formas, que pretendiam fazer funcionar o projeto de instrução, a escola passava a separar a infância (transformada em aluno) de seu círculo social (família), para recolhê-la em um espaço que contribuía para instaurar novas relações de ensino e aprendizagem, a estabelecer como ‘escolar’, um determinado número de horas e dias do ano, conformando uma nova medida e emprego do tempo cotidiano, e a definir uma nova relação ordinária das programações a partir da autoridade de um ou mais professores, transformados em profissionais autorizados a lidar com as questões educacionais e sob cuja responsabilidade fica a disseminação de saberes específicos. Assim ela funcionou (e funciona), carregando em seu pilar de sustentação a tarefa de fazer chegar à população as luzes da civilização.

No decorrer de todo o Dezenove, apareceu uma diversidade de formas de organização escolar e heterogêneas experiências e práticas docentes. Emergiram várias iniciativas para instruir a população livre, pobre, negra, trabalhadora, escrava, com deficiência física⁸⁸ nos limites de uma educação formal ou informal, oferecida por estabelecimentos públicos, religiosos, militares, particulares, subvencionados. Neste sentido, a escola foi adquirindo especificidade, e o princípio da escolarização sendo, paulatinamente, capilarizado (GONDRA & SCHUELER, 2008). Como consequência, estava sendo produzida a *cultura escolar* do século XIX.

A afirmação carrega consigo a necessidade de esclarecimento, visto que está inserida em debates férteis e atuais entre alguns pesquisadores da História da Educação (FARIA FILHO, 2003; SCHUELER, 2001; VIDAL, 2006; JULIA, 2001, FRAGO, 1995; DÍAZ, 2002; SOUZA, 2007; ABREU JUNIOR, 2005). Entende-se que o termo diz respeito ao conjunto de aspectos institucionalizados, com variadas modalidades e níveis de organização. São, portanto: práticas, condutas, hábitos, ritos, histórias ordinárias do fazer educativo na escola e fora dela, elementos materiais, espaços físicos, com suas funções e usos específicos e diversos. A noção é compreendida como a forma pela qual, em uma situação histórica, são articuladas e representadas por sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos, a materialidade e os métodos escolares.

⁸⁸ Acerca da escolarização dos deficientes físicos no século XIX, conferir: LIMEIRA, Aline de Moraes, SILVA, Flávia Barreto. Espaços de aprendizagem para surdos, mudos e cegos: Instituições educativas do século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. , v.89, p.325 - 340, 2008.

Inscrita no debate, há uma problematização no que se refere ao uso do conceito no singular ou no plural: *cultura* ou *culturas* escolares? O estudo partilha da perspectiva de FARIA FILHO (2003), para quem a expressão, em sua categoria teórica, deve ser usada no singular por fazer referência ao todo do fenômeno educativo escolar, sem que isso implique que as escolas e as experiências analisadas em seus processos históricos sejam desconsideradas em suas complexidades, diferenças e movimentos.⁸⁹

Interessa observar que a noção de *cultura escolar* (ou *culturas escolares*) articula-se à compreensão da (co) existência de uma diversidade de práticas, representações e formas de organização que, apesar de distintas, mantêm correlações, visto que tratam de um lugar comum: o ensino escolarizado. Esta ideia de uma *cultura produzida pela e para a escola* (CHERVEL, 1990) representa o conjunto de aspectos institucionalizados ou não, com variadas modalidades e níveis de organização. Os lugares e os objetos, os espaços e as formas relacionadas com a escola, ‘dizem’ coisas sobre seus protagonistas, informam sobre o seu passado, e o de seus mestres e alunos, sobre o projeto educativo da sociedade do seu tempo. *Cultura escolar*, no caso proposto, refere-se a toda vida das instituições educativas, e cada experiência tem sua própria vida em funcionamento, visto que o *clima escolar* sempre varia, difere (DÍAZ, 2002). Entende-se, portanto, que o uso deste conceito, permite articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos chaves que compõem o fenômeno educativo: tempos, espaços, sujeitos, conhecimentos, práticas.

Muitos são os sujeitos, os protagonistas daquela cena, envolvidos com a educação, que esbarravam muitas vezes entre tradições e inovações, em formas antigas e novas de educar. Nas palavras do historiador Luciano Faria Filho, “os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente, apropriar, remodelar, ou de recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação” (FARIA FILHO, 2003, p.136).

De uma maneira geral, a adesão à forma escolar moderna foi feita por forças distintas. Atuando na formalidade ou informalidade, muitos se empenharam na empreitada, tornando-se os principais responsáveis pela emergência dos equipamentos escolares e por

⁸⁹ Para SCHUELER (2001), a atuação dos indivíduos e a própria construção dos processos educativos são melhores compreendidos em sua diversidade se engendrados na ideia de pluralidade e na escrita do conceito no plural. De acordo com suas considerações, há *culturas escolares*.

uma vasta série de iniciativas de caráter educativo. Ora somavam suas forças, como aliados, ora confrontavam-nas, em campos distintos. Daí resulta não poderem ser vistos como forças isoladas ou completamente separadas: as ações que promovem se encontram articuladas, embora nem sempre na mesma direção, com a mesma intensidade e valendo-se dos mesmos recursos. Estas forças são: o Estado Imperial (em construção), as manifestações religiosas (católicos, protestantes, espíritas, indígenas, orientais do mundo árabe, afro-brasileiros), e a Sociedade Civil (agremiações, grupos, associações, sociedades, clubes, etc.)⁹⁰ (GONDRA e SCHUELER, 2008).

Atuando em prol da construção de uma ideia de nação e do próprio Estado Nacional, a instrução era vista pelos dirigentes imperiais como uma das principais estratégias, um meio. A partir do investimento, o Estado independente, de população heterogênea, com imensidão territorial e experiências culturais mistas, poderia tornar-se um Estado em condições de governo, com mecanismos de atuação sobre a população. Tornava-se necessário montar um aparato jurídico, político e institucional de sustentação de suas funções, e a escola, no meio do caminho, foi assistindo a um ordenamento jurídico, a partir do qual se estabelecia quem deveria frequentá-la, quem deveria ensinar, como deveriam ensinar, e o que ser aprendido.

Desta forma, o sistema educacional estava sendo constituído, muitas leis referentes à instrução elaboradas, e a forma escolar organizada: ensino primário (escolas de primeiras letras para ler, contar, escrever), secundário (basicamente propedêutico) e superior (faculdades, cursos superiores). Sendo o nível elementar de escolarização aquele que deveria ser disseminado entre o povo, inclusive os mais pobres. Em 1827, a Lei Geral do Ensino, de 15 de novembro, em seu Artigo Iº dizia: “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Como observa o historiador mineiro Luciano Mendes de Faria Filho:

O debate não tinha relação apenas com a necessidade de estruturar um Estado nacional e garantir a construção da nacionalidade. O ideário civilizatório iluminista irradiava-se a partir da Europa para

⁹⁰ Acerca da adesão da sociedade civil ao projeto de escolarização conferir: GONDRA, José & LEMOS, Daniel. *A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. Formas e estratégias educativas*. Revista do Rio de Janeiro. 13-14, mai/dez, p. 69-84, 2004.

boa parte do mundo, e também para o Brasil. Como componente central desse ideário estava a ideia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso de um número cada vez maior de pessoas às instituições e práticas civilizatórias. O teatro, o jornal, o livro a escola, todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar as classes inferiores (FARIA FILHO, 2003, p.140).

Formas distintas e dispersas de ensino e aprendizagem coexistiram por muito tempo entre os séculos XVIII e XIX. Mas, é no início do Dezenove, sob reinado de D. João VI, que vão se fortalecendo o controle progressivo do Estado sobre a educação formal e as iniciativas para organizar o sistema de instrução primária. Algumas medidas foram desenvolvidas no sentido de unificar o sistema, entre elas: adoção de métodos, definição de conteúdos, autorização ou proibição de livros⁹¹, criação de normas de funcionamento, seleção oficial dos profissionais⁹², sistema de fiscalização⁹³, modelo de formação do magistério⁹⁴, regras de abertura para colégios particulares.⁹⁵ Todas estas, e as demais medidas, buscavam tornar homogêneo um sistema que se caracterizava pela diversidade, já que a aproximação dos indivíduos com a cultura letrada se dava a partir de iniciativas tradicionais e muito diversificadas: família, igreja, preceptores, mestres particulares, corporações profissionais, escolas (públicas e particulares), associações filantrópicas etc.

Posteriormente à implementação da primeira legislação geral de ensino no Brasil (a de 1827),⁹⁶ foi estabelecido o Ato Adicional de 1834, pelo qual o investimento com a criação e expansão de escolas deveria se dar pelas iniciativas locais. As províncias passavam a ser responsáveis pela malha escolar (primário e secundário) e seu funcionamento (saberes, professores, salários, espaços físicos). A medida, que ficou

⁹¹ Conferir TEIXEIRA, Gisele. *O grande mestre da escola: os livros de leitura para a escola primária da Capital do Império Brasileiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

⁹² Conferir GARCIA, Inára. *Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UERJ, 2005.

⁹³ Conferir BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

⁹⁴ Conferir UEKANE, Marina N. *"Instrutores da Milícia cidadã": A Escola Normal da Corte e a formação de professores primários (1854-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

⁹⁵ Conferir LIMEIRA, Aline de Moraes. *O comércio da Instrução: um exame das propagandas no Almanak Laemmert*. Monografia de graduação. Rio de Janeiro, UERJ, 2007.

⁹⁶ Conferir GONDRA, José. *O dia do professor – a ordem, as leis e as regras (Lei Geral de 1827)*. In: *Coletânea VI: Caminhando em Educação*. Rio de Janeiro: UERJ/ Faculdade de Educação, 1997.

conhecida como descentralização, potencializou a administração provincial, dando a ela a tarefa de legislar sobre a formação do povo, e, como consequência, contribuiu para intensificar ainda mais a diversificação de experiências educativas no país (MATTOS, 2004).

As décadas seguintes – 1854, 1864 e 1874 – assistem a um processo de intensificação e disseminação do processo de escolarização, mormente ao que se refere à Corte Imperial, considerando que, nos limites estabelecidos pelo Ato 1834, não ficou estendida à Corte a referida descentralização do ensino primário e secundário, mas ao governo central é que coube, através da pasta do Ministério do Império, a gestão de ambos os graus, além do superior em todo o país. De acordo com a historiadora Alessandra Schueler, isso se deve à importante posição ocupada, pela Corte, no cenário nacional daquele tempo:

Em relação à instrução primária e secundária, as autoridades administrativas da Corte, seguindo as diretrizes gerais da Província do Rio de Janeiro, pretendiam construir uma espécie de “centro exemplar” de onde emergiriam medidas e instituições modelares, as quais deveriam ser copiadas pelas demais Províncias. A Corte, cerimonial do poder estatal, coração do Império do Brasil, transformava a Instrução Pública em fim e meio para a construção e extensão do domínio simbólico do Estado Imperial (MARTINEZ, 1998, p.14).

A instrução pública e particular estava sendo organizada e regulamentada em meados do século XIX, após aprovação de lei que autorizava o Ministério a reformar o ensino primário e secundário. Trata-se do Decreto 1331-A, de 17 de Fevereiro de 1854, com o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária*, apresentado pelo Saquarema⁹⁷ Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Barão do Bom Retiro, que já tinha sido presidente da

⁹⁷ De acordo com MATTOS (2004) a política saquarema – ou a direção conservadora – foi a maior responsável pela expansão da classe senhorial e pela consolidação do Estado Imperial, entre os anos 1840-1850, nos quais foram constituídas ou reformuladas as principais instituições e legislações imperiais: Guarda Nacional; Leis Eusébio de Queirós e Lei de Terras (1850), a reformulação do Exército e da Armada; Código de Processo Criminal; Código Comercial (1850); Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte (1854), entre outros.

Província do Rio de Janeiro antes de assumir a pasta dos Negócios do Império.⁹⁸ Na primeira parte do regulamento (organizada por três títulos e onze capítulos), estão expostas as normas de controle específicas para instrução primária⁹⁹:

TITULO I - DAS ESCOLAS PÚBLICAS.

Capítulo I – *Programma do ensino; condições das escolas.*

Capítulo II – *Dos professores públicos, condições para o magistério.*

Capítulo III – *Dos exames para professor.*

Capítulo IV – *Nomeação, posse dos professores e seus efeitos.*

Capítulo V – *Penas a que ficam sujeitos os professores.*

Capítulo VI. – *Ordenado, jubilação e recompensas.*

Capítulo VII – *Regime das escolas; obrigações respectivas do professor.*

Capítulo VIII – *Dos professores adjuntos.*

Capítulo IX. – *Casas e utensis das escolas.*

Capítulo X. – *Inspecção e governo das escolas.*

TITULO II – DAS ESCOLAS PARTICULARES.

Capítulo único

TITULO III – DISPOSIÇÕES GERAES E MEDIDAS TRANSITORIAS.

Capítulo único.

A partir de seus dispositivos, uma gama de normatizações é fixada, como por exemplo: o público que foi sendo delimitado, o ingresso nas escolas públicas, que passava a

⁹⁸ Conferir MARTINEZ (1998), GONDRA e TAVARES (2003), MATTOS (2004). Luiz Pedreira do Couto Ferraz recebeu o título de Barão em 1867 e o de Visconde do Bom Retiro, em 1872. Nasceu na Corte, em 1818. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1838, onde posteriormente foi nomeado catedrático. No ano de 1848, governou o Espírito Santo. Governou a Província do Rio de Janeiro até 1853 e organizou a legislação do ensino primário e secundário a nível provincial. Como Ministro do Império, 1853-1855, regulamentou o ensino público e particular na Corte, seguindo as diretrizes do “laboratório fluminense”. Em 1866 foi senador pela província de Natal e, em 1871, subiu ao Conselho de Estado, tornando-se amigo pessoal do Imperador. Presidiu o IHGB. Cf. Sacramento BLAKE.

⁹⁹ A segunda parte trata das especificidades do ensino secundário: TITULO I – REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA. Capítulo único. – *Estabelecimentos particulares, seus directores e professores.* TITULO II – INSTRUÇÃO PUBLICA SECUNDARIA. Capítulo I. – *Dos professores dos lycêos.* Capítulo II. – *Do provimento das cadeiras.* Capítulo III – *Administração e regime dos lycêos.* Capítulo IV – *Das matriculas.* Capítulo V – *Férias, exames e prêmios.* Capítulo VI – *Economia e policia dos alumnos.* TITULO III. – DISPOSIÇÕES GERAES.

estar subordinado à condição de liberdade (os cativos eram expressamente proibidos de matricularem-se nas escolas públicas) e saúde pública (era preciso estar vacinado e não portar moléstias contagiosas).¹⁰⁰ A reforma também instituía uma faixa etária conforme os graus de ensino: os alunos deveriam ter entre cinco e catorze anos (no caso do ensino secundário, entre catorze e vinte e um). Os níveis primário e secundário não foram diferenciados apenas pelo grau ou pelas idades dos discentes. O Regulamento estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário de 1º grau ou 1ª classe para indivíduos livres entre sete e catorze anos (sob pena de multas de 20 a 100 Réis aos pais ou responsáveis).¹⁰¹ O ensino secundário, no entanto, não foi considerado obrigatório e, conseqüentemente, continuaria restrito a uma pequena parcela da população livre.

De uma maneira geral, as medidas instauradas estabelecem critérios de abertura e funcionamento para colégios particulares, criam um órgão de governo – a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, responsável pela vigilância e fiscalização do ensino público e particular (estabelecimentos, profissionais, materiais, etc.), determinam as condições de ingresso, e exercício, para o magistério público e particular, estabelecem normas disciplinares para professores e diretores de instituições, condições e regime a que as escolas estariam submetidas (saberes, métodos de correção, disciplina, tempo escolar, premiações, exames, etc.).

Investigando as especificidades do ensino particular dadas a ver por esta legislação, é possível identificar as categorias que a mesma compreendia e representava nos artigos. De acordo com LIMEIRA (2007), entre os modelos existentes, foi privilegiada uma lista de práticas heterogêneas para fazer parte deste discurso oficial que regula, legitima, autoriza e marca desvios. Em primeiro lugar, observa-se que o fato de estarem ou não restritas ao espaço da casa serve como justificativa para classificar algumas daquelas formas educativas.

Entre modelos de ensino particular do espaço doméstico daquele tempo havia preceptorado (mestres contratados para morar nas residências das famílias e ministrar

¹⁰⁰ Conferir MARTINEZ, 1998, p.17: Na Província do Rio de Janeiro, por lei de 1835, os “pretos africanos livres ou libertos” também eram impedidos de obter instrução nas escolas do governo. Ver MATTOS, *Opus cit.* p.261. Para a Corte, não encontramos a proibição legal aos libertos e africanos livres, porém, é significativo que, em 1878, o Ministro do Império Leôncio de Carvalho, ao criar cursos noturnos de adultos, tenha expressado literalmente que a matrícula seria franqueada aos libertos, sinal de que talvez esta entrada fosse impossibilitada ou dificultada até então.

¹⁰¹ Idem. *ibidem*

educação aos jovens da casa), professores particulares (mestres pagos pela própria família, atuavam na suas casas ou nas dos alunos particulares) e aulas domésticas (ministradas no espaço da casa por membros da própria família, ou por religiosos como padres, clérigos).¹⁰² As aulas que se davam fora do espaço domiciliar do aluno (mas, que poderiam acontecer na casa do professor), na maioria das vezes, eram coletivas. Como os colégios particulares, que recebiam alunos externos, meio-pensionistas ou pensionistas.

Nos termos da lei, é possível identificar o reconhecimento do poder público diante das diferentes experiências educativas, quando o mesmo intencionava inscrevê-las nos dispositivos de controle, fiscalização e regulação.¹⁰³ Os Artigos 99º (do nível primário) e Artigo 1º (secundário), são ilustrativos. Respectivamente, destacam:

Nenhuma escola particular poderá ser estabelecida debaixo de qualquer denominação que seja, sem autorização expressa do presidente da província (Art. 99º). Qualquer pessoa que se propozer a abrir ou dirigir um estabelecimento de instrução secundária, deverá requerer licença ao presidente da província (Art. 1º).

E nestas letras também estão inscritos professores que são profissionais liberais, ensinam “particularmente” ou lecionam “n’esses estabelecimentos particulares” (ou ainda, aqueles que abrem “uma aula particular”), como destacam os Artigos 100º (Primário) e 2º e 3º (Secundário), respectivamente. O regulamento da instrução secundária, no Artigo sexto, observa que “No caso de fallecer algum director de estabelecimento, o presidente da província poderá dispensar da idade de 25 annos o filho ou herdeiro maior de 21, a fim de continuar a mantê-lo e dirigi-lo, se não tiver contra si algum motivo de interdicção”. Acerca desta exposição, pode-se compreender que a Reforma de 1854 estabelece a garantia,

¹⁰² No trabalho de VASCONCELOS, 2005, há considerações acerca destas formas específicas de educação particular no século XIX.

¹⁰³ O Artigo 105º registra que: “Não fica sujeito ás disposições antecedentes qualquer mestre que more na casa de um particular e que ensine exclusivamente a família d’este”. Com isso o Regulamento da Instrução Primária expõem, reconhece e legitima a figura de um preceptor e da prática das aulas domésticas (ministradas por alguém membro da respectiva família). Neste fragmento da lei, é possível também capturar que a fiscalização e o exame do mestre para o ensino são compreendidos como responsabilidade da própria família, ou seja, a autoridade é do poder doméstico.

manutenção e reconhecimento da aprendizagem por transmissão familiar do ofício docente, sendo esta uma prática bastante recorrente na sociedade.¹⁰⁴

Estabelecendo que “Ninguém será admittido (...), sem que haja provado, por atestações ou justificações, maioridade de 21 annos, bom procedimento civil e moral, e capacidade profissional” (Art. 100º), o Ministro do Império pretende produzir elementos que garantam o estatuto profissionalizante ao exercício do magistério. As medidas instauradas evidenciam a necessidade de qualificação que se esperava construir em torno da atividade do professor público e particular. Foram instaurados, gradativamente, equipamentos para recrutamento (concursos, nomeações), autorizações e licenças de atuação. Da mesma forma, foram propostas as normatizações dos modelos de formação profissional pela prática (Adjuntos) e institucional (Escolas Normais), que muitas vezes se colocavam em disputa por uma posição de maior privilégio e reconhecimento social.¹⁰⁵

Passados dez annos da publicação do decreto, é possível ver no *Relatório do Ministro do Império* (1864) a vontade de fazê-lo funcionar, de reforçar seus dispositivos e garantir a eficácia de sua empreitada em relação ao ensino. Acerca do ensino particular, o texto menciona as habilitações exigidas para abertura e direção de colégios (primário e secundário) e para o exercício do magistério em casas particulares que, de acordo com o Ministro, merecem

aprovação do mesmo Governo as Instrucções que (...) em virtude das ordens expedidas e essa Inspectoria Geral, organisou para regular aquella matéria, colligindo as diversas disposições que estão em vigor, com algumas alterações que a pratica tem aconselhado:

¹⁰⁴ No Almanak Laemmert, num anúncio de 1859, a Sr^a Maria de Jesus, proprietária do Colégio N. Senhora da Conceição, de instrução primária e secundária para meninas, para registrar credibilidade ao seu estabelecimento, diz ser filha de uma professora publica já falecida. E que quer deixar claro que entende desta “árdua tarefa de ensinar”, pois, sempre a acompanhou neste trabalho, ajudando-a. O envolvimento familiar com as atividades de ensino, quando as mesmas eram estabelecidas em colégios que também funcionavam como residência de seus proprietários, suscita a necessidade de estabelecer normatizações que alcancem tais experiências (LIMEIRA, 2007). Acerca disso, conferir SCHUELER, Alessandra & SOUZA, Flávia *Oficio em família: o Colégio Amorim Carvalho na Corte Imperial (1888-1889)*. In: Anais do I Encontro de História da Educação - RJ/UFF, 2007.

¹⁰⁵ Acerca disso, conferir os recentes trabalhos da pesquisadora em educação Marina Uekane: UEKANE, Marina. *Educar no método de educar: um estudo acerca da formação de professores na Corte Imperial (1854-1888)*. Rio de Janeiro: UERJ, Monografia, 2005; UEKANE, Marina N. *"Instrutores da Milícia cidadã": A Escola Normal da Corte e a formação de professores primários (1854-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

declaro que são adoptadas as mesmas Instrucções salvas pequenas modificações, e dellas lhe envio a inclusa cópia para a devida execução (...) O Governo Imperial (...) manda publicar as ditas Instrucções com este Aviso não só no Diário Official, mas também em avulso, do qual se tirarão 200 exemplares, para serem convenientes e opportunamente distribuídos; e em seguida a esses actos fará da mesma maneira publicar os artigos do Regulamento annexo ao Decreto nº 1.331. A de 17 de fevereiro de 1854, que tem relação com a matéria.

A estas observações, que de acordo com a perspectiva das autoridades deverão circular para produzir o efeito esperado, seguem três declarações:

1º Que (...) nenhuma tolerância deve haver com os que as infringirem, fazendo-se irremissivelmente effectiva as penas nellas impostas.

2º Que até o fim do próximo anno de 1865 todas as pessoas, sem excepção nenhuma, que actualmente dirigem neste Município estabelecimentos de Instrucção particular, debaixo do nome de collegio, escola, ou outro qualquer, os quaes tenham sido legalmente instituídos, devem justificar perante essa Inspectoria Geral, a legalidade dos seus estabelecimentos, exhibindo por intermédio dos respectivos delegados da Instrucção não somente os seus títulos de capacidade como também os de pessoal que estiver empregado no ensino, e na direcção.

3º Que devem igualmente habilitar-se perante a dita Inspectoria Geral as pessoas que indevidamente estiverem dirigindo algum dos referidos estabelecimentos, justificando as suas habilitações, e as do pessoal que estiver empregado no ensino e na direcção; bem como as pessoas que exercerem **o magistério em casas particulares**: devendo umas e outras cumprir em todo o rigor as disposições das sobreditas Instrucções, sob as penas nellas contidas [grifos meus].

Como se vê, as experiências escolares da iniciativa particular eram paulatinamente inseridas nos projetos de controle do Estado Imperial em relação à instrução.¹⁰⁶ Propagando

¹⁰⁶ Com excepção do preceptorado. Ou seja, a Casa, a classe senhorial, está resguardada do controle do Estado. A Reforma de 1854 declara que eles não precisavam submeter-se à fiscalização, ou o crivo de autorização, como se observa no Artigo 105º: “Não fica sujeito ás disposições antecedentes qualquer mestre que more na casa de um particular e que ensine exclusivamente a família d’este”.

a necessidade de disseminação das luzes da instrução, o poder público deparava-se com a expansão significativa de iniciativas criadas e mantidas por particulares.¹⁰⁷ No processo, legitimavam-se estas práticas ao passo que as submetiam à autoridade legal e jurídica dos dirigentes do país, num esforço de tornar as escolas espaços privilegiados para a transmissão de determinados saberes e constituição de uma ordem.

Tencionando perceber estes movimentos em prol da instrução nos termos quantitativos, foi possível se aproximar da forma pela qual se dava a distribuição das escolas públicas e particulares do ensino primário na Corte Imperial. Para isso, foi feito o cruzamento de fontes como os *Relatórios do Ministério do Império*, da *Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária* e de levantamentos feito pelo contemporâneo do XIX, José Ricardo Pires de Almeida.¹⁰⁸

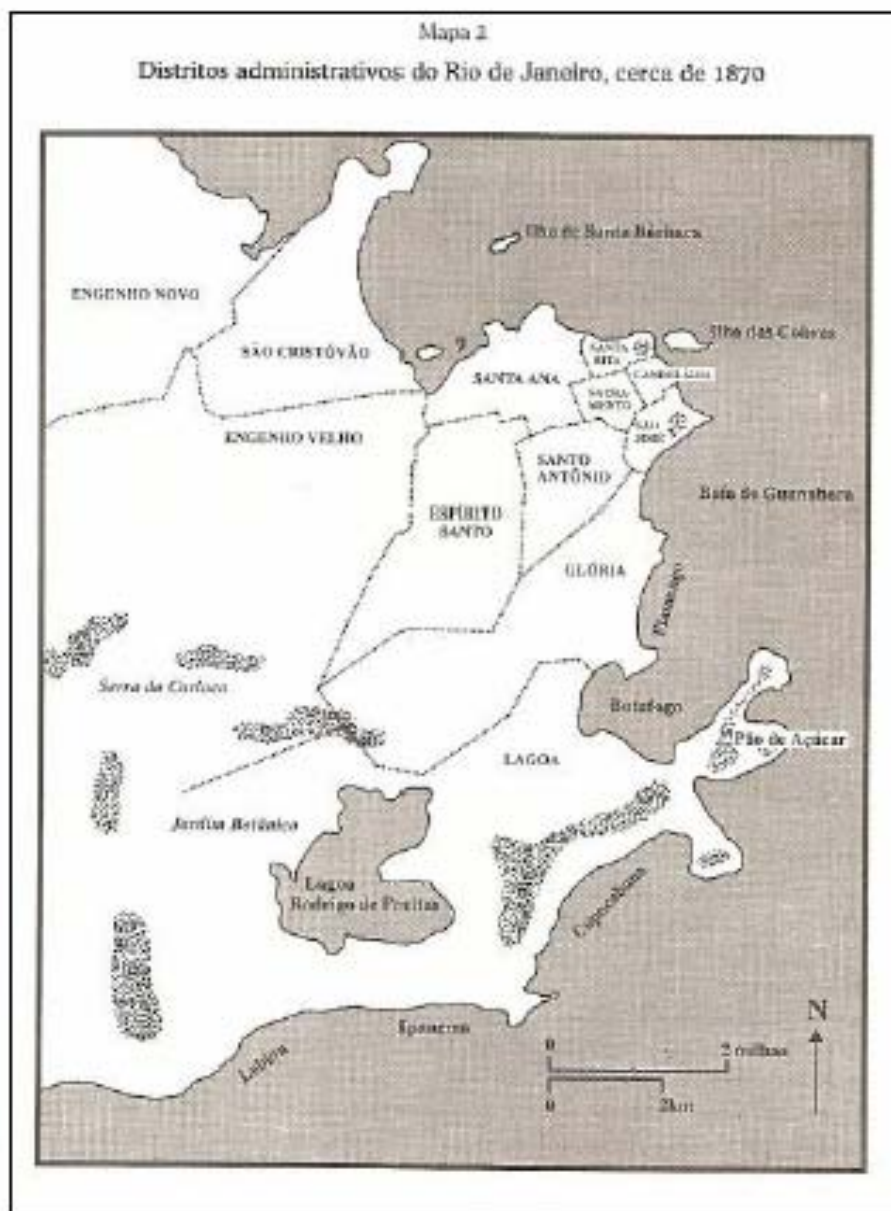
De antemão, é preciso considerar que a organização geográfica do Município Neutro (com estimativa de trezentos mil habitantes) se estabelecia pela divisão entre Freguesias de fora (suburbanas, rurais) e de dentro (principais, urbanas). Aquelas, compreendiam Irajá (fundada em 1644), Guaratiba (1755), Paquetá (1769), Ilha do Governador (1710), Inhaúma (1749), Campo Grande (1673), Santa Cruz (1833) e Jacarepaguá (1661). Já as “principais”, eram: Sant’Ana (1814), Santa Rita (1751), Sacramento (1826), São José (1751), Santo Antônio (1854), Glória (1834), Lagoa (1809), São Cristóvão (1856), Engenho Velho (1762), Espírito Santo (1865) e Candelária (1634).¹⁰⁹ Em sua pesquisa de mestrado, Angélica Borges procurou elucidar a distribuição das mesmas no território da província fluminense, deixando à mostra uma imagem de 1870, com as 19 freguesias do Distrito Administrativo do Rio de Janeiro:¹¹⁰

¹⁰⁷ Artigo 111º, cuja determinação é precisa e generalizante, traduz este plano apontado acima acerca das práticas de fiscalização e controle que estabelece o Regulamento de 1854. Nele, se observa que “As escolas particulares ficam sujeitas á inspecção dos Conselhos Municipaes e Inspectores Parochiaes. Os inspectores representarão ao inspector geral sobre qualquer facto que possa desconceituar o collégio ou o professor”. Artigo 112º: “Os professores particulares ficam obrigados a dar aos respectivos inspectores todas as informações e esclarecimentos que lhes forem exigidos acerca das mesmas escolas, e bem assim a enviar, no fim de cada trimestre, e annualmente, mappas do número de seus alumnos, e do gráo de aproveitamento que apresentam”. Conferir LIMEIRA, 2007.

¹⁰⁸ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2ª edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

¹⁰⁹ Cf. *Relatórios dos Ministros do Império* de 1864 e BORGES (2008, p.152).

¹¹⁰ Fonte: HOLLOWAY, (1997). Cf. BORGES (2008, p.152). HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.



Com efeito, o que se via nas decisões do poder público de criar e manter escolas, e nos critérios de expansão da iniciativa particular, era uma relação que se estabelecia entre esta divisão administrativa (freguesias urbanas e rurais) e o fato de serem mais populosas. A justificativa é que a maior demanda se dava justamente nestas localidades com maior número de habitantes. De acordo com as considerações de Alessandra Schueler, este movimento de construção das escolas públicas primárias nas freguesias urbanas e rurais

indicou que a ação estatal hierarquizava os estabelecimentos e definia políticas distintas para o ensino primário na cidade. **Priorizou-se a distribuição e a localização das casas de escolas nas freguesias urbanas, centrais e populosas**, não somente em atendimento às possibilidades mais expressivas da demanda da população escolar, mas, sobretudo, como instrumento de visibilidade das próprias escolas e de uma determinada direção política na cidade (SCHUELER, 2001, p, 04). [grifos meus]

O fato é que havia quantidade bem mais significativa de alunos e alunas matriculados nos estabelecimentos (públicos e particulares) das freguesias urbanas da Corte Imperial. Os números de matrículas traduzem uma demanda, haja vista que a concentração da população era mais numerosa nas áreas urbanas, mas, ao mesmo tempo, são reflexos da oferta que se dava de forma desigual entre as localidades da cidade, cujo intuito era dar visibilidade as ações do Estado Imperial.¹¹¹

De acordo com o quadro do Ministro do Império do ano de 1864, havia 2.017 meninos matriculados nos colégios particulares das “freguesias da cidade”, e 2.036 meninas (4.053 no total), enquanto nas “freguesias de fora” havia apenas 94 meninos matriculados e nenhuma menina, como segue:

¹¹¹ Conferir MARTINEZ, 1998: Nas paróquias “de dentro” – região da Corte – a matrícula era mais elevada, com destaque para a freguesia do Sacramento. O Inspetor Geral reclamava a criação de escolas primárias de 1º grau nas áreas mais populosas da cidade, compreendidas pelas regiões de Santana, Santa Rita e Sacramento. Nas freguesias “de fora”, como, por exemplo, Campo Grande e Santa Cruz, a matrícula nas escolas era praticamente nula. A baixa frequência nas escolas de meninas foi atribuída à epidemia de cólera que teria “assolado” a Corte, em 1855.

N. 7.—Município da CORTE. Anno de 1864.

Alunos matriculados nos estabelecimentos publicos e particulares de instrução primaria dependentes da repartição da Instrução Publica.

FREGUEZIAS.	População livre.	SEXO MASCULINO.			SEXO FEMININO.			Somma des dous sexos.	TOTAL.
		Ensino publico.	Ensino particular.	Somma do sexo masculino.	Ensino publico.	Ensino particular.	Somma do sexo feminino.		
Da Cidade	Sant'Anna.....	184	311	495	209	552	761	1.256	
	Santa Rita.....	288	406	694	209	303	512	1.206	
	Sacramento.....	259	334	593	218	153	373	966	
	S. José.....	161	256	367	92	313	405	762	
	Santo Antonio.....	97	270	367	217	105	322	689	
	Gloria.....	107	143	250	99	284	383	633	
	Lagoa.....	65	72	137	129	223	352	489	
	S. Christovão.....	131	54	185	111	121	235	420	
	Eugenho Velho.....	130	91	221	78	78	299	
	Candelaria.....	79	80	159	88	88	347	
		1.441	2.017	3.458	1.453	2.056	3.509	6.967	
De fora	Irajá.....	80	45	125	125	
	Guaratiba.....	90	12	102	102	
	Paqueta.....	59	59	41	41	100	
	Ilha do Governador.....	60	60	36	36	96	
	Inhaúma.....	41	21	62	62	
	Campo Grande.....	39	16	55	55	
	Santa Cruz.....	32	32	32	
Jacarépaguá.....	18	18	18		
		419	94	513	77	77	590	
Município.....	300.000?	1.860	2.111	3.971	1.530	2.056	3.586	7.557	
Ensino publico.....								3.390	
Ensino particular.....								4.167	

Inspectoria Geral da Instrução primaria e secundaria do Município da Corte em 8 de Abril de 1865.

De acordo com o segundo quadro abaixo, localizado no mesmo documento, é possível ver o número de estabelecimentos públicos e particulares distribuídos no município da Corte. Nas freguesias da cidade, existiam 49 colégios de instrução primária para meninos (alguns com ensino primário e secundário no mesmo colégio), 51 colégios de instrução primária de meninas, e mais 106 de instrução primária, para ambos os sexos. Nas áreas rurais da cidade, havia 2 colégios masculinos, 1 colégio feminino e 3 colégios de educação mista. Considerando a soma destes números, sabe-se que, no início da década de 1870, havia na Corte Imperial 212 colégios particulares com oferta de ensino primário:

N. 8.

Distribuição dos estabelecimentos particulares de Instrução
primaria e secundaria do Municipio da Corte por freguezias.

FREGUEZIAS.	SEXO MASCULINO.			SEXO FEMININO.			AMBOS OS SEXOS.		
	Instrução primaria.	Instrução secundaria.	Instrução primaria e secundaria.	Instrução primaria.	Instrução secundaria.	Instrução primaria e secundaria.	Instrução primaria.	Instrução secundaria.	Instrução primaria e secundaria.
Freguezias da cidade.									
1 Gloria.....	4		3	1		3	5		8
2 Candelaria.....	12					4	12		1
3 S. José.....	1	1	3			5	1	1	3
4 Santa Rita.....	3		2	0		2	0		4
5 Sacramento.....	12	1	12	2		4	4	1	6
6 Sant'Anna.....	12		3	12		4	14		9
7 Santo Antonio.....			1	1		2	1		3
8 Lagoa.....			3	1		2	1		5
9 Eugenio Velho.....	1		3	1			2		3
10 Espirito Santo.....	1		4			3	1		7
11 S. Christovão.....	2		12			1	2		3
	18	1	34	24		30	42	2	64
Freguezias de fora.									
1 Inhaúma.....									
2 Irajá.....	1						1		
3 Jacarépaguá.....									
4 Campo Grande.....				1			1		
5 Santa Cruz.....									
6 Guaratiba.....	1						1		
7 Ilha do Governador.....									
8 Paqueta.....									
	2			1			3		
	20	2	34	25		30	45	2	64

Secretaria da Inspectoria geral da Instrução primaria e secundaria do Municipio da Corte, em 18 de Abril de 1871.—O Secretario, Bicharel Theophilo das Neves Leão.

Nas décadas que se seguiram ao Regulamento de 1854, muitas discussões e projetos emergiram usando-o como referência.¹¹² O que se viu como unânime, foi a necessidade proclamada de difundir a instrução primária, vista como um projeto político em busca de estabelecer práticas de controle e governo sobre a população dispersa e heterogênea no território nacional. O que viabilizaria, por fim, a construção de um Estado centralizado e unificado (geográfica e culturalmente).¹¹³

Nos anos finais de 1870, marcados pela ascensão de membros do Partido Liberal¹¹⁴ na política de gabinetes ministeriais, uma reforma de ensino, decretada por Leôncio de Carvalho (19 de abril de 1879), trouxe novos debates e conflitos para o campo da instrução. Houve, porém, a concordância em relação ao preceito da obrigatoriedade do ensino primário (que passou a ser estendido aos meninos e meninas livres, maiores de 14 anos, nos cursos noturnos). Mesmo para um “liberal como Leôncio de Carvalho, que foi considerado radical na sua própria época, o Estado era visto como uma agencia fundamental para viabilizar e gerir a instrução primária” (MARTINEZ, 1998, p.121).

Para diferentes autoridades daquele tempo, a importância atribuída ao ensino elementar manifestava-se pelo grande impulso que foi dado no sentido de criar escolas. Assim, concomitante à efervescência dos debates acerca do processo de escolarização, se via um crescimento significativo de estabelecimentos no Município Neutro. Neste sentido, a hipótese levantada é a de que, a política pública de difusão do ensino elementar, ganhou um adepto de maior relevo que o próprio Estado Imperial. Nos termos quantitativos do processo em questão, **à iniciativa particular coube uma difusão mais significativa do**

¹¹² De acordo com as considerações de Alessandra Martinez, na década de 1880 ainda era possível perceber a evocação ao Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1854, um fato que evidenciava o quanto os debates sobre a Instrução Pública ainda “bebiam” no arcabouço teórico e na legislação resultante da política saquarema (MARTINEZ, 1998, p.110).

¹¹³ E, especificamente o início da década de 1870, assistiria a uma ebulição ainda mais intensa dos debates educacionais, haja vista uma conjuntura que se formava pelas transformações políticas, culturais e econômicas. Naqueles tempos, a **instrução profissional**, que compreendia o ensino de ofícios manuais, artesanais, industriais ou agrícolas e ainda, a preparação de profissionais de nível técnico (farmacêuticos, desenhistas, construtores, etc.) também foi proposta como solução pelos dirigentes da direção conservadora na Corte Imperial, João Alfredo Correa de Oliveira e seu sucessor José Bento da Cunha Figueiredo. Estas propostas consideravam os indivíduos livres (que naquele momento também inscrevia os filhos das escravas nascidos livres após a Lei de 28 de Setembro de 1871) e que eram destituídos do outro atributo fundamental para o pleno exercício da cidadania naquela sociedade: a propriedade.

O ensino profissional era contemplado no decreto de 1879, tendo início nas escolas primárias de 1º classe, através de disciplinas como horticultura e noções agrícolas para os meninos, além das tradicionais matérias femininas, os bordados, costuras e agulhas (MARTINEZ, 1998)

¹¹⁴ A administração da Instrução Pública na Corte Imperial esteve, entre 1830-1860, depois entre 1870-1878, sob a predominância dos conservadores (MATTOS, 2004).

ensino primário (e secundário) que o poder público. Portanto, a escolarização não se configurava naquele tempo como um projeto imposto pelo Estado, ou de interesse exclusivo seu, mas, apropriado, reapropriado, defendido e combatido pela sociedade.

No quadro abaixo (também elaborado a partir do cruzamento de fontes como o *Relatório dos Ministros do Império*, *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro* e de informações registradas pelo contemporâneo José Ricardo Pires de Almeida) é possível atentar para o fato relacionado à participação dos particulares na oferta do ensino:

Ano	Instrução	
	Primária e Pública	Secundária
11850		333 escolas
11860		446 escolas
11870		447 escolas
11880		1106 escolas

Diante de uma necessidade forjada, de uma solução proposta para combater o atraso do país, o Estado Imperial lançou mão de mecanismos para tornar crível a tarefa de promover a instrução. Já que o fardo era caro e pesado, pareceria mais oportuno dividi-lo. Foi então que se declararam liberadas as práticas de ensino, o que serviu como incentivo à iniciativa particular.¹¹⁵ Tratou-se de prescrever uma liberdade sem restrições que foi garantida pelo poder público em legislação, desde a Constituição do Império de 1824. Nela, ao contemplar, genericamente, a questão da atividade privada, estava declarava livre qualquer gênero de trabalho, indústria ou comércio.¹¹⁶

No decorrer do século XIX, as propostas de ensino defendidas no âmbito do Ministério do Império, por conservadores e liberais alternados no poder, apresentaram-se diferentes em muitos aspectos. Porém, havia também algumas semelhanças e alguns pontos básicos nos quais os dirigentes tendiam a concordar. Um deles referia-se justamente a este princípio de liberdade.

Na Reforma de meados do Oitocentos, decretada pelo conservador Couto Ferraz, (1854) viu-se que este princípio era garantido, embora com muitas restrições (pedido de licença para criar colégios ou ensinar particularmente, exigência de habilitação). O discurso reformista apoiava a expansão da iniciativa particular, mas a submetia ao controle e à fiscalização do Estado Imperial. O Artigo 111º, cuja determinação é precisa e generalizante, traduz este plano para o ensino primário.¹¹⁷ Nele, se observa que “As escolas particulares ficam sujeitas á inspecção dos Conselhos Municipaes e Inspectores Parochiaes. Os inspectores representarão ao inspector geral sobre qualquer facto que possa desconceituar o collégio ou o professor”. E o que segue a este (Artigo 112º) registra que:

Os professores particulares ficam obrigados a dar aos respectivos inspectores todas as informações e esclarecimentos que lhes forem

¹¹⁵ A carta de 1824 determinava no art. 179, XXXII que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”, mas não definia as maneiras de se garantir esta gratuidade.

¹¹⁶ (Art. 174 § 24).

¹¹⁷ Quanto à instrução secundária, mais uma vez este tipo de regulamentação é mantido. Restando pequenas observações que diferem daquelas registradas anteriormente para instrução primária, como, por exemplo, a frequência, as informações exigidas e outras descrições: Art. 9.º Os directores dos estabelecimentos e professores de aulas particulares devem: § 1.º Remetter aos inspectores relatórios semestraes dos seus trabalhos, número de alumnos, compêndios adoptados, disciplina exercida e progressos. 2.º Participar-lhes qualquer mudança que projectem no programma de seus estabelecimentos, com antecedência, sollicitando a approvação do presidente da provincia. § 3.º Dar-lhe parte de qualquer projecto de mudança de residência. Conferir LIMEIRA (2007).

exigidos acerca das mesmas escolas, e bem assim a enviar, no fim de cada trimestre, e annualmente, **mappas do número de seus alumnos**, e do gráo de aproveitamento que apresentam¹¹⁸ [grifos meus].

Nos anos seguintes, a liberdade de ensino acompanhava também as medidas gerais da política do liberal Leôncio de Carvalho. No Decreto de 1879, de sua autoria, afirmava-se livre o ensino nos níveis primário e secundário na Corte Imperial (superior em todo o Império). E sua prescrição ultrapassava o termo de criação de colégios, estendia-se à educação livre do controle estatal para adoção de métodos e programas de ensino, para frequência dos discentes nos estabelecimentos públicos ou particulares, para manifestação de crenças e doutrinas professadas por diretores ou professores, etc. (MARTINEZ, 1998, p. 67). Portanto, em relação às concepções sobre os limites de ação do Estado no campo da educação é possível perceber que havia divergências entre o projeto de direção conservadora e a reforma liberal.¹¹⁹

Em *Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX* os pesquisadores Justino Magalhães e Wenceslau Neto classificam como “elementos complementares” as políticas empreendidas pelo Estado que objetivavam fomentar a ação da iniciativa privada, no processo de formação do sistema instrucional Português. Observam que o Estado não tinha condições de promover de forma eficaz a difusão da instrução, reclamada como fundamental para o desenvolvimento do país. Por

¹¹⁸ Estes mapas trimestrais são documentações que de forma bastante frequente podem ser encontradas nos códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Cada estabelecimento organiza este tipo de prestação de contas. Impressos ou manuscritos, os mapas relatam muito mais do que há de exigência exposta no Artigo 112º, como endereço, responsáveis, idade, etc. Mas, este assunto será mais bem explorado a seguir.

¹¹⁹ Conferir MATTOS, 2004 acerca das divergências entre as concepções dos conservadores e liberais em relação aos papéis do Estado e às extensões/limites de sua atuação no capô da Instrução Pública. Para o autor, os primeiros que eram empreendedores da construção do Estado, preconizavam uma distribuição desigual das ações do Estado (centralizado a partir da Corte e do Sudeste ou “região de agricultura mercantil escravista”). Já os “luzias” ou liberais, geralmente identificados com os poderes locais (ou com a Casa), defendiam uma distribuição mais equilibrada do aparelho de Estado e uma maior divisão de poderes entre o Executivo e o Legislativo. Entretanto, o autor ressaltou também que, em termos de propostas, os conservadores conseguiram maior coesão, apesar das divisões internas e, por isso, levaram adiante o processo de construção do Estado e de expansão da classe senhorial.

isso, era vista como “alternativa” o “chamamento da iniciativa privada” (MAGALHÃES e NETO, 2005).¹²⁰

O fato é que este pressuposto (liberdade de ensino, incentivo ao comércio particular da educação) foi objeto de profundas críticas ou de acentuadas defesas na época. A medida garantida em lei era também defendida por intelectuais, profissionais da educação, políticos. Para o Ministro Liberato Barroso,

ao lado do ensino primário gratuito e obrigatório deve marchar e se desenvolver o ensino livre (...) Limitar a esfera do ensino privado, quando o ensino oficial não satisfaz a todas as necessidades, é prescrever a ignorância (...) O estado deve exercer uma inspeção salutar sobre a liberdade de ensino, mas, não crear-lhe embaraços e dificuldades (...) traz economia para o Estado.¹²¹

Nas considerações do político contemporâneo Antônio de Almeida Oliveira¹²², “o ensino particular não era só poderoso corretivo para o ensino público, era uma fonte de economia para o estado, uma das maiores conquistas da civilização moderna” (OLIVEIRA, 2003, p. 89).¹²³ Por este motivo, “a liberdade introduzida no Estado expõe censuras porque naturalmente ousa o que o Estado não pode fazer. O Estado governando o ensino privado e tirando-lhe a liberdade necessariamente o aniquila” (Idem, p.90). E acrescenta:

Nos tempos coloniais o ensino era completamente livre. Todo aquele que quisesse podia sem necessidade de licença criar aulas de

¹²⁰ MAGALHÃES, Justino e NETO, Wenceslau Gonçalves. *Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX*. In.: Anais do IV Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Belo Horizonte, Minas Gerais: 2005.

¹²¹ BARROSO, Liberato. *A instrução pública no Brasil. Pelo Conselheiro José Liberato Barroso - 1867*. Pelotas: Seiva. Série Filosofia e História da Educação, 2005. TAMBARA, Elomar & ARRIADA, Eduardo (org.).

¹²² Formado na Faculdade de Direito do Recife, jornalista, proprietário de um estabelecimento particular de ensino noturno para adultos na Província de Recife, presidente provincial, fundador de uma biblioteca popular no Maranhão, deputado pelo Partido Liberal para a Assembléia Geral Legislativa, Antônio Almeida de Oliveira é um intelectual comprometido com os debates e questões da instrução do século XIX. Recebendo, por isso, segundo o Dicionário de Sacramento Blake, o Oficialato da Roza do próprio Governo Imperial como reconhecimento aos serviços prestados a esta área social.

¹²³ OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *O ensino público*. 2ª edição. (1º edição em 1873) Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

primeiras letras, colégios e qualquer outros estabelecimentos científicos ou literários. Usamos tanto que por ocasião da nossa independência notou-se que, para uma colônia, a **instrução primária estava bastante derramada, assim como que, para isso, muito concorria o ensino particular por ser então limitado o número das escolas públicas**. Feita a independência o ensino particular não podia deixar de ser respeitado. A constituição portanto nada dispôs que pudesse tolhe-lo antes com seu silêncio sancionou a prática até então estabelecida. Ainda por ocasião da Lei Geral de 15 de Outubro de 1827 nenhuma restrição quis o legislador fazer a liberdade de ensino particular. Veio após o Código Criminal e as coisas permaneceram no mesmo estado. Finalmente em 1834 a Reforma Constitucional descentralizando o serviço de instrução pública nenhum preceito consagrou que de lugar a supor-se suprimida a liberdade de ensino. O Brasil, portanto, que sempre tinha gozado da liberdade de ensino, não podia deixar de ser privado dela (Idem, p. 94). [grifos meus]

Para dar seguimento a seus argumentos, o ex-presidente provincial fez menção a um artigo de sua autoria, intitulado *Ensino Livre*, que foi publicado no jornal *Publicador Maranhense*, em 25/05/1872. Naquele texto, destaca um Artigo do Regulamento da Instrução Primária de Secundária da Corte, em que se registra a seguinte disposição: “A ninguém é permitido ensinar particularmente sem licença da presidência, ouvindo o Inspetor da Instrução Pública”. Seu comentário que segue a ele era: “Deus inspire melhor a Assembléia, já que neste ponto não inspirou o ilustre autor do Regulamento” (Idem, p. 97). E suas considerações específicas acerca dos dispositivos jurídicos da Reforma Couto Ferraz em 1854, vai ao encontro do que foi observado acima:

Engana-se manifestamente o nosso bem intencionado legislador, supondo que o governo é uma entidade muito própria para aquilatar o merecimento dos indivíduos (...) Por modo algum compensa a privação das vantagens do outro sistema – o sistema de completa liberdade (...) A liberdade que reclamo para o ensino particular é uma liberdade ampla e não sujeita a restrição de qualidade alguma. É preciso que a inspeção não se torne incomoda nem prejudicial(...) Nada há que escape a inspeção de um estado bem dirigido, porque a inspeção é necessária a repressão(...) Estabelecimentos abertos ao público os agentes do estado podem visitá-lo quando o quiserem, bem como pedir-lhes os esclarecimentos necessários à estatística e à administração do país (Idem, p.99).

Nos *Relatórios dos Ministros do Império* de 1871, havia também considerações interessantes que expressam os debates contemporâneos. Discursando sobre a Instrução primária particular, o Ministro José Bento da Cunha Figueiredo registra:

E pois, é evidente que a instrução particular prepara avultado numero de cidadãos e que manda a prudência animar tão valiosa coadjuvação (...) Limitar-me-ei a **ponderar a conveniência de não obstar, com demasiada exigências, o livre desenvolvimento do ensino**, importando pouco a idade, uma vez que os indivíduos que pretendem abrir escolas provêm sua moralidade: a vigilância activa do inspector do districtor e dos pais mais illustrados fiscalizará sufficientemente a capacidade profissional. Longe de embaraçar a abertura de escolas particulares (p. 20) [grifos meus].

Outros discursos que estavam em consonância com a defesa que se leu acima contribuem para dimensionar o debate em questão. José Ricardo Pires de Almeida era médico da Inspetoria Geral da Higiene,¹²⁴ e publicou uma obra sobre Instrução no ano de 1889: *L'Instruction Publique au Brésil – Histoire et Legislation*.¹²⁵ Para ele, a iniciativa privada prospera, ainda que fossem cobrados altos preços pela instrução que oferta:

Se se pudesse, como na Inglaterra, contar com o espírito de iniciativa ou com a associação particular ter-se-ia alguma esperança no futuro. Mas, está longe de ser assim(...) Os estabelecimentos privados de instrução primaria e secundária continuaram a prosperar, e a maior parte deles oferecia aos pais de famílias suficientes garantias em relação a instrução. (ALMEIDA, 2000, p. 110).

Somada a estas considerações, acrescenta que, apesar de a lei conter a expansão do comércio da instrução, ele progride “melhor e mais depressa que o ensino oficial, tão

¹²⁴ Como um típico representante da intelectualidade oitocentista, José Ricardo Pires de Almeida é formado médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, integra a Academia Nacional de Medicina, atua como membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), é funcionário (médico adjunto) da Inspetoria Geral da Higiene, autor de diversas obras de ciências médicas, escritor de variadas peças teatrais.

¹²⁵ A obra foi reeditada no ano do seu centenário pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais-MEC e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Traduzido por Antonio Chizzotti, na edição de 2000: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2ª edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

grande é sua força”. No seu texto, registrava certos dispositivos legais assinados pelo Conselheiro José Liberato Barroso (28/08/64), em que estavam determinados os valores para criação de colégios (entre 25\$600 e 51\$200), para obter licença anual do estabelecimento (12\$800 e 25\$600) e para dar aulas particulares com autorização (entre 10\$000 e 20\$000). Somados àqueles procedimentos, considerados por ele “obstáculos”, o Conselheiro denunciou também “a minuciosa regulamentação das provas de capacidade, de moralidade, as matérias de ensino, tudo sob pena de multa ou fechamento do estabelecimento” (Idem, p. 90).

De acordo com os apontamentos de Pires de Almeida, o “progresso rápido” da iniciativa privada, apesar de tamanho controle e cerceamento por parte do Estado Imperial, se deveu, em parte, à preferência por este tipo de ensino pelas famílias. O fato é que, “mais depressa” prosperava o aparelho particular na década de 1870:

No Rio de Janeiro, à medida que o Estado e a Municipalidade aumentam o número de escolas públicas, vê-se também o crescimento dos estabelecimentos privados de instrução primária e secundária. Este fato parece falar alto em favor da preferência dada pela maioria do público às escolas particulares sobre as escolas públicas(...) O total de alunos admitidos nos estabelecimentos públicos era de apenas 6.372 ou seja 3.225 a menos que nos estabelecimentos particulares(...) Vê-se mais uma vez quando o ensino privado tem a preferência dos pais (Idem, p. 152).

A estatística, segundo ele, estava relacionada a um tipo de “preconceito” que havia contra o ensino público. A gratuidade das escolas oficiais do Estado, conferia indistinção de público e, com isso, a classe “inferior” e a classe “média inteligente” partilhavam um convívio que talvez não agradasse a muitos:

As crianças das classes razoavelmente abastadas não vão à escola pública porque seus pais têm o **preconceito da cor** ou porque temem, e com razão, pela moralidade de seus filhos, em contato com esta multidão de garotos cujos pais enviam a escola apenas para se verem longe deles algumas horas (Idem, p. 90) [grifos meus].

Sob os aspectos relacionados à inspeção do ensino particular, o médico Pires de Almeida argumentava que “o poder central (...) não consentirá jamais, sob pena de suicidar-se e de conduzir a nação à anarquia, que a instrução fique sem direção central nem controle, que seja livre na acepção da palavra”, e que a necessária fiscalização, consistia numa medida cuja justificativa buscou evitar o que chamava de “desordens”:

Quando decretar a liberdade absoluta do ensino ver-se-ão surgir imediatamente estabelecimentos de educação onde reinarão desordens ainda mais graves que aquelas das quais lamentamos, às vezes, hoje. À regra, à uniformidade veremos suceder a especulação, abrindo internatos e externatos como existiam na Inglaterra (...) onde crianças morriam na miséria, onde matavam-se alma e corpo (Idem, p. 94).

Neste sentido, analisando aquelas observações e reflexões, é possível perceber que, apesar de tratar-se de homens posicionados em campos diferenciados, integrantes de corporações profissionais distintas e com trajetórias singulares, as manifestações e posições eram assemelhadas quando a matéria dizia respeito à relação público *versus* privado no campo da instrução. A bandeira da liberdade de ensino era abraçada como princípio ordenador do sistema escolar, forma específica de defesa da matéria particular. Ao mesmo tempo, delineada de contornos diferentes em cada posicionamento quando se referia ao apoio ao poder de controle e fiscalização do Estado. De modo geral, cabe observar que a propaganda da iniciativa privada se desenvolvia e se legitimava em discursos variados: de um lado, a propaganda se dava nas palavras de homens ancorados fortemente na burocracia do Estado; de outro, a publicidade dos particulares do ensino primário estava localizada na imprensa do século XIX.

2.2 A educação anunciada

No limite do que os anúncios permitem ver, importa descrevê-los e analisá-los. A partir da leitura dos vestígios dos anúncios do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert*, a tarefa é perceber como estão representados, como estão dados a ver os traços do funcionamento das instituições privadas no atendimento do ensino, os indícios das instituições escolares que a propaganda expunha acerca dos profissionais daquele comércio (magistério particular), dos planos de estudos, das questões relativas ao custo da instrução (pensando sobre o que aquela variação de preços e formas de pagamento tinha a comunicar acerca da instituição, alunos e profissionais), e, da mesma forma, identificar os interesses relacionados aos espaços físicos, perceber a forma a partir da qual isso aparecia e recolher os poucos vestígios referentes ao público que frequentou aqueles estabelecimentos.

2.2.1 Espaços físicos

Com o progressivo fortalecimento do Estado Imperial, expansão cada vez mais significativa da malha privada, e a discussão intensificada no decorrer do XIX acerca da importância da instrução escolarizada, vai-se estruturando uma representação de que a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível. Muitas críticas foram elaboradas em torno do lugar em que se dava a educação das crianças, geralmente em espaços domésticos (na casa dos alunos, na casa do professor, conhecida como ‘casa de escola’, ou em residências alugadas) no intuito de fazê-los serem percebidos como inadequados. Nas considerações do historiador Ilmar Mattos, para quem a educação escolar no Brasil protagoniza a cena em que se dá uma luta entre o Governo da Casa contra o Governo do Estado, a ideia era afastar a escola do recinto doméstico e, conseqüentemente das tradições culturais das famílias, dos rituais cotidianos (MATTOS, 2004). Tornava-se necessário, portanto, construir espaços próprios, exclusivos para as instituições que se montavam em torno da tarefa de educar e instruir. E não poderia ser qualquer espaço.

A tarefa que o estudo coloca é perceber como estes interesses, expressos em torno dos espaços físicos dos colégios primários da iniciativa particular, apareciam nos anúncios. Como os proprietários apresentavam seus estabelecimentos? De que forma se organizavam e funcionavam? O que, especificamente, anunciavam de si como forma de lhes atribuir valor, lhes diferenciar no concorrido mercado da instrução?

A partir da leitura de estudos recentes, é possível saber que, naquele tempo, foram sendo elaborados discursos pedagógicos que afirmavam a necessidade de ambientes amplos onde pudessem ser distribuídos os novos equipamentos didáticos e sujeitos da cultura escolar: quadro-negro, alunos, cadernos, livros, professores, mobiliários.¹²⁶ Havia ainda outra força que se inscreveu naquele jogo, era o desenvolvimento dos saberes médicos, mormente dos higienistas, que produziram críticas a respeito das condições de higiene e saúde das casas e prédios da cidade, ao mesmo tempo em que defendiam espaços higienicamente construídos e montados para qualidade da saúde e da aprendizagem dos

¹²⁶ Para refletir acerca da interferência dos discursos médico-higienistas nos processos de escolarização, conferir GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

alunos. A intenção era afastar as instituições escolares de um quadro descrito por aqueles sujeitos como insalubre.

Atentando-se nas teses médicas e nos discursos legitimados pelas mesmas, o historiador José Gondra observa como aquele movimento descrevia a cidade: mal delineada, mal construída, mal ventilada, quente, fétida, insalubre, de arquitetura mesquinha, e defeituosa nos trabalhos de higiene. Por conseguinte, os colégios que estavam localizados naqueles espaços urbanos “defeituosos” necessitavam também de modificações “por intermédio da adesão aos imperativos higiênicos” (GONDRA, 2003, p.530). Desse modo, era preciso que os prédios escolares, por receberem um número grande de pessoas, estivessem bem arejados, alocados em ambiente ventilado, não muito perto das habitações residenciais, longe dos focos de infecção do circuito urbano. Com estas preocupações, procuraram definir regras para localização, para os espaços do exterior e do interior dos estabelecimentos.

O edifício escolar, nesta perspectiva, deveria ser emblemático: sua arquitetura externa deveria ser identificada por todos como um espaço de educação, e o interior, por sua vez, capaz de traduzir os princípios de asseio, controle, fiscalização, higiene. De acordo com o autor de *Artes de Civilizar*, deve-se entender a

inclusão da arquitetura escolar na ordem médica como um aspecto do amplo, rigoroso e cuidadoso programa curricular contido nas representações dos médicos acerca do espaço escolar, que, por sua vez, integrava um projeto mais ambicioso que era o de intervir na própria arquitetura da cidade (GONDRA, 2004, p. 181).

Naquele tempo, então, a questão do espaço escolar, da estrutura física do fazer educativo, desdobrava-se nas preocupações referentes à arquitetura, salubridade, higiene. E isso emerge no interior do registro de publicidade como efeito da apropriação do objeto educacional pela ordem médica que intervém socialmente, prescrevendo medidas educativas com a pretensão de conformar socialmente o projeto de educar, instruir e civilizar.¹²⁷

¹²⁷ Nas propagandas dos jornais da cidade de Pelotas, a estrutura física das escolas também era um elemento bastante recorrente. Da mesma forma, “as escolas de caráter privado, tanto para o sexo feminino, quanto para

Estes preceitos estavam retratados e legitimados pelos anúncios. Naquelas propagandas, estes termos caros aos médicos da Corte passeavam com muita frequência na descrição do ambiente, dos cuidados, das prioridades estabelecidas pelos comerciantes da instrução. Essa era uma imagem capaz de atribuir valor ao negócio, já que circulava no cotidiano da população com tanta visibilidade. E estas marcas aparecem de diferentes formas.

Como os colégios analisados na pesquisa referem-se ao espaço geográfico da Corte Imperial, o principal núcleo urbano da província do Rio de Janeiro, eles já estariam em desvantagem em relação à concorrência com os colégios das cidades mais afastadas (como o são aqueles de Valença, Petrópolis, Vassouras, Nova Friburgo),¹²⁸ se forem levadas em consideração as prescrições do movimento higienista, para as quais, estas cidades dispunham de mais saúde. Isso porque, defendia-se que o núcleo urbano era lugar inadequado à vida moral, intelectual e fisicamente sadia, e por isso, “não poderia e não deveria abrigar os colégios pois a influência geográfica e climática, tida como perniciososa e desaconselhável” (GONDRA, 2004, p.165).

Talvez por este motivo, um dos vestígios que, de forma bastante recorrente, salta aos olhos nos anúncios analisados é a perspectiva da salubridade, do asseio. As instituições, portanto, procuravam observar indiretamente que, apesar de situados num local insalubre como a Corte, dispunham de ambientes arejados. A oferta de educação em localizações “mais salubres” consistia no mais atual e forte atestado de qualidade daquele tempo.

Na publicidade de 1857, no *Almanak Laemmert*, a “Baroneza de Geslin”, diretora e proprietária do *Colégio de Educação de Meninas*, escolhe estas informações como prioritárias para montar sua propaganda. Num anúncio de página inteira, ela descreve como mais precioso trunfo o fato de o seu “Magnífico estabelecimento” estar localizado num dos mais “salubres lugares da cidade do Rio de Janeiro”.¹²⁹ E, de forma mais detalhada, narra que esta condição estende-se aos espaços internos do colégio, como o são suas “salas de

o masculino, evidenciavam, em seus anúncios, a localização da instituição, as disciplinas que eram oferecidas, o programa e os livros adotados, bem como seu corpo docente” (NEVES, 2009, p.8).

¹²⁸ No ano de 1865, havia um anúncio no *Almanak Laemmert* onde o *Collegio de Instrução e Educação de Meninas de Nossa Srª da Glória* da cidade de Valença, que observa: “estabelecido numa cidade notável por sua salubridade” (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p.444).

¹²⁹ Estabelecido na Rua do Príncipe do Catete N.25, na Corte Imperial.

banho”. Da mesma forma, divulga os cuidados em assegurar a saúde física das alunas, para quem se oferta uma “alimentação sã”:

A situação salubre e deliciosa do local, a extensão dos lugares de recreação, o extremo asseio dos dormitórios, guarneidos de leitos de ferro, pertencentes ao estabelecimento, uma sala de *banho*, e uma alimentação sã e abundante, tudo concorre para assegurar às discipulas uma brilhante saúde.

Com este discurso, a propaganda pretende deixar evidenciado que está articulada com os mais nobres preceitos da medicina. No caso, a limpeza do corpo exigia atenção quanto à temperatura da água, local apropriado, certa regularidade e duração comedida, enquanto o tratamento da alimentação carecia de reconhecer a importância rotina, quantidades controladas, qualidades e variedades. Já o tempo de recreação, para o qual se atribuía relevância por conta de seus efeitos positivos, seria adotado com práticas de exercitação corporal (GONDRA, 2004).

Na propaganda do *Collegio de Santa Cruz* (“outrora denominado instrução elementar”, passa a ser de ensino secundário),¹³⁰ é possível perceber que o proprietário procura garantir estes valores. Localizado em várias edições do anuário Laemmert, com pequenas alterações (1854, 1866 e 1871, por exemplo) o anúncio registra, a este respeito, que o estabelecimento funciona em um excelente, espaçoso e muito bem arejado prédio, cuja localização também é a melhor da Corte Imperial (trata-se da Rua do Lavradio), como se vê:

¹³⁰ Até 1852 aparece nos anúncios como *Colégio D’instrução Elementar*. A partir desta data, há alteração de seu nome, mudança no atendimento da instrução elementar para ensino secundário e listam-se alguns novos funcionários, bem como estes novos dados acerca da estrutura física do colégio. No que se refere às repartições internas do estabelecimento, registra que são mantidas sob “boa ordem, asseio e regularidade”, onde, para isso “dispõem de uma enfermaria e médico”.

COLLEGIOS DE MENINOS.

345

DIRIGIDO POR
JOÃO AUGUSTO FERREIRA RANGEL.

Neste collegio, estabelecido em uma excellente, espaçossissima e mui bem arejada casa, e em uma das melhores ruas desta côrte, ensinão-se todos os preparatorios para as academias do Imperio, e bem assim diversas outras linguas, sciencias, bellas artes e exercicios.

O director se emprega simultaneamente na disciplina e ensino, segundo as circumstancias o exigem.

Este collegio admittre pensionistas, meios pensionistas e externos: as condições de admissão, são:

Pensionistas, incluindo o ensino da 1. ^a classe, papel, pennas, &c.	20\$000 mensaes.
Meios pensionistas	10\$000 "
Externos	5\$000 "

Pelas classes que os alumnos frequentarem, além da primeira, cujo ensino é incluído nas ditas mensalidades, pagarão uma gratificação mais, conforme a classe.

Afim de manter a boa ordem, asseio e regularidade em todas as diversas repartições do estabelecimento, a casa fornece leito de ferro com cortinado, colchões, travesseiros, bacias, lavatorio, &c., aos alumnos, mediante 25\$000 por uma só vez.

O anno lectivo começa a 7 de Janeiro e acaba a 8 de Dezembro. São dias uteis todos os que não são de guarda. Os exames são depois do dia 8 de Dezembro, e publicos. Neste estabelecimento ha missa e explicação dos Evangelhos todos os domingos e dias santos; uma enfermaria e medico de partido; espaçosa chacara que fornece abundancia e variedade de vegetaes, e todas as commodidades para banhos, &c.

Da mesma forma, outras instituições atestam o compromisso com estes preceitos nas propagandas que pagam para circular na cidade. Em 1871, o diretor do colégio de instrução primária e secundária contrata o *Almanak Laemmert* para apresentar o seguinte anúncio:

ATHENEU FLUMINENSE ^[425]

7 RUA DO RIO COMPRIDO 7

DIRIGIDO POR

Monsenhor Antonio Pedro dos Reis

Neste collegio de instrução primaria e secundaria ensinão-se todos os preparatorios exigidos nas Academias do Imperio.

Os brilhantes resultados que nos exames annuaes perante o Conselho de Instrução Publica, tem constantemente este collegio dado, são os mais incontestaveis attestados do zelo e esforços empregados por sea Director para conseguir o aproveitamento de seus collegiaes, e de que elle se cerca sempre dos mais habéis Professores da Côrte.

Por nove annos estabelecido em frente ao Passeio Publico, acha-se agora transferido para o lugar acima mencionado.

Teríamos ha mais tempo abandonado o prédio em frente ao Passeio Publico, completamente atacado pelo cupim, exposto a frequentes constipações, além da mesquinhez de commodos, se não estivessemos ali agora ligados por um contrato de 9 annos.

Felizmente, ao findar esse contrato, encontramos no mais saudável bairro da Côrte, no do Rio Comprido, tão proximo da Cidade, passando-lhe pela porta frequentemente os Bonds, uma casa nas desejaveis condições de largueza, de commodos para habitação, aulas e para recreios dos collegiaes.

No fragmento acima, lê-se que após nove anos o colégio *Atheneu Fluminense* mudou de endereço. Nele, menciona que passou a funcionar “no mais saudável bairro da Corte” (Rio Comprido), num edifício com desejáveis condições de “largueza, de commodos para habitação, aulas e para os recreios dos collegiaes”. Os termos “saudável”, “asseio”, “arejado”, bem como as notas sobre os espaços amplos, são, portanto, frequentes nestes e nos demais anúncios do comércio da instrução particular. Têm significativo destaque também nos anúncios do *Colégio Episcopal São Pedro D’Alcântara* que, numa página inteira, define os traços mais elementares do seu edifício (em 1859).¹³¹ Caracterizado por sua “forma claustral” (atestando que é a mais adequada), o edifício situado no lugar mais sadio da chácara é descrito detalhadamente, inclusive, com medidas de cada cômodo (4 faces). Com tamanho detalhamento, contribuiu para que os clientes compreendam inclusive as menores intervenções, como as divisórias dos banheiros (que tinha o intuito de favorecer que o aluno estivesse “decentemente resguardado”). Da mesma forma, a separação dos dormitórios entre funcionários e alunos (estes por suas faixas etárias, e aqueles entre criados, escravos e professores) é estabelecida como garantia de condições saudáveis à permanência dos alunos¹³²:

¹³¹ Rua do Livramento N.122, Centro.

¹³² Um claustro dividido em 4 faces: ainda registra as medidas dos cômodos, dos espaços do edifício (em palmos, não metros). Salão superior onde estão os dormitórios dos alunos maiores, com 40 camas, para os médios são 80 camas, e para os pequenos no fundo 38 camas. O lado direito ocupado pela direção, livraria, escritório e cella do bispo e sala de visitas. “Todos os cômodos espaçosos e arejados” e ainda a enfermaria e cozinha. Salão inferior: recreio as duas classes de alunos em dia de chuva, gabinete dos vice-diretores, nove salas a serviço de todas as classes, vinte e cinco banheiros “separados entre si por divisões de madeira acomodados para se ficar coberto e decentemente resguardado”. Um tanque de natação e banho, onde os alunos aprendem a nadar, no terreno (ALMANAK LAEMMERT, 1859).

Os professores e mais empregados do estabelecimento, inclusive criados e escravos, têm os seus commodos em uma casa separada do edificio principal pela distancia de 20 braças ao lado esquerdo, e ao direito está collocada a gymnastica. A charara tem na sua maior largura mais de 300 braças, e mais de uma milha de fundo com matos virgens, etc.; está cortada de ruas com lugares apropriados para passeios e recreios, e mais entretenimentos indispensaveis para o desenvolvimento physico e moral dos alumnos.

Nas referências que outros colégios produzem, as preocupações são semelhantes, como pode ser percebido pelo destaque dos anúncios repetidos pelo *Lyceu Roosmalen*, no Laemmert (1857, 1874) em que a informação acerca da “excelente posição sanitária” é descrita antes que as demais. Ou seja, a primeira coisa que se tinha a dizer a respeito da instituição, os primeiros dados que um leitor deveria se dar conta eram os preceitos da higiene, da salubridade. Um fato que era semelhante nos anúncios de outras instituições:

432

COLLEGIOS DE MENINAS.

COLLEGIO BRASILEIRO¹⁴³⁶

PARA

EDUCAÇÃO DE MENINAS

DIRIGIDO POR

D. FLORINDA DE OLIVEIRA FERNANDES

95 Rua das Laranjeiras 95

Observando a falta, que ha muito se fazia sentir nesta capital, de um grande estabelecimento nacional, destinado á instrucção e completa educação de meninas, no qual, ensinando-se e praticando-se os idiomas estrangeiros, não se tenha em menor conta a instrucção esmerada da lingua portugueza e o aperfeiçoamento dos costumes das alumnas, a Sra. D. Florinda Fernandes, animada por pessoas respeitaveis de sua amizade, resolveu tomar a direcção deste collegio.

Para isso escolheu o bairro aprazivel das Laranjeiras, por ser dos mais saudaveis e daquelles onde mais difficilmente chegão algumas epidemias, que, em certas épocas, se pronuncião nesta cidade.

O palacete, escolhido para o estabelecimento, tem grande numero de salões vastos e arejados para os estudos, dormitorios e refeitórios, e é cercado de jardins e pátéos arborizados para o recreio, indispensavel ás alumnas em certas e determinadas horas.

Ahi passão constantemente os carros americanos (*bonds*), que proporcionão conducção facil e commoda.

Além da directora e sua filha, residiráo no collegio varias professoras estrangeiras e nacionaes, que exercitaráo as alumnas nas linguas franceza e ingleza, e que as acompanharáo incessantemente, exercendo sobre ellas, dia e noite, toda a vigilancia, que os mais escrupulosos pais de familia podem desejar para suas filhas.

As materias do ensino serão leccionadas por professoras, das mais habilitadas e morigeradas.

O ensino e pratica dos principios sagrados da Religião constituiráo um dos maiores cuidados da directora; um sacerdote respeitavel celebrará, na capella do collegio, em dia designado de cada semana, o santo sacrificio da missa e explicará ás alumnas a doutrina christã e os livros sagrados.

O collegio, como internato que é, não admítte alumnas externas. Esta deliberação, embora opposta aos interesses pecuniarios do estabelecimento, é adoptada pela directora no empenho sincero de uma educação desvelada ás pensionistas, que lhe fôrem confiadas, educação que é mais difficil conseguir, quando os conselhos e bons exemplos de quem della se encarrega, são neutralizados pelo contacto permanente das mesmas pensionistas com pessoas estranhas ao collegio.

Neste anúncio de 1871, do *Almanak Laemmert*, os proprietários registram que escolheram “o bairro aprazível das Laranjeiras, por ser dos mais saudáveis e daqueles onde mais difficilmente chegão algumas epidemias, que, em certas épocas, se pronuncião nesta cidade”. E que, além disso, “o palacete escolhido para o estabelecimento tem grande número de salões vastos e arejados para os estudos, dormitórios e refeitórios, e é cercado de jardins e pátéos arborizados para o recreio, indispensável às alunas, e conducção fácil e cômoda”.

Já o *Colégio São Sebastião*, que, num anúncio relativamente pequeno, contava com pouco espaço para publicizar seu comércio, tinha a preocupação de afirmar que o mesmo encontrava-se funcionando na “melhor e mais salutífera localidade da Corte” (Laemmert, 1864). Em janeiro de 1854, a propaganda do *Jornal do Commercio* sobre o *Collegio Lycéo Tentari*, informava que o reinício de suas aulas dar-se-ia no dia 16, em seguida eram descritos os valores das mensalidades. Ao mesmo tempo, procurava ressaltar os cuidados e exigências referentes aos vestuários dos alunos e os princípios de higiene que seguiam, inclusive na oferta de uma alimentação saudável. Assim, nota-se que os exemplos são abundantes. A recorrência dos temas era grande, embora variasse a forma de apresentá-los, ou mesmo o lugar que lhes era dado no anúncio: em destaque ou com informação complementar.

Tratando ainda acerca dos aspectos referentes aos espaços e funcionamento dos colégios particulares do ensino primário na Corte, pode-se acrescentar à lista dos temas relacionados os cuidados vigilantes que os estabelecimentos procuravam garantir nos anúncios. Com o intuito de desenvolver a inteligência e a moral, como queriam afirmar, os proprietários dos colégios deixavam explícito este tipo de trato com a família. O *Colégio de Meninas* (dirigido pela “Baroneza de Geslin”) apresentou em sua proposta de propaganda, repetida em diversas edições do *Almanak Laemmert* (1851, 1867, 1871), certos preceitos de vigilância como fundamentos da instituição. Destaca que asseguravam “princípios seguros de RELIGIÃO e MORAL, vigilância e ternura verdadeiramente maternal” que “formão a base deste colégio”.

Um dos mecanismos de que lançavam mão para fazer garantir o intuito era manter relação estreita entre os responsáveis e o aluno através de uma “conta fiel” encaminhada periodicamente àqueles. Indicando progressos, conduta e demais observações: “cada trimestre os pais de família recebem uma conta fiel da conducta das suas meninas, assim como de seus progressos”. Como se vê, o estabelecimento procurava dar garantias de que as preocupações familiares, os valores morais, as regras de bom comportamento seriam cobrados apesar de as alunas estarem fora do espaço doméstico. Tratava-se de um contrato comercial de confiança que se firmava entra a casa e a escola, no qual os resultados seriam demonstrados como garantia.

Isso também se via nos anúncios do *Collegio da Imaculada Conceição*, recorrente em inúmeras edições do Laemmert, nos quais estava garantido o envio de um boletim de conduta e comportamento das alunas aos seus respectivos responsáveis (1874). O estabelecimento deixava claras muitas outras regras de contato da educanda com a família:

Em cada trimestre será remittido aos pais o boletim da conducção e do acatamento de suas filhas.

As educandas não sairão do collegio, senão uma vez por mez (o primeiro domingo ás 9 horas da manhã). Roga-se encarecidamente aos pais de as tornarem a trazer na segunda-feira de manhã.

As familias poderão visitar suas filhas na terceira quinta-feira de cada mez das 9 horas ás 11 horas da manhã, e das 2 ás 5 da tarde.

Não sendo exclusividade dos estabelecimentos citados acima, o referido zelo maternal, vigilante e atento, era também destacado em outros anúncios, como os do *Colégio Roosmalen*, no qual foi possível ver a intenção de se retratar cuidados constantes com o convívio dos meninos. Preocupado em protegê-los dos perigos das curiosidades sexuais, das práticas do onanismo, das imoralidades, o proprietário do colégio registrou que até mesmo a disposição dos meninos seria controlada. E que os alunos internos estariam dispostos por faixa etária em seus respectivos dormitórios. Espaços que, para controle do estabelecimento, foram organizados em três classes, todas estando “debaixo da vigilância dos diretores” (Almanak Laemmert, 1859).

Nos anúncios do *Colégio Fluminense* registrava-se que eram garantidas aos “seletos e bem escolhidos alunos” da instituição, rigorosas práticas de vigilância, a partir das quais se applicava um sistema rígido de punição quando fossem desrespeitadas as regras morais (entendidas por questões do corpo, da sexualidade). Tencionando deixar ver uma postura de rigor, observou que, da mesma forma que atuava na “escolha dos alumnos que admittir”, também despedia “aquelles em que observar actos immoraes” (Idem, 1871).

Estes vestígios, vistos com muita recorrência naqueles anúncios do *Almanak Laemmert*, de algumas linhas ou página inteira (com mais detalhes), procuravam representar, evidenciar pontos comuns com os preceitos mais gerais da intelectualidade médica do século XIX. Acompanhando as propagandas nestas décadas sugeridas para análise (1854, 64, 74), vê-se que, cada vez mais, os comerciantes da instrução passavam a valorizar o ar puro, ambientes espaçosos, salubres e limpos, exercícios físicos, controle das curiosidades sexuais, vigilância e punição contra maus comportamentos. Bem articulados, estes cuidados providenciariam benefícios para saúde infantil, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da moral e o comedimento nos usos do corpo, dos sentidos.

É possível perceber o destaque atribuído às questões relativas à arquitetura de alguns daqueles colégios particulares, ou seja, da estrutura física dos prédios utilizados para o ensino. E esta reflexão estava inserida no debate contemporâneo, a partir do qual muito se discutia acerca da importância de espaços específicos para instrução e educação da mocidade.

As primeiras iniciativas do Estado Imperial direcionadas à construção dos “palácios escolares”, como observa a historiadora Alessandra Schueler, ocorreram na década de 1870. Na Freguesia de Santana, inaugurava-se a pedra fundamental do edifício da *Escola de São Sebastião*. No ano seguinte, em 22 de maio de 1871, a Câmara Municipal celebrava o lançamento da pedra da *Escola de São José*, no Largo da Ajuda (Freguesia de São José). E a iniciativa da construção de prédios apropriados às escolas primárias da Corte Imperial também ficou por conta de alguns comerciantes, como é exemplo, o da Praça de Pedro I (São Cristóvão), lugar onde foi construído um prédio para instrução de 400 crianças. A “Escola edificada pelo Corpo do Comércio do Rio de Janeiro” teve a sua primeira pedra colocada e, 21 de dezembro de 1870, como aponta:

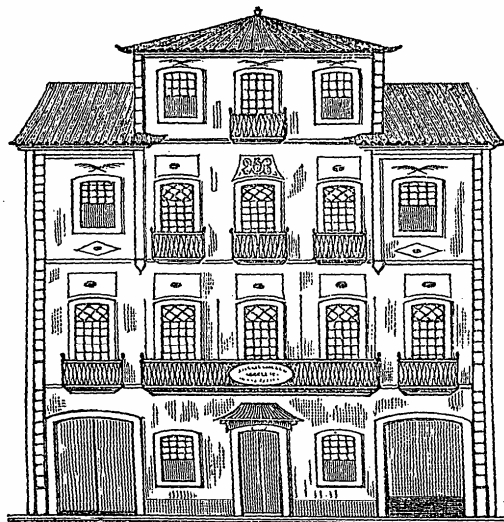
Os edifícios, pela sua grandiosidade e beleza arquitetônica, lembravam as estruturas luxuosas dos “palácios”, como foram ironicamente chamados por alguns contemporâneos. Com amplas salas cercadas por jardins e gradis de ferro, as escolas possuíam um salão central onde figuravam as estátuas em homenagem aos seus empreendedores (...) apresentavam uma grande novidade em

relação às escolas públicas tradicionais, as quais funcionavam em pequenas casas, nas partes externas ou em sótãos de sobrados, onde disputavam espaços com os aposentos dos professores e seus familiares. Nos estabelecimentos do município, além de não haver comodidades para a residência dos mestres (fato que, aliás, foi considerado inconveniente pelos próprios educadores em função do aumento de suas despesas com moradia), todas as áreas eram destinadas exclusivamente às atividades escolares (MARTINEZ, 1998, p. 155).

Em relação à malha particular do ensino na Corte Imperial, aquelas preocupações estiveram evidenciadas desde os anos 1850, como deixam perceber os anúncios localizados no *Almanak Laemmert* e no *Jornal do Commercio*. O primeiro de uma série de muitos que o seguiram, foi publicado na edição de 1851 do *Almanak* (e aparece em 1852 no jornal). A proprietária do *Collegio de Educação de Meninas* (localizado na Praça da Constituição) fez circular um desenho do suposto prédio em que se realizavam as suas aulas (suposto porque não há como confirmar se realmente era um desenho do prédio, ou somente ilustração para o anúncio):

COLLEGIO DE EDUCAÇÃO DE MENINAS

PRAÇA
CONSTITUIÇÃO
N.º



DA
TUIÇÃO,
8.

Neste estabelecimento ensinão-se todos os principios que concorrem para a completa educação de uma senhora.

CONDIÇÕES :

Por mez :	Pensionistas.	25\$000
»	Meias pensionistas.	15\$000
»	Externas.	8\$000

Os pagamentos são satisfeitos em trimestres adiantados, sem que se faça qualquer desconto pelo tempo de ausencia ou férias.

Com isso, aquela proprietária pretendia legitimar uma determinada imagem como a mais apropriada, e uma determinada estrutura física como a mais adequada para acomodar um ambiente escolar. O já mencionado anúncio do *Collegio Episcopal de S. Pedro D'Alcantara* (localizado no Rio Comprido) é datado em 1859. Na propaganda de duas

páginas inteiras, foram descritas com riqueza de detalhes todas as medidas, distribuição e organização dos cômodos no prédio¹³³:

20

NOTABILIDADES.

COLLEGIOS
—
COLLEGIO EPISCOPAL
DE
S. PEDRO D'ALCANTARA
NO PALACIO DO RIO COMPRIDO

Este estabelecimento, organizado de todos os elementos precisos para satisfazer plenamente aos justos fins para que foi fundado, tomando a seu cargo a educação moral e intellectual dos alumnos que lhe fôrem confiados, até habilita-los para qualquer das Academias do Imperio, desde os elementos de instrucção primaria, é dirigido pelo conego José Mendes de Paiva e seus tres irmãos

O Padre Mestre Antonio Mendes Fernandes de Paiva.
O Padre Mestre Joaquim Mendes de Paiva.
O Padre Mestre Francisco Mendes de Paiva.

O pessoal deste estabelecimento, incluindo os directores, compõe-se de dezoito pessoas, sendo quinze professores inclusive os tres de bellas-artes, e os tres encarregados da disciplina, conforme seu regulamento interno.

Este numeroso pessoal habilita o estabelecimento a subdividir todas as classes conforme a aptidão dos alumnos, sem precisão de confia-los a *decuriões* ou *monitores*, o que não raras vezes causa graves inconvenientes.

Para maior garantia vela sobre seus trabalhos uma commissão honoraria de inspecção scientifica composta pela fórma seguinte:

PRESIDENTE.

O Ex^{mo} e Rev^{mo} Sr. Bispo Capellão Mór Conde de Irajá.

MEMBROS DA COMMISSÃO.

O Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Marquez de Abrantes.
O Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Marquez de Caxias.
O Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Visconde de Uruguay.
O Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Visconde de Sapucahy.
O Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Conselheiro Euzébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara.
O Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Conselheiro José Pedro Dias de Carvalho.

Não occultaremos que para realizar alguns dos melhoramentos que apontamos francamente ao exame do publico illustrado, muito tem concorrido a estada do Ex^{mo} e Rev^{mo} Bispo Resignatario do Pará neste estabelecimento, auxiliando em seus trabalhos a directoria, assim com sua illustração, como com seus prudentes conselhos.

O local e o edificio offerecem todas as garantias necessarias a um estabelecimento desta natureza, como se pôde avaliar pela seguinte descripção feita com a exactidão precisa.

(Segue na pagina seguinte.)

¹³³ Também foram descritos os nomes dos membros da “commissão honorária de inspecção científica” que, “para maior garantia vela sobre os trabalhos” desenvolvidos no estabelecimento. Entre viscondes e marquezes está registrado o nome do Conselheiro da Instrução Pública Euzébio de Queirós Coutinho Mattoso. Um homem que exercia funções diferenciadas no campo da educação, imbricando, porém, as forças que representava: o público e o privado.

A segunda página era dedicada somente às descrições dos espaços do estabelecimento, que tinha “124 palmos” de frente e 160 de fundos, além de 21 portas na sacada, e mais 12 internas:

COLLEGIOS

21

EDIFÍCIO.

O edificio de fôrma claustral, a mais adequada para taes estabelecimentos, situado no lugar mais sadio da chacara, tem de frente 124 palmos, e de fundo 160, ou 16 braças, exceptuando a varanda que corre parallela com os fundos da casa, e que serve de refeitório, e tem de extensão 230 palmos até a capella, situada na sua extremidade á direita. O pavimento superior contém no centro da frente um salão de 55 palmos quadrados, que serve de dormitório aos alumnos maiores, occupado por 40 camas; á esquerda, na extensão de 16 braças, outro salão occupado por tres ordens de camas, em numero de 80, serve de dormitório aos médios. O dormitório dos pequenos, com 38 camas, collocado no salão do fundo, parallello á varanda do refeitório, tem de extensão 80 palmos. O lado direito é occupado por dous gabinetes dos directores, cella do Ex.^{mo} Sr. Bispo, escriptorio e li. raria, e sala de visitas. Todos esses commodos são espaçosos e arejados exteriormente por 21 portas de sacadas, sem contar com as portas e janellas que communicão com a varanda do refeitório: e interiormente, por 12 portas, que dão communicação separada a cada uma destas repartições por uma varanda quadrilonga, que abrange as quatro faces do claustro.

Todos estes commodos estão collocados no pavimento superior, assim como a enfermaria, dispensa e cozinha, separada da parte principal do edificio, e com uma communicação coberta com a varanda do refeitório. O pavimento inferior, com proporções iguaes ao superior, e duas grandes varandas em toda a largura da casa, que servem de recreio ás duas classes dos alumnos separadamente nos dias de chuva, é occupado pelo gabinete dos vice-directores, rouparia com uma armação em fôrma de laja de fazendas, por nove salas para o serviço de todas as classes, a maior parte em volta do claustro (que tem tanque no centro com chafariz e repuchão), e com a communicação separada por outra varanda interior igual á do pavimento superior. O lavatorio e banheiro communica com o principal edificio através da varanda dos fundos; está collocado debaixo do pavimento da dispensa e cozinha em um salão de 50 palmos de comprimento e 40 de largo, contendo um quarto para toalhas, pentes, escovas, etc., um tanque de marmore com torneira e chuveiro para banhos frios e de choque; e vinte e cinco banheiros em volta da sala com suas duas torneiras de agua, fria e quente, cada uma, para temperar-se á vontade, e separados entre si por divisões de madeiras accommodadas de fôrma que com o mesmo lençol se arma uma porta a poder se ficar coberto e decentemente resguardado.

As aguas são boas, nascidas em uma gruta da mesma chacara, e encanadas por tubos, até dentro do edificio, onde se distribuem e utilisão por 64 torneiras. Além deste banheiro temos mais no interior da chacara, em um lugar accommodado, um grande tanque de natação e banho, onde os alumnos aprendem a nadar, de fôrma oval, com 96 palmos de comprimento, 46 de largo, 7 de fundo na parte inferior, e 5 na parte superior. No edificio principal dormem todos os alumnos, os directores, o enfermeiro e mordomo, e alguns criados de confiança para qualquer necessidade, em varios commodos da casa, de que não fazemos menção.

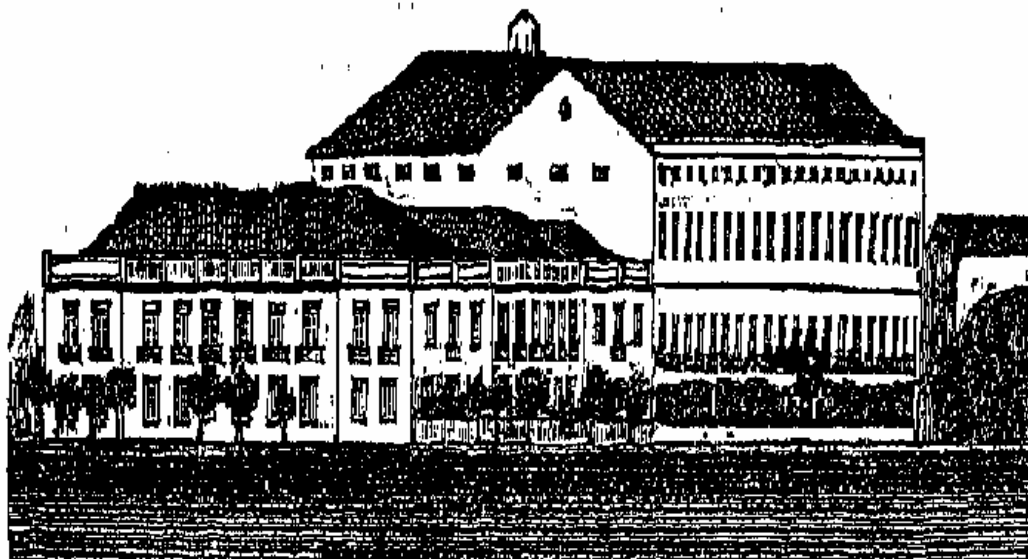
Os professores e mais empregados do estabelecimento, inclusive criados e escravos, têm os seus commodos em uma casa separada do edificio principal pela distancia de 20 braças ao lado esquerdo, e ao direito está collocada a gymnastica. A chacara tem na sua maior largura mais de 300 braças, e mais de uma milha de fundo com matos virgens, etc.; está cortada de ruas com lugares apropriados para passeios e recreios, e mais entretimentos indispensaveis para o desenvolvimento physico e moral dos alumnos.

O *Collegio da Imaculada Conceição*, num anúncio bastante recorrente (e que aparece pela primeira vez em 1862, no *Almanak Laemmert*) acompanhou a mesma tendência. Parecia querer garantir à imagem anunciada do estabelecimento um atestado de qualidade e modernidade. No fragmento da propaganda, é possível ver o desenho do (suposto) edifício na Praia de Botafogo, lugar onde estavam estabelecidas as aulas:

COLLEGIO DA IMMACULADA CONCEIÇÃO [480

FUNDADO PELA

ASSOCIAÇÃO DE S. VICENTE DE PAULO



Seguindo o exemplo dos demais, o anúncio do *Collegio de Santa Cruz* (Rua do Lavradio), aparecia com o desenho do prédio a partir de 1854, quando o estabelecimento já havia deixado de ser do ensino primário e se tornado exclusivo da instrução secundária. Lendo a imagem, percebe-se que a estrutura do edifício era muito parecida com os outros já mostrados no estudo: janelas grandes para circulação do ar, placas de identificação (nome do colégio) na entrada.



Ao contrário, porém, esta descrição não se parecia muito com as que foram feitas na literatura de Manuel Antônio de Almeida. Na obra, que fazia referência a uma aula

particular de primeiras letras na Corte Imperial do século XIX, a escola em que o padrinho “meteria” o menino para que o mesmo aprendesse “as letras” – também residência do mestre “baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada” – era uma casa “pequena e escura”, cuja sala encontrava-se “mobiada por quatro ou cinco longos bancos de pinho sujos pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior onde escreviam os discípulos, toda cheia de buracos para os tinteiros” (ALMEIDA, 1998, p.44-45).¹³⁴

Em propaganda de 1874, o *Collegio São Francisco de Paula* também seguiu o modelo de anúncio que pretendia fazer destacar o estabelecimento pelo desenho do edifício. Ao lado dos poucos dados disponibilizados na publicidade, os responsáveis pelo colégio registravam também a oferta do ensino preparatório para meninos (aqueles que desejam ingressar nas faculdades, e para isso prestavam exames com disciplinas específicas para os cursos escolhidos):

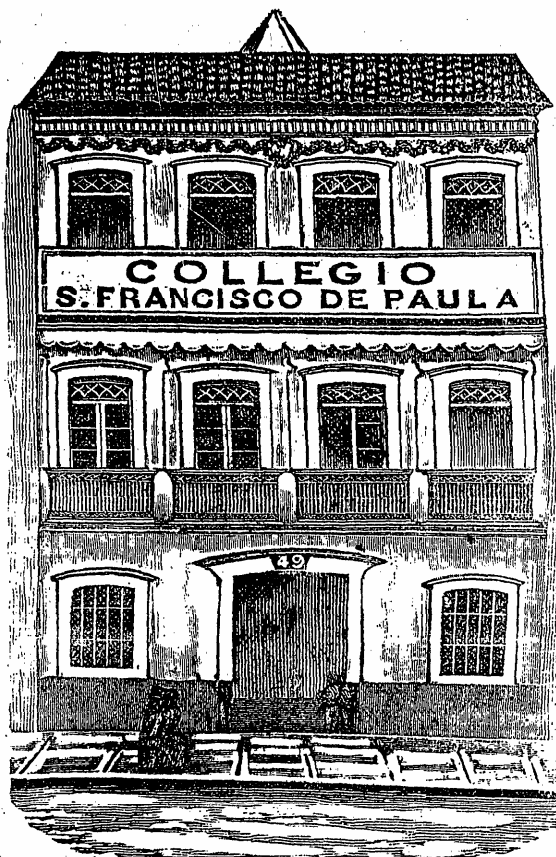
¹³⁴ ALMEIDA, M. A. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1998.

530

COLLEGIOS DE MENINOS.

COLLEGIO S. FRANCISCO DE PAULA

PREPARA ALUMNOS PARA TODAS AS ACADEMIAS DO IMPERIO.



ADMITE PENSIONISTAS, MEIO-PENSIONISTAS E EXTERNOS.

PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO, 49, ANTIGO LARGO DO ROCIO

OS DIRECTORES,

Padre Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, † 3 de P.
Padre Francisco Ignacia de Christo.

[424

Nas páginas do *Jornal do Commercio* também havia muitos anúncios com referências aos aspectos referentes ao funcionamento daqueles colégios da Corte. Aquelas propagandas diárias do jornal pretendiam comunicar a organização do ano letivo: datas relativas às férias, início das aulas, recessos de feriados etc. Estes registros apareciam sempre nos meses correspondentes: dezembro, janeiro, junho e julho. Em janeiro (dos anos de 1854, 1859, 1864, 1869 e 1874), havia muitos que informavam o dia de retorno das

aulas: *Collegio Allemão, Portuguez e Francez*, “início das aulas será no dia 9 do mez corrente” (...); *Collegio da Sr^a Baroneza de Geslin*, “o início das aulas no dia 9 do mez corrente, na rua do principe n^o 25”; *Collegio Lycêo Roosmalen*, “Localizado na rua da pedreira da candelaria n^o 16, informa o início das aulas no dia 9 do mez corrente.¹³⁵ Já os registros dos meses de maio, junho e julho (primeiro semestre), e novembro e dezembro (segundo semestre), são informes acerca dos prazos das férias.

Em junho de 1854, o *Collegio Kopke* (de Petrópolis), anunciava que o princípio das férias do seu estabelecimento seria no dia 11. Em dezembro do mesmo ano, o *Collegio da Sr^a Baroneza de Geslin* anunciava a programação de princípio e término do recesso escolar no seu estabelecimento. Isso se repetia nos anos seguintes e com outros colégios que comunicavam em anúncios (dos meses de novembro e dezembro) as datas de suas férias, como o *Collegio S. Vicente de Paulo* (em Nova Friburgo), *Collegio Kopke*, *Collegio da Boa União*, *Collegio da Lapa*, *Collegio de Santa Maria* e outros.

Nas edições dos demais meses do *Jornal do Commercio*, os dados observados nos anúncios referiam-se ao funcionamento cotidiano dos estabelecimentos particulares como mudança de endereço. E nestes casos, que eram bastante recorrentes, os exemplos eram dos meses de março e setembro (1854), do *Collegio de Meninas* e do *Collegio Nossa Senhora da Piedade*. Muitos informam sobre algumas disposições gerais dos colégios, fragmentos

¹³⁵ Como estes havia muitos outros: *Collegio da Boa União*, “Localizada na Rua da Alfandega, 327, Informa que as aulas iniciam no dia 9 do mez corrente (...); *Collegio de Inglez, Francez e Portuguez de Meninas*, “Informa aos Ilms Srs. Pais de suas discipulas que os estudos recommença no dia 9 do mez corrente”; *Collegio do Barão de Tautphoeus*, “Localizado na rua do lavradio, 53, Informa que as aulas iniciarão no dia 9 do mez corrente”; *Educação de Meninas*, “na rua dos Invalidos, 28 casa particular, informa que (...) inicia-se no dia 9 do mez corrente”; *Collegio de S. Gabriel*, “Informa que o início das aulas será no dia 9 do mez corrente”; *Collegio de instrução primaria e secundaria*, “o início das aulas será no dia 9 do mez corrente”; *Collegio de Meninos*, “o início das aulas se dará no dia 9 do mez corrente”; *Collegio do Padre Saraiva*, “o início das aulas será no dia 9 do mez corrente”; *Collegio Lycêo Tentari*, “o início de suas aulas se dará no dia 16 do corrente mez” (...); *Collegio S. João*, “início das aulas no dia 9 do mez corrente”; *Collegio de Santa Cecilia para Meninas*, “ Informa que o início das aulas se dará no dia 9 do mez corrente”; *Collegio Brasileiro de Meninas*, “Informa que o início das aulas se dará no dia 9 do mez corrente”; *Collegio M. L. Halbout*, “Informa que o início das aulas será no dia 9 do mez corrente”; *Collegio de Meninas de M^{Mes} Poucel*, “ Informa que se iniciará as aulas no dia 9 do mez corrente”; *Collegio Pallas*, “ início das aulas no dia 9 do mez corrente”; *Collegio Mafra*, “início das aulas no dia 9 do mez corrente”; *Collegio de Ilustração*, “início das aulas se dará no dia 9 do mez corrente”; *Collegio de Santa Cruz*, “Informa que o início das aulas será no dia 9 do mez corrente”; *Collegio de Santa Thereza*, “início das aulas no dia 9 do mez corrente”; *Collegio S. Pedro de Alcantara*, “será iniciado no dia 9 do mez corrente suas aulas”; *Collegio da Tijuca*, “início das aulas no dia 9 do mez corrente”. Nos fragmentos da publicidade que foram recortados para escrita (alguns continham mais informações que simplesmente a data de retorno às aulas), se vê que os colégios particulares se organizavam de forma bastante uniforme em relação aos dias letivos. Todos os estabelecimentos, com exceção do *Collegio Lycêo Tentari*, darão início às atividades escolares no dia 9 de janeiro, logo nas primeiras semanas do ano.

dos estatutos, datas para abertura de matrículas, para os feriados em que os alunos internos poderiam ir para casa (*Collegio Episcopal de S. Pedro de Alcântara*, 1859), formas para enviar correspondências aos meninos e meninas internos (*Collegio S. Vicente de Paulo*, 1859), dias de exames e provas (*Collegio Pinheiro*, 1864), locais onde os pais poderiam encontrar o diretor do estabelecimento (*Collegio do Caraça*, 1864), melhora de saúde de um religioso, com novo horário das missas no colégio (*Collegio Inglez de Meninas de Botafogo*, 1859), convite para primeira comunhão das alunas internas (*Collegio de Botafogo*, 1859), comunicado acerca das premiações dos alunos (*Collegio Ilustração*, 1874), suspensão das aulas por motivo de doença de professor (*Collegio Conceição*, 1864), abertura de novo estabelecimento (*Collegio de Santa Catharina*, 1869), alteração do nome da instituição (*Collegio Magalhães* para *Collegio Massambaraense*, 1869) ou sobre nova unidade, (*Collegio Teixeira*, 1869) e informação sobre cerimônia de comemoração de aniversário de oito anos do colégio (*Collegio Pinheiro*, 1869), etc.

2.2.2 Operários do saber

Do ponto de vista legal, o exercício do magistério público e particular no século XIX estava submetido a um conjunto de regras, comprovações, atestados, autorizações. Era preciso dar a ver ao exame público a vida pessoal (moralidade) e profissional (habilitações) dos mestres e mestras para prática da atividade. No *Regulamento da Instrução Primária e Secundária* da Corte (1854), havia a exigência de uma “prova de capacidade” para o ingresso no magistério, pelo qual deveria ser comprovada a habilitação apropriada às matérias de ensino primário. A exigência foi suprimida anos depois, pela Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. Este movimento de mobilização da lei em relação ao magistério ficou conhecido, no decorrer do Oitocentos, como o processo de estatização e de *funcionarização* da docência pelo Estado Imperial, como observa Alessandra Schueler:

O novo regulamento previu ainda dispositivos que visavam conceder determinadas garantias e privilégios ao *corpus* profissional que pretendia incorporar ao Estado. A lei, então, estabeleceu uma série de obrigações e deveres aos professores, e, em contrapartida, como toda relação jurídica, conferiu-lhes direitos e privilégios. O que, em certa medida, explica a vitória, ainda que contestada e turbulenta, do processo de estatização e a conseqüente incorporação dos mestres ao corpo de funcionários públicos – portanto, sua adesão, em maior ou menor nível, ao controle estatal (SCHUELER, 2001, p. 10).

Naquele contexto, as mudanças não ficaram restritas aos mecanismos de recrutamento, controle e fiscalização da atividade docente. As transformações foram estendidas aos processos de formação profissional, quando foram instituídos os debates acerca da necessidade ou não das Escolas Normais, que pretendiam ser o modelo mais eficaz de qualificação e capacitação profissional, se comparados ao modelo de formação pela prática.¹³⁶

O tema da formação deste profissional incentivou debates nos diversos espaços sociais daquele tempo, e o tipo escolarizado de preparação para o magistério (escola normal) foi ganhando visibilidade. No *Relatório do Ministro do Império*, de 1861, é

¹³⁶ Para maior aprofundamento da questão, ver: GARCIA (2005), SCHUELER (2002), UEKANE (2008) e VILLELA (2002).

possível observar o discurso de defesa quando se vê registrado que “a criação de uma Escola Normal para habilitação do pessoal que se dedica ao magistério é (...) a necessidade mais urgente do ensino primário”.

Neste sentido, é possível compreender que o docente atuava num cenário de grande visibilidade. Suas funções e os resultados de seu trabalho estavam sendo observados, já que a instrução, naquele momento, era o instrumento mais eficaz na luta contra o suposto atraso cultural, político e econômico da sociedade. Por isso, toda aquela elaboração de suportes legais, que buscava controlar e regularizar o magistério, foi estendida também à malha particular do ensino no século XIX com o Regulamento de 1854, que institui a obrigatoriedade da licença oficial para lecionar, criar ou dirigir escolas particulares na Corte.

Havia também a preocupação em relação ao percurso de formação profissional. Os modos disponíveis de tornar-se professor, seja o de formação pela prática ou por uma instituição regida pelo poder público, estavam no centro dos debates educacionais.¹³⁷ No caso, não escaparam daquela conjuntura os mestres e mestras do ensino primário que atuavam naqueles colégios particulares, como deixam evidentes muitos anúncios. Diante da concorrência no comércio da instrução, as propagandas serviam de instrumento de disputa entre os estabelecimentos, a partir do qual, a publicidade da lista com os “mais bem capacitados” professores e professoras servia-lhes como um elemento diferencial, ou atestado de qualificação.

Em *Professores: a alma do negócio? A história da educação pelotense vislumbrada por meio de anúncios publicitários (1875-1910)*, as pesquisadoras Helena de Araujo Neves e Giana Lange do Amaral analisaram anúncios da educação particular na cidade de Pelotas (RS), e perceberam que, naquelas propagandas, destacar o professor que compunha seus quadros era uma marca recorrente.¹³⁸ E de certa forma, tinha intenção de produzir e legitimar atestados de qualidade como foi observado anteriormente. De acordo com as

¹³⁷ Não obstante a intensidade dos debates e a ideia de criação de Escolas Normais para formação do professor que surgiu, no caso da Corte Imperial, na década de 1850, as primeiras iniciativas de criação destas escolas se deram apenas na década de 1870. Conferir GONDRA e SCHUELER (2008) e UEKANE (2008).

¹³⁸ NEVES, Helena e AMARAL, Giana Lange. *Professores: a alma do negócio? A história da educação pelotense vislumbrada por meio de anúncios publicitários (1875-1910)*. In.: Anais do IV Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Belo Horizonte, Minas Gerais: 2005.

autoras, quanto mais bem reconhecido, mais bem qualificado e reconhecidamente habilitado era o profissional, maior poderia ser a credibilidade do colégio.

Estes apontamentos são, da mesma forma, recorrentes nas propagandas cariocas do Dezenove. Atestar qualidade da instituição de ensino a partir dos profissionais que ministram as aulas em seus estabelecimentos mostrava-se significativamente comum. O *Collegio Parahyba do Sul*, cujo anúncio circulava em 1855 no *Almanak Laemmert*, registrou a preocupação do diretor em “fazer os maiores sacrifícios para obter e conservar os mais dignos e hábeis professores”. Já o *Collegio de Meninas* (Baroneza de Geslin), destacou na publicidade do estabelecimento que, “para justificar a confiança dos pais, a diretora só admite em sua casa os professores os mais distintos da Corte” (*Almanak Laemmert*, 1863).¹³⁹

O *Collegio Brasileiro para Educação de Meninas* anunciou (1871) no *Almanak Laemmert* que as matérias de ensino eram lecionadas por professoras “mais habilitadas e morigeradas”. E numa propaganda que se encontrava na mesma edição do anuário, o *Collegio de Meninas Allemão, Inglez, Francez e Portuguez* registrou que:

este estabelecimento faz-se recomendável aos pais de família, não só por sua bela e optima situação em um dos lugares mais sadios nos arrabaldes desta Corte (...) como também pela escolha escrupulosa dos mais distintos professores que são admitidos a cooperar para o ensino dos diversos ramos de instrução a que se compromete o colégio.

Na publicidade do *Collegio Santa Cecília*, em 1859, os professores apareciam descritos como os da mais “reconhecida habilidade no desempenho de sua arte”. E no

¹³⁹ Nas páginas do *Jornal do Commercio* também é possível identificar propagandas da educação particular em que colégios anunciavam os profissionais contratados pelos mesmos no intuito de atestar-lhes garantias, valor ou credibilidade. Porém, isso era menos frequente se comparado aos anúncios publicados no almanaque dos Laemmert. Entende-se que, por serem de proporções menores que os do anuário (menos conteúdos, poucas linhas e de tamanho reduzido) havia pouco espaço para detalhar informações. Era preciso racionar o conteúdo da propaganda, escolher as informações principais. Ainda assim, há exemplos em que o “corpo de professores” está destacado naqueles registros, como o *Collegio Instrução Primaria e Secundaria*, o *Collegio em São Paulo* e o *Collegio do Padre Saraiva*, em anúncios do ano de 1854.

exemplo que segue abaixo, o do *Collegio de Meninas do Largo do Machado N. A.*, destacava-se que, para dar conta do modo mais conveniente de educar, contavam “com a coadjuvação dos professores mais abalisados da Corte” (*Almanak Laemmert*, 1874).

450

COLLEGIOS DE MENINAS.

COLLEGIO DE MENINAS [438

DO

LARGO DO MACHADO N. A

DIRIGIDO PELAS SRAS.

TAULUIS E RIVIERRE

As directoras deste estabelecimento, sabendo por experiencia propria o modo mais conveniente de educar, instruir e tratar as meninas, reúnem em si todos os meios de executar o seu plano, e além disso contão com a coadjuvação dos professores mais abalisados da cõrte.

Um respeitavel sacerdote ensina a doutrina christã, a leitura e a explicação dos livros santos, e as praticas recommendadas pela Igreja são objecto de especial cuidado da parte das directoras. Baseado sobre tão firme alicerce, o exercicio da moral torna-se simples e facil no seio de uma familia, cujos costumes são bastante conhecidos.

O ensino consta das materias seguintes a cargo do collegio :

Linguas : nacional, franceza e ingleza.
Arithmetica, historia antiga e moderna, historia natural, geographia, noções de cosmographia, litteratura, mythologia e uso dos globos.
Obras de agulha de toda a qualidade, bordar em branco, matiz e ouro.

Preços.

Internas, por trimestre.	120\$000
Meio-pensionistas.	60\$000

Linguas e artes não comprehendidas na pensão.

POR MEZ.

Linguas, allemã e italiana	8\$000
Piano.	10\$000
Canto	10\$000
Desenho e pintura.	6\$000
Dansa.	8\$000

O trimestre é pago adiantado, sem que se faça desconto algum por ausencia ou férias.

O estabelecimento fornece a cada pensionista uma cama de ferro, um colchão e travesseiro, assim como o material da sala de banho, mediante a quantia de 30\$, pagos na occasião da entrada.

Lavagem da roupa 10\$000 por mez.

Em meia página do Almanak, o *Collegio Neves* fez circular sua propaganda no ano de 1870. O discurso que se observa em relação aos mestres do estabelecimento era construído com base no sentimento de satisfação, ou de “felicidade”, porque possuíam os profissionais de maior “conceito”, que se destacavam por sua “ilustração” e experiência (“longo exercício”), e, ao mesmo tempo, porque tinham “moralidade e caráter”.

442

COLLEGIOS DE MENINOS

COLLEGIO NEVES [431]
DE INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA

ESTABELECIDO Á RUA DA IMPERATRIZ n. 82.

FUNDADO EM 1 DE JULHO DE 1863

DIRIGIDO POR MANOEL FERREIRA DAS NEVES, HABILITADO PARA O MAGISTERIO DE INSTRUÇÃO PRIMARIA, E PARA O DAS LINGUAS FRANCEZA E LATINA, POR AVISO DO MINISTERIO DO IMPERIO DE 14 DE AGOSTO DE 1869.

Este collegio tem a felicidade de possuir professores de grande conceito, tanto pela sua illustração e longo exercicio, como pela sua moralidade e caracter.

No ensino de francez e inglez comprehende-se tambem o da locução destas linguas, entre nós tão communs.

Tabella das retribuições
Curso Primario.

Interno	90\$000	por trimestre	ou	30\$000	por mez.
Meio-pensionista	54\$000	"	"	18\$000	"
Externo	18\$000	"	"	6\$000	"

Curso Secundario.

Pensionista	108\$000	por trimestre	ou	36\$000	por mez.
Meio-pensionista	69\$000	"	"	23\$000	"
Externo	30\$000	"	"	10\$000	"

O ensino das primeiras letras, do latim e parte do de francez, está a cargo do director. O edificio do estabelecimento tem accommodações vastas e arejadas, posição salubre, gaz e agua encanada, asseio, bacias de esgoto, e chacarinha para recreio, com arvoredos frondosos.

O salão que serve ao ensino primario é vasto e fresco, proprio a não soffrerem os alumnos esses fataes resultados que de ordinario produz a agglomeração dos corpos na estação calmosa.

Da mesma salutar vantagem participa o dormitorio, claro, espaçoso e muito arejado, em posição eminente. — Distribuem-se programmas.

AULA DE INSTRUÇÃO PRIMARIA [332]

PARA MENINOS

REGIDA POR

TIMOTHEO JOSÉ LUIZ ALVARES ANTUNES

Rua da Quitanda, 178, 3º andar.

COLLEGIOS DIVERSOS [433]

- Imperial Collegio de PEDRO SEGUNDO. (Vide pag. 81 a 83.)
 Imperial Instituto dos Meninos cegos, Campo d'Acclamação, 17. (V. pag. 83.)
 Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de ambos os sexos. (Vid. pag. 84.)
 Instrução publica gratuita no mosteiro de S. Bento. (Vid. pag. 377.)
Athenéo Fluminense, dirigido por Monsenhor A. P. dos Reis, r. do Passeio, 36.
 Lycêo de Botafogo, do Dr. Luiz Manoel dos Santos Valente, praia de Botafogo, 38. (Vid. pag. 439.)
Lycêo Commercial, r. Guanabara, 10. (Vid. pag. 434.)
Lycêo Minerva, do Bacharel Antonio Navarro de Andrade, campo d'Acclamação, 29. (Vid. pag. 434.)
 Collegio da Conceição, de Dias da Silva Junior, Engenho-Novo.
 Collegio Cruz Santos, do Dr. João da Cruz Santos, r. do Rio Comprido, 7.

No anúncio de 1871, de uma página inteira, havia uma observação de três linhas (4º parágrafo) fazendo referência aos docentes do estabelecimento. Era o *Collegio Santo Agostinho de Instrução Primária e Secundária*, ressaltando que “os professores, em cuja

escolha tem o Director o maior escrupulo, são pela sua assiduidade e proficiência um seguro penhor para o aproveitamento dos estudantes que lhes são confiados”:

422

COLLEGIOS DE MENINOS.

COLLEGIO SANTO AGOSTINHO [424]

DE INSTRUCCÃO PRIMARIA E SECUNDARIA

DIRIGIDO POR
AUGUSTO AMERICO DE FARIA ROCHA
63 Rua do Haddock Lobo 63
 (ENGENHO-VELHO)

Este collegio já conhecido pelos brilhantes resultados que tem obtido nos exames geraes de preparatorios desde Novembro de 1868 até Fevereiro de 1871, nos quaes alcançou mais de noventa por cento sobre as approvações ganhas pelos seus alumnos, offerece além desta demonstração pratica do zelo e cuidado do director, mais as seguintes e sem duvida valiosas condições de excellencia: casa vasta e bem arejada, chacara arborizada para recreio dos alumnos, excellente banheiro de chuva, conducção rapida e commoda de dez em dez minutos, nos carros da linha férrea do Andarahy, e o que mais é, longe do centro da cidade e portanto dos miasmas e das distracções.

O curso de estudos divide-se em primario e secundario; o primeiro consta de *leitura, calligraphia, arithmetica elementar, grammatica portugueza, exercicios de orthographia e analyse*; o segundo abrange o ensino de todas as disciplinas que são exigidas como preparatorios para a matricula nas faculdades do Imperio.

Igualmente aceitam-se no collegio alumnos que pretendão estudar outras materias, como sejam Physica, Chimica ou outra qualquer, para o que dispõe o estabelecimento de pessoal habilitado.

Os professores, em cuja escolha tem o Director o maior escrupulo, são pela sua assiduidade e proficiencia um seguro penhor para o aproveitamento dos estudantes que lhes são confiados.

Inocular no espirito da criança o amor a seus pais, não a desterrando desse viver de familia, em cujo seio seu tenro coração recebe doces impressões, que mais tarde tanto concorrem para a docilidade de seu caracter; educa-la no meio dessa sensibilidade que tanto eleva a alma e toma uma grande parte na felicidade da vida; amar, enfim, seus alumnos como outros tantos filhos, dispensando-lhes, com o rigor moderado do mestre, os carinhos de um bom pai, taes são os deveres que se ha imposto o Director do COLLEGIO SANTO AGOSTINHO, coadjuvado por sua consorte, em quem os alumnos encontrarão uma segunda mãe.

Por um accôrdo feito entre alguns Directores de collegio e em consequencia da alta carestia de todos os elementos necessarios á vida, e a estabelecimentos como este, as pensões ficão taxadas da seguinte forma:

Internos.	150\$000	Externos de curso secundario.	50\$000
Meio-pensionistas	90\$000	Externos de curso primario.	30\$000

São termos muito semelhantes, que pretendiam criar uma imagem comum em torno da “ficha”, do reconhecimento daqueles profissionais: habilitados, moralizados, assíduos,

dignos, eficientes, experientes. Associada a isso, estava a ideia que se tentava imprimir acerca da “rigorosa” seleção dos mesmos, o que, portanto, rechaçava a impressão de que os diretores e proprietários não se importavam tanto com o recrutamento dos mestres. Assim, descrevendo, ou não, informações a respeito deles, muitas propagandas faziam questão de registrar, pelo menos, o nome dos professores e professoras, como este, do ano de 1874:

538

COLLEGIOS DE MENINOS.

COLLEGIO PINHEIRO ^[426]

ESTABELECIDO NA

PRAÇA ONZE DE JUNHO

(ANTIGO ROCIO PEQUENO)

N. 10

Palacete do Sr. Visconde de Aljezur, Morgado de Marapicú,

Fundado em 1861 e dirigido por

JOSÉ RODRIGUES DE AZEVEDO PINHEIRO

PROFESSOR HABILITADO PELO CONSELHO DIRECTOR
DA INSTRUÇÃO PUBLICA DA CÔRTE.

Este estabelecimento, montado com esmero, tem proporções vastíssimas para um grande internato. Recebe alumnos internos, meios e externos, para instrução primaria e todos os preparatorios exigidos pelas Academias do Imperio.

Uma disciplina severa, e o mais minucioso cuidado na educação physica, moral e intellectual dos alumnos é unicamente o que affiança seu director, que conquistou a confiança publica á força de muito trabalho e sacrificios extremos.

Os estatutos distribuem-se no collegio, que pôde ser visitado a qualquer hora.

VICE-DIRECTOR, Bacharel José Rodrigues de Azevedo Pinheiro Junior, R.° 6.

Professores.

<p><i>Aula primaria.</i> — O director com 4 coadjuvantes.</p> <p><i>Grammatica portugueza.</i> — O director.</p> <p><i>Latim.</i> — Dr. Manoel Thomaz Alves Nogr.^o</p> <p>” Major Ant.^o Maria Cabral de Mello.</p> <p><i>Francez.</i> — Mr. Fortuné D. Mouren.</p> <p>” Dr. Franc^o Moreira Sampaio.</p> <p><i>Inglez e Rhetorica.</i> — Manoel Pacheco da Silva Junior.</p> <p>” João Rodrigues Cortes</p> <p><i>Mathematicas.</i> — José de Napoles Telles de Menezes.</p> <p><i>Idem e Geographia.</i> — Bacharel José Rodrigues de Azevedo Pinheiro Junior, R.° 6.</p>	<p><i>Geographia.</i> — Luiz de Oliveira Bueno.</p> <p><i>Historia.</i> — Antonio Pereira Leitão.</p> <p><i>Philosophia.</i> — Padre-Mestre Frei Saturnino de Santa Clara Antunes d’Abreu.</p> <p><i>Musica.</i> — João Rodrigues Cortes.</p> <p><i>Desenho.</i> — Carlos Frederico Cesar Burlamaque.</p> <p><i>Gymnastica.</i> — Tenente Dionysio Frederico Korff.</p> <p>CAPELLÃO. Padre Matheus Zuppi.</p> <p>MEDICO. Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz, R.° 6.</p>
---	---

Pensões trimensaes.

Pensionista	440\$000	Joia de entrada para os pensio-	
Meio-pensionista	75\$000	nistas	30\$000
Externo do curso secundario	45\$000	Dita annual	20\$000
Externo do curso primario	24\$000	Pensão de roupa lavada	24\$000

Pensões pagas por trimestres adiantados, sem excepção de pessoa.

Analisando estes anúncios, nota-se que podem ser percebidos alguns sinais de formação daqueles profissionais. As propagandas do Laemmert dão a ver alguns vestígios

que evidenciam o pertencimento dos mestres nos seus respectivos percursos de profissionalização. Alguns são habilitados pela prática (em casos de transmissão do ofício nas atividades familiares), outros por instituições, (nacionais e internacionais). Em registro de 1847, o professor Casimiro Correia de Almeida Portugal¹⁴⁰, destacava que “foi discípulo dos professores lisboenses João Manoel Esteves e Joaquim Jose Ventura”, e que este fato, portanto, concorreu para que lecionasse de forma “breve a escrita segundo o método do professor Joaquim”. Ao mesmo tempo, acrescentou que “possui as utilíssimas pautas necessárias a este método que são desconhecidas na Corte”:



Casimiro Correia de Almeida Portugal, discípulo dos Professores Lisboenses João Manoel Esteves Carneiro e Joaquim José Ventura da Silva, lecciona em mui breve tempo o sublime methodo de escripta d'este ultimo, do qual possui as utilissimas pautas ainda desconhecidas nesta côrte; ensina igualmente no seu Collegio Fluminense, rua dos Arcos, 28, todos os mais ramos d'instrucção primaria e secundaria, para o que recebe pensionistas e externos. Todos os preparatorios para as Academias do Imperio são leccionados neste Collegio pelo Sr. Camacho, Lente d'instituições canonicas do Seminario de S. José.

Em outros casos, alguns profissionais davam visibilidade às recompensas alcançadas por suas habilitações e experiências: prêmios, medalhas, títulos, publicações. O anúncio do professor de desenho Jacob Wladimiro Petra de Barros destacou que o mesmo possuía “três grandes medalhas de ouro”, recebidas da Academia de Bellas Artes da Corte. No ano de 1850 (e repetido nos anos seguintes até 1855), entre os anúncios de “Profissões liberais”, o professor de ginástica, Bernardo Urbano de Bidegorry, registrava seus vínculos profissionais, qualificação, posse de três medalhas de “salvação de vidas”, e função de diretor do *Ginásio Militar do Arsenal de Guerra*. Acrescentava também que seus serviços

¹⁴⁰ Este profissional é diretor e professor do *Colégio Fluminense*. Aqui neste anúncio ele oferta aulas avulsas do secundário. No *Colégio Fluminense*, o ensino é também de instrução primaria. Registra em 1848 e 1849 que divide a direção do colégio, as aulas na própria escola e ainda aulas particulares (estas, três vezes por semana, a partir da três horas da tarde).

eram recomendados para diversos fins: “pais que tiverem filhos de débil constituição e assim pequenos e alguns vícios (...) deformidades no corpo (...) fraquezas em algumas articulações (...) qualquer enfermidade susceptível de ser curada pela ginástica ortopédica”.

Da mesma forma, havia a exposição de pertencimentos a determinadas ordens religiosas e seus respectivos títulos. São formas pelas quais aqueles profissionais encontraram para dar visibilidade as suas redes de sociabilidades, prestígio social e competência, como evidenciam as propagandas dos mestres Guilherme Paulo, Padre João Jacques, Fernandes de Brito e Francisco Manoel. Estes, entre tantos outros profissionais, expunham símbolos que falavam mais que algumas palavras naquele tempo¹⁴¹:

Guilherme Paulo Tilbury,  2,  4,

P.^o João Jacques,  3

Fernandes de Brito,  3,

Francisco Manoel da Silva,  5,

Já o professor Luiz Antônio Burgain, sem perder tempo, tratou de relatar sua experiência na propaganda (1859), comentando ser o “autor do novo método prático e teórico da língua francesa (já em terceira edição)”, e, ainda, do novíssimo “Guia de conversação (...) ambos adotados por um grande número de estabelecimentos e professores distintos”. De forma semelhante, identificou-se a propaganda do *Collegio D'instrução*

¹⁴¹ Estes símbolos eram credenciais que, a partir dos vínculos evidenciados, atestam pertencimentos em função de perspectivas religiosas ou políticas. Trata-se de um material que caracteriza as marcas de uma sociedade e que estão presentes nos mais variados espaços, como no próprio impresso analisado. Na terceira edição do *Almanak Laemmert* (1846), o próprio Editor do anuário registra, a partir da edição de 27/12/45, a explicação dos “Signos das Ordens”. Faz referência à *Ordem Imperial do Cruzeiro*; *Ordem Imperial de D. Pedro II*; *Ordem de São Bento*; *Ordem da Rosa*; *Ordem de Cristo*; *Ordem de Santiago*.

Primaria de Meninos, na qual Antônio Maria Barker descrevia-se como “autor e proprietário de uma coleção de compêndios”:

Collegio d Instrução primária de meninos internos e externos, largo de S. Domingos, 8, dirigido por Antonio Maria Barker, auctor e proprietario de uma colleção de compendios apropriados á mesma instrucção, e que se achão á venda em quasi todas as lojas de papel, especialmente na da rua da Quitanda, 70, onde se vendem em porções com o abatimento de 20 por cento.

Para Gisele Teixeira, a atuação docente, a experiência pedagógica, o conhecimento sobre a realidade cotidiana das escolas, e dos alunos, passaram a ser valorizadas como credenciais importantes para a criação de textos, livros e outros materiais destinados ao ensino no século XIX. No seu trabalho de investigação, a pesquisadora elabora um quadro composto pela relação de algumas professoras, proprietárias ou diretoras de colégios particulares que exerciam funções de escritoras naquele tempo¹⁴²:

Edeiges Raetz de Schreiner	Autora de “Idéia sobre a instrução primaria no Brasil” (1883)
Elisa Diniz Machado Coelho	Uma das fundadoras do Collegio Santa Isabel, RJ. Autora de romances-folhetins
Francisca Senhorinha da Motta Diniz	Fundou e dirigiu com as filhas o Collegio

¹⁴² TEIXEIRA (2008, p. 73).

	Santa Isabel, e o jornal “O Sexo Feminino” (1873).
Gabriela de Jesus Ferreira França	Autora de “Contos brasileiros” (1881), adotado nas escolas públicas primárias
Guilhermina de Azambuja Neves	Fundou e dirigiu o Collegio Azambuja Neves. Produziu o livro “Entretenimentos, deveres de civilidade para ambos os sexos”
Luísa Carolina de Araújo Lopes.	Diretora do Collegio Santa Luzia. Escreveu “Lições de geografia particular do Brasil” (1877)
Maria Guilhermina Loureiro de Andrade	Fundou um colégio para meninas no RJ, e produziu “Resumo da História do Brasil para uso das escolas primarias” (1888)
Maria Jose de Andrade	Dirigiu um colégio de meninas no RJ
Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)	Escreveu “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (1832); “Conselhos à minha filha” (1842), “A mulher” (1859); “Opúsculo humanitário” (1853).

A produção de textos escolares pelos professores primários e secundários foi cada vez mais incentivada pelos poderes públicos e pelo mercado editorial em franca expansão (TEIXEIRA, 2008). Em *Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na Corte Imperial*, as pesquisadoras Alessandra Schueler e Jôsele Teixeira realizaram estudo acerca destas ocorrências que, ao contrário do que se possa imaginar, eram bastante comuns. Ou seja, muitos professores primários, públicos e particulares da Corte Imperial viveram a experiência de escrever ou traduzir livros, compêndios, métodos, artigos etc. Muitas vezes, aqueles materiais eram aprovados para uso nas escolas públicas

da cidade e publicados, após leitura e avaliação pela Inspeção Geral da Instrução Pública.¹⁴³

¹⁴³ A este respeito cf. SCHUELER, Alessandra & TEIXEIRA, Jôsele. *Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na Corte Imperial*. In: III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006; SCHUELER, Alessandra. *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representação, experiência e profissão docente nas escolas públicas primárias - (1870-1890)*; Rio de Janeiro, Tese de Doutorado: UFF, 2002.

2.2.3 Planos de Estudos

As funções sociais designadas à instrução primária no século XIX (do ensino público ou particular) pelos administradores estavam articuladas à disseminação de conhecimentos básicos e ao desenvolvimento da educação moral e religiosa, como é possível observar a partir da configuração do currículo oficial que se organiza com a Reforma Couto Ferraz, de 1854. Naquele tempo, “educar e instruir permaneceriam entendidas enquanto ações primordiais às quais o Estado deveria imprimir uma direção” (MARTINEZ, 1998, p. 24).

Assim, a escola primária era aquela em que deveria se aprender e ensinar a ler, escrever, contar e a valorizar os bens religiosos.¹⁴⁴ O currículo compreendia obrigatoriamente a instrução moral, religiosa, leitura, escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética, sistemas de pesos e medidas, e o ensino facultativo (opcional ao estabelecimento) de aritmética e suas aplicações práticas, história sagrada (leitura dos evangelhos, estudo da Bíblia), elementos de geografia e história, princípios das ciências físicas e história natural, geometria, desenho linear, música, canto. Atividades como ginástica, bordados, trabalhos de agulha e costura, compreendiam disciplinas específicas para uma ‘boa educação’ das meninas da Corte.

Neste sentido, o interesse é investigar de que forma isto é apresentado nos anúncios, já que se viu, de antemão, que havia interesse por parte dos diretores e proprietários de colégios em divulgar seus currículos e fazer aparecer que os mesmos estavam sempre em consonância com as normas vigentes.¹⁴⁵

¹⁴⁴ No que se refere ao ensino religioso e à questão da obrigatoriedade que lhe foi atribuída no Regulamento de 54, a década de 1870 vai apresentar profundas modificações. A reforma empreendida por Leôncio de Carvalho em 1879 chega afirmando a liberdade religiosa nas escolas públicas e particulares (primárias e secundárias) estabelecendo que as aulas de religião seriam ministradas por professores nos horários não oficiais de cada classe, e apenas se assim o fosse solicitado pelas famílias dos meninos e meninas. No caso do ensino particular, se o colégio determinasse. Sobre isso, conferir MARTINEZ (1998) e GONDRA & SCHUELER (2008).

¹⁴⁵ Somado aos graus de instrução primária e secundária, a iniciativa particular instaura outro nível não formal de educação: o ensino do preparatório, que era exclusivo para aprendizagem dos saberes necessários ao ingresso nas faculdades (ensino superior). Os anúncios que fazem referência exclusiva ao nível secundário de ensino, quase se confundem com as ofertas do ensino preparatório, demonstrando as grandes tensões articuladas ao sistema de exames públicos exigidos para as academias do império, sob os cuidados da Diretoria Geral da Instrução Pública. A finalidade maior deste ramo do ensino era preparar os jovens para o ingresso nas faculdades de uma forma mais proveitosa e rápida que os estudos do ensino secundário (LIMEIRA, 2005). Assim, os estabelecimentos de ensino privado precisavam se ajustar a este interesse maior

A partir da leitura do anúncio que segue (*Almanak Laemmert* de 1855), nota-se a preocupação em destacar que as matérias ensinadas estavam de acordo com a lei. Ao mesmo tempo, que as mesmas compunham as prendas que “aperfeiçoão a educação de uma menina” (bordado, pintura, agulha, música, piano, inglês, francês etc). Para a proprietária do *Collegio Nacional*, não era preciso discriminar os saberes na propaganda, somente rotular com atestados e garantias o seu plano de estudos destinado às meninas:

Collegio Nacional, D. Polucena^u Maria da Conceição da Cruz, lecciona além das materias marcadas pela lei, todas as mais prendas que aperfeiçoão a educação de uma menina; tambem recebe pensionistas e meias pensionistas, rua do Areal, 7.

De acordo com os registros, observa-se que o ensino primário estava profundamente marcado pelas questões de gênero. No que tange aos saberes femininos, os complementos curriculares supunham restrições a conhecimentos mais amplos da matemática (álgebra, aritmética, geometria). O que se via com mais recorrência era que os mesmos ficavam condicionados à oferta de “prendas que aperfeiçoam a educação de uma menina”. Acerca disso são exemplares várias outras propagandas no *Jornal do Commercio* e no *Almanak Laemmert*.

O *Collegio de Educação Litteraria e Moral* tinha seu currículo direcionado à leitura, escrita, contas e habilidades de agulha. Assim como a instrução primária no *Collegio Santa Cecília* ou no *Collegio Emulação da Juventude*, com suas típicas listas curriculares voltadas para moças. Também é exemplar a publicidade do *Colégio Augusto*, do ano de

que se constituía imperativo para matrícula nos cursos superiores, através dos exames públicos. Uma característica que condicionava seus currículos, empobrecendo-os no instante em que os restringia às disciplinas preparatórias, exigidas para determinado curso superior (HAIDDAR, 1972). Existia também um sistema de reforço escolar, uma espécie de professor explicador, que poderia ser contratado num estabelecimento especificamente para esta tarefa ou oferecê-la como aula avulsa, como demonstra o anúncio localizado em 1848, no *Almanak Laemmert*: “José Antonio do Valle, professor de philosophia moral e racional, explicador de physica, botânica e zoologia, rua da Cadea, 99”.

1863 do *Almanak Laemmert*, no qual se lê que somente pela vontade dos pais poderia ser aplicado o ensino de aritmética às suas alunas.

Já no caso da instrução primária para o sexo masculino, é crível identificar um alargamento na oferta de disciplinas e cursos. Para eles, ao lado das matérias básicas havia propagandas que anunciavam a aprendizagem de disciplinas complementares como escrituração e contabilidade mercantil (anúncio do *Collegio Padre Saraiva*, *Almanak Laemmert*, 1854), bem como aritmética, geografia, matemáticas, ciências, filosofia, retórica:

338

COLLEGIOS DE MENINOS.

COLLEGIO PINHEIRO [426]

ESTABELECIDO NA

PRAÇA ONZE DE JUNHO

(ANTIGO ROCIO PEQUENO)

N. 10

Palacete do Sr. Visconde de Aljezur, Morgado de Marapicú,

Fundado em 1861 e dirigido por

JOSÉ RODRIGUES DE AZEVEDO PINHEIRO

PROFESSOR HABILITADO PELO CONSELHO DIRECTOR

DA INSTRUÇÃO PUBLICA DA CÔRTE.

Este estabelecimento, montado com esmero, tem proporções vastíssimas para um grande internato. Recebe alumnos internos, meios e externos, para instrução primaria e todos os preparatorios exigidos pelas Academias do Imperio.

Uma disciplina severa, e o mais minucioso cuidado na educação physica, moral e intellectual dos alumnos é unicamente o que affiança seu director, que conquistou a confiança publica á força de muito trabalho e sacrificios extremos.

Os estatutos distribuem-se no collegio, que pôde ser visitado a qualquer hora.

VICE-DIRECTOR, Bacharel José Rodrigues de Azevedo Pinheiro Junior, * 6.

Professores.

Aula primaria. — O director com 4 coadjuvantes.
Grammatica portugueza. — O director.
Latim. — Dr. Manoel Thomaz Alves Nogr.
 » Major Ant.º Maria Cabral de Mello.
Francez. — Mr. Fortuné D. Mouren.
 » Dr. Francº Moreira Sampaio.
Inglez e Rhetorica. — Manoel Pacheco da Silva Junior.
 » João Rodrigues Cortes
Mathematicas. — José de Napoles Telles de Menezes.
Idem e Geographia. — Bacharel José Rodrigues de Azevedo Pinheiro Junior, * 6.

Geographia. — Luiz de Oliveira Bueno.
Historia. — Antonio Pereira Leitão.
Philosophia. — Padre-Mestre Frei Saturnino de Santa Clara Antunes d'Abreu.
Musica. — João Rodrigues Cortes.
Desenho. — Carlos Frederico Cesar Burlamaque.
Gymnastica. — Tenente Dionysio Frederico Korff.
 CAPELLÃO. Padre Matheus Zuppi.
 MEDICO. Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz, * 6.

Pensões trimensaes.

Pensionista	140\$000	Joia de entrada para os pensionistas	30\$000
Meio-pensionista	75\$000	Dita annual	20\$000
Externo do curso secundario	45\$000	Pensão de roupa lavada	24\$000
Externo do curso primario	24\$000		

Pensões pagas por trimestres adiantados, sem excepção de pessoa.

A frequência daquelas marcas no currículo primário de educação de meninas não escondia, porém, outras experiências diferentes. E eram justamente estas que evidenciavam os traços não generalizantes, mas, heterogêneos daquelas escolas oitocentistas. Um exemplo interessante era a propaganda do *Collegio de Instrução e Educação de Meninas* (dirigido pelo Sr. E Sra. Hitchings): anunciado com bastante regularidade nas edições pesquisadas, o estabelecimento comunicou que os saberes que compunham seus planos de estudos, e que correspondiam à “completa instrução de meninas (...) e aos ramos da mais perfeita educação”, eram:

<i>Linguas.</i>	<i>Bellas-Artes.</i>	<i>Sciencias.</i>
Ingleza.	Desenho.	Astronomia.
Franceza.	Musica.	Botanica.
Portugueza.	Dança.	Historia antiga e
Allemaã.	Cañto.	moderna.
		Historia natural.
		Geograph. phys.
		e elementar.
		Uso dos globos.

Obras de costura de diversas qualidades, bordar em lã, branco, matiz e ouro, e obras de fantasia.

É possível apreender que, naquele estabelecimento, somada às “prendas que aperfeiçoam a educação de uma menina” (“bordar em lã”, “costura”), as “Sciencias” inscritas no currículo das alunas marcavam a singularidade do mesmo em relação aos demais planos de estudos femininos que foram observados. E no *Collegio de Meninas* (dirigido por M.r e M.me Lacombe), o destaque é para os estudos de algumas “sciencias”, como aritmética, geometria e princípios da física. Outra diferença significativa aparece no *Collegio de Meninas*, sob responsabilidade da Baroneza de Geslin. Este colégio ofertava às suas alunas aulas de cálculo, escrituração mercantil, retórica, geografia, esfera e mitologia, como segue no trecho da propaganda:

Objectos de ensino a cargo do Collegio.

As linguas Franceza e Portugueza, Leitura, Calligraphia, Calculo, Escripção mercantil, Grammatica geral, Rhetorica, Litteratura, Historia, Mythologia, Geographia e Sphera.

Bordados e trabalhos d'agulha de todos os generos.

Este mesmo colégio, anunciando no anuário quinze anos depois (em 1874), mostrou as alterações que realizara no currículo. O que se percebe é que a disciplina de escripção mercantil fora abolida do plano de estudos das meninas, enquanto outras foram acrescentadas (piano, canto, desenho e dança):

445
[435

COLLEGIOS DE MENINAS.
COLLEGIO DE MENINAS
FRANCEZ E PORTUGUEZ

DIRIGIDO PELA

SRA. BARONEZA DE GESLIN

25, Rua do Principe do Cattete, 25

Este **MAGNIFICO ESTABELECIMENTO**, approvedo pelo Conselho Superior da Instrucção publica, é situado em um dos mais salubres lugares da cidade do Rio de Janeiro.

Ensina-se tudo que abrange uma educação completa, tanto para a instrucção geral e as artes de recreio, como para a moral e a religião.

PREÇOS.

PENSÃO POR TRIMESTRE.	}	Interna	100\$000
		Meio-pensionista.	50\$000
		Externa	30\$000

OBJECTOS DE ENSINO A CARGO DO COLLEGIO.

Doutrina Christã; Linguas: Franceza e Portugueza; Leitura, Calligraphia, Calculo, Litteratura, Historia, Mythologia, Geographia e Sphera, trabalhos de agulha de todas as qualidades.

LINGUAS E ARTES DE RECREIO, NÃO COMPREHENDIDAS NA PENSÃO.

Por mez.

Linguas estrangeiras	8\$000		Desenho	8\$000
Piano	10\$000		Dansa	8\$000
Canto	10\$000		Lavagem e concerto da roupa	10\$000

O trimestre é pago adiantado, e não ha nenhum desconto pelas férias, nem por qualquer tempo que as discipulas passem fóra do estabelecimento.

O Collegio encarrega-se de fornecer a cada discipula um leito de ferro, um colchão e um travesseiro, assim como o material da sala de banho, mediante a somma de 30\$000 paga á entrada de cada discipula.

Enxoval.

1 vestido de seda preta; 2 ditos de cassa branca; 6 camisolas brancas; 6 toalhas; 6 guardanapos; 6 lençóes;		6 fronhas. 3 cobertores (1 de lã e 2 de algodão); 1 sacco para roupa servida; 1 caixa de folha para roupa limpa; 1 caixinha com objectos de toilette.
--	--	---

O resto da roupa será á vontade dos pais de familia.

O Collegio encarrega-se completamente das meninas do interior cujos pais não têm correspondentes na côrte.

Dados gerais daqueles registros publicitários localizados no *Almanak Laemmert* e no *Jornal do Commercio* tencionavam deixar evidenciado para os consumidores que os colégios particulares andavam em consonância com os dispositivos da lei na Corte Imperial. Ao mesmo tempo, a lista dos saberes que ofereciam dava a ver as tensões culturais e de gênero de uma sociedade na qual, mulheres e homens, deveriam ocupar lugares bem determinados. A elas, caberia a maternidade, o espaço doméstico, o matrimônio, a administração do lar, a educação dos filhos, a religião; a eles, o comércio, o trabalho, as ruas, a política.

Alguns estabelecimentos esbarravam nestas problemáticas sem enfrentá-las, ao oferecer um currículo que reafirmava estes preceitos, como o *Collegio Nacional* de Polucena Maria da Conceição, no ano de 1855. Outros, porém, procuravam alargar a oferta dos saberes femininos, incluindo o ensino de algumas “sciencias”, como fez em 1859 o *Collegio de Instrução e Educação de Meninas*, do Senhor e Senhora Hitchings. Nestes termos, analisando a publicidade naqueles impressos é possível observar contradições e ambiguidades.

2.2.4 Custos da instrução particular

Na sociedade carioca do século XIX, uma pessoa que desejasse comprar o metro de um caro tecido, como o cetim, pagaria cerca de 1\$500 (ou seja, mil e quinhentos Réis). Se a intenção do consumo fosse uma lata de biscoitos franceses, o valor cobrado seria de \$800 (oitocentos Réis). Por este preço, a lata da guloseima poderia ser adquirida por um professor público, cujo salário mensal variava entre 16\$000 a 41\$000.¹⁴⁶ Ou mesmo por um mestre particular, que tinha remuneração no valor de 66\$700 – se funcionário do *Collegio Victório*.¹⁴⁷

Com estes salários, os docentes também poderiam adquirir uma dúzia de retratos pequenos, conhecidos hoje por 3x4 (5\$000), ou uma cama de solteiro com colchão (20\$000). Mas, dificilmente poderiam pagar pelo alto preço de um jovem escravo: seicentos mil Réis (600\$000).

No caso de tratar-se de uma família desejosa de ver seu filho, ou filha, matriculado num daqueles colégios particulares da Corte Imperial – seja porque a escola pública encontrava-se distante demais de sua residência, por falta de vaga na mesma, ou por acreditar que o ensino fosse mais qualificado no estabelecimento pago – quanto pagaria pela almejada instrução primária naqueles anos do Oitocentos?

Primeiramente, é preciso observar que o custo de uma família para manter seus filhos em um daqueles estabelecimentos variava de acordo com a situação em que o aluno seria admitido na instituição. Nos anúncios do *Almanak Laemmert* e do *Jornal do Commercio* foi possível identificar que os colégios de ensino primário ou secundário poderiam se organizar para receber alunos pensionistas, meio-pensionistas ou externos. Aqueles que ficavam em tempo integral na instituição e retornavam as suas casas somente nas férias, em feriados prolongados ou no final de todo curso letivo e recebiam alimentação, instrução, educação moral e religiosa, e, em alguns casos, cuidados médicos, eram os da classe dos pensionistas, ou seja, aqueles cujos valores de pensão eram os maiores. Esta situação era muito comum para as alunas ou alunos cujas famílias moravam

¹⁴⁶ Lei Geral de Ensino de 15 de Outubro de 1827 – Artigo 3º: Os presidentes, em conselho, taxarão internamente os ordenados dos professores regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes com relação as circunstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente à Assembléia Geral para aprovação.

¹⁴⁷ AGCRJ – Código 10.4.28

em estados, cidades ou mesmo freguesias distantes da localização do referido estabelecimento.

Os meninos ou meninas meio-pensionistas poderiam sair do colégio e retornar ao aconchego familiar no fim de cada mês, de cada semana ou no final do dia, e era facultativo o uso de serviços oferecidos pelo estabelecimento, como alimentação, dormitório, lavagem de roupa, etc. Por fim, havia a classe das crianças externas, que eram as que se dirigiam todos os dias ao colégio nos horários estabelecidos.

No caso dos pensionistas, vê-se que as instituições procuravam estabelecer através do anúncio uma percepção de cuidados constantes, descrevendo-se como se fosse (ou funcionasse como) uma extensão do lar. A oferta destas três distintas formas de atendimento era recorrente inclusive em colégios de pequeno porte, em que o professor transformava sua própria casa em estabelecimento de ensino. Nestes casos, os alunos pensionistas ou meio-pensionistas dividiam os cômodos da casa com a família do mestre. Um exemplo disso aparece numa propaganda de apenas três linhas, inscrita na edição de 1847 do Laemmert. Nela, a única informação que consta (além do endereço) é a oferta de ensino para internos na casa da professora, “D. Maria Angélica de Athayde Pestana de Simas”.

Outras considerações também são importantes para se compreender de que forma se estruturava a cobrança das pensões da instrução primária nos colégio particulares da Corte Imperial, e quais eram estes valores. Trata-se da existência de diferentes taxas extras, ou seja, não compreendidas nas mensalidades e que correspondiam a serviços distintos, como aulas de desenho (6\$000 – seis mil contos de Réis – no *Collegio de Meninas* da Baroneza de Geslin), canto (8\$000 no *Collegio de Meninas* da Ms. Hitchings), línguas estrangeiras (10\$000 no *Collegio Brasileiro*), piano (30\$000 *Collegio Imaculada Conceição*), dança (8\$000 no *Collegio de Meninas* de Taulois e Rivierre).¹⁴⁸ Havia também determinados cuidados domésticos com as roupas dos alunos (lavadas, engomadas e costuradas), cujo valor era bastante variado.

No *Collegio Pinheiro*, o custo do serviço de roupas era de 24\$000 por trimestre e 10\$000 mensais no estabelecimento de propriedade de Taulois e Rivierre. Havia, também,

¹⁴⁸ São, comumente, as seguintes matérias: algumas línguas, dança, flauta, piano, canto, desenho, cujos valores ficam entre quatro e dez mil contos de Réis cada.

uma cobrança que se fazia no ingresso do aluno ou aluna pensionista, e que correspondia à oferta de cama, travesseiro, “material de sala de banho” etc. No colégio citado acima (*Collegio de Meninas* de Taulois e Rivierre), o custo desta taxa era de 30\$000. O mesmo cobrado no *Collegio de Botafogo*, onde, porém, acrescentavam-se 40\$000 Réis para as alunas que continuariam no estabelecimento no mês de dezembro (férias).

Realizando a análise dos registros publicitários em que estavam expostos os valores necessários para custear o ensino dos meninos e meninas cariocas, foi possível perceber que alguns estabelecimentos faziam parte de grupos com preços mais caros, e outros mais baratos (tomando como parâmetro valores para alunos e alunas pensionistas, internos). Salienta-se de antemão que esta comparação é arbitrária, haja vista que não está sendo realizada com a totalidade de colégios existentes na Corte Imperial, porque alguns anúncios não registravam estas informações, e, ao mesmo tempo, muitos colégios não anunciavam em nenhum destes canais investigados (almanaque e jornal). Neste sentido, viu-se que os mais caros cobravam uma média de 30 a 50 mil Réis por mês.¹⁴⁹ Enquanto nos de menor custo o valor estava em aproximadamente 20 mil Réis. Diferença que não era tão grande, pode-se dizer que os preços variavam pouco.

O estabelecimento de maior valor para matrícula era o *Collegio Santo Agostinho* de meninos (50\$000 para internos). Localizado na Rua Haddock Lobo, número 63, o colégio era dirigido por Augusto Américo de Faria Rocha, e atendia a educação masculina da instrução primária e secundária, como se vê no anúncio de 1871 no *Almanak Laemmert*:

¹⁴⁹ Valores calculados por mês, mas a modalidade de pagamento varia de uma para outra instituição. Podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual. O menos comum é o mensal.

COLLEGIO SANTO AGOSTINHO

[424]

DE INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA

DIRIGIDO POR

AUGUSTO AMERICO DE FARIA ROCHA

63 Rua do Haddock Lobo 63

(ENGENHO-VELHO)

Este collegio já conhecido pelos brilhantes resultados que tem obtido nos exames geraes de preparatorios desde Novembro de 1868 até Fevereiro de 1871, nos quaes alcançou mais de noventa por cento sobre as approvações ganhas pelos seus alumnos, offerece além desta demonstração pratica do zelo e cuidado do director, mais as seguintes e sem duvida valiosas condições de excellencia: casa vasta e bem arejada, chacara arborizada para recreio dos alumnos, excellente banheiro de chuva, conducção rapida e commoda de dez em dez minutos, nos carros da linha férrea do Andarahy, e o que mais é, longe do centro da cidade e portanto dos miasmas e das distracções.

O curso de estudos divide-se em primario e secundario; o primeiro consta de *leitura, calligraphia, arithmetica elementar, grammatica portugueza, exercicios de orthographia e analyse*; o segundo abrange o ensino de todas as disciplinas que são exigidas como preparatorios para a matricula nas faculdades do Imperio.

Igualmente aceitam-se no collegio alumnos que pretendão estudar outras materias, como sejam *Physica, Chimica* ou outra qualquer, para o que dispõe o estabelecimento de pessoal habilitado.

Os professores, em cuja escolha tem o Director o maior escrupulo, são pela sua assiduidade e proficiencia um seguro penhor para o aproveitamento dos estudantes que lhes são confiados.

Inocular no espirito da criança o amor a seus pais, não a desterrando desse viver de familia, em cujo seio seu tenro coração recebe doces impressões, que mais tarde tanto concorrem para a docilidade de seu caracter; educa-la no meio dessa sensibilidade que tanto eleva a alma e toma uma grande parte na felicidade da vida; amar, enfim, seus alumnos como outros tantos filhos, dispensando-lhes, com o rigor moderado do mestre, os carinhos de um bom pai, taes são os deveres que se ha imposto o Director do COLLEGIO SANTO AGOSTINHO, coadjuvado por sua consorte, em quem os alumnos encontrarão uma segunda mãe.

Por um accôrdo feito entre alguns Directores de collegio e em consequencia da alta carestia de todos os elementos necessarios á vida, e a estabelecimentos como este, as pensões ficão taxadas da seguinte forma:

Internos	150\$000	Externos de curso secundario.	50\$000
Meio-pensionistas	90\$000	Externos de curso primario.	30\$000

O *Collegio Pinheiro*, também destinado a educação de meninos, vinha logo em seguida nesta lista. Para aprender naquela instituição o valor pago era de 47\$000 por mês (ou melhor, por trimestre 140\$000):

538

COLLEGIOS DE MENINOS.

COLLEGIO PINHEIRO ^[426]

ESTABELECIDO NA

PRAÇA ONZE DE JUNHO

(ANTIGO ROCIO PEQUENO)

N. 10

Palacete do Sr. Visconde de Aljezur, Morgado de Marapicú,

Fundado em 1861 e dirigido por

JOSÉ RODRIGUES DE AZEVEDO PINHEIRO

PROFESSOR HABILITADO PELO CONSELHO DIRECTOR

DA INSTRUÇÃO PUBLICA DA CÔRTE.

Este estabelecimento, montado com esmero, tem proporções vastíssimas para um grande internato. Recebe alumnos internos, meios e externos, para instrução primaria e todos os preparatorios exigidos pelas Academias do Imperio.

Uma disciplina severa, e o mais minucioso cuidado na educação physica, moral e intellectual dos alumnos é unicamente o que affiança seu director, que conquistou a confiança publica á força de muito trabalho e sacrificios extremos.

Os estatutos distribuem-se no collegio, que pôde ser visitado a qualquer hora.

VICE-DIRECTOR, Bacharel José Rodrigues de Azevedo Pinheiro Junior, 6.

Professores.

<i>Aula primaria.</i> — O director com 4 coadjuvantes.	<i>Geographia.</i> — Luiz de Oliveira Bueno.
<i>Grammatica portugueza.</i> — O director.	<i>Historia.</i> — Antonio Pereira Leitão.
<i>Latim.</i> — Dr. Manoel Thomaz Alves Nogr.	<i>Philosophia.</i> — Padre-Mestre Frei Saturnino de Santa Clara Antunes d'Abreu.
» Major Ant.º Maria Cabral de Mello.	<i>Musica.</i> — João Rodrigues Cortes.
<i>Francez.</i> — Mr. Fortuné D. Mouren.	<i>Desenho.</i> — Carlos Frederico Cesar Burlamaque.
» Dr. Francº Moreira Sampaio.	<i>Gymnastica.</i> — Tenente Dionysio Frederico Korff.
<i>Inglez e Rhetorica.</i> — Manoel Pacheco da Silva Junior.	CAPELLÃO. Padre Matheus Zuppi.
» João Rodrigues Cortes	MEDICO. Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz, 6.
<i>Mathematicas.</i> — José de Napoles Telles de Menezes.	
<i>Idem e Geographia.</i> — Bacharel José Rodrigues de Azevedo Pinheiro Junior, 6.	

Pensões trimestraes.

Pensionista	140\$000	Joia de entrada para os pensionistas	30\$000
Meio-pensionista	75\$000	Dita annual	20\$000
Externo do curso secundario	45\$000	Pensão de roupa lavada	24\$000
Externo do curso primario	24\$000		

Pensões pagas por trimestres adiantados, sem excepção de pessoa.

O Collegio de Botafogo, para meninas, annunciava em 1870 um valor bem próximo: 45\$000 mil Réis por mês (ou “540\$000 por anno”).

COLLEGIOS DE MENINAS. 429

Collegios de Educação de Meninas

COLLEGIO DE BOTAFOGO^[433]

ESTABELECIDO EM 1836
DIRIGIDO POR MRS. HITCHINGS

Neste estabelecimento se ensinão todas as materias tendentes á completa instrucção das meninas, e bem assim todos os ramos da mais perfeita educação. As materias dos estudos são as seguintes :

<i>Linguas.</i>	<i>Bellas-Artes.</i>	<i>Sciencias.</i>	
Ingleza.	Desenho.	Astronomia.	Historia natural.
Franceza.	Musica.	Botanica.	Geograph. phys.
Portugueza.	Dansa.	Historia antiga e	c elementar.
Allema.	Canto.	moderna.	Uso dos globos.

Obras de costura de diversas qualidades, bordar em lã, branco, matiz e ouro, e obras de fantasia.

Sendo a educação a base principal da felicidade humana, occupa os primeiros cuidados das directoras deste collegio, que, incansaveis pelos progressos de suas alumnas, não descansão em instrui-las em todos os objectos uteis ao seu desenvolvimento physico e moral. Além das materias acima mencionadas, as discipulas serão instruidas na doutrina christã e preceitos de sua religião.

Condições.

Por anno. 540\$000	Desenho, por mez. 8\$000
Musica, por mez 40\$000	Canto, por mez 10\$000
Dansa, por mez 8\$000	Lingua Italiana. 8\$000

Os pagamentos serão por trimestres adiantados, sem que se faça desconto algum por ausencia ou férias.

O estabelecimento fornece a cada pensionista uma cama de ferro, um lavatorio, um colchão e um travesseiro pela quantia de 30\$000. As alumnas que passarem as férias do Natal no estabelecimento pagarão mais 40\$000. Os Ill^{mas} Srs. Pais das alumnas farão o especial favor de avisar com tres mezes de antecedencia a retirada de suas filhas.

As alumnas já matriculadas têm de pagar o primeiro trimestre do anno por inteiro, ainda estando ausente todo o tempo.

Previnc-se aos Ill^{mas} Srs. Pais e Correspondentes. que as alumnas não podem ser visitadas nos domingos, mas sim em qualquer outro dia da semana, até ás 5 horas da tarde.

O Capellão do Collegio, que tem a seu cargo o instruir as alumnas na Religião Catholica, e prepara-las para a primeira communhão que tem lugar todos os annos, celebra o sacrificio da Missa todos os domingos e dias santos, no oratorio que o mesmo Collegio possui com especial licença perpetua do Ex^{mo} e Rev^{mo} Internuncio Apostolico. Além disso, professoras catholicas, que residem no estabelecimento, coadjuvã o Capellão, ensinando ás alumnas a doutrina christã e a historia sagrada.

Havia muitos outros com o custo de quarenta mil Réis mensais, como o *Collegio de Meninas* da Baroneza de Geslin:

544

COLLEGIOS DE MENINAS.

COLLEGIO DE MENINAS [434

FRANCEZ E PORTUGUEZ

DIRIGIDO PELA

SRA. BARONEZA DE GESLIN

25, RUA DO PRINCIPE, NO CATTETE, 25

Este **MAGNIFICO ESTABELECIMENTO**, approvedo pelo Conselho Superior da Instrucção publica, é situado em um dos mais salubres lugares da cidade do Rio de Janeiro.

Ensina-se tudo que abrange uma educação completa, tanto para a instrucção geral e as artes de recreio, como para a moral e a religião.

PREÇOS.

PENSÃO POR TRIMESTRE.	}	Interna	120\$000
		Meio-pensionista.	60\$000
		Externa	36\$000

OBJECTOS DE ENSINO A CARGO DO COLLEGIO.

Doutrina Christã; Linguas: Franceza e Portugueza; Leitura, Calligraphia, Calculo, Litteratura, Historia, Mythologia, Geographia e Esphera, trabalhos de agulha de todas as qualidades.

LINGUAS E ARTES DE RECREIO, NÃO COMPREHENDIDAS NA PENSÃO.*Por mez.*

Linguas estrangeiras	8\$000	Desenho	8\$000
Piano	10\$000	Dansa	8\$000
Canto	10\$000	Lavagem e concerto da roupa	10\$000

O trimestre é pago adiantado, e não ha nenhum desconto pelas férias, nem por qualquer tempo que as discipulas passem fóra do estabelecimento.

O Collegio encarrega-se de fornecer a cada discipula um leito de ferro, um colchão e um travesseiro, assim como o material da sala de banho, mediante a somma de 30\$000 paga á entrada de cada discipula.

Enxoval.

1 vestido de seda preta;	6 fronhas.
2 ditos de cassa branca;	3 cobertores (1 de lã e 2 de algodão);
6 camisolas brancas;	1 sacco para roupa servida;
6 toalhas;	1 caixa de folha para roupa limpa;
6 guardanapos;	1 caixinha com objectos de toilette.
6 lençóes;	

O resto da roupa será á vontade dos pais de familia.

O Collegio encarrega-se completamente das meninas do interior cujos pais não têm correspondentes na córte.

Equiparado a este (no valor) estava o *Colégio Parahyba do Sul* (para meninos). Seu valor, pago trimestralmente (a modalidade de pagamento mais recorrente que se viu nos anúncios), era de 120\$000 Réis (equivaleria a 40\$000 mensais), que se somava a uma cobrança de 40\$000 Réis, paga no ingresso do aluno para despesas domésticas, e mais taxas extras para algumas aulas.¹⁵⁰ O *Colégio Freese*, localizado fora da Corte Imperial (Nova Friburgo) tinha um custo de 210 mil semestrais (35 mil Réis mensais) para pensionistas, 20 para lavagem de roupa (semestral), 20 para cadernos e 30 para música. Além dos valores, registrava sua modalidade de pagamento e ainda um tipo de penalidade nos casos em que um aluno tivesse a matrícula cancelada sem aviso prévio de três meses de antecedência.

O *Colégio de Instrução e Educação de Meninas* (dirigido pelo Sr. e Sr^a. Hitchings), destacava na propaganda as seguintes condições:

Condições.

Por mez	30\$000	Dansa	6\$000
Musica.	8\$000	Canto	6\$000
Desenho	6\$000	Lingua Italiana.	6\$000

Os pagamentos serão por trimestres adiantados sem que se faça desconto algum por ausencia ou ferias.

Estes valores supracitados eram bastante semelhantes aos anunciados pelo *Colégio Roosmalen* (para meninos). Nele, pagava-se 100\$000, 60\$000 e 21\$000, por trimestre

¹⁵⁰ A pensão de meio-pensionista era de 80\$000 e a taxa de entrada 20\$000, para externos o trimestre custava 30\$000, sem taxa extra. Bellas artes e lavagem de roupa são pagas a parte. Destaca ainda que “meninos pobres de pais honestos são admitidos gratuitamente. Sendo verificadas a pobreza e o talento pronunciado”.

adiantado, para pensionista, meio-pensionista e externo, respectivamente, sendo extras os custos das aulas de música e ginástica, bem como certos materiais (2\$000), aulas de desenho (3\$000), lavagem de roupas (4\$000) e taxa de dormitório no ato de entrada do aluno (20\$000). Já o *Colégio da Boa União*, inscrito nos anúncios do anuário desde 1848, somente a partir de 1850 começou a fazer referência a seus valores. Estabelecia, de forma singular, o custo pela instrução no estabelecimento: de acordo com o número de classes do ensino secundário (eram oito) que os alunos se interessassem em estudar. Os pensionistas pagavam por uma só classe 20\$000 Réis, os meio-pensionistas 10\$000 Réis e os externos 4\$000 Réis:

Preços mensaes :

Os Pensionistas pagão, por uma só classe, 20\$000 rs. ; por duas, 23\$000 ; por tres, 25\$000.

Os meios pensionistas, por uma só classe, 10\$000 rs. ; por duas, 13\$000 ; por tres, 15\$000.

Os externos, por uma só classe, 4\$000 rs. ; por duas, 7\$000 ; por tres, 10\$000.

As classes de Inglez, Algebra e Geometria, e Desenho são pagas em separado.

As gratificações dos pensionistas são pagas em quartéis adiantados; ~~as dos-meios~~ pensionistas e externos um mez sempre adiantado.

No colégio em que eram ensinados “todos os princípios que concorrem para completa educação de uma senhora” (*Collegio de Educação de Meninas*), os valores foram:

CONDIÇÕES :

Por mez :	Pensionistas.	25\$000
»	Meias pensionistas.	15\$000
»	Externas.	8\$000

Os pagamentos são satisfeitos em trimestres adiantados, sem que se faça qualquer desconto pelo tempo de ausencia ou ferias.

Observando todos aqueles valores, foi possível identificar sua movimentação no decorrer dos anos pesquisados (1854 a 1874). O que se viu é que as alterações referentes às pensões de cada estabelecimento eram muito poucas. Apenas alguns anúncios evidenciaram-na, como o do *Colégio de Instrução e Educação de Meninas*. Neste, houve um acréscimo nos valores da aula de música, que passou de 8 mil Réis para 10 mil, e na pensão mensal de 30 para 40 mil Réis (e além disso foi incluída uma taxa extra de 25 mil Réis para ingresso de pensionistas e 40 para alunos que permaneceriam na instituição nas férias escolares).

Já o *Collegio Santa Cecília* registrou uma redução nas mensalidades. Em 1854, anunciava os seguintes valores: 20\$000, 12\$000, 4\$000 (mensais para pensionistas, meio-pensionistas e externos, respectivamente). Posteriormente (no ano de 1855), comunicava que a mensalidade das alunas meio-pensionistas passara de 12\$000 para 10\$000 Réis. Mas, quatro anos depois, ocorria nova movimentação na contabilidade daquele estabelecimento. Em 1859, houve um aumento que ultrapassou o primeiro valor cobrado para pensionistas: 25\$000, 12\$000, 5\$000 nas pensões (e de 6\$000 para 8\$000 mil Réis para disciplinas extras do currículo).¹⁵¹

Estas reflexões permitem, entre outras coisas, pensar o valor atribuído à instrução primária naquela sociedade. O comércio do saber não se dava de modo homogêneo, variava

¹⁵¹ Este tipo de anúncio que pretendia comunicar mudança de valor, acréscimo de taxas extras, se vê com mais frequência nas propagandas do *Jornal do Commercio*. Já no *Almanak Laemmert* não havia comunicados de mudança nos anúncios, os aumentos são visto somente se reparados entre tantas outras informações publicizadas.

de instituição para instituição e no interior de cada colégio, em função do estatuto/condição do alunado (pensionista, meio-pensionista e externo). E, sobretudo, o que se pagava era proporcional aos saberes que se desejavam aprender. Quanto mais diversificado fosse o currículo contratado pela família, maior seria o valor pago (dança, línguas, piano, canto, desenho), assim como maior seriam também se os serviços contratados oferecessem maior comodidade aos alunos e alunas (lavagem das roupas, serviços médicos, costura, cama confortável). Quanto mais detalhada, qualificada, especializada era a representação que o colégio fazia de si (e de sua clientela), mais elevado era o valor das taxas e maior o número de serviços extras que o estabelecimento oferecia.

Como seria a equiparação de valores em Réis, feita no início desta parte do estudo, se fosse demonstrada agora já com os acréscimos dos valores referentes ao comércio do ensino primário? Há muitas possibilidades. Talvez seja interessante notar que um professor público que ensinasse em alguma freguesia rural da Corte Imperial não poderia matricular seu filho ou filha em nenhum daqueles colégios particulares que anunciaram no *Almanak Laemmert* ou no *Jornal do Commercio*, porque seu salário mensal era de 16\$000 mil Réis (e 41\$000 para professor das áreas urbanas).

Da mesma forma, é curioso perceber que o que se cobrava naquele tempo por aulas avulsas de ginástica, música, dança, desenho ou línguas equivaleria à compra de uma dúzia de retratos 3x4. E que o valor de compra de um jovem escravo seria o mesmo pago por um ano de aprendizagem no mais caro colégio anunciado no conhecido *Almanak Laemmert*: 600\$000 mil Réis. Ou, ainda, que o salário do mestre particular do *Collegio Victório* (66\$7000) era pouca coisa maior que a mensalidade deste mesmo estabelecimento (50\$000). E que a taxa cobrada por alguns estabelecimentos no ingresso do aluno ou aluna interna (para acomodação, dormitório, materiais de banho, média: 30\$000) custava mais que a compra de uma cama de solteiro, acompanhada do colchão (20\$000).

2.2.5 Pensionistas, meio-pensionistas e externos

É, evidentemente, uma primeira série de conhecimentos indispensáveis tanto para o pobre quanto para o rico, para o menos inteligente quanto para o mais dotado: saber ler, saber escrever, saber contar. A sociedade tem necessidade de uma série de homens bem instruídos possuindo os mais numerosos e diversos conhecimentos (ALMEIDA, 2000, p.82).

A instrução primária naquele tempo foi entendida como o nível mais necessário e importante no fenômeno de escolarização. Nas prescrições da lei e nos discursos da época, como o do contemporâneo José Ricardo Pires de Almeida, citado acima, era defendido que este nível deveria destinar-se ao conjunto da população livre, e isso incluía na sua lista de potencial público a ser assistido pelas luzes que derramava, meninos e meninas pobres ou ricos, provenientes de diversos ambientes familiares, de diferentes situações econômicas: médicos, vendedores ambulantes, pescadores, proprietários, barbeiros, funcionários públicos, pequenos ou grandes comerciantes.

Diversos personagens estiveram envolvidos no universo da educação escolarizada, e, direta ou indiretamente, construíram, criaram e recriaram práticas e representações sobre escola, disciplinas, métodos e maneiras de ensinar, produzindo uma diversidade de formas de organização dos espaços, dos tempos e das instituições, tornando possível a coexistência de uma *cultura escolar* heterogênea.

Muitos sujeitos, forças e formas educativas foram mobilizados em prol da empreitada que, inúmeras vezes, esbarrou nas hierarquias políticas, econômicas, jurídicas, sociais e culturais daquele tempo (GONDRA & SCHUELER, 2008). A instrução é forjada como um dos direitos fundamentais de garantia individual dos cidadãos brasileiros, estabelecido pela Constituição de 1824, e um dever do Estado. E esta mesma legislação definia a abrangência e os limites do que se compreendia por cidadania e de quem se compreendia por cidadão.¹⁵² No caso, os critérios fundamentais para o exercício dos

¹⁵² O direito de cidadania no Império do Brasil, desde a Constituição de 1824, foi estabelecido em bases censitárias, e dividiu os cidadãos (pessoas nascidas no Brasil e estrangeiros naturalizados), de acordo com suas rendas, em três categorias: cidadãos que não podiam votar e nem se candidatar, porque não tinham a

direitos de cidadania (civis e políticos), passavam pela posse de atributos como liberdade (não condição de escravidão) e propriedade (renda), a partir dos quais estava excluída a maior parcela da população do Império: os escravos.¹⁵³

Na lei não havia interdição de caráter étnico (negro, branco, mulato, mestiço), cultural, econômico ou social (rico, pobre) para o ingresso dos alunos e alunas nas escolas públicas ou particulares. A Reforma de 1854 (Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial) apropriou-se do estatuto jurídico-político (livre ou ingênuo, liberto ou forro, escravo ou cativo) declarado na Constituição do Império e negou, porém, aos escravos o acesso à Instrução Pública e particular (e crianças com doenças contagiosas, e as não vacinadas).

Não obstante, a historiografia geral e a historiografia da educação brasileira têm investigado exemplos de experiências negra e escrava nos processos de escolarização (formal) e práticas educativas (informais) no século XIX, e muitos resultados já são vistos.¹⁵⁴ A título de exemplo, podem ser mencionados os casos do curso noturno oferecido

renda mínima exigida para isso; cidadãos que apenas podiam votar (porque ganhavam o mínimo exigido) e cidadãos que podiam votar e se candidatar. Os “ingênuos” (nascidos no Brasil), de acordo com os requisitos de renda, podiam galgar as três posições na hierarquia na cidadania brasileira, mas os libertos (com exceção dos africanos) podiam ser apenas, votantes. Ou seja, os ex-escravos sofriam restrições políticas. E os filhos de africanos nascidos no Brasil (escravos “crioulos”), poderiam chegar a ser “forros”, e com isso, ingressar na base da pirâmide da cidadania do império do Brasil. Conferir CARVALHO, José Murilo de. *I- A Construção da Ordem. A elite política Imperial. II- Teatro das sombras. A política Imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹⁵³ Nos limites impostos à participação política, os homens pobres estariam cerceados da possibilidade de elegerem e serem elegíveis. Acerca disso, conferir GONDRA E SCHUELER, 2008: de acordo com a Constituição de 1824, as eleições se faziam em dois turnos, sendo no âmbito local (diretas) e no âmbito provincial (indiretas). Para eleger os Juizes de Paz, vereadores e o corpo de eleitores a escolher os representantes para a câmara dos Deputados e para as assembleias provinciais, estavam aptos os maiores de 25 anos, com rendimento comprovado de 100 mil Réis anuais. No nível local, os libertos poderiam participar, sendo votantes. Os candidatos elegíveis deveriam comprovar rendimento de 400 (deputados) a 800 (senadores) mil Réis anuais. E os integrantes do colégio eleitoral, que escolheriam estes candidatos, comprovariam renda de 200 mil Réis.

¹⁵⁴ Conferir a extensa e atualizada relação das obras mais importantes que investigam esta problemática (negro, escravo e educação no Brasil) no livro de GONDRA & SCHUELER (2008, pp.312-315). Entre eles: CUNHA, Perses. *Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola*. In.: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Relações Raciais no Brasil: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto\UFF, 1999; FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos Negros: uma nova fase do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002; KARASCH, Mary. *Vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990 e *Cidades febris: cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. 2ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1999; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores ao silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

pela Biblioteca Pública Pelotense (entre 1875-1915), no qual foi possível identificar a presença de um público negro masculino (PERES, 2002).¹⁵⁵

Num colégio particular da Corte Imperial, na freguesia do Sacramento, havia um professor autodesignado “preto”. O estabelecimento funcionou a partir do ano de 1853 até 1873, com autorização da Inspetoria Geral da Instrução Pública, conforme regulamenta a lei de 1854 (Reforma Couto Ferraz), atendendo meninos “pretos e pardos”.¹⁵⁶ Nos documentos reunidos pelo Professor Pretextato para solicitar autorização de manter o colégio, ele escreve de próprio punho um dossiê com algumas considerações, entre elas uma crítica ao preconceito em relação àquele público que eram muitas vezes impedidos de frequentar as escolas, ou, quando a frequentavam, eram coagidos e não recebiam instrução ampla.¹⁵⁷

Desta forma, é possível constatar que a cor negra de homens, mulheres, meninos e meninas daquele tempo pode ter significado um problema para sua escolarização, uma significativa parcela daquela população esteve presente nos espaços públicos e particulares de educação, como professores ou alunos.¹⁵⁸ Um constatação que não se limita ao caso do Município Neutro, como evidencia o trabalho da pesquisadora Adriana Silva, a partir do qual tencionou

demonstrar, para o caso de Pernambuco, que as aulas públicas de primeiras letras não se constituíram num privilégio para ricos ou para grandes centros de população (..) o **público discente da**

¹⁵⁵ Conferir os trabalhos de PERES, Eliane. Sobre o silêncio das fontes. A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. n°4 jul./dez. 2002.

¹⁵⁶ Conferir: A escola de Pretextato dos Passos Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. SILVA, Adriana. In.: In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. n°4 jul./dez. 2002 (pp. 146-166).

¹⁵⁷ No ano de 1836, um professor público da Corte (professor Sarmento) apresentou ao fiscal da freguesia de Santana a “Relação dos discípulos que constam do Livro de Matrícula (...) para ser presente a Ilma. Câmara Municipal” (AGRJ: Códice 10-4-5). Na sua prestação de contas, ele descreveu nomes, datas de ingresso, comportamentos pessoais e aproveitamentos (resultados na aprendizagem). Nenhum dos alunos “ingênuos” foi apresentado com a designação da cor, por isso, não há como saber quantos deles eram brancos, pardos ou pretos. Sabe-se que havia alunos que não seriam cidadãos plenos: 5 “forros”, que eram “crioulos”, ou seja, libertos de nacionalidade brasileira (SILVA, Adriana, 2008, p.281).

¹⁵⁸ Também é possível observar o desenvolvimento de intensos debates e políticas indigenistas, pelas quais os **índios do Brasil** Império deveriam estar integrados ao projeto de construção de uma nação civilizada. O que envolve considerar, o mundo do trabalho, da instrução, dos valores culturais (GONDRA & SCHUELER, 2008).

província de Pernambuco, na primeira metade do século XIX, foi diversificado tanto do ponto de vista social, quanto étnico (SILVA, 2008, p.270) [grifos meus]

Esta autora menciona os dados de um relatório do Diretor das Escolas de Primeiras letras da Corte Imperial (Joaquim José da Silveira), para o qual havia sido encarregado no ano de 1846 pelo Ministro do Império. No documento, há um levantamento acerca da Instrução Pública e particular da Corte.¹⁵⁹ Tratando especificamente dos estabelecimentos privados do ensino primário, ele considerou que os mesmos poderiam ser classificados em 3 categorias. Ao ler as considerações daquela autoridade, podem ser percebidos os critérios que o mesmo estabeleceu para definir sua classificação. Na primeira, estariam aqueles que eram “muito bem freqüentados, com muitos pensionistas” e que apresentavam “uma multiplicidade de matérias”. Estes, de acordo com o Diretor Joaquim “se encarregavam do primário e secundário com decência, regularidade, capacidade, asseio”, e preocupavam-se em estar situados “num ótimo local” (SILVA, 2008).

No que se refere às escolas particulares de segunda classe, o autor do relatório afirma que as mesmas contavam com “poucos pensionistas”, porque eram maiores os números dos alunos meio-pensionistas e externos. Nestes estabelecimentos, afirmava ele, era “também menos variado o ensino” que acontecia em comodidades físicas “menos apropriadas”. E, com relação às escolas de terceira classe, tipo mais numeroso dentre as três, apontou que “nada oferecem de interessante, ou não se podem mesmo qualificar, nem quanto ao ensino e capacidade de seus diretores e nem quanto ao seu arranjo e regime”. Entende-se, assim, tratar-se de colégios pouco estruturados e, certamente os de menor custo nas mensalidades. Talvez, por isso, eram os mais numerosos, haja vista que um estabelecimento deste tipo não era muito complicado montar e fazer funcionar. Precisaria apenas de um professor e de um espaço, que poderia ser mesmo na residência do mestre.

Porém, para o Diretor Joaquim, estas não eram as características principais responsáveis por destinar àqueles estabelecimentos a posição na terceira categoria de sua classificação. Dando continuidade às suas descrições, ele acrescenta que observou em

¹⁵⁹ Localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ): Série educação. Ensino Primário. Ofício do Diretor das Escolas de Primeiras Letras da Corte. Documentação avulsa. IE 5 126 (1850-1851). Fundo 93 – CODES– 61 páginas.

alguns daqueles colégios “um grande abuso por todos os princípios”. Tratava-se de um colégio particular de meninas, no qual ele viu ser “admitidas alunas cativas de mistura com meninas brancas”.

Abuso ou não, o mesmo fato foi observado em Recife no ano de 1833, como relata Adriana Silva. O delegado de uma freguesia daquela cidade, relatando os números de colégios distribuídos na localidade (eram 17) e a frequência dos mesmos, registrava, sem espanto, que a professora Ângela Custódia Rufino do Sacramento, ministrava o ensino primário para 32 alunos de ambos os sexos, com até 10 anos de idade. E que, entre aqueles meninos e meninas livres ou libertos, havia duas escravas, que também recebiam instrução da professora Ângela (SILVA, 2008, p. 203).

Neste sentido, como os vestígios são raros e escassos, a pergunta mais difícil que se pode fazer no intuito de conhecer um pouco mais daquele comércio da instrução do século XIX é a que busca pelo público atendido naquelas instituições. Interessa ainda saber quem eram, onde moravam, de que grupos sociais e econômicos faziam parte, qual a idade daqueles meninos e meninas, qual a identidade étnica de cada um (negro, branco, mestiço), a que vínculo político-jurídico pertenciam, eles e seus pais (livres, escravos, votantes, eleitores), etc.

Porém, as possibilidades imediatas são modestas. As fontes, ainda que correlacionadas (relatórios ministeriais, mapas de escolas e colégios, anúncios, ofícios), deixam ver muito pouco. O que os pesquisadores da história da educação afirmam é que havia prioridade para a escolarização da população urbana, e isso se vê por conta de uma distribuição desigual das escolas públicas entre as áreas centrais e periféricas da cidade, como se viu. Mas isso não significa afirmar que somente os meninos e meninas residentes das áreas urbanizadas da Corte Imperial receberam Instrução Pública ou particular, e menos ainda que somente os filhos das famílias abastadas e brancas puderam aprender a ler, escrever e contar nos colégios, ou com mestres particulares.

Não obstante, aquelas informações que mencionam exemplos de escolarização de pretos e pardos no século XIX, no Rio de Janeiro ou em outras cidades brasileiras, não são de maneira alguma recorrentes, pelo contrário, são verdadeiros achados. O que se vê nos documentos manuscritos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), tratando especificamente acerca do público das escolas públicas e particulares da Corte, é um

absoluto silenciamento em relação à cor daqueles meninos e meninas. Na diversidade de *Mappas Trimestrais* (de escolas públicas ou particulares) que há nos arquivos, os vestígios mais comuns referem-se à idade, ao nome das crianças e de seus pais (ou responsáveis), endereço, comportamento, datas de matrícula, números de alunos (internos, meio-pensionistas, externos), graus de instrução, naturalidade, aplicação e faltas, notas, disciplinas estudadas, livros ou compêndios adotados.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Há uma lista bastante longa de códigos compostos por Mappas escolares no AGCRJ, Série INSTRUÇÃO PÚBLICA. Os que se referem ao ensino particular são: Código 12.4.16, 12.4.7, 12.4.8, 12.4.9, Código: 11 – 4 – 11, Código: 12-4-1, Código: 15.1. 14, Código 12.4.13, Código 12.4.12, Código 11.2.4, Código 11.2.1, código: 11.1.4, Código: 15.1.13, Código 11.2.1, código: 11.1.4, Código: 12-4-2, Código 12.4.3, Código 12.4.4, Código: 14.2.13, (subvencionada), Código: 14.2.11 (subvencionada). Sobre isso, conferir os trabalhos de GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. “*Está escrito*”. *Um estudo dos mapas dos Colégios Particulares da Corte Imperial (1854-1869)*. In.: Anais do XIII Encontro de História ANPUH – Rio. Rio de Janeiro, UFRRJ, Agosto de 2008.

Mapa do Porto dos alumnos da Aula de S. D. da Escola Sabana relativo ao bimestre de outubro a dezembro de 1868.

Nomes	Materias de ensino		Faltas		Observações
	Leitura	Complicação	Presença	Ausencia	
Francisco José de Almeida	Continuum na leitura de livros de instrução e na de grammatia analysada etc. e dia em que se despediu do collegio.	Curso francez			8 Despediu-se no dia 7 de dezembro ultimo por se empregar no posto de 1.º porte.
Francisco Gomes de Silva	Continuum a ler livros de instrução e a ler a grammatia analysada.	Idem	Idem		7 Com comportamento contínuo a ser bom.
Francisco Antonio Lopes	Revisão de historia patria e grammatia.	Idem	Idem		22 Continua a não ser assiduo.
Francisco José Guimarães	Idem	Idem	Idem		17 Não intelligente e applicado.
Francisco Teófilo de C. Soares	Revisão de historia sacra e grammatia.	Idem	Idem		12 Não assiduo e applicado.
Francisco Luiz de Vasconcellos	Historia patria e grammatia.	Idem	Idem		23 Não intelligente e não applicado.
Francisco José de Azevedo	Historia patria	Idem	Idem		11 Não alguma intelligencia e applicada.
Francisco de Silva Guimarães	Historia sacra	Idem	Idem	4	7 Não assiduo e applicado.
Francisco Teófilo de C. Soares	Idem	Idem	Idem		8 Idem
Francisco de Silva Guimarães	Catecismo	Idem	Idem	12	Não assiduo e não applicado.
Francisco Lopes de Santa	Alphabeto portuguez	Idem	Idem	6	Não assiduo por não applicado.
Francisco José	Carta de nomes	Idem	Idem	16	15 Não applicado e applicado.
Francisco Antonio Clemente	Idem	Idem	Idem	10	Não applicado.
Francisco de Silva Guimarães	1.ª Carta de syllabas	Idem	Idem	8	8
Francisco de Silva Guimarães	Idem	Idem	Idem	2	5

Além dos alumnos acima mencionados, leccionou-se mensalmente e quasi a maior parte muito applicado.

Despediu-se de collegio por motivo de doença no dia 11 de dezembro ultimo o alumno Antonio de S. B. e Bernardo de S. B. A aula funcionou effectivamente em todo o bimestre como consta de muitas participações successivas.

Rio de Janeiro 2 de Janeiro de 1869.
O professor
Luiz Antonio de S. B.

AGCRJ – Mapa do ano de 1868.

Em relação à faixa etária daquele público da Corte, é possível observar, a partir da leitura e análise dos Mappas e dos anúncios do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert*, que aqueles colégios particulares queriam fazer-se perceber em consonância com a lei. Pela Reforma de 1854, a idade dos meninos e meninas deveria variar entre 5 e 14 anos. Ou seja, na lei, um menino ou menina com 15 anos ou mais passaria a ter vetada sua matrícula no ensino primário regular. Caso desejasse instruir-se, seria necessário recorrer ao ensino noturno de adultos.

Na época (1854), a obrigatoriedade estava restrita aos 7 e 14 anos, assim, era opcional enviar uma criança à escola entre 5 e 6 anos de idade. Em 1879, Leôncio de Carvalho advogava pela liberdade de escolha das instituições escolares por parte das famílias e dos cidadãos, e também propugnava a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças entre os 7 e 14 anos de idade (com exceção apenas para os meninos que habitassem a mais de um quilômetro das escolas).

O que ocorria é que alguns colégios queriam registrar que estavam mesmo limitando o ingresso de alunos com menos de 14 anos (o limite máximo, pela legislação oficial), como o *Collegio de Instrução Primária* (para meninos), que comunicava atender somente alunos com, no máximo, 10 anos, “nem, mais nem menos” (*Almanak Laemmert*, 1852). O *Collegio Roosmalen*, dizia restringir o ingresso na primeira classe do ensino primário (das três que elaborou) aos meninos que tivessem entre 6 e 8 anos (Idem, 1859), e o *Collegio Kopke* que “só admite internos para instrução primária em idade que não poderá exceder 14 anos no ato da entrada” (Idem, 1853).

Estes são os indícios possíveis, até o momento, que dão conta de identificar aspectos relativos ao público atendido por aqueles colégios particulares, e pensar a hipótese de que havia grande diversidade de meninos e meninas que frequentavam aqueles estabelecimentos, e não somente os filhos brancos das famílias ricas da cidade, seja porque era bastante heterogênea a oferta de instrução (por meio da qual dividiam espaços os colégios caros e baratos), seja porque o Estado Imperial somava suas forças com a da iniciativa particular para promover naqueles colégios pagos, a instrução das crianças em “extrema pobreza”. Nestes casos, o poder público financiava o ingresso, a matrícula e a permanência daqueles alunos e alunas pobres (filhos de escravos libertos, de pescadores, vendedores ambulantes, pequenos comerciantes) nos colégios privados da Corte Imperial,

com a promoção dos processos de subvenção.¹⁶¹ As mensalidades daqueles meninos e meninas eram pagas pelo Tesouro Nacional. Com efeito, diante do objetivo de somar forças e esforços no intuito de fazer funcionar o projeto de escolarização, o público e o privado misturavam-se, confundiam-se, imbricavam-se.

¹⁶¹ A prescrição e as normas (Reforma Couto Ferraz/ 1854 e Reforma Leôncio de Carvalho/1879) registram que o público alvo dos processos de subvenção, obrigatoriamente, deveria ser meninos e meninas de famílias pobres. Os documentos analisados não deixam ver se houve ou não, crianças que fugiam dos padrões estabelecidos (ricas, bem mantidas financeiramente, pertencentes às classes médias econômicas de proprietários, comerciantes, profissionais liberais ou públicos) sendo atendidas por aqueles programas.

III – PÚBLICO E PARTICULAR: IMBRICAÇÕES

No século XIX brasileiro, a demarcação entre as noções de público e particular estava sendo gradativamente forjada e legitimada.¹⁶² A fronteira entre um termo e outro, entre uma instância e outra, era ainda bastante tênue. Por isso, é necessário problematizar nesta investigação histórica a separação formal entre ambas as forças. Antecipando a maior tensão contida da tarefa, Fernando Devoto e Marta Madero – organizadores do volume argentino de *História da Vida Privada* – observam que, pode até parecer simples delinear o que pertence ao âmbito privado ou público, mas “los problemas están, en las fronteras” (DEVOTO & MADERO, 2000, p.12).

Desta forma, é preciso historicizar estas noções, haja vista que as mesmas remetem a conjunturas bastante heterogêneas, de uma época à outra, para que sejam estabelecidas relações de continuidade ou equiparação com os dias de hoje. Há modelos históricos que, por suas diferenças, produzem formas, também diferentes, de se estabelecer, forjar, produzir as nuances de um e de outro conceito (CHARTIER & ARIÈS, 1991).¹⁶³ A pesquisa incorreria em grave anacronismo se optasse por tecer as reflexões acerca dos procedimentos de subvenção do poder público às experiências educativas de particulares, compreendendo estas duas instâncias a partir da forma como estão montadas, equipadas e organizadas na atualidade. Portanto, é mister inscrever a reflexão na historicidade daquele tempo.

Em *Por uma História da Vida Privada*, o historiador francês Phillippe Ariès observa que a quase indistinção entre o que é público e o que é privado é uma das características marcantes da época moderna. De acordo com Ariès, entre a Idade Média (na qual o Ocidente cristão se configura propriamente numa sociedade sagrada) e o mundo contemporâneo (marcado pela laicização do estado) estende-se um período de transição

¹⁶² No que se refere ao significado dos termos público e particular alguns dicionários foram analisados, porém em nenhum deles foi encontrado. VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002; MORA, José. *Dicionários de filosofia*. Trad. Roberto Leal. 4º edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001; LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico de filosofia*. 3º edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999; SILVA, Benedito (org.) *Dicionário de ciências sociais*. 2º edição. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de documentação. Rio de Janeiro, 1987; BOBBIO, Norberto Nicola. *Dicionário de política*. Trad. José Ferreira. Brasília: Editora UNB, 1986. Mas, em *História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes*, os historiadores Ariès e Chartier, registram uma definição de “privado e particular (...), sinônimos antigos”, localizada em 1679, no *Dicionário de Richelet*. De acordo com a obra consultada, privado quer dizer “oposição ao público” ou à “autoridade pública”, e também “próprio, particular, que não tem cargo” (ARIÈS e CHARTIER, 1991).

¹⁶³ CHARTIER, Roger e ARIÈS, Philippe. (Orgs.) *História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. 3. 1991.

social, política e econômica: não feudal, porém ainda não capitalista. Para ele, havia ali uma posição intermediária: as esferas do público e do privado não são indistintas como eram na Idade Média, mas, também não estão separadas, nem delimitadas com mais clareza.

No caso do Brasil, é inegável reconhecer que a análise articula-se às heranças da conjuntura colonial, cuja característica estava justamente situada na tenuidade dos limites, não construídos entre o particular e o público. Havia naquele contexto uma “**zona incerta**”¹⁶⁴: todo aquele vasto território era um conglomerado de forças privadas locais (MOREL, 2005).

Com base na análise de um conjunto específico de documentos históricos (trata-se de mapas do Brasil, datados de 1820 e 1840, localizados no *Dèpartement de Cartes ET Plans de La Bibliotheque Nationale de France*), Marco Morel demonstra que há naqueles registros uma forma singular de apropriação do território, num contexto de busca gradativa por afirmação de uma identidade nacional. Num deles (de 01/09/1822, antes da oficialização da Independência), por exemplo, o país estava dividido em 14 capitanias-gerais, e as fronteiras (entre as capitanias, entre os países vizinhos) estavam demarcadas em cores diferentes, deixando ver certa falta de unidade.

Em documento de 1826, o quadro era diferente. As capitanias são substituídas pela nova organização nacional: divisão regional (Oeste Marítimo, Governos-Gerais do Leste, Governo do Interior). Os limites entre as províncias não estão mais reforçados, evidenciando a pretensão de afirmar naquele registro uma unidade nacional, a partir da integração territorial. O historiador realiza a leitura de um mapa de 1836 no qual as fronteiras (internas e externas) estão unificadas por traços da mesma cor, o que, para ele, significa que estava sendo reforçada ali uma ideia de coesão: “a nação se homogeneizava na representação simbólica da cartografia” (MOREL, 2005, p.153).

Neste sentido, a partir da leitura daqueles mapas podem ser observados os traços de uma transformação da imagem e identidade do Brasil, e, da mesma forma, as hierarquias políticas e administrativas do recém-criado Império Brasileiro. Cada província tinha seus distritos, que se dividiam em cidades (havia 13 no país em 1826, cinco delas estavam na

¹⁶⁴ O termo foi tomado de empréstimo de NOVAIS, Fernando. Condições de Privacidade na colônia. (pp. 13-41). In.: NOVAIS, Fernando e MELO E SOUZA, Laura de (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Volume I. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Bahia e uma no Rio de Janeiro) e vilas, que se subdividiam internamente em freguesias, que compunham a base das unidades administrativas e eleitorais. E, segundo ele, aquela partilha administrativa, “tinha consequências na repartição de privilégios, prerrogativas, na distribuição de recursos fiscais, sobre a extensão da malha burocrática, e na delimitação do número de integrantes dos poderes legislativos e judiciário, entre outros aspectos”. Ou seja, aquela organização produzia uma “desigual distribuição de **soberanias locais**” (Idem, p.154). Nas palavras de Fernando Novais, havia mesmo naquela conjuntura uma **profunda imbricação**, a partir da qual “os níveis do público e do privado” estavam “**inextricavelmente ligados**” (NOVAIS, 1997, p. 14). [grifos meus]

De acordo com os estudos de Suely Costa, acerca da província do Rio de Janeiro no século XVIII, também era possível perceber alguns confrontos entre estas forças que estavam ligadas. No cumprimento dos seus interesses particulares (pelo monopólio das trocas comerciais com a colônia), a Coroa Portuguesa vigiava os modos pelos quais os habitantes solucionavam suas demandas nos circuitos comerciais. Muitas foram as restrições ao livre comércio por parte dos poderes públicos, as quais a autora identifica como “práticas de vigilância das relações comerciais”. Algumas delas vinculadas ao Alvará de 14 de novembro de 1757 (COSTA, 1996, p. 238). Estas práticas incidiram nos espaços privados, no tempo, ritmos e graus de comodidades na vida doméstica:

A proibição do *Comércio das Pacotilhas*, como as interdições de consumo contidas na *Pragmática sobre o luxo* que a antecederam, foram medidas protecionistas contra fluxos de mercadorias estrangeiras que chegavam, mais e mais às casas dos espaços coloniais, concorrendo com artigos portugueses. Pela pragmática, tais interdições incidiam sobre pessoas de ‘qualquer graduação’. Ficavam elas impedidas de trazer em seus vestidos ‘ornatos e enfeites, telas, brocados, tissus, galacins, passamanses, franjas, cordões, espequelhas, debruns, borlas’. Pretendia-se, com isso, vedar o uso de ‘tecido ou obra’ em que entrasse ‘prata, ouro fino ou falso, nem rico cortado à semelhança de bordado’. Permitiam-se: cruces das ordens militares, botões ou fivelas de prata ou ouro ou de outros metais, sendo ‘lisos, batidos ou fundidos’ (...). A roupa branca bordada de branco ou de cores permitida, contanto que o trabalho fosse feito nos domínios portugueses. Os infratores perderiam a peça em que se ‘achasse a transgressão’ (Idem, p.243).

Com efeito, a conjuntura que marca o período colonial produz os legados apropriados e reapropriados pelo Império Brasileiro. Como observa o historiador Ilmar Mattos, o Estado Imperial era caracterizado pela indeterminação entre a sociedade civil e a sociedade política. No século XIX, predominavam as relações pessoais, a distribuição apadrinhada dos cargos públicos e a restrita divisão de poderes entre os órgãos estatais, a despeito da intencionada burocratização e racionalização administrativa. O público e o privado não eram instâncias separadas e antagônicas, estavam ainda **confundidas, mescladas**, ora promovendo projetos comuns e alianças, ora disputando por monopólios e interesses distintos (MATTOS, 2004). Para a historiadora francesa Jean Marie Goulemot, esta indistinção ocorria nos diversos âmbitos: social, político, econômico, cultural. Nestes, é que “se avizinham os dois **espaços unidos**” (GOULEMOT, 1991, p.224) [grifos meus].

Embora misturadas, aquelas forças promoviam e enfrentavam conflitos. De acordo com as considerações de Luiz Felipe de Alencastro, alguns de muitos confrontos institucionais desenrolaram-se no âmbito do município. Desde 1828, o primeiro reinado começou a erodir o autonomismo municipal, restringindo a competência das câmaras às matérias locais e proibindo que os vereadores deliberassem sobre os temas políticos provinciais ou gerais. A regionalização instaurada pelo Ato Adicional (1834) criou assembleias provinciais, mas, em alguns aspectos, a “tendência antimunicipalista” prosseguia (ALENCASTRO, 1997).

Naquele movimento, o governo central subtraiu, por exemplo, a competência jurídica e policial dos juízes de paz eleitos em cada cidade e dos juízes municipais indicados pelas câmaras. Assim, o exercício do poder por autoridades designadas pelos presidentes de províncias (governo central), em detrimento das autoridades locais (escolhidas pelos proprietários, homens de posses, eleitores qualificados), afigurou-se como uma ameaça à ordem privada. Para ilustrar seus apontamentos, Alencastro menciona que, meses antes da insurreição, o presidente da província do Maranhão, falando na assembleia, explicava o papel dos novos prefeitos de comarca e a redução das competências dos juízes de paz (expressão do poder senhorial nas municipalidades), justificando que os mesmos cometiam perseguição ou proteção como lhe convinham. Ou seja, havia uma clara imbricação entre o exercício dos poderes públicos e das alianças ou desavenças privadas. Contra isso, argumentava o presidente, a autoridade do prefeito de comarca seria estendido

a todos os municípios, e ele estaria encarregado de instaurar a ordem imperial no interior do país. O Estado tencionava não dar margem para o incremento dos poderes municipais, particulares, locais e, em contrapartida, pretendia valorar a atuação do governo central, fazer aparecer um estado forte, um poder legitimado por ser público (Idem, 1997).

O contorno do que é público e privado se deu a partir de muitos processos históricos como esses que movimentaram a sociedade nas esferas política, econômica e cultural. Nos conflitos, nos movimentos, nas alianças, nas manifestações, na montagem de instituições iam sendo definidas as forças, os espaços, as competências, o exercício e os limites de cada poder. Partindo destes pressupostos, torna-se compreensível pensar na relação entre público e privado no século XIX, como um problema complexo, cujas bases estavam fortemente ancoradas na própria complexidade daquela sociedade. Num tempo em que ainda se dava a construção do Estado moderno, a partir de disputas por projetos diversos. A instância pública constituía a si própria e a seus instrumentos de legitimação, ao mesmo tempo em que se notava um movimento de defesa das manifestações da intimidade, da vida familiar, da privacidade, dos negócios particulares.

Pensar numa relação mais delineada entre o público e o privado entre os séculos Dezesseis e Dezenove implica “surpreender um processo em gestação” (NOVAIS, 1997, p.17) [grifos meus]. Os projetos de construção de um Estado Imperial e de uma nacionalidade brasileira (entre tantos outros pensados e propostos) foram se consolidando na medida em que se buscava o controle de privacidade, laços de sociabilidade, poderes locais, tencionando contrapor-se a eles. Como diz Nicole Castan em *O público e o particular*, a construção das exigências públicas vai se legitimando ao ameaçar aquilo que era particular, seja regulamentando-o, favorecendo-o, tornando-o legítimo ou ilegítimo. Tomando nota de alguns acontecimentos novos que estavam localizados no âmbito do ordinário, do cotidiano, ela menciona que “pouco a pouco a rua tornou-se domínio público. Proíbem a circulação de aves domésticas e de carros de feno, e não se pode jogar lixo diante de casa” (CASTAN, 1991, p.89).

No movimento histórico que se desenvolveu no século XIX, o de crescimento das atividades fabris, as casas deixaram gradativamente de produzir muito daquilo de precisavam, transferindo a fabricação de tantos produtos para fora do espaço doméstico: sabões, velas, branqueadores de tecidos, vinagres, fios, tecidos, roupas, alimentos,

medicamentos e tantos serviços. Aquele processo foi proporcionando um alargamento da vida social daquelas pessoas, e, como aponta a historiadora Suely Costa, uma “apartação contínua dos espaços de dentro e de fora das casas” (COSTA, 1996, p.488), o que concorreu para promoção, também contínua, da ideia, imagem e representação de separação entre os domínios: mundo público e mundo privado.

Um caso exemplar, registrado por esta pesquisadora, refere-se aos serviços de lavagem das roupas, que, no Oitocentos, vai adquirindo *status* de atividade profissional exercida fora dos domicílios.¹⁶⁵ Como “os investimentos públicos moviam-se no interior destas singularidades” (Idem, p.489), o Estado Imperial, procurando afirmar os padrões de higiene da época, demandou e acolheu muitos projetos na Câmara, que tencionavam normatizar e regularizar aquelas atividades de lavanderia.¹⁶⁶ Da mesma forma, o uso da rua passou a estar sob vigilância e fiscalização das autoridades públicas. Na década de 1830, já havia sido decretada lei que regulamentava e proibia a circulação e depósito de animais (como porcos) no centro da cidade. Os proprietários, que reivindicaram e resistiram para afirmar a necessidade daquele comércio de carne suína, seriam multados pelo Estado, caso seus animais estivessem circulando solto pelas ruas.¹⁶⁷

Mais tarde, em 1850, o problema passou a ser o comércio do leite de vaca na Corte Imperial, que se tornou matéria de disciplinamento de posturas municipais, na qual constava a proibição do mesmo. Era comum que a ordenha do leite fosse realizada no momento da compra do mesmo, portanto a vaca deveria andar com seu proprietário pelas ruas.¹⁶⁸ Mas um acontecido de 1851 mostra que as forças se esbarravam e confrontavam. Naquele ano, foi feito um abaixo-assinado pelos moradores, reclamando contra a decisão da Câmara de impedir que as vacas andassem pelas ruas “ministrando o leite puro pelas portas das moradas”. Eles procuravam estabelecer um equilíbrio entre os interesses, e solicitavam

¹⁶⁵ Conferir também códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (1865-1871): Códice 46-1-2

¹⁶⁶ Para um panorama mais geral acerca das intervenções do Estado Imperial, a partir de decretos e leis, conferir: *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1829 (AGCRJ). Em Março de 1829, por exemplo, o Ministro dos Negócios da Fazenda decretava a *Pauta Geral das avaliações para o despacho dos gêneros e mercadorias pela Alfândega da Corte Imperial*. Às extensas listas de mercadorias que chegavam ao porto, de várias procedências, este decreto atribuía valores, taxas, restrições, autorizações.

¹⁶⁷ Conferir Códice do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: Porcos (1834) Códice 47-4-57.

¹⁶⁸ Conferir Códice do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: Comércio de leite (1850-1879): Códice 58-4-45.

que fossem reservadas áreas específicas para aqueles fins: “designando-se exclusivamente as Praças da Aclamação e da Constituição para estacionamento das ditas vacas”.¹⁶⁹

Neste caso, percebe-se que o Estado constituía-se ao ampliar seu domínio a partir das instituições jurídicas, políticas, sociais, culturais etc. A partir das práticas judiciárias, as autoridades, o poder público, o estado, arbitram os danos e as responsabilidades, como observa Michel Foucault, em *A verdade e as Formas Jurídicas*.¹⁷⁰ As reflexões deste autor apontam para a historicidade daquelas práticas. De acordo com suas palavras, “cada vez que, sobre as ruínas do Império Romano, um estado começava a se esboçar, cada vez que uma estrutura estatal começava a nascer, então o Direito Romano, velho direito de estado, se revitaliza” (p.57). Ao mesmo tempo em que se punha de encontro com formas privadas de existência daquelas sociedades. Como na Idade Média, que tem traços específicos: “ela é assegurada por mecanismos de herança (...) e, sobretudo, pela contestação belicosa, militar, extra-judiciária”.

Para ele, havia mesmo uma “fronteira fluida entre o direito e a guerra” naquele tempo, o que de certa forma, significa dizer que havia uma fronteira fluida entre o domínio do particular e do público (p.61). Na “sociedade disciplinar” do século XIX, houve reformas e reorganizações do sistema judiciário e penal no mundo, que não apresentaram as mesmas formas, nem as mesmas amplitudes. De uma maneira geral, as leis formuladas pelo poder político, no interior de uma sociedade, pretendiam representar o que era proveitoso, reprimir o que era nocivo. Consequentemente, a intenção é que estivesse sendo definido o que era útil e o que não era.

Naqueles processos estava articulada uma trama a partir da qual se traçava, se forjava, concomitantemente, a fronteira entre os domínios do privado e as competências do público. E os seus limites, que são móveis porque históricos, dependiam, de forma bastante significativa, do arranjo das forças, da maneira como se constituíam a autoridade e o exercício do poder público (reivindicada pelo estado), como observam Roger Chartier e Philippe Ariès, na introdução de *História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. Ou seja, a progressiva construção do estado moderno era condição necessária para se poder definir de fato um espaço privado e uma instância pública. Assim, a nova

¹⁶⁹ Idem, p.48.

¹⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Machado e Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

configuração ia desfazendo gradativamente aquele “espaço misto”, e o poder público assumindo novos papéis a partir da burocracia que montava, da justiça que fazia capilarizar-se, das leis que iriam interferir com maior frequência nos espaços sociais, nos de foro íntimo, nas relações pessoais (CHARTIER & ARIÈS, 1991).

Neste sentido, compreende-se que os vários processos políticos ocorridos no Oitocentos (como a Independência, a abolição dos escravos, a proclamação da república e tantos outros) contribuíram com a construção e delimitação do público e do privado. O movimento de transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, por exemplo, começou a providenciar o surgimento de contornos mais nítidos em torno do que era público e do que era particular, a partir do aparato centralizador do Estado Monárquico, visto nas muitas instituições públicas que são instaladas. Nas palavras de Ilmar Mattos, a cidade, “como sede da monarquia portuguesa, ampliou suas funções de centro administrativo, além das, eminentemente, mercantis” (MATTOS, 2004, p.62).

De acordo com a historiadora Maria de Lourdes, começava a ser promovida e intensificada uma renovação no ambiente cultural da cidade, nas relações sociais, políticas e econômicas, nas quais, novos hábitos e costumes trazidos, reinventados ou apropriados por aquelas pessoas vindas da Europa, iam forjando um delineamento mais nítido ao que era particular: comércio, imprensa, associações, clubes etc. (LYRA, 1999).¹⁷¹

Observando a articulação entre as instâncias pública e privada, ou, entre a sociedade política e sociedade civil, Mattos sinaliza que, o que acontecia de fato, naquele contexto do século XIX, era uma

transformação de negociantes e burocratas em grandes proprietários rurais [haja vista a política de doação de sesmarias], a aproximação de grupos nativos economicamente dominantes da Corte por meio de negócios, a união de famílias proprietárias pela conclusão de alianças matrimoniais, além da nobilitação de todos os que circulavam ao redor da Família Real (MATTOS, 2004, p.66).

¹⁷¹ LYRA, Maria de Lourdes. *O público e o privado no Brasil Imperial*. In.: ANAIS Simpósio da ANPUH – História: Fronteiras. São Paulo, Humanitas/ FFLCH/USP, pp.194-283.

Muitas vezes, os laços estabelecidos sob a proteção do privado, do particular, estavam consolidados de tal forma que, na montagem, disseminação e legitimação das forças públicas, legais, institucionalizadas que intervinham em seu próprio cotidiano, eles se fizeram presentes. As forças privadas compunham a instância do poder público:

as divisões partidárias, não foram suficientes profundas, salvo em raras ocasiões, para romper os laços criados pelos casamentos entre famílias proprietárias. Laços tão poderosos que apagavam mesmo os já tênues limites provinciais(...). Por meio de uma ‘política de casamentos’, essas verdadeiras ‘dinastias cafeeiras’(...) tendiam a atrair para a sua órbita jovens oriundos de famílias não proprietárias de terras, bacharéis em direito (...) os quais obtendo ingresso na alta burocracia e no Parlamento constituir-se-iam em seus representantes políticos(...). **Para defesa de seus interesses, estas famílias ampliaram ainda as formas de solidariedade horizontal, estando presentes nas Misericórdias, freqüentando as lojas maçônicas, constituindo sociedades políticas(...) formando a Guarda Nacional(...). Enobrecidas e condecoradas pelo Estado Imperial, essas famílias ligaram suas vidas a ele, ao qual, não raro, concebiam como instrumento de seus interesses corporativos** (MATTOS, 2004, p.78-79) [grifos meus].

Aqueles elementos de sociabilidades, de acordos, de laços e relações constituíam “um feixe de forças políticas” (Idem, p.66). Formais (estabelecidas institucionalmente) ou informais (espaços abertos, relações de familiaridade e proximidades mais diversas), o fato é que existiram muitas daquelas redes (MOREL, 2005). Entre elas, que segundo o autor eram quase sempre multifuncionais, estavam algumas como: maçônicas (promovia encontros secretos entre seus membros), econômicas (tinham fins lucrativos, eram grupos de colonização de terras ou de exploração de sistemas de transporte etc.), filantrópicas (também identificada como beneficência, atuava em socorro dos despossuídos), pedagógicas (promoviam instrução, debates culturais e científicos e formação de mão-de-obra), corporativas (formada por atividades profissionais, visando assistência mútua), políticas (buscavam intervenção e debate acerca do cenário público), culturais (defendiam o desenvolvimento cultural, artístico e científico) etc.

Refletindo acerca da relevância e predominância daquelas redes de sociabilidades no cenário político, econômico e social da Corte Imperial, o historiador Ilmar Mattos permite, mais uma vez, perceber as imbricações entre forças públicas e privadas:

Intimamente ligados ao aparelho do Estado, expandiam seus interesses. Procuravam exercitar uma direção(...). No momento em que se propunham a tarefa de construção de um Estado soberano, levaram a cabo sua própria forjar(...) transbordando da organização e da direção da atividade econômica(...) para direção e organização de toda sociedade (MATTOS, 2004, p.69).

Há outras questões importantes que também precisam ser consideradas. Em se tratando daquela região, não se pode perder de vista, como chama à atenção Marco Morel, que o Rio de Janeiro não era apenas Corte, mas ao mesmo tempo, cidade e Corte. E a peculiaridade no caso do Rio de Janeiro, é que a cidade precedeu a Corte: quando a capital da América Portuguesa foi transferida de Salvador, um espaço urbano já existia. Da mesma maneira, quando da chegada da Corte Real, em 1808. Neste sentido, interessa perceber que naquele contexto assistiu-se a um movimento que implicava no reforço da polícia, impondo controle mais estrito aos comportamentos públicos e sociais, haja vista que os diferentes espetáculos da vida urbana, dos pequenos comerciantes, dos escravos, dos pobres, mesclavam-se com os espetáculos da monarquia.¹⁷²

A corte marcava a cidade em suas formas de controle e estava sendo contornada e permeada por esta, por suas complexidades, “desordens” e estrutura. O historiador Sidney Chalhoub, em *Cortiços e epidemias na Corte imperial*, relembra os episódios das décadas de 1860 e 1870 ocorridos no Brasil, relacionados ao surgimento da ideologia da higiene, a partir da qual, os pobres, e algumas de suas formas coletivas de moradia (os cortiços), eram vistos como grupos perigosos porque ofereciam problemas para organização do trabalho e manutenção de uma “ordem pública”. A então formada Junta Central da Higiene, um órgão público da administração da Corte Imperial, procurava realizar seu trabalho e tinha apoio do Ministério do Império. Em 1879, o ministro expediu um aviso mandando que as

¹⁷² Conferir SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

comissões sanitárias intimassem a população acerca do fechamento dos cortiços e estalagens existentes, porque haviam se tornado “nocivos à saúde pública”. A ação pública esbarrou, porém, nas legitimidades do poder privado, na “defesa do pacto liberal de respeito à propriedade privada” (p. 45). E como relata o historiador Chalhoub, houve uma luta intensa:

As comissões sanitárias ordenavam o fechamento dos cortiços, vários proprietários desobedeciam, exigindo que as comissões lhes apontassem os problemas com suas propriedades, e recorrendo à Câmara Municipal para obtenção de licença para os melhoramentos necessários. As autoridades policiais saíam às ruas para fazer cumprir as ordens de fechamento, mas encontravam os corticeiros munidos de mandatos judiciais que garantiam seus direitos de propriedade (CHALHOUB, 1996, p.45).

De acordo com Marco Morel, é possível notar que, no decorrer do século XIX, **“havia uma dimensão política na ocupação dos diferentes espaços urbanos”** (MOREL, 2005, p.165) [grifos meus]. A Praça do Paço, um lugar de movimentação constante por conta das atividades administrativas e pela proximidade com o porto marítimo (onde desembarcavam passageiros e mercadorias), estava marcada por uma utilização tradicional, de encontro entre o monarca e os súditos. O Campo de Santana, onde estavam localizadas importantes unidades militares (Quartéis da Infantaria e Cavalaria), equivaleria ao predomínio do elemento militar no local.

Da mesma forma, a Praça das Execuções, nas imediações do Caju, estava marcada como uma área de intensas atividades e encenações públicas, pois as execuções da pena de morte eram acompanhadas de cortejos, desfiles e de grandes curiosidades da população. Havia ainda um outro local de movimentação intensa, era a Praça do Comércio, uma galeria coberta e de livre acesso (até 1834) que abrigava o Tribunal do Comércio e a Bolsa. No ano de 1834, foi decretado pelo Estado Imperial um regulamento que demarcava não somente a hora de abertura e fechamento, mas também a frequência e acesso às suas dependências (restrita apenas os membros da recém-criada *Sociedade dos Assinantes da Praça*).

Ou seja, as ruas, os espaços, a estrutura da cidade eram ocupados numa mesma época de diferentes maneiras: celebrações dinásticas, religiosidades, festejos diversos,

manifestações, revoltas, vozes, clamores, atos públicos, encontros privados, consumo. Nas palavras deste historiador, “as ruas da Cidade Imperial eram cena de poder”, um dos pontos de organização da unidade e nacionalidade que se pretendia elaborar, lugar para fazer aparecer a atuação dos poderes públicos e privados que adquiriam seu contorno (MOREL, 2005, p.166). Como se sabe, no Brasil e em tantos outros países como a Argentina, por exemplo, somente a partir do final do século XIX, poderá começar a se falar de “una sociedad que ofrezca nitidez de fronteras entre lo público y lo privado” (DEVOTO & MADERO, 2000, p.19).

A partir destas reflexões é possível perceber que a desconstrução da tenuidade, ou a invenção dos limites entre uma instância e outra ocorre por um **processo de oposição**: na medida em que a instância pública se institucionaliza, constrói seu “entorno”, demarca seus espaços de pertencimento, de atuação, produz seus efeitos e se opõem aos espaços privados, estes vêm estabelecidos os seus limites, e vice-versa. Nos efeitos, nos resultados das relações (institucionais, cotidianas, formais, informais) entre público e particular estão sendo definidos os “**espacios de interacción** donde lãs **transformaciones de uno modifican al outro**” (DEVOTO & MADERO, 2000, p.13) [grifos meus]. Nestes termos, compreende-se que estas instâncias vão encontrando sua significação ao posicionarem suas forças em contraposição. Assim, os efeitos das transformações ocasionadas nos espaços de domínio reivindicado pela autoridade pública alcançam aqueles do âmbito privado, e vice e versa.

3.1 – Alianças: Instrução como projeto comum

Estas considerações permitem aprofundar a problemática que era a relação público e privado, no campo da educação na sociedade carioca do Oitocentos. Naqueles projetos e experiências da instrução, a tensão característica daquela relação também estava presente, da mesma forma como acontecia na vida política e econômica do país. Os debates em torno da Lei do Ventre Livre (1871), do fim da escravidão, da formação de trabalhadores livres, dos planos de construção da nação fomentaram o surgimento de projetos de difusão da instrução primária que pretendiam atingir parcelas numerosas da população (livre). E as décadas de 1850, 1860 e 1870 marcam um período bastante peculiar, o de construção e consolidação do Estado Imperial que ocorria, paralelamente ao de afirmação de um aparato público de instrução na Corte Imperial (MATTOS, 2004).

Para que fosse possível a dispersão da instrução naquele país de território amplo e heterogêneo, o Estado Imperial procurou ter como aliado parcelas da sociedade civil: associações e sociedades que promoveram a instrução gratuitamente e os comerciantes da educação, proprietários de colégios particulares. Suas ações se davam com a **subvenção financeira de algumas daquelas iniciativas, incentivo de experiências e, até mesmo, conclamando-a à prestação de serviços gratuitos e doações em nome da instrução popular**. As instâncias pública e particular articulavam-se em torno dos projetos de instrução, e mais do que isso, embaralhavam-se muitas vezes: “lo público se disuelve em lo privado e lo privado se diluye em lo público” (DEVOTO & MADERO, 2000, p.13).

Há que se considerar a hipótese de que, naquele tempo, o problema da imbricação das instâncias pública e particular no campo da educação também estava articulado à questão do espaço físico destinado ao ensino. Diferente do que se percebe atualmente, no século XIX a escola pública não se confundia com um prédio de propriedade do Estado Imperial. Sua referência, na verdade, estava no fato de se ter um professor público ou particular que ministrasse as aulas. Ou seja, uma escola pública prescindia de um professor pago pelo Estado Imperial (professor público) para existir, mas não de um prédio que abrigasse suas aulas. Neste sentido, era muito comum que **o ensino público acontecesse em casas alugadas pelo governo, e que muitas vezes servia de residência do próprio**

mestre.¹⁷³ Assim, durante a maior parte do Oitocentos, o estatuto de “aluno público”, ou de “escola pública”, estava vinculado ao estatuto do seu professor (se público ou particular) e com a gratuidade do ensino, e não com os espaços físicos onde as aulas aconteciam.

As consequências eram muitas. Entre elas, as dificuldades de por em prática as ações normativas e de fiscalização do poder público, tão defendida como necessária em nome da ordem por aquelas autoridades. O fato de a escola pública estar instalada na casa do professor, fazia com que o ensino mantido pelo poder público fosse confundido com as demais atividades de um espaço particular, doméstico, íntimo. Por estas e outras razões, a partir da década de 1840, já era possível encontrar nos discursos públicos a preocupação com a criação de prédios escolares.¹⁷⁴ Embora as primeiras escolas públicas só tenham sido construídas em 1870 na cidade do Rio de Janeiro (nas freguesias mais urbanizadas, como Santana, Santa Rita, Santo Antonio, São José e Glória). Assim, entende-se que aspecto da ausência de espaços físicos destinados especificamente para o ensino tornava agudo o problema da imbricação das instâncias pública e privada.

Nestes termos, uma escola seria pública se o seu professor regente fosse pago pelo Estado Imperial, se os seus alunos estudassem gratuitamente, e, na maioria dos casos, se as suas aulas acontecessem em estabelecimentos cuja responsabilidade de manutenção fosse do poder público (alugando ou construindo o prédio para tal fim). Seu contrário também seria legítimo: uma escola particular caracterizar-se-ia, por sua vez, a partir da figura de um mestre pago pelo proprietário do colégio (poderia ser ele próprio, e, assim, ser pago pelos pais dos alunos), do próprio colégio (um espaço mantido pelo dono do mesmo) e dos alunos que precisariam pagar para receber a instrução (pensionistas, meio-pensionistas e externos). Entretanto, por mais que se evidencie simples, a definição é mais difícil do que parece. As fronteiras entre o público e o privado no que se refere às experiências educativas do século XIX, no Brasil, são mais complexas que a configuração citada.

¹⁷³ Reforma Couto Ferraz (1854): Capítulo IX. – *Casas e utensis das escolas*. Art. 85. Cada escola terá, logo que fôr possível, uma casa propria, feita a expensas da fazenda provincial ou pelos donativos municipaes, segundo a planta que fôr approvada pelo presidente da provincia. Art. 86. Em quanto não se puder dar cumprimento a este artigo, o inspector parochial contractará casa para a escola, que servirá tambem para moradia do professor, sujeitando o contracto ao exame do respectivo concelho, que por meio do inspector geral sollicitará a approvação do presidente da provincia.

¹⁷⁴ Algumas delas apontadas no capítulo que precedeu a este. O movimento higienista preconizava como imperativo ao ensino de qualidade, entre outras coisas, um espaço físico salubre, amplo, bem iluminado, espaçoso.

Um mestre particular, casado com uma professora pública, muitas vezes dividia o espaço da mesma casa com alunos públicos e particulares de um e de outro. Em outras situações, também poderia acontecer de um professor público da **Corte Imperial** receber alunos e alunas particulares (que pagavam mensalidades) no mesmo ambiente, em horários diferentes ou no mesmo horário. Analisando a trajetória do professor público de primeiras letras, Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889), percebe-se que o cenário também era semelhante em **Porto Alegre**. O professor Coruja, para complementar seu ordenado, mantinha, à noite, aulas particulares. Segundo o *Dicionário Sacramento Blake* (1899), Coruja foi também deputado na Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, comprometeu-se com movimentos políticos em 1836, e, por isso, sofreu perseguições que o fizeram se mudar para o Rio de Janeiro em 1837. E, a partir daí, ele passou a se dedicar exclusivamente ao ensino particular na Corte Imperial. Criou um colégio de educação secundária para o sexo masculino chamado *Lyceu de Minerva*, que dirigiu por quinze anos.¹⁷⁵

E de acordo com as considerações que a pesquisadora Adriana Silva tece em recente tese de doutoramento sabe-se que o quadro não se distanciava no que se refere à província de **Pernambuco**, onde era muito comum o fato de os professores públicos exercerem, concomitantemente, o magistério particular:

para alguns, era justamente o prestígio advindo com o magistério público que lhes possibilitava darem aulas nas casas de particulares (para ambos os sexos), além de lhes permitir receber em suas casas – nas quais, majoritariamente, funcionavam as aulas públicas – alguns alunos particulares, como residentes. Nestes casos, à **ambígua situação das aulas públicas** – que não funcionavam em espaços públicos, mas também não deviam ser totalmente gerenciadas segundo as preferências particulares de cada um dos professores públicos – somava-se uma potencial dificuldade, com relação ao trato de alunos públicos e particulares dentro do mesmo

¹⁷⁵ Professor Coruja ocupou o cargo de tesoureiro no IHGB, criou um colégio particular de ensino primário, o Liceu Minerva (em 1840), publicou vários livros didáticos e atuou como presidente da Sociedade Imperial Amante da Instrução. Entre os livros que publicou estão: CORUJA, Antonio Álvares Pereira (1806-1889). *Lições de História do Brasil*. RJ: Typografia de M Gomes Ribeiro, 1855; *Lições de História do Brasil*. RJ: Typografia de M Gomes Ribeiro, 1857; *Lições de História do Brasil*. RJ:Tip. Esperança, 1869; *Lições de História do Brasil*.RJ: Tip. Esperança, 1873; *Lições de História do Brasil*. RJ:Tip. do Figaro, 1877; *Aritmética para meninos*, contendo unicamente o que é indispensável, e se pode ensinar nas escolas de primeiras letras. RJ: Rio de Janeiro : Tip. brasiliense de M. G. Ribeiro, 1854. Acerca de vestígios da trajetória deste professor público, conferir os estudos de BASTOS (2006), TEIXEIRA (2008) e LIMA (2008).

espaço físico, disputando os serviços (e o afeto, talvez) do mesmo professor (SILVA, 2008, p.176) [grifos meus].

A partir da análise de tantas outras situações e experiências daquele tempo, dadas a ver a partir dos documentos localizados no Arquivo da Cidade (AGCRJ), foi possível identificar este estatuto ambíguo, dúbio e imbricado das aulas públicas e particulares, experimentado por aqueles sujeitos do Dezenove. No ano de 1878, um ofício foi redigido pela professora particular Maria Josefa das Neves. Nele, declarando-se habilitada e com experiência (visto que havia dirigido o *Collegio Santa Maria*, em Vila Izabel), a professora requeria ao Inspetor Geral da Instrução Pública que o mesmo se dignasse nomeá-la interinamente para reger a **Escola Pública** da freguesia de Irajá, durante o tempo em que a professora titular daquela instituição estivesse de licença médica (solicitada a pouco ao governo Imperial). A resposta à solicitação citada não foi encontrada.¹⁷⁶ Porém, as evidências de que o ofício se tratava de uma ocorrência comum para aqueles professores e autoridades não foram observadas somente na escrita da professora Maria Josefa das Neves.

Escrito quatro anos antes daquele primeiro (em 1874), o ofício de Antonio Felix Martins foi encaminhado ao Ministro do Império pelo Inspetor Geral da Instrução (interino, naquela ocasião) no mês de abril. Nele, constava a mesma solicitação mencionada acima, tencionando receber autorização para que uma professora particular (Edvirges Carolina da Silveira) assumisse provisoriamente o magistério na Escola Pública de meninas na freguesia de Jacarepaguá. No papel, comunicava ter procurado as adjuntas para ocupar tal função. Mas, aquelas que haviam concluído o período de formação pela prática nas salas de aula (triênio de habilitação) eram menores de 25 anos de idade (o que não as deixavas em condições legais, de acordo com Artigo 16, do Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial - 1854). Ou seja, a primeira opção nem sempre era contratar um professor particular para reger as aulas públicas interinamente. O Inspetor Antônio observou:

Ora, sendo praxe o ministro preferir a regência interina das escolas das freguesias suburbanas por professoras particulares,

¹⁷⁶ Códice 12.4.21

fez esta inspetoria a proposta constante no seu ofício de 31 de março de 1874 apresentando uma senhora da idade, habilitação por exame público, que já rejeu interinamente prestando bons serviços a 1º escola pública de meninas desta freguesia. Nas mesmas condições se acha a professora particular encarregada atualmente da escola pública de meninas do curato de Santa Cruz. **São nomeações interinas feitas a bem do serviço público** e que de certo não contrariam direitos de terceiros (AGCRJ - Códice 12.4.18) [grifos meus].

Aquelas regências interinas, exercidas por professores particulares que ocupavam os postos de professores públicos, apesar de serem também onerosas ao Estado Imperial, significavam um “bem” ao “serviço público”. Os professores particulares, como João Antonio Alves, que ministrava o ensino interinamente na Escola Pública de meninos na freguesia de Guaratiba (Códice 12.4.18, maio de 1874), recebiam o salário no lugar do professor público titular (enquanto durasse a licença do mesmo) e os valores referentes ao aluguel do espaço onde ocorriam as aulas. Com efeito, as instâncias pública e privada amparavam-se, misturavam-se em projetos de interesses comuns para realizar a administração de recursos, ensino, espaços e profissionais da instrução primária.

A administração dos recursos e a remuneração do magistério público são outros elementos que permitem problematizar a imbricação das forças do Governo da Casa e do Governo do Estado. Muitos professores públicos, no século XIX, tinham seus pagamentos atrasados e alguns ficavam anos sem receber os proventos pelo Estado Imperial, exercendo as funções públicas gratuitamente. Para solucionar temporariamente a situação, alguns mestres cobravam (ou recebiam espontaneamente) pagamentos dos pais e responsáveis dos alunos, para despesas mais básicas de sustento e aluguel da casa. Assim, o título de professor público, concedido por concurso (também público) continuaria sendo suficiente para assegurar o estatuto de escola pública àquelas aulas do ensino primário na Corte Imperial, mesmo que a manutenção das mesmas estivesse sendo viabilizada pela ação dos particulares?

Nestes termos, entende-se que o poder público pretendia controlar poderes como os de nomeação, titulação, normatização, escapando, porém, de outras funções e exigências algumas vezes. Escapando ou dividindo o ônus das mesmas, deixando que a iniciativa

privada mantivesse, fizesse funcionar, sustentasse. Uma nítida imbricação das forças, cujas ações eram recíprocas, inscritas num jogo de interesses: a iniciativa particular acionava seus instrumentos em defesa do Estado (como se observa acima), e este também somava suas forças com a iniciativa privada em muitos projetos comuns.

Na visão dos legisladores do século XIX, para que os conhecimentos elementares do ensino primário fossem difundidos, seria imprescindível, em primeiro lugar, a decretação da sua **obrigatoriedade** para menores entre 7 e 14 anos. Isso foi feito pelo *Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854* (ratificado posteriormente em 1879, pela Reforma Leôncio de Carvalho). O preceito legal, que obrigava os pais ou outros responsáveis a cuidarem da instrução primária dos menores sob pena de multa, nunca fora executado. Os legisladores observavam que não havia quantidade suficiente de escolas na Corte para facilitar a freqüência das crianças, principalmente nas localidades mais distantes:

A “coerção” aos pais foi considerada uma “clamorosa violência”, sobretudo para as classes mais desprovidas de recursos. Antes de executar a lei, o governo precisava garantir os meios de viabilizar a educação, cumprindo o seu próprio dever, entendido pela criação de escolas públicas ou subvenção das particulares¹⁷⁷ (MARTINEZ, 1998).

Nos anos de 1865 e 1870, uma justificativa alavancada para a morosidade na criação de escolas públicas por parte do Ministério do Império era a guerra contra o Paraguai, que mobilizara enorme quantidade de recursos financeiros e humanos (recrutamento de homens livres e escravos, entre eles, jovens e adolescentes). E foi justamente naquela época que o Estado mais defendeu a proposta de associar a ação privada à política de Instrução Pública, baseado no princípio da **liberdade de ensino**.¹⁷⁸ As iniciativas do Estado (através do Ministério do Império) e da sociedade (através das ações dos particulares, dos comerciantes da instrução), constituíram e reforçaram um conjunto de ações que se complementavam. Contudo, mesmo que existisse o apoio mútuo, aqueles

¹⁷⁷ *Relatório do Ministro do Império, 1871*. p.17.

¹⁷⁸ A partir desta época, os números de processos de subvenção aumenta substancialmente. São muitos pedidos aprovados e muitas solicitações cujas respostas não foram encontradas. De uma maneira geral, tanto as concessões quanto os valores aplicados às subvenções são crescentes, como evidenciam os documentos do AGCRJ e os Relatórios dos Ministros do Império.

empreendimentos públicos e particulares também disputavam e estabeleciam relações conflituosas em torno de valores e sobre quais as melhores maneiras de viabilizar a educação, bem como sobre **o que, quem e quando** educar e/ou instruir (MARTINEZ, 1998).

Por esta razão, defendia-se naquela época uma fiscalização pelos instrumentos públicos (*Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial* de 1854). Como foi possível observar no capítulo anterior, as medidas instauradas por esta lei estabeleceram critérios de abertura e funcionamento para colégios particulares criaram um órgão de governo – a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, responsável pela vigilância e fiscalização do ensino público e particular (estabelecimentos, profissionais, materiais, etc.), determinaram as condições de ingresso (e exercício) para o magistério público e particular, as normas disciplinares para professores e diretores de instituições, as condições e regime a que as escolas estariam submetidas (saberes, métodos de correção, disciplina, tempo escolar, premiações, exames, etc.). Seu Artigo 111º, referindo-se especificamente aos colégios particulares observa que “As escolas particulares ficam sujeitas á inspecção dos Conselhos Municipaes e Inspectores Parochiaes. Os inspectores representarão ao inspector geral sobre **qualquer facto** que possa desconceituar o collégio ou o professor”. E o que segue (Artigo 112º), registra que:

Os professores particulares ficam obrigados a dar aos respectivos inspectores todas as informações e esclarecimentos que lhes forem exigidos acerca das mesmas escolas, e bem assim a enviar, no fim de cada trimestre, e annualmente, **mappas do número de seus alumnos**, e do gráo de aproveitamento que apresentam¹⁷⁹ [grifos meus].

Alguns efeitos desta regulamentação são vistos em documentos da época. No AGCRJ, há muitos ofícios remetidos por autoridades como delegados, inspetores gerais e ministros em que constam solicitações acerca do funcionamento dos colégios particulares de cada região. Geralmente, são remetidos aos delegados das respectivas freguesias da

¹⁷⁹ Estes mapas trimestrais são documentos/fontes que de forma bastante freqüente podem ser encontradas nos códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Cada estabelecimento organiza este tipo de prestação de contas. Impressos ou manuscritos, os mapas relatam muito mais do que há de exigência exposta no Artigo 112º, como endereço, responsáveis, idade, etc. Este assunto será mais bem explorado a seguir.

Corte documentos com solicitações do tipo: quantidade de escolas particulares funcionando na localidade, número de subvenções concedidas na referida freguesia, levantamento das matrículas realizadas naqueles colégios, ou do número de meninos e meninas pobres, daqueles que, em idade escolar, estão fora da escola, avaliação de denúncias diversas (castigos abusivos, denúncias contra moralidade de professores, mestres atuando sem licença ou habilitação etc).

Em janeiro de 1872, o Inspetor Geral da Instrução Pública encaminhou ofício a todos os delegados do município, requerendo dos mesmos as seguintes informações: lista dos colégios particulares da localidade, frequência de cada um em 1871 com relação de idades, matérias ensinadas, compêndios usados, uma pequena observação em que constasse o conceito do delegado sobre cada um dos estabelecimentos, uma relação nominal dos alunos que participaram dos exames públicos do ensino primário, e uma declaração das demandas e necessidades do ensino público e particular da freguesia.¹⁸⁰

As respostas podem ser analisadas a partir da leitura dos *Relatórios dos Ministros do Império*. No ano de 1873, por exemplo, há uma lista com as observações daquelas autoridades relatadas em ofícios. Responsável pela freguesia da Glória, o delegado Candido Pereira Monteiro escreveu, entre outras coisas, que é “muito bom” o conceito dos colégios particulares da localidade, e que nunca recebeu “queixa” ou “denúncia” contra nenhum deles (cf. ANEXO O).

O delegado da Candelária, João Carlos de Oliva Maya, depois de mencionar que dispôs de pouco tempo para realizar as tarefas que lhe foram solicitadas, justificou serem poucos os dados que pode colher. Entre estes, comunicou que havia três colégios particulares, todos de “bom conceito”, nos quais estudaram aproximadamente 64 alunos ou alunas durante o ano de 1871 (cf. ANEXO P). Remetendo ofícios mais elaborados, com maior número de detalhes na apresentação, o delegado da Lagoa, Jose Theodoro de Azambuja, relatou que entre os 9 colégios particulares, 3 recebiam subvenção do Estado Imperial para atender em seus estabelecimentos meninos e meninas pobres da região (Clara Paulina - 13 alunas pobres subvencionadas e 45 contribuintes, Candida Barreiros e Oliveira - 19 pobres e 5 pagantes, e a Escola da Irmandade de N. S. de Copacabana - 20 alunos

¹⁸⁰ Códice 12.4.18

pobres). Ao lado destes, observou que o *Collegio Imaculada Conceição*, recebeu naquele ano (1872) 230 alunas pagantes e 80 pobres gratuitamente, sem cobrar dos cofres públicos auxílio da subvenção (cf. ANEXO Q).

Como estes, há outras fontes em que consta o retorno às solicitações dos inspetores. São registros que dão a ver a perspectiva daquelas autoridades acerca da qualidade do ensino público e particular e os resultados das fiscalizações (ditas sempre como realizadas). Apareciam naqueles documentos questões relativas às condições de salubridade e higiene dos ambientes, número de meninos e meninas matriculados, matérias ensinadas, métodos adotados etc.¹⁸¹ Há ainda outros que, expondo aspectos da vida íntima daqueles sujeitos envolvidos com a educação, tornavam-na pública. O fato que exemplifica a observação refere-se ao ano de 1867, e trata-se de uma ordem de suspensão do título de habilitação para o magistério de um professor adjunto (Appriano Henrique Almeida) e de uma professora particular (Amélia Beltrão), decretada pelo Inspetor Geral e que fora encaminhada ao delegado. A razão? Os dois mantinham relação amorosa secreta e proibida há muito tempo e “sem consentimento do seu marido”. A resposta do delegado, enviada no dia seguinte ao recebimento da ordem do Inspetor, comunicava que os professores fugiram juntos.¹⁸²

Os dirigentes imperiais estavam interessados em obter o máximo de informações possíveis acerca da existência de demandas por escolas e da distribuição das mesmas, como deixam evidentes outras tantas fontes do Arquivo da Cidade (AGCRJ). Entre elas, uma relação de mapas (não datados), remetidos à Inspeção Geral da Instrução, na qual consta lista de moradores de determinadas localidades em condições de frequentar as escolas¹⁸³ (e no final, números dos que já as frequentavam), dados acerca da localidade em que estavam situadas as escolas existentes (Barra de Guaratiba), como condições das estradas e acessos.¹⁸⁴

¹⁸¹ Códice 11.3.22

¹⁸² Códice 11.2.21

¹⁸³ Se vacinados ou não, se constavam na idade entre 7 e 14 anos e se eram livres, libertos ou cativos (*Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial*, 1854).

¹⁸⁴ Códice 10.4.2

Nos *Relatórios dos Ministros do Império* de 1871, há considerações interessantes que expressam os debates contemporâneos acerca destas questões. Discursando sobre a Instrução primária, o Ministro José Bento da Cunha Figueiredo escreveu:

É pois evidente que a instrução particular prepara avultado numero de cidadãos e que manda a prudência animar tão valiosa coadjuvação (...) Limitar-me-ei a ponderar a conveniência de não obstar, com demasiada exigências, o livre desenvolvimento do ensino(...) **Longe de embaraçar a abertura de escolas particulares**, entendo que, nos logares em que isso convier, e sendo favoráveis as informações do respectivo inspector de districto, **se subvencionem as escolas particulares creadas na Corte ou nas parochias do Município**, estabelecendo-se bem explicita e ostensivamente essa applicação na competente verba da instrução primaria (...) Com este assumpto da instrução particular, tão digna de animação, liga-se o concurso que a iniciativa individual poderíamos dever em muito mais larga escala. Não há paiz na Europa em que a instrução primaria não seja mais ou menos auxiliada pelos homens abastados e nos Estados Unidos é extraordinário o beneficio influxo dahi proveniente. Grande é já o numero dos que entre nós tem consagrado parte de seus cabedaes e do seu tempo a obras de caridade, dotação de igrejas ou de escolas. Repetiu-se ultimamente, neste sentido, certo incitamento, e uma ou outra vez algum individuo faz donativos para auxiliar as despesas com a instrução; mas tudo isto é pouquíssimo para muito que há a fazer [grifos meus].

Desta forma, tornam-se mais que pertinentes as palavras da historiadora francesa Jean Marie Goulemot: “a construção do estado em suas formas modernas não só permitia a delimitação do que doravante já não pertencia ao público, como ainda **ofereceu garantia de proteção ao privado**” (GOULEMOT, 1991, p.232) [grifos meus]. E a proteção à instância privada não se resumia aos discursos favoráveis ou às legislações que lhe garantiam o direito de liberdade de ensino.

3.1.1 – Subvenções: “medidas paliativas”, “edificantes exemplos”?

Um dos instrumentos de promoção do comércio particular no campo da instrução oitocentista referia-se justamente aos processos de subvenção. A partir deles, era o Estado Imperial quem garantia financeiramente o atendimento de meninos e meninas pobres (somente?) nos colégios particulares ou sociedades filantrópicas, mediante o pagamento de suas mensalidades ou concessão de espaços, doação de materiais, livros, compêndios, vestuário etc.¹⁸⁵ Isso permite compreender, inclusive, que não foi apenas no âmbito dos poderes públicos que a instrução foi discutida. Diversos setores da sociedade, reunidos em agremiações, sociedades e associações (leigas ou religiosas) defenderam a causa da instrução como um problema social.

O impulso à atuação dos particulares fazia parte da política geral de Instrução Pública, a partir de diversas formas de incentivo e contribuição. Seja envio de materiais para o ensino, doação de compêndios, pagamentos de subvenções ou mesmo financiamento de uniformes para alunos pobres de instituições particulares, como mostra um ofício datado de novembro de 1873. Nele, a Inspeção Geral da instrução Primária do Município da Corte pede ao Ministro do Império para que seja entregue ao delegado da freguesia da Lagoa, a quantia de 500\$000 mil Réis, que garantiria o fornecimento de vestuário “decente e simples” para os alunos pobres que frequentavam o *Collegio da Irmandade Nossa Senhora da Conceição*.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Acerca das Sociedades e Associações do século XIX, conferir MARTINEZ, 1998. De acordo com esta autora, aproximando-se ou distanciando-se das propostas do Ministério do Império, essas Sociedades e Associações integravam um movimento geral que proclamava a necessidade de disciplinar e moralizar o “povo”, redefinindo as bases de organização do trabalho e os conceitos de liberdade e cidadania. **Dialogando com as autoridades públicas e disputando por concepções, ações e formas de educar e instruir a população na cidade, a iniciativa particular apontava para a diversidade e a complexidade existentes em torno de um projeto comum: a “formação do povo”**. De fato, o Relatório da Sociedade Propagadora das Classes Sociais, referente a 1872, apontou que 168 alunos de “diversas classes sociais”, cujas idades variavam entre 10 e 45 anos, se matricularam na escola noturna. Se a determinação do governo imperial no sentido de cessar a frequência dos menores no curso noturno da Sociedade da Lagoa foi simplesmente “letra morta”, não podemos afirmar com certeza. O fato é que a Sociedade era considerada uma “verdadeira filantropia” e “merecia” a subvenção dos cofres públicos. O próprio Ministro João Alfredo e o Inspetor Geral da Instrução Pública estiveram presentes, na realização de provas públicas pelos alunos da Sociedade, em 14 de dezembro de 1872. O “bom rendimento” dos alunos nos exames garantiu a elevação do subsídio dado pelo governo à sociedade.

¹⁸⁶ Códice 15.3.6

Somada a estas experiências, é possível também identificar as iniciativas (formais e documentadas) de subvenção aos colégios primários particulares da Corte Imperial, a partir da leitura e análise dos documentos manuscritos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.¹⁸⁷ São procedimentos a partir dos quais o Estado Imperial concedia auxílios financeiros a professores e colégios particulares, no intuito de subsidiar o ensino primário gratuito a meninos e meninas pobres, moradores de localidades em que se encontram distantes as escolas públicas.

Entre aqueles documentos analisados, o que evidencia a menor datação refere-se à segunda metade da década de 1850. Ou seja, os primeiros registros acerca das práticas formais de subvenção pública a estabelecimentos particulares encontrados na investigação, datam de período posterior ao decreto que estabelece o Regulamento de 1854, segundo o qual (Artigo 57º) os menores de 12 anos, encontrados “vagando pelas ruas da Corte”, em estado de pobreza ou “indigência”, deveriam ser matriculados nas escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo Estado. O Artigo 115º, outro que também faz menção a estes procedimentos, registrava que, ao lado dos colégios, professores que mantinham aulas particulares também poderiam ser beneficiados com esta prática:

Nos logares onde não haja escola publica, o governo provincial abonará aos professores particulares uma gratificação annual por cada alumno pobre dos que tiverem frequentado com proveito suas escolas, sobre informação do concelho municipal respectivo.¹⁸⁸

¹⁸⁷ **Fontes manuscritas** - Setor de Documentação Escrita do AGCRJ: *Série Instrução Pública. Códices*: 10.4.28 – 10.4.2 – 10.4.15 – 10.4.24 – 10.4.37 / 11.3.40 – 11.4.16 – 11.2.21 – 11.4.11 – 11.4.16 – 11.1.4 – 11.3.27 – 11.3.28 – 11.3.30 / 12.1.15 – 12.2.21 – 12.3.33 – 12.3.34 – 12.3.40 – 12.2.23 – 12.3.37 – 12.4.1 – 12.4.2 – 12.4.3 – 12.1.16 – 12.2.27 – 12.4.12 – 12.4.13 – 12.4.14 – 12.4.15 – 12.4.16 – 12.4.17 – 12.4.18 – 12.4.19 – 12.4.20 – 12.4.21 – 12.4.22 – 12.4.23 – 12.4.24 – 12.4.25 – 12.4.26 – 12.4.27 – 12.4.28 – 12.4.29 - 13.2.18 - 15.3.6.

¹⁸⁸ E o Decreto 7247 de 19 de Abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho) reafirma as medidas de subvenção a estabelecimentos particulares: Art 2.º **Subvencionar nas localidades afastadas das escolas publicas, ou em que o numero destas fôr insufficiente, tanto na Côrte como nas provincias, as escolas particulares que inspirem a necessaria confiança** e mediante condições razoaveis se prestem a receber e ensinar gratuitamente os meninos pobres da freguezia; 3.º **Contratar nas provincias, por intermedio dos respectivos Presidentes, Professores particulares** que percorram annualmente um certo numero de localidades e, demorando-se em cada uma dellas o tempo preciso, reunam os meninos e meninas da vizinhança e lhes dêem os rudimentos do ensino primario; 4.º **Crear ou auxiliar nas provinciais cursos para o ensino primario dos adultos analphabetos**; 5.º **Crear ou auxiliar nas provinciais cursos para o ensino primario dos adultos analphabetos** [grifos meus].

Os fragmentos destes artigos legitimam um procedimento que, provavelmente, já ocorria, mesmo que não tenha sido possível, até o momento, localizar fontes que o comprovem. Um dos primeiros registros, como mencionado acima, é datado de 1857. A professora particular Francisca de Paula Moraes e Lima, que mantinha um colégio para meninas, encaminhou ofício ao “Exmo. Senhor conselheiro Euzébio de Queiroz Matoso Câmara” (Inspetor de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte) solicitando-lhe subsídios para aluguel de sua “casa de escola”, pois, segundo a mesma, o valor havia aumentado muito.¹⁸⁹ Para justificar seu pedido, a professora argumentava a necessidade daquelas aulas para a localidade, por conta da distância que se encontravam as aulas públicas. Ao mesmo tempo, informava receber gratuitamente em sua casa de escola muitas meninas pobres que não podiam pagar a pensão cobrada às demais alunas particulares.

Ao lado destas experiências em que as subvenções são pedidas de forma bastante direta, há também muitos documentos que deixam ver uma intenção mais comedida, mais cautelosa de muitos colégios particulares. São ofícios emitidos aos Inspetores Gerais da Instrução primária, com o pretexto de comunicar que seu colégio recebia determinado número de alunos ou alunas pobres sem que fossem cobradas dos mesmos as mensalidades.

Em 1876, o diretor do *Collegio Magalhães* comunicava ao Inspetor Geral que tinha disponibilizado matrículas para meninos pobres que desejassem seguir o ensino secundário. Outro (*Collegio Todos os Santos*) observava que já frequentavam suas aulas 13 meninos pobres (entre 46 pagantes), a quem ensinava gratuitamente a instrução primária.¹⁹⁰ No ano de 1872, o delegado da freguesia do Engenho Novo encaminhou (ao Inspetor Geral) ofício do secretário da inspetoria geral (Hermenegildo J. de Azambuja Neves), no qual registrou estar pondo à disposição 40 vagas para alunas pobres no colégio particular de sua esposa (Maria Carlota de Andrade Neves – *Collegio Andrade Neves*).¹⁹¹ Já o delegado da freguesia de Inhaúma remeteu ao Inspetor Geral comunicado do professor particular, em que estava relatado o atendimento gratuito “a alunos pobres de famílias de classe indigentes” que estava prestando em seu colégio (*Collegio São Thiago*), como “prova de patriotismo”.¹⁹²

¹⁸⁹ Códice 13.2.18

¹⁹⁰ Códice 12.4.21

¹⁹¹ Códice 12.4.18

¹⁹² Códice 11.2.21

Em nenhum dos documentos citados estava mencionada diretamente a subvenção. Pode ser que muitos colégios estivessem interessados em outras formas do protetorado imperial que não diretamente as subvenções financeiras, como a garantia de privilégios políticos, concessão de títulos de ordens, de propaganda (como recomendação do estabelecimento) etc,¹⁹³ ou mesmo estivessem “preparando o terreno” para uma solicitação futura, como foi o caso do proprietário do *Collegio Todos os Santos*, que, em 1877, remetia ao delegado do Engenho Novo um pedido de subvenção com a justificativa de que, nos dez anos de magistério, sempre recebeu alunos pobres gratuitamente em seu colégio. E o professor José Pedro da Silva Camacho afirmava também que aquele lugar tinha a “necessidade de ampliar o ensino às classes menos favorecidas da fortuna”.¹⁹⁴

De uma maneira geral, conforme queriam deixar ver os documentos investigados, o **procedimento de solicitação/concessão da subvenção** passava pelas mãos de algumas figuras de autoridade submetidas à hierarquia da administração da Instrução Pública, como Delegados, Inspectores, Conselheiros, Secretários, Ministros, membros de uma repartição chamada Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC).¹⁹⁵ Os pedidos dos proprietários dos colégios e/ou professores eram encaminhados aos Delegados das freguesias, junto com os comprovantes que justificavam a solicitação. A partir dos Mappas de Matrículas, ou abaixo-assinados de moradores, responsáveis e autoridades políticas ou religiosas locais, deveria estar registrada e garantida a frequência de, no mínimo, 10 meninos ou meninas pobres. Com um parecer dos delegados, favorável ou não

¹⁹³ **Código 12.4.18:** EM OUTUBRO DE 1873: Ofício do delegado informando que no distrito de Santa Cruz há uma escola particular da professora Jesuina Carlota Tinôco, estabelecida em um dos compartimentos térreos do Paço da Imperial Fazenda de Santa Cruz e estipendiada pelo Imperador.

¹⁹⁴ Código 12.4.20. Meses depois, o delegado encaminha novamente ao Inspetor Geral o pedido do professor, dando a ver que o pedido ainda não havia sido aprovado (Código 11.4.16).

¹⁹⁵ De acordo com os estudos de Angélica Borges, o ministro do império era nomeado pelo imperador; o inspetor geral era nomeado pelo ministro; o secretário e os delegados de distrito igualmente eram nomeados pelo ministro, por meio de uma indicação prévia do inspetor geral. Já o conselho diretor era formado pelo inspetor, reitores do Imperial Colégio de Pedro II, professores e membros indicados pelo ministro. Entre outras funções exercidas por aqueles cargos da Inspeção Geral da Instrução, estava também a de fiscalização das escolas, materiais de ensino, professores, etc. A legislação educacional que entrou em vigor na Corte em 1854, organizou uma aparelhagem de inspeção criando uma hierarquia dos cargos de inspeção. A definição dos papéis de cada agente da inspeção denota uma escala de poderes e o tipo de proximidade com os professores sobre os quais deveria exercer uma vigilância. Os delegados, por exemplo, tinham como uma de suas funções visitar escolas. No que se refere às famílias, tratava-se de observar se estavam encaminhando seus filhos à escola. Ao se dirigirem ao estabelecimento escolar deveriam observar seu funcionamento e instalações gerais e a prática do professor (BORGES, 2008, pp.85-86 e 126).

(dado após a constatação da veracidade das informações, e da necessidade ou não daquelas aulas particulares para os moradores da região), o ofício, com toda documentação anexa, era encaminhado à autoridade superior: o Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária. Este, por sua vez, ao ler os processos de todos os delegados do Município da Corte, aprovava os que achava conveniente (geralmente sua opinião estava em conformidade com a dos Delegados) e encaminhava todos os processos, com seu parecer, ao Conselho Diretor da Instrução Pública para que lá fosse decretado um veredicto final: conceder ou negar as subvenções solicitadas.

Os membros do Conselho Diretor reuniam a documentação acumulada nas etapas que se seguiram ao pedido inicial, e a encaminhava ao gabinete do Inspetor Geral da Instrução (ou direto ao Ministro), para que o mesmo a fizesse chegar ao Ministro dos Negócios do Império para controle, conferência¹⁹⁶ e publicação nos *Relatórios dos Ministros do Império*. Naqueles relatórios, os dados apareciam em forma de balanços anuais, davam a ver os números de subvenções concedidas, os valores, os nomes dos beneficiados, a localidade em que se encontravam os seus respectivos estabelecimentos.

Em setembro de 1871, estava sendo encaminhado ao Ministro do Império um ofício do Inspetor Geral, no qual constava uma proposta de subvenção, já defendida anteriormente pelo delegado da freguesia da Lagoa e autorizada pelo Conselho Diretor, para duas escolas particulares (60 mil réis mensais para cada): uma, dirigida por Clara Paulina Kuster, a outra, por Diamantina Candida Oliveira. No caso da professora particular Clara Kuster, é interessante notar que seu colégio estava anunciado no *Almanak Laemmert* desde antes de seu processo de subvenção ser solicitado ao Estado Imperial. Em 1867, ela pagou por uma propaganda de baixo custo (de apenas uma linha) naquele impresso, tencionando fazer publicidade do seu colégio e, com isso, conseguir alcançar número maior de alunos que pagassem pela instrução que oferecia:

¹⁹⁶ Entende-se ser para simples conferência e não retificação da decisão tomada, haja vista que nenhum documento foi localizado no sentido de ter sido contrariada ou desfeita alguma decisão do Conselho Diretor pelo Ministro.

COLLEGIOS DE MENINAS.

- Collegio de *Santa Clementina*, r. Fluminense, 48, em Paula Mattos.
 Collegio de *Santa Rita de Cassia*, dirigido por D. Rita de Cassia Mendes, coadjuvada pelo professor José Manoel Garcia, r. Nova de S. Pedro, 11.
 Aula de Instrucção primaria, de D. Maria Carolina da Rocha Mascarenhas, r. da Misericordia, 57.
 Collegio das Sras. Taulois & Rivierre. (Vide pag. 224.)
 Collegio da *Immaculada Conceição*. (Vide pags. 421 e 422.)
 Collegio de M^{me} Prayon, successora de M^{lle} M. A. Mounier, r. d'Ajuda, 50.
 Collegio *Emulação da Juventude*, de D. Maria Fortunata de Almeida Bastos, r. do Engenho Velho, 107. (Vide pag. 422.)
 Collegio de M^{me} Ersilia Agostini Palha, campo da Acclamação, 67, canto da r. do Conde d'Eu.
 Asylo francez de S. Vicente de Paulo, r. dos Barbonos, 77.
 Collegio da *Divina Providencia*, fundado pela Associação de S. Vicente de Paulo, r. Nova das Laranjeiras, 5.
 Collegio de *N. Sra. da Conceição*, de D. Felisberta Augusta Soares Gonzaga, r. de S. Luiz Gonzaga, 126.
 Collegio francez-portuguez, r. do Ouvidor, 35.
 Collegio de M^{me} E. Leuzinger, r. Bella do Principe, 25. (Vid. pag. 423.)
 Collegio de D. Maria Silvana Egydia de Sampaio, r. da Pedra do Sal, 2.
 Collegio de M^{lle} Elisa Perret, r. d'Ajuda, 21.
 Collegio de *Santa Amelia*, r. do Livramento, 57.
 Collegio de D. Maria José de Albuquerque Camara, r. Direita, 106, entrada pela r. dos Pescadores, 4 A.
 Collegio de *N. Sra. da Gloria*, na cidade de Valença. (Vid. pag. 427.)
 Collegio de M^{rs} Hitchings em Botafogo. (Vide pag. 420.)
 Collegio de M^{mes} Tanière e Charnay (Vid. pag. 425.)
 Collegio *Regeneração*, dirigido por D. Rosenda Adriana Colonia, D. Auta Therodeia Colonia e D. Cora Perpetua Colonia Cesar, r. do Riachuelo, 130.
 Collegio de M^{rs} Tootal, r. das Laranjeiras, 18. (Vide pag. 426.)
 Collegio da Viscondessa de Lagelouze, r. do Conde, 67.
 Collegio de instrucção primaria de D. Polycena de Menezes Dias da Cruz Araujo, r. da Lampadosa, 110.
 Externato para meninas, professora D. Maria Celestina Binns, r. da Carioca, 83.
 Collegio de *Nossa Senhora das Neves*, de D. Henriqueta Amelia Soares Pragana, r. do Papa-couve, 27, Catumby.
 Collegio de D. Maria Ricarda Ferreira Lima, r. d'Estacio de Sá, 30.
 Collegio dirigido por M^{me} Grivet, r. dos Arcos, 56.
 Collegio de Clara Paulina Küster, r. da Copacabana, 43.
 Collegio de M^{me} G. Humbert, r. Sete de Setembro, 68.
 Collegio do *Espirito-Santo*, dirigido por D. Jacintha Francisca da Costa Carvalho, l. do Catumby, 5.

(Almanak Laemmert, 1867)

Naquele documento oficial que continha informações acerca das subvenções das professoras Clara Kuster e Diamantina Candida, o Inspetor registrava: “a subvenção que proponho a elas, está de acordo com parecer do Conselho Diretor e é autorizada pelo artigo 54 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854”. Ou seja, os trâmites do processo seguiram

por todas as instâncias na hierarquia da Instrução Pública. O ofício foi encaminhado pelo delegado (com seu parecer) ao Inspetor Geral que, após relatar sua observação, remeteu-o ao Conselho Diretor para avaliação, e depois de autorizada a concessão da subvenção, o Inspetor encaminhou todo o processo ao Ministro solicitando seu aval (que se sabe, pelas fontes localizadas: foi positivo).¹⁹⁷

Os *Relatórios do Ministério do Império* são bastante úteis, na medida em que noticiavam e prestavam contas das subvenções concedidas aos estabelecimentos particulares de toda Corte Imperial, formulando tabelas e produzindo números gerais (como o “Mappa geral de alunos da instrução primária matriculados em colégios particulares dependentes da Inspetoria, por freguesia”, “Mappa das escolas e professores subvencionados”, nos quais, constavam freguesia, escolas e professores, valores da subvenção e/ou consignação etc.). Ao mesmo tempo, com a correlação destas e outras fontes (códices do AGCRJ), é possível perceber outros ângulos daquelas concessões. São as etapas dos processos, procedimentos, pedidos, documentos, estratégias, autoridades envolvidas, regulamentações, justificativas usadas para conceder ou negar os requerimentos.

Bastante ilustrativos, neste sentido, são os códices que têm registradas as sessões de deliberação do Conselho Diretor.¹⁹⁸ Numa daquelas reuniões, relatada em Ata Oficial em 21/11/1871,¹⁹⁹ um dos integrantes da mesa, Jose Bonifácio de Azambuja fez um pronunciamento (acerca das subvenções que foram avaliadas naquele dia, no intuito de defender seu parecer favorável), registrado para ser encaminhado ao Ministro do Império (João Alfredo Correa de Oliveira). Nele, José Azambuja observou que na Corte Imperial havia número insuficientes de escolas primárias, por isso, justificava conveniente e vantajoso promover a iniciativa particular. Para ele, na impossibilidade de “estabelecer outras por falta de crédito” (criar escolas públicas), uma saída era “acudir a necessidade do ensino onde faltam escolas públicas por meio da subvenção a escolas particulares”.

Como deixam evidentes as fontes pesquisadas, aquelas subvenções eram concedidas a partir de **justificativas bastante recorrentes**: distância muito acentuada da localidade em

¹⁹⁷ Códice 15.3.3

¹⁹⁸ Por exemplo: Códice 11.4.12

¹⁹⁹ Códice 15.3.3

que estava situada a escola pública e o número elevado de meninos e meninas em estado de pobreza (que estavam deixando de ser atendidos pelas escolas públicas por conta do excesso de alunos já matriculados naqueles espaços). Muitas vezes estas justificativas articulavam-se nos documentos. Não apareciam separadas, mas somavam-se como se, juntas, pudessem garantir um resultado mais positivo. Entretanto, viu-se que, mesmo juntas, uma delas (alunos pobres ou escola pública distante) era ressaltada com mais ênfase. Ora optava-se por fazer referência à extrema pobreza e mendicância em que se encontravam os meninos e meninas da respectiva localidade, ora privilegiava-se, no discurso, destacar que a escola pública era demasiadamente longe.

Os ofícios que relatavam problemas referentes à escola pública como justificativa para solicitação do benefício de subvenção dos cofres públicos apontavam sua ausência na referida freguesia, a demasiada distância que a mesma se encontrava, o difícil acesso a ela ou, ainda, a falta de vagas naquelas que estavam em funcionamento. Num ofício datado de fevereiro de 1875, o delegado da freguesia de Campo Grande, procurando justificar os pedidos de subvenções que havia encaminhado, informou que “seriam necessárias pelo menos 8 escolas particulares para ensinar meninos analfabetos” daquela localidade, porque encontravam-se longe as escolas públicas existentes.²⁰⁰ E em maio daquele mesmo ano, o delegado responsável pela área de Jacarepaguá procurou convencer sobre a necessidade da subvenção ao colégio particular de Deolinda Candida Lopes (que já exercia “o magistério ao meninos pobres”), observando que o “acesso a escola pública é de 22 quilômetros de distância”.²⁰¹ Sua estratégia funcionou, haja vista que a professora Deolinda recebeu a subvenção solicitada por, pelo menos, nove anos, como deixa ver um documento de junho de 1884, no qual o Inspetor Geral da Instrução Pública reafirma a concessão pela demanda que a localidade apresentava e porque a referida mestra era “exemplo de moralidade” e “zelosa no magistério”.²⁰²

Em outras situações foi possível perceber o envolvimento e o empenho dos próprios moradores da região por tentar promover o ensino aos meninos e meninas pobres em idade escolar, seja denunciando a ausência de escolas públicas ou requerendo autorizações para funcionamento das particulares. Ao mesmo tempo, viam-se reconhecidos e legitimados os

²⁰⁰ Códice 12.4.20

²⁰¹ Códice 12.4.20

²⁰² Códice 12.1.15

processos de subvenção garantidos pelo Governo Imperial por parte daqueles moradores que, em suas reivindicações e abaixo-assinados, registravam também seus pedidos. O exemplo de experiências deste tipo é um documento coletivo dos moradores de Campo Grande. Eles enviaram, em 1875, pedido de subvenção ao Inspetor Geral da Instrução à escola particular de Maria Laura Marques dos Santos, com a justificativa de que “a única escola pública fica em Realengo”. Ao encaminhar o pedido ao Ministro do Império, o Inspetor escreveu achar “conveniente a subvenção”, e que seu parecer estava em consonância ao do Conselho Diretor, que aprovara a concessão de 60 mil Réis mensais à professora Maria Laura.²⁰³

Para a mesma freguesia, há ainda outras manifestações como esta. Os residentes dos distritos de Guandu, Mendanha e Rio da Prata assinaram juntos uma solicitação, em 2 de outubro de 1873. Reivindicavam a necessidade de fazer chegar aqueles lugares “o benefício da Instrução Pública aos meninos pobres” que “não podem freqüentar as escolas públicas por causa da longa distância”. E, como “reconhecem a dificuldade de estabelecer escola pública em todos os pontos em que se faça sentir esta necessidade”, comunicaram haver no local um colégio particular dirigido por Manoel Cespede Barbosa, licenciado pelo regulamento da Instrução Pública, onde poderiam ser admitidos os alunos pobres, mencionados na petição.

Desta forma, as 26 pessoas que assinaram o documento pediam “subvenção pecuniária para abonar ao referido professor”, como “tem sido feito para outras localidades”, observaram eles. Seis dias mais tarde (8 de outubro de 1873), o “signatário da representação”, Leonardo de Morais e Souza, enviou ao delegado da freguesia um ofício solicitando que o mesmo atestasse “a necessidade do pedido”. Três dias depois, Dr. Eugenio Carlos de Sousa (delegado) confirmou e assinou, como solicitado.²⁰⁴ Sabe-se que toda aquela mobilização deu certo, visto que, em maio de 1877 (quatro anos após), o professor Cespede encaminhou ao Inspetor Geral pedido de aumento da subvenção por ser pouca a quantia de 60 mil Réis que estava recebendo. A justificativa era que já recebia 35 alunas em suas aulas (“como o senhor pode constatar quando a visitou”, ele registrou) e pagava aluguel da casa de escola e material para o ensino.²⁰⁵

²⁰³ Códice 12.4.20

²⁰⁴ Códice 11.4.13

²⁰⁵ Códice 11.3.40

Como estes, havia o abaixo-assinado dos moradores de Cascadura (freguesia de Inhaúma). Em fevereiro de 1864, eles solicitaram o benefício ao colégio particular (a ser aberto na localidade) do professor Luiz José da Cunha Bastos, “por razão de a escola pública ser muito distante”. No documento, havia 31 assinaturas. Os nomes são vestígios das formas pelas quais os projetos de escolarização estavam sendo apropriados, resignificados e legitimados pela sociedade. E, como os signatários de Cascadura listavam também suas profissões ao assinarem aquela reivindicação, deixaram sinais que dão a ver as demandas criadas, e quem as demandavam. Quais grupos sociais buscavam por aquelas estratégias promovidas pela articulação, imbricação entre as instâncias pública e privada? Neste caso, sabe-se que era gente simples e pobre, como os lavradores da região. Mas eram também grupos mais favorecidos economicamente, como os proprietários, os negociantes, os artistas e os escrivães que assinaram o documento em 1864.²⁰⁶ Os moradores da freguesia de Inhaúma queriam mesmo era receber as prometidas luzes da civilização, até então dificultadas pela distância da escola pública. Mesmo que, para tal fim, os mecanismos disponibilizados fossem as subvenções ao comércio do ensino particular.

Em ofícios do Inspetor Geral, a insuficiência e distribuição irregular de escolas públicas espalhadas pela cidade também foram apresentadas como um problema. Encaminhado ao Ministro dos Negócios do Império em 1876, um documento solicitava subvenção para a professora particular Maria Brasil (da freguesia do Espírito Santo), registrando ser esta a justificativa. Ao concordar com o parecer favorável do Conselho Diretor e do delegado, o Inspetor recomendou que, junto com a subvenção, fosse concedida uma consignação para compra de materiais para o ensino daquelas crianças, como papel, lápis etc.²⁰⁷

Em julho de 1873, o professor particular Pretextato dos Passos Silva, que se auto-definiu como “pobre” e tendo “mais de 20 anos do exercício do magistério”, comunicava ao Inspetor Geral que, tendo adoecido, afastou-se de sua escola particular, e quando retornou, os pais das crianças as retiraram para tratá-las da “epidemia reinante”. Com isso, havia ficado sua escola “com número reduzido” de alunos e, conseqüentemente, sem o pagamento dos alunos, atrasou o aluguel da casa em dois meses. Justificando o ofício, pede

²⁰⁶ Códice 12.4.4

²⁰⁷ Códice 11.3.40

então para abrir outro colégio particular “num lugar denominado Campinho (em Cascadura), “onde não existe uma só escola pública ou particular”. Somada à autorização de abertura do referido colégio, o professor requeria subvenção mensal para auxílio dos alugueis da casa, e, uma vez aprovada, garantia sujeitar-se “a receber o número de alunos pobres que for marcado para o ensino gratuito, cujos pais provarem a extrema pobreza”.²⁰⁸

Mesmo aquelas autoridades que se declaravam favoráveis às subvenções, não hesitavam em declarar que aqueles processos eram de medidas paliativas, de “experiências”, cujo intuito era avaliar uma potencial demanda, ou a real necessidade em estabelecer, no local, uma escola pública. Isso porque as escolas particulares não alcançariam o nível de qualidade ou confiança que atestavam as instituições mantidas pelo Estado Imperial. Era este o discurso do delegado da freguesia da Lagoa, José da Silva Azambuja, redigido num documento de outubro de 1873. O ofício consistia em uma resposta à solicitação feita para que ele investigasse a necessidade ou não de criar mais escolas naquela localidade, levando em consideração a distância das existentes, a aglomeração da população e o número de alunos que poderiam ser matriculados. Sua averiguação o fez registrar que havia a necessidade de serem construídas duas, em lugares distintos. E que, para “experiência”, já estavam “subvencionadas duas escolas particulares”, uma em cada um dos lugares que acabara de indicar.

Seu argumento era em defesa da necessidade de estabelecer instituições públicas espalhadas pela cidade e em sua freguesia, independente dos colégios particulares subvencionados, porque a “qualidade” e “garantia” não seriam as mesmas. Para ele, as particulares “não podem competir com as públicas”.²⁰⁹ A autoridade da freguesia da Lagoa não se opunha aos procedimentos de subvenção, porém deixava evidente sua perspectiva acerca das relações público e particular, as quais se baseavam em certa hierarquia. Em relação aos assuntos educacionais, José Azambuja acreditava que o Estado Imperial seria o responsável por promover e garantir a qualidade do ensino.

O fato de a iniciativa particular “gerenciar” a instrução, apesar de imbricada ao poder público pelo auxílio financeiro, parecia provocar relativa ameaça ao Estado Imperial. Ou seja, os espaços privados de escolarização estavam, de alguma maneira, menos sujeitos

²⁰⁸ Códice 11.4.13

²⁰⁹ Códice 11.4.13

à vigilância e fiscalização do governo que as escolas públicas, e, por isso, suscetíveis a burlar as normas em vigor, promovendo uma diversidade de práticas educacionais, contratando profissionais sem habilitação, adotando métodos, saberes e compêndios sem autorização etc.

Mesmo com o posicionamento favorável pela criação e disseminação de escolas públicas na Corte, o delegado José Azambuja sabia que as autoridades alegavam muitos problemas e dificuldades para criá-las e mantê-las. Desta forma, ele ainda precisaria continuar “experimentando” a solução paliativa e barata da subvenção para promover a instrução da população livre e vacinada enquanto o número de escolas públicas não fosse suficiente, ou enquanto houvesse um número ainda grande de crianças pobres cujos responsáveis não poderiam arcar com as mensalidades pagas naqueles colégios. E era exatamente esta situação, a de **pobreza “comprovada”**, uma das mais usadas para justificar os pedidos de subvenções feitas por muitos professores particulares naquele tempo.

Em maio de 1875, o delegado da freguesia de Campo Grande, para defender a solicitação feita por alguns professores daquela localidade, reconhecia em ofício encaminhado ao Inspetor Geral a necessidade da subvenção porque “os meninos na idade de receber a instrução são muito pobres neste extenso distrito”.²¹⁰ O mesmo recurso que usou o delegado da Lagoa em 1873, quando afirmava ser indispensável conceder o auxílio ao colégio que se localizava na Rua da Boa Vista por conta das “meninas pobres” que atendia, e na mesma localidade seria necessário também subvencionar com 80 mil Réis mensais o *Collegio Nossa Senhora da Conceição*, argumentava o Inspetor Geral ao Ministro do Império em 1874.²¹¹

Recorrendo a estratégia da reivindicação coletiva, com abaixo-assinado, os moradores da freguesia de Jacarepaguá solicitavam, em maio de 1875, subvenção e consignação para o colégio particular do professor Francisco de Paula Fernandes Dias, “que já leciona para meninos pobres”. No documento, havia atestado de veracidade das informações, assinado pelo delegado, que informava ser necessário o benefício para que

²¹⁰ Códice 12.4.20

²¹¹ Códice 15.3.6

continuasse funcionando o estabelecimento daquele professor de reconhecida “dedicação”.²¹²

Com o mesmo propósito, mobilizou-se, em 1877, a população residente do distrito de Cachoeira de Cabuçu (freguesia de Campo Grande). Reunindo a documentação, o delegado encaminhou o pedido feito por abaixo-assinado ao Inspetor Geral Barão de São Felix que, por sua vez, remeteu ao Ministro dos Negócios do Império já com seu parecer favorável, considerando importante atender aos meninos e meninas pobres que tinham, como único recurso para instrução, o colégio particular do professor Manoel José de Campos Azevedo: “louvando-me o que diz o respectivo delegado no attestado junto, cumpre-me informar que me parece attendível o que pedem os suplicantes”.²¹³

Somadas a estas considerações, acerca do estado econômico da população atendida pelos processos de subvenção concedidos ao comércio da instrução na Corte Imperial, havia uma observação sempre presente naqueles documentos oficiais, e que, muitas vezes, eram responsáveis pela resposta positiva ou negativa aos pedidos: o **número de alunos**. Não bastava atender meninos ou meninas pobres no ensino gratuito. A quantidade de alunos ou alunas mantidas pelos colégios privados precisava ser expressiva para que fosse considerada como significativa a reivindicação.

De uma maneira geral, com base na leitura dos *Mappas de Matrículas* daqueles estabelecimentos de instrução primária do Dezenove, sabe-se que o número de crianças era bastante diversificado, e variava de forma significativa de estabelecimento para estabelecimento. Por exemplo, no ano de 1873 o *Collegio Amor das Letras* atendeu 39 meninas, enquanto o *Collegio Imaculada Conceição*, em 1871, atendeu 230 alunas. E no mesmo ano, o *Collegio Esperança*, da freguesia do Sacramento, recebeu 11 alunas, o *Collegio Agostinho*, 93, o *Collegio Monteiro*, 76, o *Collegio Hitchings*, 86 e o *Collegio Huster*, 28.²¹⁴ Como se vê, não havia homogeneidade em relação ao número de alunos que frequentavam aqueles colégios. A condição do estabelecimento, sua localização, estrutura física, o valor das mensalidades eram algumas das razões para tamanha diversidade.

O que pode ser observado, com base na leitura dos documentos analisados, é que havia um número mínimo (aproximado) de alunos ou alunas pobres necessários para

²¹² Códice 11.3.40

²¹³ Códice 11.4.16

²¹⁴ Códice 12.4.19

justificar-se a concessão e manutenção dos benefícios de subvenção. Nas muitas respostas emitidas aos solicitantes, em que eram negados ou aprovados os pedidos, as autoridades relatavam em algumas ocasiões ser preciso receber, pelo menos, dez meninos ou meninas, como foi observado em documento encaminhado pelo Inspetor Geral ao delegado da Lagoa, em 1871.

No ofício, o Inspetor comunicava ter sido aprovada a concessão da subvenção mensal no valor de 60.000 Réis a cada um dos dois colégios particulares (o de D. Diamantina Candida e o de D. Clara Paulina) e, ao mesmo tempo, solicitava que as mesmas promovessem a frequência de 10 meninas pobres em seus estabelecimentos. Assim que houvesse a frequência comprovada, o delegado deveria comunicar a Inspetoria Geral da Instrução Pública para que fosse efetuado o pagamento das referidas subvenções. Ao comunicado, ele acrescentava que caberia ao delegado “fiscalizar as professoras e as alunas que se disserem pobres”, e que o número exigido era o mínimo, sendo “indeterminado” acima de 10 e “não autorizado abaixo deste”.²¹⁵

Naquela contabilidade do Estado Imperial, o valor concedido como benefício mensal seria proporcional ao número de crianças atendidas por aqueles estabelecimentos do ensino particular, embora também estivessem sendo incluídas nos cálculos as diferenças de custo para manter o aluguel da casa ou prédio escolar, dependendo da localidade em que os mesmos estivessem situados – se em freguesias de dentro (urbanas) ou de fora (rurais). O menor valor foi de 30 mil Réis mensais (em 1874), ao colégio particular de Maria Gertrudes, na freguesia urbana do Engenho Novo (não se sabe a quantidade de alunos que a professora atendia). Já o maior valor concedido como subvenção foi de o de 150 mil Réis mensais ao curso noturno de ensino primário para adultos (em 1875) à *Sociedade Propagadora da Instrução*, também localizada em freguesia urbana (da Lagoa).²¹⁶ E, para colégio particular do ensino primário para crianças, o valor máximo foi de 100 mil Réis, concedido ao *Collegio Nossa Senhora de Copacabana*, que nunca recebeu mais que 30 alunas (em 1877 atendia apenas 20).²¹⁷ Os valores daqueles benefícios não compunham tabelas rígidas, mas extremamente variáveis. Não havia cálculos unificados ou comuns para decidir as quantias.

²¹⁵ Códice 10.4.2

²¹⁶ Códice 11.3.40

²¹⁷ Códice 15.3.6

O Professor Gaspar Teixeira de Carvalho, em 1876, observando ser licenciado para exercer o magistério particular na Freguesia de Inhaúma, pediu subvenção para “admitir mais do que os 14 meninos pobres que já ensina”, porque possuía “limitados recursos”. Atestando a veracidade das informações e, ao mesmo tempo, os “bons serviços a população” que aquele mestre prestava, o delegado concordava com a concessão de 60 mil Réis mensais de subvenção. Não só aquela autoridade declarava ser favorável ao pedido, como os próprios moradores da localidade que, contando 63 nomes, compuseram um abaixo-assinado para registrar que “iguais a estes existem nestes lugares muitos outros nas mesmas condições que necessitam de igual favor”. Entre aqueles “muitos outros”, estava ninguém menos que a esposa do próprio professor Gaspar, Maria Saturnina de Carvalho, que contou com as mesmas estratégias para solicitar a subvenção, registrando, porém, que “admite 6 meninas pobres no colégio” e que o número de solicitação é maior.²¹⁸

Em junho de 1875, a professora particular Carolina Candida teve seu ofício encaminhado ao Inspetor Geral pelo delegado do Engenho Novo. Nele, solicitava subvenção para manter 12 alunos pobres que atendia gratuitamente no seu colégio (e ainda matricular outros que aguardavam, no caso da concessão do auxílio). Atestando ser favorável a concessão, o delegado observa ao Inspetor que a vantagem era dupla, ou, de acordo com suas palavras, “a circunstância de muita vantagem”: não só o número de alunos pobres era considerável, como também o fato de o referido colégio funcionar no mesmo lugar que a escola pública de meninos regida pelo esposo da professora Carolina (Felippe de Barros e Vasconcelos).²¹⁹ Neste caso, a vantagem era que o poder público fazer-se-ia presente naquele espaço que abrigaria também a instrução particular, dando conta da qualidade do ensino.

O número de alunos pobres e necessitados de instrução que recorriam aos colégios particulares em busca de ensino gratuito poderia chegar a 40, num único estabelecimento. Era o caso do colégio do professor Manoel José de Campos Azevedo, da freguesia de Campo Grande, no distrito de Cachoeira de Cabuçu, por quem se posicionou favorável o Inspetor Geral mediante ofício ao Ministro do Império (intercedendo pela subvenção, no ano de 1875). Na mesma época e na mesma freguesia, funcionava o colégio da professora

²¹⁸ Códice 12.4.20

²¹⁹ Códice 12.4.40

Maria Laura Marques que atendia 37 meninas em extrema pobreza. Para ela, também foi defendida a concessão de valores mensais pagos pelo governo.²²⁰

Apresentando em ofício (datado de 1873) quantidade aproximada de alunos necessitados do ensino na localidade em que mantinha seu colégio particular (30), o professor Carlos Neucome Palmer reclamava não haver lá na freguesia (de São José, no distrito de Santa Tereza) uma escola pública sequer. Por isso, considerava estar bem justificado seu pedido de subvenção, reafirmado, inclusive, pelo delegado e pelo Inspetor Geral.²²¹ É possível notar, de um modo geral, que a quantidade de crianças atendidas por aqueles colégios variava entre 10 (número considerado mínimo, conforme atestaram as autoridades) e 40 ou 50 alunos e alunas pobres, e a referência mais recorrente registrada naqueles ofícios era entre 20 e 30.

No que se refere aos prazos aguardados para receber a resposta aos pedidos de subvenção, notou-se que os mesmos poderiam chegar a vários meses de espera, ou anos. Por exemplo, em abril de 1889, o delegado do Engenho Novo encaminhava ao Inspetor o requerimento da professora particular Francisca da Rosa de Oliveira, concordando que era conveniente a concessão do benefício. Em outubro de 1889, cinco meses depois, o ofício estava ainda sendo remetido ao Ministro do Império, sem que tivesse retornado à professora Francisca qualquer resposta.²²² Muito mais tempo, aguardou o professor Henrique Francisco Mathias, de Jacarepaguá. O ofício do delegado da freguesia, contendo pedido de subvenção mensal para o colégio que aquele professor mantinha no Rio das Pedras, era remetido ao Inspetor Geral em março de 1873.²²³ Dois anos mais tarde, em abril de 1875, estava ainda sendo avaliada a proposta de subvenção, quando, por fim, o parecer foi favorável à concessão.²²⁴

Muitos daqueles processos demoravam a ser avaliados porque nas sessões do Conselho Diretor também eram deliberados pareceres acerca de outros processos e solicitações, como aprovação de compêndios ou livros para uso no ensino primário, autorização de abertura e funcionamento de colégios, licença para exercer o magistério etc. Os conselheiros dividiam as sessões diárias em dois turnos, manhãs e tardes. Naqueles dias

²²⁰ Códice 11.3.40

²²¹ Códice 12.4.19

²²² Códice 15.3.6

²²³ Códice 11.4.16

²²⁴ Códice 11.4.12

em que eram muitos os requerimentos, alguns pedidos de subvenção tinham sua avaliação adiada, como ocorreu em 12 de novembro de 1874. Naquele expediente, seis requerimentos diversos foram “espaçados para a próxima sessão” do Conselho. Entre os seis, havia alguns processos de subvenção, como o da professora particular, do Cosme Velho, Emilia Candida Monteiro de Mendonça e o dos moradores da freguesia de Campo Grande, cujo pedido era feito em nome da professora D. Maria Laura Marques dos Santos.²²⁵

Sob a presidência do Inspetor Geral Francisco Marcondes Homem de Mello, a sessão do Conselho de abril de 1875 ainda avaliava o pedido da professora citada acima (D. Maria Laura Marques dos Santos), ou seja, cinco meses depois. Argumentando atender ao parecer do delegado, que havia sido favorável, decidiu-se conceder o auxílio no valor de 60 mil Réis mensais. Na mesma sessão, foram aprovadas as solicitações do professor particular Manuel Cespede Barbosa (estabelecido com escola particular de instrução primária em Sepetiba no Curato de Santa Cruz), as dos moradores de Rio das Pedras (que reivindicaram a subvenção em nome do professor Henrique Francisco) e as dos moradores da Tijuca (que pediram subvenção e consignação para a escola do professor particular Francisco Fernandes Dias, que leciona a meninos pobres).²²⁶

Entre pareceres favoráveis, **havia muitos requerimentos de subvenção negados** pelo Conselho Diretor, e as razões eram muitas. Numa única sessão, datada de setembro de 1875, foram aprovados sete entre oito requerimentos: Deolinda C. Lopes (Jacarepaguá), Francisco José (Jacarepaguá), Candida S. Q. e Vasconcelos (Engenho Novo), Jesuína de Moura (Santa Cruz), Manoel G. C. Azevedo (Cachoeira de Cabuçu – Campo Grande), Ananias Araujo (Irajá), Manoel Barbosa (Sepetiba). O oitavo havia sido negado porque o colégio particular do solicitante (professor Joaquim Silva Porto) funcionava no centro da cidade (Corte Imperial), onde existiam escolas públicas.²²⁷

Como esta, outras demandas por subvenção foram negadas em sessões do Conselho Diretor, com a justificativa de que não atestavam as exigências necessárias, como comprovação da real necessidade de estar estabelecido naquela localidade o referido colégio, do número de alunos e alunas pobres que seriam atendidos e a distância acentuada da escola pública mais próxima, ou a falta de vagas para matrículas na mesma. Como era o

²²⁵ Códice 11.4.12

²²⁶ Idem

²²⁷ Idem

caso da professora Candida Maria Almeida, que em abril de 1877 teve sua solicitação negada pelo Conselho Diretor com a alegação de que na localidade (Copacabana) já tinha um colégio subvencionado (*Collegio Irmandade Nossa Senhora de Copacabana*).²²⁸

Em outubro de 1872, a solicitação do professor particular Henrique Francisco Mathias Morel (natural da França), que mantinha colégio no Rio das Pedras (freguesia de Jacarepaguá), e atendia um número de 20 meninos pobres para instrução primária, foi encaminhado ao delegado da freguesia que, em março de 1873, a remeteu ao Inspetor Geral da Instrução, com algumas observações. Informava, por exemplo, que no momento em que Henrique Francisco se habilitava para lecionar, ele recebia denúncia de seu “excesso de ira”, e, por isso, achava que não convinha conceder ao mesmo a dita subvenção. Neste caso, o motivo de ter sido negado o pedido de subvenção articulava razões morais e pessoais às pedagógicas ou profissionais. Entretanto, dois anos e dois meses depois (maio de 1875), o Inspetor Geral encaminhava ofício ao Ministro do Império, no qual constava abaixo-assinado dos moradores da localidade e parecer positivo do delegado da região (na ocasião, já era outro) e do Conselho Diretor, com solicitação de subvenção para o professor Henrique.²²⁹ Sabe-se que a solicitação fora concedida porque, em julho de 1875, foi emitido um ofício em que era mencionado o valor da subvenção: 60 mil Réis.²³⁰

Sendo aprovadas, como na ocasião acima, aquelas concessões eram atualizadas periodicamente. Havia correspondência entre inspetores e delegados no intuito de verificar a necessidade, ou não, de ser mantido o benefício da subvenção àqueles colégios da Corte Imperial. Os processos deveriam ser revistos a partir da análise dos pareceres feitos depois de realizada a fiscalização, e dos Mappas de Matrícula (trimestrais) emitidos por aqueles colégios, assim orientavam aquelas autoridades. De acordo com as prescrições emitidas pelos ofícios dos Ministros do Império e Inspetores Gerais da Instrução, seria necessário verificar o número de alunos atendidos pela instituição, a boa conduta do professor, a regularidade das aulas e a necessidade ou não do colégio estar estabelecido naquela localidade etc. Eram estes e outros os requisitos necessários para que fossem aprovadas as demandas pela manutenção do auxílio concedido pelo Estado Imperial, e, como se pode

²²⁸ Códice 11.3.40

²²⁹ Idem

²³⁰ Códice 11.4.16

observar, aproximavam-se dos mesmos requisitos exigidos para a concessão primeira do mesmo.

Em junho de 1875, o delegado da freguesia da Lagoa remetia ao Inspetor um pedido para que fossem mantidas as subvenções concedidas aos colégios particulares de sua freguesia, atestando que os mesmos mereciam e que eram também bastantes necessárias. Estes eram o da *Sociedade Propagadora da Instrução* (curso noturno para adultos, no valor de 150 mil Réis mensais)²³¹, do *Collegio Irmandade Nossa Senhora de Copacabana* (ensino primário, 100 mil) e da *Escola da Capela de Nossa Senhora da Conceição* (localizado na Gávea, com subvenção de 92 mil). O mesmo pedido pode ser encontrado também em documento datado de julho de 1878 (não se pode afirmar se houve outros neste meio tempo), sendo que, no lugar da concessão dada ao colégio situado na Gávea, foi beneficiada a professora Clara Paulina, com o valor de 50 mil Réis (42 mil a menos que o valor da outra instituição).²³²

No caso da Ilha do Governador, que mantinha uma única escola subvencionada no ano de 1877, o delegado também estava incumbido da tarefa de promover a manutenção do auxílio. No ano seguinte ao da concessão, em 1878, aquela autoridade falava em nome da professora Adelina Patagiba Ribeiro, alegando que a mesma atendia um número bastante significativo de alunas pobres: eram 54 na ocasião em que a fiscalizou.²³³ A subvenção da professora foi mantida por sete anos, até ocorrer seu falecimento em setembro de 1884, quando o atual delegado mantinha proposta de subvenção ao colégio que substituísse o seu, justificando a necessidade da região que era empobrecida.²³⁴ Uma prática que, como os documentos deixam ver, era recorrente.

No mês de fevereiro do ano de 1874, foi encaminhado um ofício ao Ministro do Império, comunicando-o do falecimento de uma professora particular que era contemplada com o benefício da subvenção. Ao mesmo tempo, o documento sugeria que o auxílio no valor de 60 mil Réis mensais fosse mantido e transferido para outra professora da mesma localidade (freguesia da Lagoa), chamada Carolina da Silva. Este tipo de petição pode ser encontrada nas páginas seguintes do mesmo Códice no AGCRJ (15.3.6), estando datada,

²³¹ No Códice 10.4.2 há pedido de manutenção da subvenção concedida a esta escola em 1870, desta forma, entende-se que, provavelmente, a mesma recebe o benefício desde a década de 1860.

²³² Códice 11.3.40

²³³ Idem

²³⁴ Códice 12.1.15

porém, de janeiro de 1880. Referia-se à transferência da subvenção, em razão de falecimento do professor particular Manoel Alves da Fonseca, para o professor, da mesma freguesia (Guaratiba), Henrique de Carvalho Vasconcelos.²³⁵

Anos antes, em 1878, também em Irajá, o professor particular Carlos Delfim Pereira, estava fazendo uma solicitação semelhante. Ele reivindicava para si a subvenção, no valor de 60 mil Réis, concedida ao professor João Bernardo que tinha falecido (Código 12.4.21). Uma referência à sua subvenção, inclusive, estava anunciada pelo Estado Imperial no *Almanak Laemmert*, em 1865, quando o mesmo descrevia a distribuição das escolas públicas da Corte:

²³⁵Referente aos dois primeiros casos citados, embora tenham sido justificados com base no mesmo argumento, sabe-se que o Conselho Diretor julgou (em separado) conveniente aprovar ambas as solicitações. Ao ler o *Relatório dos Ministros do Império*, do ano de 1871 (na segunda parte da página 29, em “Escolas Subvencionadas”) é possível observar a referência que o Ministro do Império faz ao professor João Bernardo (na ocasião, ainda não falecido) e a outros mestres do ensino primário particular da Corte Imperial que eram subvencionados pelo erário, mencionando que os mesmos “auxiliam o ensino público”. (cf. ANEXO D).

MINISTERIO DO IMPERIO.

79

- Ponta do Cajú.
 Marcos Bernardino da Costa Passos, Retiro Saudoso.
 D. Deolinda Maria da Cruz e Almeida, r. do Retiro Saudoso, 29 A.
- Bomficia o Pedregulho.
 D. Angelica de Athayde Jordão, largo do Pedregulho.
- Inhatima.*
 Antonio Pinto da Costa de Souza Brandão.
- Campinho.
 João Bernardo de Araujo Lima, professor subvencionado para dar instrucção gratuita aos meninos pobres no lugar denominado Campinho.
- Irajá.*
 José Theodoro Burlamaque.
- Jacarepaguá.*
 Joaquim José de Souza Ribeiro, em casa propria.
- Campo-Grande.*
 Francisco Alves da Silva Castilho, largo da Matriz.
- Guaratiba.*
 1ª Escola. Vaga.
 2ª Escola. Joaquim Antonio da Silva Bastos.
- Curato de Santa Cruz.*
 João Marciano de Carvalho.
- Freguezia de Nossa Senhora d'Ajuda da Ilha do Governador.*
 1ª Escola. Vaga.
 2ª Escola. Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho.
 3ª Escola de Meninas. D. Maria José dos Santos Lara.
- Ilha de Paqueta.*
 Vaga.
 D. Maria da Gloria de Almeida Feijó.

PROFESSORES ADJUNTOS.

- | | |
|--------------------------------------|--|
| Francisco Gomes dos Passos Perdigão. | José Maria Mafra Junior. |
| José Antonio de Campos Lima. | Afonso Augusto Rodrigues Vasconcellos. |
| João Corrêa dos Santos. | Antonio Joaquim de Miranda. |
| Amando de Araujo Cintra Vidal. | Olympio Catão Viriato Montez. |
| Antonio José Marques. | Joaquim José Ferreira Guimarães. |
| Joaquim Rangel de Azeredo Coutinho. | José Martiniano da Veiga Nobrega. |
| José Gonçalves Paim. | |

PROFESSORAS ADJUNTAS.

- | | |
|---|--|
| D. Ludovina Thomazia de Oliveira e Silva. | D. Deolinda Ferreira Sampaio. |
| D. Luiza Maria Tanner. | D. Flavia Dometilla de Carvalho. |
| D. Franc.ª Augusta dos Passos Coelho. | D. Delfina Francisca de Freitas. |
| D. Mathilde Carolina da Silveira. | D. Maria Nazareth dos S ^{tos} Garrocho. |
| D. Maria Pretextata Ferreira. | D. Maria José dos Santos Lara. |

Antecipando-se alguns meses ao professor Carlos, outro mestre de instrucção primária da região, chamado José Joaquim da Costa Campos, encaminhava officio ao Inspector Geral, comunicando o falecimento de João Bernardo e consultando sobre a possibilidade de ele estabelecer ali um colégio particular recebendo a subvenção concedida ao professor João (Códice 11.4.12). Na mesma época, o professor Ananias Irapitanga

também comunicava aquele falecimento e acrescentava que estaria “tomando posse” da casa onde eram mantidas as aulas, junto com os móveis e materiais que havia nela, para continuar ensinando, sem interrupção, aos 23 alunos (entre 7 e 14 anos de idade), haja vista que a referida posse tinha sido “destinada a ele na presença dos alunos e de testemunhas (Código 11.3.40, não se sabe qual a resposta e posicionamento da Inspetoria e do Delegado quanto à postura do professor).

O Inspetor Geral da Instrução Pública reunia os requerimentos referentes à manutenção dos benefícios de subvenção concedidos àqueles colégios da Corte Imperial e os remetia ao Ministro do Império (já com seu parecer, do Conselho Diretor e o do delegado) para aprovação ou não. Era na verdade um procedimento semelhante aos processos iniciais de pedido do auxílio. Exatamente assim ocorreu em julho de 1879, quando o Inspetor Geral encaminhou ao Ministro relação de sete processos das freguesias da Glória (Emília C. Monteiro Mendonça), da Lagoa (Irmandade de Copacabana, Sociedade Propagadora e Clara Paulina) e do Espírito Santo (Maria Brasil Silvado, Eliza Adelaide e Gustavo José Alberto).²³⁶ Também em agosto de 1878, quando o pedido referia-se à subvenção localizada na freguesia de Inhaúma, para professora Paula Carolina dos Santos Marques, em 1881, para a escola do professor Manoel Cespede Barboza, na freguesia de Jacarepaguá, em julho de 1882, para Antônio Henrique de Miranda Rego, no distrito de Santa Cruz e, em 1884, para professora Carlota Augusto Rosa dos Santos, da Ilha do Governador. Nestes casos acima citados, as aprovações foram unânimes entre as autoridades envolvidas no procedimento (delegados, conselheiros, Inspetor e Ministro). Tiveram a justificativa da comprovada necessidade das mesmas em benefício da comunidade pobre em que se situavam.²³⁷

Após autorização e aprovação dos pedidos de subvenção, os ofícios que movimentavam aquelas repartições públicas não eram somente aqueles que solicitavam sua manutenção. Muitos tratavam de reajuste no pagamento dos benefícios. Como alguns eram mantidos por anos consecutivos, os beneficiados argumentavam que os valores aprovados caíam em defasagem. Mencionavam o encarecimento do aluguel da casa em que estava estabelecido o colégio, a necessidade da compra de materiais e uniformes para o ensino

²³⁶ Código 11.3.40 e Código 12.1.15

²³⁷ Código 15.3.6

daqueles meninos pobres e demais “despesas miúdas”. A avaliação seguia procedimento semelhante como o dos anteriores: os pedidos eram encaminhados pelos requerentes ao delegado da freguesia que os remetia ao Inspetor, que, por sua vez, encaminhava ao Conselho e, por fim, com resposta do conselho, enviava ao Ministro para parecer final.

Numa sessão de setembro de 1875, os integrantes do Conselho aprovavam as solicitações das professoras Maria Luíza Marques dos Santos (Campo Grande) e Francisca de Paula Fernandes Dias (Jacarepaguá), que reivindicavam acréscimos nos valores das subvenções que recebiam, a partir da concessão de uma consignação para “as despesas miúdas das respectivas aulas” e, ainda mais, doação de compêndios para aqueles meninos e meninas pobres.²³⁸ Os valores, porém, não foram mencionados naquela ocasião.

Algo diferente ocorreu com os registros do requerimento de Paula Carolina dos Santos Marques, datado de fevereiro de 1874. Seu ofício era encaminhado ao delegado, com a observação de que a professora Paula era subvencionada desde o ano de 1872 e que, em anos anteriores havia sido concedida a ela uma consignação no valor de 30 mil Réis porque o número de alunas, na ocasião, aumentou para 30, e, portanto, como já estava atendendo em suas aulas 50 alunas, desejava reivindicar outro acréscimo.²³⁹ Mas, apesar das razões alegadas, parece que o Conselho Diretor não as considerou, visto que, em documento do ano de 1877 (três anos após este ofício), está registrado que a consignação da professora Paula mantinha-se no valor de 30 mil Réis (e a subvenção no valor de 60 mil).²⁴⁰

Como é possível observar, as demandas por reajuste dos auxílios de subvenção, geralmente, eram registrados com uma solicitação de consignações. Ou seja, valores extras aos que eram remetidos pelo benefício, para despesas também extras, como compra de material para o ensino ou aumento no custo do aluguel. Ou mesmo “despesas de vida”, como registrava, em junho de 1875, Manoel Cespede, um professor que se autodefinia “casado, pobre e onerado de família”. Ele solicitava consignação de 30 mil Réis para ser acrescido ao valor da subvenção recebida, que era de 60 mil. Não atendido na ocasião, o

²³⁸ Códice 11.4.12

²³⁹ Códice 12.4.19

²⁴⁰ Códice 11.4.16

professor reenviou sua solicitação dois anos mais tarde, insistindo nas razões alegadas e acrescentando que recebia 35 alunos pobres em suas aulas.²⁴¹

Da mesma forma, uma justificativa recorrente referia-se ao número de alunos atendidos pelos estabelecimentos particulares subvencionados. Como este quesito era um dos que servia de base para análise do valor concedido na subvenção, ao ocorrer uma movimentação na quantidade de meninos e meninas pobres matriculados, ou mesmo na demanda por matrícula, os beneficiados achavam-se no direito de manifestar-se diante das autoridades. Eles se apropriavam das normas estabelecidas pelas próprias autoridades para reinventar e reafirmar outras. Portanto, é possível notar que, naqueles anos da segunda metade do século Dezenove, as práticas e procedimentos de subvenção estavam sendo inventados e reinventados por todos os sujeitos envolvidos nos seus processos: autoridades, moradores, alunos, professores. Neste sentido, são imprescindíveis as reflexões do historiador francês Jacques Revel acerca do conceito de *jogos de escala*, para compreender que a história daqueles processos estava sendo construída a partir de diversas experiências. Assim, seria empobrecedor tentar percebê-la somente com a análise das legislações e dos documentos oficiais trocados entre as autoridades envolvidas, como Ministros ou Inspectores.²⁴² O ângulo, nível, ou variação da escala de observação dá a ver as experiências “minúsculas” que foram também responsáveis pela construção daquela história (REVEL, 1998, p.12).

Em 1875, o delegado de Jacarepaguá comunicava ao Inspetor Geral a quantidade atualizada de alunos e alunas de alguns colégios particulares, como o solicitaram os seus

²⁴¹ Códice 12.1.15

²⁴² Para Jacques Revel o princípio de variação de escala, é um recurso fecundo ao historiador porque possibilita que se construam objetos complexos, se leve em consideração a “estrutura folheada do social”, e as diversas experiências envolvidas num mesmo contexto histórico (p.14). Ou seja, a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento. A discussão está inscrita nas reflexões do que ele chama de “projeto micro-histórico”, que nasceu no decorrer dos anos 1970, a partir de um conjunto de proposições por grupos de historiadores italianos envolvidos em empreendimentos comuns (uma revista, *Quaderni Storici*; uma coleção dirigida por Carlo Guinzburg e Giovane Levi, intitulada *Microstorie*). Segundo ele, o projeto emergiu do “confronto entre as experiências heterogêneas de pesquisa daquele grupo, de uma reflexão crítica acerca da produção histórica contemporânea e de uma gama aberta de leituras (história da arte, antropologia). De acordo com sua definição, a micro-história é resultado da prática dos historiadores, dos obstáculos, das incertezas e dos caminhos de experiências de pesquisa (p.20). Acerca disso cf. REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998; LEVI, Giovanni Levi. Sobre a micro-história. In.: BURKE, Peter. *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992; LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; FARIA FILHO, Luciano (org.). *Pensadores sociais e a história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, entre outros.

respectivos professores. O intuito era que fossem reavaliadas as concessões mensais remetidas àqueles profissionais: Francisco de Paula Fernando Dias (que atendia 38 alunos) e Henrique Morel (com 47 alunos). Em maio do ano seguinte, a professora Canthilda Candida Mendes (Inhaúma.), alegando já receber 45 meninos pobres em suas aulas primárias, pedia aumento na subvenção que recebia (que era de 50 mil) e mais uma gratificação por consignação. Assim também o fez a professora Emília Cândido Monteiro, na mesma época, justificando como necessária a compra de papel, tintas e livros. Ao mesmo tempo, registrava reclamação por receber quantia menor (40 mil Réis) do que a estabelecida para pagamento de sua subvenção (60 mil Réis).²⁴³ Mas, alguns documentos posteriores deixam ver que as solicitações daquela professora não foram aprovadas. Em 1885 (nove anos mais tarde), ela ainda reivindicava aumento dos pagamentos que recebia do Tesouro Nacional, os quais se encontravam no valor de 50 mil (subvenção) e 20 mil (consignação).²⁴⁴

Também era possível observar que em algumas ocasiões era a própria comunidade que se mobilizava em prol destas solicitações, como ocorreu em 1877. Na ocasião, os moradores da Ilha do Governador escreveram um abaixo-assinado na tentativa de pressionar as autoridades para que a professora subvencionada Adelina Patagiba recebesse aumento no valor recebido como subvenção, já que a mesma precisava comprar papel, penas e livros para o ensino das crianças pobres. Ao ler o requerimento, o Conselho Diretor posicionou-se favorável à revisão da quantia que recebia a professora Adelina.²⁴⁵ A mesma posição que foi tomada diante do requerimento remetido pelo delegado da freguesia da Lagoa, no qual constava pedido de revisão do valor de 80 mil Réis mensais de subvenção, concedido ao *Collegio da Irmandade de Nossa Senhora de Copacabana*, que passou para 92 mil.²⁴⁶ Isso no ano de 1873, porque dois anos mais tarde (1875) o pedido era de que o benefício constasse no valor de 100 mil, somadas às doações de “livros, papéis e mais objetos”, alegadas como necessárias.²⁴⁷

Há muitos ofícios que caracterizam uma rotina de acompanhamento, revisão e fiscalização daquelas práticas. São comunicados de pagamentos atrasados, ou não feitos,

²⁴³ Códice 11.3.40

²⁴⁴ Códice 12.1.15

²⁴⁵ Idem

²⁴⁶ Códice 11.3.40

²⁴⁷ Códice 11.4.16

com valores incorretos, de simples confirmação de pagamento, informações sobre escolas subvencionadas cujo número de alunos não alcançava mais a média exigida, ou a superava, de falecimento, de troca de endereço, de ocorrência de imoralidades etc. Este conjunto documental tem a pretensão de fazer aparecer uma certa preocupação em torno da eficiência daqueles serviços, ou mesmo fazer ver que aqueles estabelecimentos estavam sob a guarda cuidadosa do Estado Imperial e de sua política de Instrução Pública. Mas é possível também perceber uma nítida preocupação em conhecer, aprimorar, reajustar, controlar e reinventar o funcionamento daqueles processos de subvenção. Era preciso tentar garantir que aquelas “experiências”, ou “medidas paliativas”, funcionassem de acordo com o propósito a que havia sido inventado, que não houvesse desvios. A população pobre precisava ser instruída, mesmo nas localidades não alcançadas pelas escolas públicas, esta era a razão do financiamento garantido aos estabelecimentos particulares, da imbricação entre as instâncias pública e privada.

Em fevereiro de 1872, o delegado respondia às solicitações e exigências por controle, do Inspetor Geral. Ele ordenou que fosse acompanhado o início das atividades do curso noturno de instrução primária para adultos, do *Collegio São Clemente*, subvencionado pelo governo. No ofício, o delegado comunicava que desde o dia primeiro, o estabelecimento tinha iniciado a oferta de aulas e que contava com um número de 20 alunos (que só aumentava). Atestando ele próprio que a instituição cumpria sua parte no acordo proposto, rogava ao Inspetor Geral que mandasse ordem necessária para ser iniciado o pagamento do auxílio.²⁴⁸

No mês de setembro do ano de 1877, o delegado de Guaratiba remetia ofício ao Inspetor, em resposta às suas interpelações (também remetidas a outros delegados, e cujo interesse era realizar levantamento acerca do número de subvenções concedidas em toda Corte Imperial), informando que, na sua freguesia, não havia colégios particulares nem públicos: “somente duas escolas subvencionadas”, que eram as de João Antunes Alves e Gregório Carlos de Paiva.²⁴⁹ Para ele, aquelas aulas subvencionadas não poderiam ser consideradas particulares, porque estavam “perfeitamente equiparadas às cadeiras

²⁴⁸ Códice 11.3.40

²⁴⁹ Percebe-se que algumas vezes, os processos de subvenções concedidos aqueles colégios particulares faziam alterar seu estatuto. Nem público, nem mais particular: subvencionado. Outra categoria, outra instância de poder no atendimento ao ensino primário das crianças da Corte Imperial.

públicas”. Ou seja, para atestar qualidade e eficiência, o delegado atribuía àquelas instituições o estatuto de públicas que, de acordo com ele, era sinônimo destes predicados necessários à administração do ensino.

Na ocasião, o delegado aproveitou para solicitar que fossem autorizados os pagamentos de subvenção referentes aos meses de julho e agosto, que estavam em atraso.²⁵⁰ Também em **atraso estava o pagamento da subvenção** da professora Maria Laura dos Santos, da freguesia de Campo Grande naquele ano de 1875. Ela comunicava que foi pessoalmente ao Tesouro Nacional verificar o que havia ocorrido e soube que, não estavam constando as autorizações atualizadas para o pagamento e, por isso, foi cessado o benefício.²⁵¹ Assim, solicitou ao delegado que providenciasse as medidas necessárias para acerto da situação, como também o fez a professora Carolina dos Santos Marques, em novembro de 1889. Ela comunicou ao delegado (freguesia de Inhaúma) que verificou no Tesouro Nacional haver um engano quanto ao valor que estava sendo destinado a ela nos últimos meses.²⁵²

Da mesma forma, procedeu o delegado da Lagoa ao emitir ofício, em outubro de 1874, ao Inspetor, comunicando o atraso no pagamento da subvenção concedida ao curso noturno da *Sociedade Propagadora da Instrução*. Junto ao registro, observava que a irregularidade na prestação do auxílio fazia a instituição “enfrentar prejuízos”, o que era de “lastimar”.²⁵³ Em 1875, o delegado da freguesia da Lagoa parecia estar mais precavido quanto aos problemas do Estado Imperial em proceder com demora no pagamento daqueles benefícios. Remetia, na ocasião, ofício “de praxe” ao Inspetor Geral, pedindo que fosse providenciado o pagamento do mês que estava findando (agosto) para professora Paula Carolina, pois sabia que “findo um exercício, é preciso nova ordem da Inspeção para que não haja interrupção nos vencimentos”.²⁵⁴ Assim, já conhecendo a complexidade dos procedimentos envolvidos com as subvenções, consignações e doações em valores, o delegado Azambuja (freguesia da Lagoa), remetia ofício em 1874 à Inspeção Geral da Instrução, informando que a quantia de 500 mil Réis dada ao *Collegio da Irmandade de N. S. da Conceição* pelo Ministro do Império, com intuito de que fossem comprados os

²⁵⁰ Código 12.4.21

²⁵¹ Código 11.3.40

²⁵² Código 12.1.15

²⁵³ Código 11.3.40

²⁵⁴ Idem

vestuários das meninas pobres que a escola atende, foi aplicada para benefício de 15 alunas (entre 7 e 15 anos de idade).

Observava, ao mesmo tempo, que do montante doado sobraram 92 mil, que ele sugeria ser destinada para aquisição de livros de leitura e catecismo.²⁵⁵ Não se sabe o destino final do restante da verba doada, mas o fato é que esta instituição mantinha constantes contatos com as autoridades do ensino, inclusive para comunicar a posse dos cargos de novos professores, diretores, tesoureiros. Como ocorreu em 1869, quando o Padre Frei José anunciava ao Inspetor Geral da Instrução Pública a função que acabara de assumir: a de diretor.²⁵⁶ Na época, o estabelecimento já recebia a subvenção do governo imperial. E, apesar de não ser possível precisar desde quando, é sabido que em agosto de 1867 (ou seja, dois anos antes da comunicação de 1869) o delegado da Lagoa comunicava ao Inspetor Geral que o funcionamento do colégio estava em dia e, por isso, poderia ser providenciado o pagamento da subvenção concedida a ele para o mês anterior (julho).²⁵⁷

Já o delegado do Engenho Novo estava preocupado com a frequência escolar de um colégio subvencionado em sua freguesia. Ele comunicava ao Inspetor o resultado de sua fiscalização, afirmando que, das 68 meninas que tinham registro no *Mappa de Matrícula* do colégio da professora Paula Carolina dos Santos (naquele ano de 1876), apenas 30 frequentavam com regularidade as aulas primárias subvencionadas pelos cofres públicos.²⁵⁸ O delegado, responsável pela área da Ilha do Governador, respondia ordem do Inspetor informando-o que a professora subvencionada, Adelina Patagiba (falecida quatro anos mais tarde, em 1884), recebia no dia da visita oficial, realizada em agosto, 45 meninas nas aulas do ensino primário em seu colégio.

E, meses mais tarde, comunicava que presenciou a frequência de 55 moças e mais 3 rapazes. Todos, com exceção de apenas 5 (ou seja, 53 meninos ou meninas) eram **filhos e filhas de pescadores e escravos libertos** (que eram propriedade do Mosteiro de São Bento antes da alforria).²⁵⁹ Estes são mais alguns dos poucos indícios que permitem ver e problematizar as demandas por instrução naquela época, e o público que recorria àqueles estabelecimentos particulares subvencionados, e que, muitas vezes, dividiam os espaços

²⁵⁵ Códice 12.4.19

²⁵⁶ Códice 11.3.11

²⁵⁷ Códice 11.2.21

²⁵⁸ Códice 12.4.20

²⁵⁹ Códice 11.3.40

com os alunos pagantes. A historiografia da educação atualmente tem contribuído para perceber que a cor (negros, pretos, pardos) e o estatuto jurídico-político (cativo, livre, liberto, ingênuo) de homens, mulheres, meninos e meninas do século XIX, apesar de terem significado um problema para sua escolarização, não se tornaram empecilho.

Em maio de 1874, o Inspetor Geral recomendava ao Ministro do Império que a subvenção concedida ao colégio particular regido por Clara Paulina Kuster, desde 1871, fosse cessada. A justificativa do Inspetor era que começou a funcionar naquela localidade (freguesia da Lagoa) uma escola pública de meninas, e, por isso, o número de frequência de alunos e alunas estava diminuindo muito. Anos mais tarde, em 1877, a referida professora voltou a solicitar a subvenção, alegando estar situada em lugar diferente, na Praia de Copacabana, num lugar chamado Itanhangá.²⁶⁰

Em outra situação, o delegado da freguesia de Irajá comunicava ao Inspetor Geral a realização de exame público do ensino primário, em 1877, do qual participou um colégio particular subvencionado naquela localidade, e que os resultados foram favoráveis.²⁶¹ O estabelecimento era o da professora Ricarda Maria dos Santos Duarte, que recebia um valor mensal de 40 mil Réis, desde setembro de 1874. Em tal data, constava aprovação do benefício e, ao mesmo tempo, resposta do Inspetor Geral contendo orientações ao delegado da freguesia para que o mesmo solicitasse à professora Ricarda o envio de atestados mensais contendo frequência das alunas que recebia na instituição.²⁶²

A partir das documentações que movimentaram aquelas repartições públicas, delegacias, sessões do Conselho Diretor, Inspetoria da Instrução e pasta dos Negócios do Império, eram produzidos relatórios gerais, com análise do número de subvenções anuais, valores totais que acumulavam aqueles benefícios e distribuição, por freguesia, dos colégios e professores beneficiados. Um destes relatórios gerais era datado de agosto de 1878,²⁶³ e informava que 11, das 19 freguesias da Corte Imperial, eram contempladas com as concessões de subvenção. Naquele ano, 17 colégios recebiam o benefício, sendo o número maior localizado na freguesia da Lagoa (com três instituições), como segue na tabela abaixo:

²⁶⁰ Códice 15.3.6

²⁶¹ Códice 10.4.2

²⁶² Códice 11.3.40

²⁶³ Códice 11.4.16

Freguesias	Escolas e professores	Subvenções	Consignações
Glória	Emilia Candida M. Mendonça	50, 000	
Lagoa	Irmandade de N. SR ^a Copacabana	100, 000	
Lagoa	Sociedade Propagadora da Instrução	150, 000	
Lagoa	Clara Paulina Kuster	50, 00	
Espírito Santo	Maria B. Silvado	80, 000	30, 000
Espírito Santo	Eliza Adelaide S. Alberto	80, 000	40, 000
Engenho Novo	José Pedro da Silva Camacho	60, 000	
Inhaúma	Paula Carolina S. Marques	60, 000	30, 000
Jacarepaguá	Henrique F. Mathias Morel	60, 000	
Irajá	Ricardo Maria S. Duarte	60, 000	30, 000
Irajá	Ananias H. de Araujo	60, 000	
Santa Cruz	Manoel de C. Barboza	60, 000	
Campo Grande	Maria Santa M. dos Santos	60, 000	
Campo Grande	Bernardina F. Estrella	50, 000	
Guaratiba	João Antunes Alves	60, 000	

Guaratiba	Gregório Carlos de Paiva	60, 000	
Ilha do Governador	Adelina Satagiba	60, 000	30, 000
Total: 11	Total: 17	Total: 1:130, 000	Total: 160, 000

Somados a este e outros colégios particulares que recebiam apoio pecuniário do Estado Imperial para promover a instrução primária, foi possível perceber que muitas outras instituições envolvidas com o problema do ensino na Corte, que não estavam registradas no documento, receberam também este tipo de auxílio, como a *Sociedade Propagadora da Instrução*. Localizada em freguesia urbana (da Lagoa), ela ganhou, em 1875, 150 mil Réis mensais para manter em funcionamento o curso noturno de ensino primário para adultos.²⁶⁴ Da mesma forma, a *Sociedade Propagadora da Instrução dos Operários da Lagoa*, que mantinha ensino primário noturno gratuito para mulheres, irmãs e filhas dos operários da região. Em 1872, foi concedida subvenção no valor de 80 mil Réis, que foi mantida por anos até que, em 1887, chegasse à quantia de 200 mil Réis mensais. Naquele ano de reajuste da subvenção, a instituição atendeu **262 alunos, entre 6 e 60 anos de idade** (ALMEIDA, 2000, p.244).

Curioso é que, ao lado destes e de tantos outros estabelecimentos que promoviam a instrução, o Estado Imperial também agenciou o auxílio a outras instituições como o *Museu Escolar Nacional*, no valor de 4:000,000 Contos de Réis no ano de 1884 (330 mil por mês). De acordo com Pires de Almeida, a razão não era propriamente a oferta de aulas para meninos ou meninas pobres, mas o fato de o museu possuir amostras dos “mais modernos objetos e mobiliários escolares” da França, Inglaterra, Bélgica, Itália, Suécia e Estados Unidos, uma diversidade grande de mapas, álbuns, herbários, esqueletos, etc. Para afirmar a necessidade e utilidade de tal espaço para o ensino público na Corte Imperial, Almeida cita o discurso do Barão de Mamoré:

²⁶⁴ Códice 11.3.40

O Conselho Superior Administrativo tendo feito saber ao governo que o Museu Escolar encontra-se completamente organizado tomou, em setembro último, medidas convenientes para que os **alunos da Escola Normal possam aproveitar dos recursos que o Museu oferece aos estudos pedagógicos** (Idem, p.250) [grifos meus].

Lendo e analisando os números supracitados no quadro acima, sabe-se que o valor total saído do Tesouro Nacional para financiamento daquelas experiências de escolarização nos colégios particulares chegou a **1:290,000 Contos de Réis**, distribuídos por 17 colégios, no mês de abril de 1878.²⁶⁵ O montante dos gastos era bastante variável²⁶⁶, pois esta quantia foi menor que a gasta anos mais tarde (em 1883), segundo registro do Inspetor Geral Bento da Cunha Figueiredo, somada em **1:946,486 Contos de Réis**, no mês de março, para administração dos 27 estabelecimentos subvencionados.²⁶⁷ Já uma parte do valor total gasto, no mesmo ano e mês, com as 106 escolas públicas primárias da Corte Imperial foi de **3:939,000 Contos de Réis**.²⁶⁸

Ou seja, sabe-se que naquele mês de março de 1883 o Tesouro Nacional gastou quase 4 Contos de Réis para manter certas despesas de mais de 100 escolas públicas na Corte, que somavam 8.710 alunos matriculados – o que equivaleria a 70 ou 80 por escola. Enquanto que, para subvencionar 27 colégios particulares, nos quais estudavam um total de 1.245 alunos – aproximadamente 47 alunos pobres por estabelecimento – gastou-se cerca

²⁶⁵ Códice 15.3.6

²⁶⁶ Variável porque as concessões de subvenção eram aprovadas ou não em sessões diárias do Conselho Diretor, portanto, os números gerais de beneficiados estavam sempre variando. Somado a isso, sabe-se que os pagamentos eram também irregulares, atrasavam, chegavam com valores incompletos. Assim, os valores mensais das subvenções concedidas aos colégios particulares da Corte Imperial era bastante irregular, bem como o número de subvenções concedidas. Conferir Códice 11.4.16.

²⁶⁷ Códice 15.4.16

²⁶⁸ Códice 15.4.16. Mas, é preciso esclarecer que os documentos não informam a que se referiam exatamente estes gastos com as escolas públicas. Mas, **sabe-se que não compreendiam o pagamento de alugueis das casas em que se localizavam as aulas primárias**. Provavelmente, referiam-se a gastos com remuneração dos professores e materiais para o ensino. De acordo com o Códice 15.3.1, do ano de 1868, é possível perceber que as despesas de aluguel das casas de escola eram registradas em folhas do Tesouro Nacional separadas das demais despesas daquelas escolas. No referido código, consta ofício do Inspetor Geral (Joaquim Caetano da Silva) ao Ministro do Império, apresentando as folhas concernentes a consignação e ao aluguel das casas das Escolas Públicas Primárias do Município, relativo ao mês de maio de 1868 (Páginas 42 a 76).

de 2 Contos de Réis.²⁶⁹ Nestes termos, um aluno de escola pública custaria para o Estado Imperial \$500 Réis mensais, para que algumas despesas mais básicas fossem suprimidas, garantindo assim o ensino daquelas crianças. Enquanto um aluno pobre subvencionado demandava dos cofres públicos 1\$500 Réis.

De imediato, esta conta poderia supor desvantagem ao Tesouro Nacional. Entretanto, é preciso considerar que a diferença de mil Réis por aluno, entre escolas públicas e colégios particulares equivaleria ao pagamento de contas extras, ou “despesas miúdas” e frequentes do ensino público: fornecimento de objetos e livros para instrução, compra ou conserto de móveis (código 11.3.21). Num documento de 1874, por exemplo, há uma lista de gastos necessários para fazer funcionar uma instituição de ensino primário da Corte. O Inspetor Geral relatou: “maço de penas, trezentas dúzias de aço, cem canetas, duzentas dúzias para lápis de pedra, doze dúzias de madeira, trinta cadernos de papel mata borrão, etc.” Em separado, apresentou despesas fixas como remuneração de “um servente, um barril para água, uma tina para águas sujas” etc. (código 13.2.6).

Ao mesmo tempo, é preciso considerar os gastos com os aluguéis dos prédios ou casas escolares. Para abrir uma aula e matrículas em uma escola pública, construía-se ou **alugava** (muito mais recorrente até a década de 1880) uma residência, que poderia ser a do próprio professor público. E como deixa ver um documento de 1881, uma casa bem pequena e modesta na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, na Ilha do Governador custaria aos cofres públicos 25 mil Réis mensais, para abrigar uma aula de meninas no local (código 11.2.12).

Tomando um valor aproximado por base, como média de preços dos aluguéis das casas de escolas (30 mil) e multiplicando-o pelo número de escolas na década de 1884 (106), o resultado evidenciaria uma possível despesa de 9:540,000 Contos de Réis. Somando estes dois custos mensais de funcionamento, que certamente ainda seriam acrescidos a outros eventuais gastos daquelas 106 escolas públicas (compra de materiais,

²⁶⁹ É preciso lembrar que aqueles colégios particulares, também recebiam alunos pagantes para ministrar o ensino primário, ao lado dos alunos subvencionados. Assim, o número total de alunos daqueles estabelecimentos era provavelmente maior que 47, haja vista que estes eram apenas os meninos e meninas subvencionados. Para análise dos números citados cf. ANEXO A.

conserto de mobílias, etc.),²⁷⁰ cada aluno (dos 8.710) passaria a custar então cerca de 1\$549 mil Réis, e não os \$500 Réis anunciados acima.²⁷¹

Desta forma, é possível supor que os processos de subvenção eram uma forma economicamente vantajosa para o Estado Imperial, no intuito de cumprir com o projeto de promover a disseminação da instrução primária a toda população. Os colégios particulares recebiam tais proventos enquanto cuidavam da prestação dos serviços educacionais e de todas as despesas e responsabilidades que advinham de tal tarefa: seleção e remuneração dos professores, conserto de mobílias, pagamentos de alugueis, compra dos materiais do ensino etc. Nestes casos, restaria ao governo exercer funções menos onerosas de fiscalização, para ver cumpridos os preceitos legais no interior daqueles espaços, já que estava dispensado da necessidade de construir a escola que iria promover a instrução de meninos ou meninas pobres, organizar concursos públicos para contratar os professores, e comprar, ou consertar mobílias e materiais para as aulas (compêndios, livros, lápis etc.).

Interessado nas vantagens de associar suas forças às dos particulares, o Império fomentou iniciativas como aquelas. Em 1889, registrou-se um número de 46 colégios subvencionados, com 520 alunos atendidos, mais sete cursos noturnos, 284 alunos, e seis escolas mantidas pela *Sociedade Promotora da Instrução*, com 850 alunos (ALMEIDA, 2000, p.283). Um **total de 59 subvenções espalhadas pela Corte Imperial**, atendendo 1.654 meninos e meninas pobres. No mesmo ano, em toda **Província do Rio de Janeiro** havia **246 estabelecimentos particulares de instrução primária, subvencionados** pelo Estado Imperial, atendendo a 5.679 alunos (Idem, p.279).

²⁷⁰ Conferir Reforma Couto Ferraz (1854): Capítulo IX. – *Casas e utensis das escolas*. Art. 87. A mobilia e utensis das escolas constarão, em geral, do seguinte: - bancos, mezas, cadeira do professor, quadros de leitura, ardosias, tinteiros, modelos de escripta, talha para agua, vasilhas menores: - e papel, pennas, tinta, lapis e compendios para os meninos pobres. Art. 88. O presidente da provincia poderá, quando julgar conveniente, augmentar este quadro, sem jamais exceder a verba annual do orçamento para taes despezas. Art. 89. A distribuição dos compendios pelos meninos pobres será feita pelo professor, com acquiescencia do inspector parochial e participação d’este a seus superiores. Art. 90. O inspector geral organizará uma tabella da duração approximada dos utensis das escolas, e depois de ser ella approvada pelo presidente da provincia, os professores serão responsaveis pelos objectos que se deteriorarem antes do praso marcado.

²⁷¹ O cálculo foi $3:939,000 + 9:540,000 = 13:479,000$. Estes números e cálculos são estimativos e não reais. Os **valores de alugueis**, naquele tempo, variavam bastante de acordo com o tamanho e o tipo de prédio alugado. Porém, de acordo com Artigo 19º do Decreto N. 7247 - de 19 de abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho) os preços estavam limitados “no máximo a **250\$000 Réis** por anno a quota com que deve concorrer para o aluguel da casa de escola o Professor publico que na mesma casa residir”. Antes de vigorar tal legislação, no ano de 1874, o governo gastava 300 mil Réis mensais com o aluguel da *Escola Industrial da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional*, na qual estudavam 158 alunos. O valor anual de 3:600,000 Contos de Réis era exclusivamente para aluguel, pois os professores ensinavam gratuitamente (*Relatório dos Ministros do Império*, 1874).

No decorrer de 1880, até o final do Império brasileiro, as subvenções continuaram sendo concedidas aqueles colégios privados da Corte Imperial e do **Brasil**.²⁷² De acordo com os registros apontados por José Ricardo Pires de Almeida e analisados na pesquisa, havia **457 colégios particulares (ensino primário) subvencionados** pelo Tesouro Nacional em todo o país, no ano de 1888. Na tabela abaixo, é possível ver a distribuição desigual daqueles benefícios no território brasileiro:

Província	Escolas Públicas	Colégios particulares	Colégios particulares subvencionados
Alagoas	184	23	–
Amazonas	109	9	3
Bahia	643	26	1
Ceará	205	32	–
Corte Imperial	93	118	59
Espírito Santo	86	19	–

²⁷² Lembrando que o Decreto 7247 de 19 de Abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho) reafirma as medidas de subvenção a estabelecimentos particulares, registradas na Reforma Couto Ferraz (1854): Art 2.º **Subvencionar nas localidades afastadas das escolas publicas, ou em que o numero destas fôr insufficiente, tanto na Côrte como nas provincias, as escolas particulares que inspirem a necessaria confiança** e mediante condições razoaveis se prestem a receber e ensinar gratuitamente os meninos pobres da freguezia; 3.º **Contratar nas provincias, por intermedio dos respectivos Presidentes, Professores particulares** que percorram annualmente um certo numero de localidades e, demorando-se em cada uma dellas o tempo preciso, reunam os meninos e meninas da vizinhança e lhes dêem os rudimentos do ensino primario; 4.º **Crear ou auxiliar nas provinciais cursos para o ensino primario dos adultos analphabetos**; 5.º **Crear ou auxiliar nas provinciais cursos para o ensino primario dos adultos analphabetos**. [grifos meus].

Goiás	83	11	1
Maranhão	149	14	3
Mato Grosso	36	14	1
Minas Gerais	1.649	108	–
Pará	283	51	2
Paraíba	78	14	–
Paraná	124	23	66
Pernambuco	488	200	62
Piauí	61	19	4
Rio de Janeiro	426	126	246
Rio Grande do Norte	152	2	5
Rio Grande do Sul	361	–	1
Santa Catarina	119	42	13
São Paulo	1.021	77	–
Sergipe	180	27	–

Os números apresentados ratificam o que o historiador Ilmar Mattos já havia salientado acerca da proeminência da província do Rio de Janeiro e Corte Imperial, em relação às demais províncias do país no século XIX, no âmbito político, econômico e cultural, e nos termos da escolarização, da formação do povo, a conjuntura era a mesma. Para ele, aquela unidade político-administrativa cumpria um “papel de laboratório”, no qual as autoridades “testavam ações que buscavam estender à administração geral” (MATTOS, 2004, p.265). Com exceção de Paraná (de 89 colégios particulares, 75% eram subvencionados) e Pernambuco (de 200 colégios, 31% eram subvencionados), que também apresentavam altos índices de subvenções aos particulares do ensino primário, a Corte e o Rio de Janeiro somavam 67% (equivalente a 305, dos 457 totais no ano de 1888) de todos os benefícios de subvenção concedidos pelo Estado Imperial ao país.

Muitos outros vestígios, encontrados nos documentos do Arquivo Geral da Cidade (AGCRJ), deixam ver que a prática foi mantida, tornando-se também comum durante os anos de governo republicano. A partir da leitura do Mapa da Diretoria Geral da Instrução Pública Municipal do Distrito Federal, encaminhado ao Diretor Geral da Fazenda Municipal, sabe-se que no ano de 1894, havia 41 colégios particulares subvencionados na cidade do Rio de Janeiro (que atendiam um total de 1.577 alunos e alunas).²⁷³

Neste sentido, vê-se que aquelas experiências de subvenção eram capilarizadas por todo território nacional, ao passo que surgiam e eram defendidos os projetos de disseminação da própria instrução. E, tendo sido inscritas em legislação oficial da época (no Regulamento de 1854, primeiro, e reafirmadas pela Reforma Leôncio de Carvalho em 1879), tiveram seu estatuto formalizado, oficializado, legalizado. Foram legitimadas pelo Estado Imperial que as institucionalizou, por grande parte da sociedade que demandava por seus serviços, reivindicava sua implantação e defendia sua permanência. Cada personagem envolvido naqueles acordos se apropriou daquelas práticas e procurou tirar delas as vantagens possíveis, como também sucedeu com o movimento de escolarização.

Com tamanha visibilidade, as subvenções dividiam opiniões entre os administradores da Instrução Pública. Para uns, eram apenas “medidas paliativas”, como mencionou o delegado da freguesia da Lagoa, José Azambuja (em 1873). Para outros,

²⁷³ Códice 12.1.15

“edificantes exemplos”, de acordo com a propaganda que fazia em discurso, o Ministro do Império (Relatório anual, 1871). Para aquela autoridade, “vão surgir e se desenvolver tão úteis fundações”, e completava comentando estar persuadido de “que se multiplicarão à medida que ganharem popularidade”.²⁷⁴ Neste caso, a publicidade daqueles processos de subvenção ocorria de forma mais significativa nos discursos das autoridades oficiais do ensino que nos anúncios que circulavam naqueles impressos. Muito pouco se viu nas propagandas do *Almanak Laemmert* ou do *Jornal do Commercio* acerca daquelas práticas, apenas referências esporádicas de professores particulares subvencionados (como mencionado acerca do Professor João Bernardo, em 1865, no anuário dos Laemmert) ou anúncios de colégios particulares oferecendo seus serviços aos interessados na instrução primária, e que recebiam a subvenção, sem, no entanto, mencioná-la (como fez em 1867, a professora Clara Paulina Kuster). Esta observação conduz a uma série de questionamentos que, respondidos, contribuiriam para compreender melhor aqueles processos de subvenção

Independente das diversificadas opiniões que eram professadas, da ausência ou não de divulgação, o fato é que foi grande a proporção de benefícios concedidos, de meninos e meninas pobres atendidos por aqueles serviços e de profissionais particulares remunerados pelos cofres públicos. Ou seja, parte do comércio da instrução particular foi fomentada, alimentada economicamente pelas ações públicas no século XIX. Os interesses e as forças do Governo do Estado e do Governo da Casa articulavam-se, teciam alianças e acordos em torno de uma causa comum: a formação do povo. As instâncias pública e privada amparavam-se, misturavam-se para realizar a administração de recursos, ensino, espaços e profissionais da instrução.

²⁷⁴ *Relatórios dos Ministros do Império*, 1871, páginas 29-30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX, a diversidade de experiências particulares de educação escolar estava contribuindo para fazer crescer e desenvolver o comércio geral do Rio de Janeiro e Corte Imperial com colégios de preços, tamanho, estrutura física e oferta de saberes variadíssimos. Muitas crianças, como os filhos de um Capitão de Mar-de-Guerra, Aurélio Gracindo Fernandes de Sá, vivenciaram aqueles modelos de instrução. Dos cinco herdeiros do falecido Aurélio (1873), já órfãos de mãe, três (com idades de 8, 13 e 15 anos) foram enviados para caros estabelecimentos particulares da Corte, em regime de internato (como pensionistas), pagos com a pensão deixada pelo pai.²⁷⁵

Antes que se fizesse a opção por um daqueles colégios, porém, muito provavelmente, aos responsáveis por aquelas crianças foi disponibilizada uma série de propagandas. Algumas podem ter sido feitas por indicação de parente, amigo, vizinho, autoridade pública, religiosa (a chamada “propaganda boca a boca”), enquanto outras podem ter sido lidas nos jornais, gazetas, cartazes, folhetos, revistas ou almanaques da cidade. Diante do que os anúncios expunham, puderam previamente selecionar/rechaçar o estabelecimento mais/menos adequado às suas exigências, interesses e necessidades.

Naqueles impressos do Oitocentos, como o *Jornal do Commercio* e o *Almanak Laemmert*, havia várias seções: comentários políticos, notas informativas, calendário, balanço econômico, informações sobre burocracias do império e outras. Tão interessantes quanto estas eram os anúncios que pululavam em suas páginas. Se os espaços informativos, os quadros políticos, as cartas de leitores (com queixas e sugestões) dão a ver vários aspectos da cidade, de experiências sociais, políticas, culturais e econômicas, esses registros evidenciam formas de moradia, alimentação, comunicação, vestuário, entretenimento, ensino, trabalho, relacionamento, que se prescreviam como as mais modernas, adequadas e corretas naquele tempo.

²⁷⁵ Na história daquela família não houve intervenção de padrinho ou madrinha, tio ou tia. O colégio particular assumiu esses cuidados, a eles era transferida a prestação de serviços, a proteção social outrora dos parentes ou familiares. Inventário do Capitão de Mar-de-Guerra Aurélio Gracindo Fernandes de Sá. 1873. Arquivo Nacional. Caixa 4011, nº 377.

As propagandas que veiculavam, as novidades que comunicavam, os serviços e produtos que valorizavam e as necessidades que forjavam, passaram pelas mãos de muitos leitores, ouvintes, observadores. A organização comercial do mercado (baixos preços, diversificação de conteúdos e formas, inovações técnicas, estratégias de divulgação, ambiente convidativo, inserção de gravuras, desenhos, fotografias) tornou-se elemento favorável ao acesso das pessoas àquele universo. Uma parcela cada vez mais significativa da população estava lendo, olhando a palavra impressa e comprando aqueles papéis, observando imagens que neles circulavam, adquirindo suas próprias leituras (pagando preços baixos por elas), socializando, debatendo ou ouvindo (na rua, em casa, nos cafés, nas escolas, nas livrarias, nas confrarias literárias, nas lojas) as ideias, novidades e informações de seu conteúdo. Assim, compreende-se que as representações acerca daquele comércio da instrução particular, elaborados a partir das suas propagandas, estavam circulando cada vez mais, e entre um número mais expressivo de pessoas, leitores e consumidores.

As reflexões acerca da conjuntura específica daqueles materiais impressos tornaram crível uma análise mais apurada daquelas propagandas do comércio da instrução. Foi possível perceber que as diferenças e especificidades de um tipo e outro de impresso (jornal e almanaque) produziam efeitos na configuração daqueles anúncios. A escolha dos estabelecimentos particulares por um ou outro canal (anúncio num folheto, num jornal, num almanaque, numa gazeta etc.) para publicizar serviços e informações (mudança de endereço, lista dos saberes etc.) era direcionada pelo tipo de material impresso. Para uma comunicação cuja necessidade era mais imediata (alteração dos valores da mensalidade escolar, licença de um mestre adoentado, datas relativas às férias, início das aulas, recessos de feriados, eventos festivos, de premiação, mudanças de endereço), notou-se que a escolha recorria aos jornais, cujas edições eram diárias, enquanto os anúncios mais descritivos, mais gerais, eram vistos com mais frequência num almanaque, por exemplo.

Obviamente, aquelas propagandas não são as únicas fontes possíveis para investigar dados acerca da malha privada de escolarização do século XIX. Há muitos vestígios espalhados nos papéis impressos e manuscritos da época, como estatutos dos colégios, ofícios diversos com solicitações de licença para funcionamento, autorização para publicação e avaliação de obras produzidas por professores, mapas com informações sobre

alunos, relatórios de viagens, abaixo-assinados, leis, reclamações, queixas, denúncias, etc. Algumas destas fontes, sequer ainda foram lidas, apesar de sua riqueza e das possibilidades de investigação que apresentam. Para o campo da História da Educação, é imprescindível compreender melhor a realidade da iniciativa privada, naquele tempo, em que a importância atribuída ao ensino primário manifestava-se pelo grande impulso que foi dado no sentido de criar escolas. Concomitante à efervescência dos debates acerca do processo de escolarização, via-se um crescimento expressivo de estabelecimentos no Município Neutro a cada ano. E, neste caso, a política pública de difusão do ensino elementar ganhou um adepto de maior relevo que o próprio Estado Imperial: nos termos quantitativos do processo em questão, à iniciativa particular coube uma difusão mais significativa do ensino primário (e secundário) que o poder público.

Na publicidade que estava nos jornais, nas gazetas, nos almanaques, nos folhetos, e que circulavam com ou sem imagens, tomavam páginas inteiras ou apenas uma linha, assim como nas demais fontes, só se vê fragmentos, resíduos do que era aquele comércio. No limite, a partir da investigação e análise daqueles anúncios da instrução primária, compreendeu-se que o conteúdo anunciado tencionava valorizar os respectivos serviços dos anunciantes, pelo fato de estarem disponibilizados como propagandas, destacando-lhes entre tantos naquele concorrido e numeroso comércio particular. Muitos colégios procuraram representar, evidenciar pontos comuns com os preceitos mais gerais da intelectualidade médica do século XIX, dando destaque, na escrita, para as preocupações como ar puro, ambientes espaçosos, salubres e limpos, exercícios físicos, controle das curiosidades sexuais, vigilância e punição contra maus comportamentos. Bem articulados, estes cuidados providenciariam benefícios para saúde infantil, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da moral e o comedimento nos usos do corpo, dos sentidos, diziam os anunciantes. Ao mesmo tempo, as dimensões arquitetônicas de alguns daqueles colégios particulares, da estrutura física dos prédios utilizados para o ensino estiveram em cena circulando nos anúncios.

Havia disputas entre os estabelecimentos, e muitas estratégias eram utilizadas. Um dos elementos que poderiam garantir o diferencial, uma marca singular, um atestado de qualificação, seria a relação dos professores contratados pelos colégios. Atestar qualidade da instituição de ensino a partir do anúncio de uma seleção “rigorosa” e “competente” dos

profissionais que ministravam as aulas, caracterizando-os como habilitados, moralizados, assíduos, dignos, eficientes, experientes, era muito comum. Da mesma forma, os próprios profissionais davam visibilidade às recompensas alcançadas por suas habilitações e experiências, como prêmios, publicações, medalhas. Aquelas propagandas eram mecanismos pelos quais os profissionais da educação privada tornavam públicas suas experiências, percurso de formação, redes de sociabilidades, recompensas etc.

Os registros publicitários tencionavam fazer parecer que os seus anunciantes (colégios particulares) andavam em consonância com os dispositivos das leis na Corte Imperial, que seguiam o que estava sendo determinado na legislação, como acontecia em relação aos planos de estudos, ou o currículo do ensino primário. O currículo relativo às aulas de meninas, de acordo com o Regulamento de 1854, estabelecia limites no ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátrias. Para as meninas, a doutrina cristã, leitura, escrita e cálculo elementar, seriam ensinamentos suficientes quando acrescidos às aulas de agulha, bordados e costura (MARTINEZ, 1998, p.20). Os colégios da Corte poderiam ser acanhados ou bem estruturados, simples ou espaçosos, com muitos ou pouco profissionais, mas era comum que se percebessem neles, sendo legitimadas e reforçadas pelos seus planos de saberes, as marcas de gênero presentes na própria sociedade: às mulheres, habilidades para o lar que as aperfeiçoassem, e em medidas distintas, aos homens os saberes para o trabalho, para o comércio, para vida intelectual.²⁷⁶

A educação da mulher serviria para formar a mãe, a dona de casa, a esposa, cujas “prendas” adquiridas por boa instrução tornar-se-iam seus maiores trunfos. Como a personagem Helena, da obra homônima de Machado de Assis, que havia sido “educada em um colégio de Botafogo” até seus dezesseis anos (2004, p.12). E, ao término dos anos de estudo, Helena tornara-se uma moça de “atitudes modestas” (p. 19), que tinha o hábito de ler muitos livros, e de “predicados” (“dócil, afável, inteligente”, p.23) capazes de conquistar a suposta e recém conhecida família – meio irmão (Estácio) e tia (Úrsula). A jovem, leitora assídua, foi educada em um reconhecido estabelecimento, localizado na

²⁷⁶ De acordo com as observações de MARTINEZ (2008), os estudos sobre a condição feminina e as relações de gênero no Brasil, desde o período colonial, tem demonstrado a atuação significativa das mulheres no sustento e na subsistência das famílias populares. Muitas vezes, os “fogos” ou os domicílios eram dirigidos por elas. O trabalho feminino nas cidades, na maioria dos casos, em atividades do pequeno comércio – vendedoras ambulantes, quitandeiras, floristas, costureiras – ou outras atividades, como lavadeiras, cartomantes, dançarinas, cantoras, serviço doméstico, atrizes, prostitutas, era bastante expressivo.

Corte Imperial, no ano de 1876. E, por isso, sua formação foi reconhecida como um exemplo da boa educação feminina.

Não é novidade para historiografia e para historiografia da educação que a literatura pode ser lida como fonte, haja vista que “cada obra pertence ao seu tempo”, já observava Machado de Assis (em prefácio do livro citado acima).²⁷⁷ E, da mesma forma, os escritores são produtos e produtores de sua época e de sua sociedade, aponta Adriana Facina (2004).²⁷⁸ De acordo com esta historiadora, “toda criação literária é um produto histórico, produzido numa sociedade específica, por um indivíduo inserido nela por meio de múltiplos pertencimentos”.

Neste sentido, é necessário dessacralizar a criação literária, destacando justamente sua dimensão histórico-sociológica e rejeitando a perspectiva idealista que vê a literatura e a arte em geral, como uma esfera da atividade humana completamente autônoma em relação às condições materiais de sua produção. Ou seja, toda manifestação artística é individual, mas também parte de uma dinâmica social (Idem, 2004, p.11). Acerca desta reflexão, o crítico e historiador literário Antonio Candido afirma haver um movimento dialético entre arte (obra literária) e sociedade (fatores socioculturais). E esta é uma relação que se dá a partir de um sistema de solidariedade, de reciprocidade: há nas obras artísticas perspectivas da realidade, representações e interpretações, assim como a literatura produz efeitos nesta mesma realidade (CANDIDO, 2006).²⁷⁹

Partindo destes pressupostos, são visitadas as páginas de *Vida e morte do tropeiro*, de Aluísio de Almeida. No livro, cujo cenário se dá na sociedade do século XIX, filhos e filhas de tropeiros tem suas (prováveis) trajetórias narradas: no caso de um “tropeirinho”, a história seria uma e no caso da “filha mulher”, outra. Quando se tratou de desenhar àquelas que poderiam ser as experiências vividas entre o berço e a mocidade dos mesmos, a escola aparece: “(...) pelos dez anos, era mister aprender as letras e os números” (p.90). E no caso, a sua filha “tinha também sua mestra”, assim como o menino, embora fosse “tratada com mais delicadeza” (p. 92). O começo se dava com a escolha da escola:

²⁷⁷ Acerca das referências de estudos cuja reflexão desdobram-se na relação entre literatura, história e sociedade, conferir também: CHALHOUB, Sidney (1998); NEVES, Margarete (2001); PEREIRA, Leonardo (2004); FACINA, Adriana (2004); GUINZBURG, Carlo (1990).

²⁷⁸ FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

²⁷⁹ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

Se os pais moravam na fazenda ou em povoados distantes, mandavam-na a mestras de famílias distintas, na cidade, e pagavam-lhes uma pensão. Era um **pequeno colégio, internato. Desses houve muitos. Aprendiam-se prendas domésticas. Trabalhos de renda e crochet, música. E também a ler e a escrever (...)**. E familiarmente iam aprendendo. Havia poucas escolas públicas para meninas. Por isso, nas roças e nos lugarejos a sua educação foi descurada (p. 92) [grifos meus].

E para a maior parte dos meninos instruídos naqueles colégios, o futuro que lhes era destinado pressupunha a continuidade com os estudos secundários (ou somente do preparatório) para ingresso nas faculdades do império brasileiro ou de países da Europa, para, em seguida, tronarem-se políticos, funcionários públicos, professores, médicos, advogados, proprietários, comerciantes, escritores, jornalistas. Os meninos pobres, com muitas dificuldades ou apadrinhamentos, poderiam galgar o curso secundário ou o nível superior. Mas, para maioria era provável a atuação em atividades profissionais de menor visibilidade e retorno financeiro, como vendedores ambulantes, entre outras.

Assim era a história do tropeirinho, naquele tempo, que estudou na escola de ler e escrever do Mestre Jacinto. Lá, ele era mais um entre 60 meninos dentro de uma sala acanhada, aprendendo gramática, leitura, algarismos, contas, taboada, alfabeto:

(...) o pai, se morava na fazenda, contratava-lhe um mestre; se residia na vila, levava-o solenemente à escola de **ler e escrever**, onde mais de sessenta rapazinhos e alguns rapagões cantavam tudo, o **alfabeto, a taboada e até a gramática (...)**. O mestre Jacinto escrevia o alfabeto inteirinho num grande calhamaço, em bela caligrafia e punha nas mãos do tropeirinho aquela tortura que ele tinha que aprender de cor e salteado e copiar de todas maneiras, conhecendo ao mesmo tempo a letra e sabendo escrevê-la. Para distrair-se, ia ao quadro negro escrever os **algarismos arábicos(...)**. Era assim a escola do tropeiro: uma sala acanhada, escura às vezes, sem mapas e quadros, com o mobiliário muito simples, enormes bancos compridos, sem encosto, mesas correspondentes, o pote de água a um canto (pp. 91-92) [grifos meus].

Para uma escola como aquela, acanhada, simples, escura, com grande número de meninos distribuídos pelos seus espaços, provavelmente pagava-se módicas mensalidades, talvez, até mesmo, 2 mil Réis apenas. Afinal, esse era o preço do *Collegio Tico-Tico*, aquele que estava situado no Morro do Castelo, e mencionado por Luiz Edmundo:

(...) Cá temos na fachada de um prédio baixo com duas janelas que se abrem para a rua, este fonético letreiro: Ginásio João da Fonseca – Primeiras Letras – 2\$00 por mês. E embaixo, arranhado no reboco da parede, isto que um garoto qualquer escreveu: *Collegio Tico-Tico*(...) Chama-se, pelo tempo, Colégio *Tico-Tico*, ao que só ensina a ler, escrever e contar. Colégio do muito pobre, do que só aprende o que é estritamente necessário para poder vencer na vida, ler e contar até as quatro operações. Nada mais.²⁸⁰

Viu-se a partir dos anúncios do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert*, que os valores cobrados por aquele comércio variavam de instituição para instituição, e, no interior de cada colégio, em função do estatuto/condição do alunado (pensionista, meio-pensionista e externo). Sobretudo, viu-se que o que se pagava era proporcional aos saberes que se deseja aprender. Ou seja, quanto mais/menos diversificado o currículo comprado pela família (dança, línguas, piano, canto, desenho), maior/menor o valor que se pagava. Quanto mais/menos acanhado e modesto os espaços físicos, e completo/simples o ensino oferecido, mais/menos custoso seria para adquirir os serviços da instrução primária.

Contudo, a análise daqueles valores, registrados com muita frequência nos anúncios do diário e do anuário, permitiu ver mais que os arranjos que os forjavam, ou justificavam diante dos consumidores. Foi possível, a partir deles, articular e somar indícios acerca do público que frequentou aqueles estabelecimentos particulares, dos que puderam pagar para ser instruídos no ensino primário. Com efeito, sabe-se que, assim como os herdeiros do abastado Capitão de Mar-de-Guerra, muitos filhos de famílias pobres também estudaram naqueles colégios. Sabe-se que havia uma diversidade sócio-cultural de público significativa. Os meninos e meninas que lá estavam não eram somente os filhos brancos e

²⁸⁰ cf. EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. RJ: Imprensa Nacional, 1938.

livres das famílias ricas da cidade, como ainda insiste em defender a historiadora Mary Del Priore, em *História das crianças no Brasil*:

No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares (DEL PRIORE, 1999, p.10).

E também a historiadora Otaílza Romanelli, quando menciona que, da instrução, “estava excluído o povo” (ROMANELLI, 1978, p. 35). De encontro com estas observações, pesquisas inscritas no campo da História da Educação apontam que os personagens daquele tempo, que encenaram as tramas da instrução primária particular na Corte Imperial, eram mulheres, homens, negros, mulatos, brancos, mestiços, indígenas, brasileiros, imigrantes, órfãos, abandonados, ricos, pobres, surdos, mudos, cegos, ingênuos, livres, libertos, filhos de escravos, escravos.

Entretanto, não é somente a variação das mensalidades (preços baixos e acessíveis, por conseguinte) que permite suspeitar da frequência de um público diverso e heterogêneo naqueles estabelecimentos. Tencionando promover e disseminar a instrução a uma parcela cada vez maior da população, o Estado Imperial lançou mãos de estratégias de associação com a iniciativa privada. Autorizando e legitimando o auxílio financeiro (ou concessão de espaços, doação de materiais, livros, vestuário) para aqueles colégios, o poder público procurou assegurar o atendimento de meninos e meninas, homens e mulheres em “extrema pobreza” no ensino primário da Corte.

Para fazer funcionar aquelas práticas de subvenção foi montado todo um aparato burocrático, uma rede de procedimentos que envolviam várias instâncias da administração da Instrução Pública e da sociedade, como Ministros do Império, Conselho Diretor, Inspectores Gerais, Delegados da Instrução, professores, moradores, delegados de polícia, padres. Os pedidos eram encaminhados aos Delegados das freguesias, junto com os comprovantes que justificavam a solicitação. A partir dos Mappas de Matrículas, ou abaixo-assinados de moradores, responsáveis e autoridades políticas ou religiosas locais, deveria estar registrada e garantida a frequência de, no mínimo, 10 meninos ou meninas necessitados.

Com um parecer dos delegados, favorável ou não, o ofício era encaminhado à autoridade superior: o Inspetor Geral da Instrução lia os processos de todos os delegados do Município da Corte, aprovava os que achava conveniente, e encaminhava todos os processos, com seu parecer, ao Conselho Diretor para ser decretado o veredicto final. E, como deixaram evidentes as fontes pesquisadas, aquelas subvenções eram justificadas por conta da distância muito acentuada entre os alunos e a localidade em que estava situada a escola pública, ou em razão do número elevado de meninos e meninas em estado de pobreza que estavam deixando de ser atendidos por elas, por conta do excesso de alunos já matriculados. Os gastos com os alunos subvencionados (crianças e adultos, entre seis e sessenta anos de idade) eram praticamente os mesmos em relação às escolas públicas. Cada um deles, seja matriculado na educação pública ou particular subvencionada, custava ao Tesouro Nacional um valor bastante aproximado: 1\$500 Réis mensais – no ano de 1883.

Desta forma, somar as forças do poder público e do poder privado para providenciar aquele projeto de escolarização das massas, foi se tornando uma estratégia vantajosa, tanto que se espalhava por todo país: na região sul, na província do Paraná, havia 89 colégios particulares, dos quais 75% eram subvencionados; em Pernambuco, dos 200 colégios, a subvenção era concedida a 31% deles. Em relação às demais localidades, sabe-se que a Corte e o Rio de Janeiro, sozinhos, somavam 67% de todos os benefícios de subvenção, o que equivalia a 305, dos 457 totais no ano de 1888.²⁸¹ Sabe-se que aquelas experiências de subvenção foram capilarizadas por todo território nacional, ao passo que surgiam e eram defendidos os projetos de disseminação da própria instrução. E, ao ser inscritas em legislação oficial da época (no Regulamento de 1854, primeiro, e reafirmadas pela Reforma Leôncio de Carvalho em 1879), tiveram seu estatuto formalizado, oficializado, legalizado. Foram legitimadas pelo Estado Imperial que as institucionalizou, por grande parte da sociedade que demandava por seus serviços, reivindicava sua implantação e defendia sua permanência.

Sem dúvida, esses números mais gerais de subvenções públicas, relativos ao território nacional, teriam muito a comunicar se associados às respectivas fontes daquelas regiões. Seria possível construir uma compreensão mais apurada acerca daqueles processos,

²⁸¹ Cf. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2ª edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

sua disseminação e características no decorrer do século XIX. Como a incompletude deste trabalho não se deve somente a estas não realizações, também faltam investigações acerca do desenvolvimento daquelas práticas nos anos que se seguiram ao Dezenove. Há muitos outros vestígios encontrados nos documentos do Arquivo Geral da Cidade (AGCRJ), que deixam ver a manutenção das subvenções do poder público ao comércio da instrução durante os anos de governo republicano. A partir da leitura do Mapa da Diretoria Geral da Instrução Pública Municipal do Distrito Federal, sabe-se que, no ano de 1894, havia 41 colégios particulares subvencionados na cidade do Rio de Janeiro (que atendiam um total de 1.577 alunos e alunas).²⁸² Ou seja, alguns arranjos políticos, culturais e econômicos foram alterados, enquanto uma determinada forma de gerir, manter e fazer funcionar a instrução manteve-se. E os interesses, as forças, os sujeitos, a burocracia, são também mantidos? Há novos instrumentos acionados na promoção do ensino particular?

O impulso à atuação dos particulares fazia parte da política de Instrução Pública do Governo Imperial, a partir de diversas formas de incentivo e contribuição. A estratégia de proteção à instância privada não se resumia aos discursos favoráveis, às legislações que lhe garantiam o direito de liberdade de ensino, ou aos processos de subvenção financeira. A partir da análise de tantas outras situações e experiências daquele tempo, foi possível identificar que o Governo da Casa e o Governo do Estado articulavam-se de muitas outras formas. Exemplos disso eram as regências interinas realizadas por professores particulares em escolas públicas, tramitadas e defendidas pela própria Inspetoria Geral da Instrução e pela pasta do Ministério dos Negócios do Império, e cujas razões eram licenças solicitadas por aqueles professores públicos, em caso de doença, falecimentos e outros. Ou mesmo nas ocasiões em que se dava a administração dos recursos e da remuneração do magistério público. Muitos professores tinham seus pagamentos atrasados e alguns ficavam anos sem receber os proventos pelo Estado Imperial, exercendo as funções gratuitamente. Para solucionar temporariamente a situação, alguns cobravam (ou recebiam espontaneamente) pagamentos dos pais e responsáveis dos alunos, para despesas mais básicas de sustento e aluguel da casa. Eram aulas públicas mantidas pela iniciativa e solidariedade de particulares.

²⁸² Códice 12.1.15

Nestes termos, entende-se que o poder público pretendia controlar alguns poderes como os de nomeação, titulação, normatização, autorização, escapando e dividindo o ônus, quando possível, de outras funções e exigências, deixando que a iniciativa privada mantivesse, fizesse funcionar, sustentasse. Uma nítida imbricação das forças, cujas ações eram recíprocas, inscritas num jogo de interesses: a iniciativa particular acionava seus instrumentos em defesa do Estado, e este também somava suas forças com a iniciativa privada em muitos projetos e experiências comuns.

Aquelas regências interinas ou os processos de subvenção, faziam de alguma forma alterar o estatuto daquela instituição escolar. Nem pública, nem mais particular: subvencionada. Esta tensão é facilmente identificada a partir da escrita de muitos documentos da época. No mês de setembro do ano de 1877, por exemplo, o delegado de Guaratiba remetia ofício ao Inspetor, em resposta às suas interpelações (também remetidas a outros delegados, e cujo interesse era realizar levantamento acerca do número de subvenções concedidas em toda Corte Imperial), informando que, na sua freguesia, não havia colégios particulares, nem públicos, “somente duas escolas subvencionadas” (a de João Antunes Alves e Gregório Carlos de Paiva).

Portanto, a investigação daqueles vestígios e indícios acerca dos processos de subvenção disseminados na Corte, na Província e no Brasil, chamou a atenção para o problema da imbricação do poder público e privado: a demarcação entre aquelas forças estava sendo gradativamente forjada e legitimada. A fronteira entre um termo e outro, entre uma instância e outra, era ainda bastante tênue. O Estado Imperial era caracterizado pela indeterminação entre a sociedade civil e a sociedade política: no século XIX, predominavam as relações pessoais, a distribuição apadrinhada dos cargos públicos e a restrita divisão de poderes entre os órgãos estatais, a despeito da intencionada burocratização e racionalização administrativa. O público e o privado não eram instâncias separadas e antagônicas, estavam confundidas, mescladas, ora promovendo projetos comuns e alianças, ora disputando por monopólios e interesses distintos.

Neste sentido, tanto quanto aprofundar as reflexões acerca das relações entre as forças públicas e particulares, a análise dos efeitos e implicações da realidade que se estabelecia no século XIX ainda precisam ser dimensionados, no intuito de se compreender

melhor a Educação no Brasil daquele tempo e dos dias atuais.²⁸³ Afinal, programas públicos no âmbito dos municípios, estados ou federação, como AMIGOS DA ESCOLA,²⁸⁴ PROUNI (Programa Universidade Para Todos),²⁸⁵ ou o desenvolvimento do chamado TERCEIRO SETOR,²⁸⁶ as parcerias com o INSTITUTO AYRTON SENNA,²⁸⁷

²⁸³ Atualmente, as parcerias entre instâncias públicas e setor privado estão regulamentadas pela Lei Federal nº 9790, de 23/03/99 e no Decreto nº 3.100, de 30/06/99, que cria as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado (OSCIP).

²⁸⁴ De acordo com o site oficial do programa, Amigos da Escola “é um projeto criado pela Rede Globo (TV Globo e emissoras afiliadas) com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da educação e da escola pública de educação básica. O projeto estimula o envolvimento de todos (profissionais da educação, alunos, familiares e comunidade) nesse esforço e participação de voluntários e entidades no desenvolvimento de ações educacionais – complementares, e nunca em substituição, às atividades curriculares/educação formal – e de cidadania, em benefício dos alunos, da própria escola, de seus profissionais e da comunidade. O projeto é implementado em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Faça Parte, Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), além de instituições e empresas comprometidas com a educação de qualidade para todos. Ele utiliza a força mobilizadora da Rede Globo para sensibilizar a população e a comunidade escolar a darem sua contribuição para a melhoria contínua da escola pública (em seu papel essencial de educação formal e centro da comunidade). Além disso, desenvolve ferramentas úteis para a escola que realiza ou pretende realizar atividades com voluntários”. cf. amigosdaescola.globo.com

²⁸⁵ De acordo com o site oficial do programa, o PROUNI “foi instituído por meio da Medida Provisória Nº 213, de 10/9/2004. É destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (meia-bolsa) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Do público que poderá ser atendido pelo programa: Estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada na condição de bolsista integral. Estudante portador de necessidades especiais. Professor da rede pública de ensino que se candidate a cursos de licenciatura destinada ao magistério e educação básica e pedagogia, independente da renda. Adesão das instituições de ensino superior: Em outubro, as instituições de ensino superior que desejarem aderir ao ProUni terão um período, em data a ser definida até o final de setembro, para formalizar sua pré-adesão. O objetivo é avaliar previamente a estimativa da renúncia fiscal. A efetivação da adesão se dará com a assinatura do termo de adesão, que terá validade por dez anos. A entidade que quiser sair do programa terá de manter a bolsa para os alunos já beneficiados até o fim do curso”. cf. www.siteprouni.mec.gov.br

²⁸⁶ De acordo com a pesquisadora Maria Gohn, o Terceiro Setor resulta da mobilização da iniciativa privada, ele é um “conjunto heterogêneo de entidades composto de organizações, associações comunitárias e filantrópicas ou caritativas, alguns tipos específicos de movimentos sociais, fundações, cooperativas, e até algumas empresas autodenominadas como cidadãs” (Gohn, 2000, p.93). No âmbito associativista, as novas ONGs do Terceiro setor se destacam, **compondo uma dimensão social tida como pública não-estatal**. O trabalho voluntário combinado com o trabalho assalariado dos dirigentes das entidades do Terceiro setor, passou a ser a nova tônica dos programas sociais. “Ele foi redefinido como pertencente ao campo de uma nova economia social, componente fundamental das relações do Terceiro setor e da economia informal de trabalho”. GONH, Maria da Glória. *Educação, trabalho e lutas sociais* in: Frigotto, G. & Gentili, A. *Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

²⁸⁶ Organização não-governamental sem fins lucrativos, o Instituto Ayrton Senna, presidido por [Viviane Senna](#), foi fundado em novembro de 1994. Desde então, sua meta principal tem sido trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs. O Instituto Ayrton Senna acredita na transformação do país a partir da co-responsabilidade dos três setores - **organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil** - para desenvolver políticas públicas que, atuando em escala, favoreçam a criança e o adolescente, interferindo positivamente nas suas realidades”.

Há muitos projetos de parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura do Rio de Janeiro em prol da educação, como, por exemplo, o SE LIGA. De acordo com o site da prefeitura, a descrição desta associação é

dão mostras da incontornável atualidade do tema, que promove questionamentos e rompe com quaisquer recortes cronológicos. Se entre os séculos Dezesseis e Dezenove assistia-se à gestação de processos de constituição das fronteiras entre público e privado, como afirma o historiador Fernando Novais, o que dizer dos nossos tempos?

a seguinte: “A Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Instituto Ayrton Senna, realiza o Projeto Se Liga, que tem por objetivo “realfabetizar” alunos do 2º ao 5º ano com defasagem idade /série e considerados analfabetos funcionais. Este Projeto está elaborado a partir da metodologia e do material produzido pelo Instituto Ayrton Senna e será realizado no turno em que estão matriculados os alunos que dele participarem. As turmas serão formadas com 25 alunos e organizadas de acordo com a demanda e as possibilidades de cada Coordenadoria Regional de Educação. Os professores selecionados serão informados de sua participação na capacitação, que será realizada pela equipe pedagógica do Instituto Ayrton Senna, no período de 8 a 12 de fevereiro de 2010, conforme calendário da Secretaria Municipal de Educação. cf. www.prefeitura.rio.rj.br

ANEXOS

ANEXO A – Catálogo Livraria Universal (*Almanak Laemmert*, 1864)

CATALOGO

N. 5

DA LIVRARIA UNIVERSAL

DE

H. LAEMMERT & C.

66, RUA DO OUVIDOR, 66

RIO DE JANEIRO

O catalogo geral da livraria universal é subdividido em 10 partes conforme a classificação seguinte :

- N. 1.—Obras sobre Administração e politica em geral, Direito patrio, Economia politica, Estatistica, Jurisprudencia e Legislação.
- N. 2.—Agricultura, Artes, Colonisação, Commercio, Desenho, Economia rural e domestica, Escripção, Geographia, Mathematicas, Musica e outros conhecimentos.
- N. 3.—Alveitaria, Cirurgia, Homœopathia, Medicina, Pharmacia e Sciencias naturaes.
- N. 4.—Devoção, Direito canonico, Historia ecclesiastica, Obras de moral, Religião, Sermonarios, Theologia, etc.
- N. 5.—Contos moraes, Educação, Instrucção primaria, Recreio da mocidade, etc.
- N. 6.—Biographias, Chronicas, Geographia, Historia geral e particular, Memorias, Viagens, etc.
- N. 7.—Autores latinos e gregos, tanto no texto original como com traducções, Dictionarios, Grammaticas, Guias de conversação, Philologia, estudo de linguas.
- N. 8.—Jogos, Livros de sortes, Miscellanea, Obras de recreio, entretenimento de sociedade e Variedades.
- N. 9.—Comedias, Dramas, Obras poeticas, Scenas comicas de autores nacionaes e estrangeiros, Theatro.
- N. 10.—Anecdotas, Critica litteraria, Litteratura, Narrativas, Novellas, Romances, etc.

Sobre pedido remette-se gratis e franco de porte qualquer numero destes catalogos ou todos juntos.

Além disto distribue-se gratis os catalogos mensaes das mais novas obras recentemente sahidas á luz no Brazil e na Europa.

Prologo

MESTE anno festejamos o quinquagesimo anniversario da bem conhecida **Folhinha Laemmert**, que chegou a uma edição annual de **110,000** exemplares, a maior de todas as obras periodicas que se imprimem no Brazil, — e entra a presente obra no 46° anno de sua vida, sendo esta a 46ª edição que desde 1844, sem interrupção, tem annualmente sahido á luz.

São 46 annos de luta e de trabalho incessantes o que representa este livro indispensavel de consulta que não falta em escriptorio algum commercial ou administrativo desta Côrte, e que tem a maior extracção no Estrangeiro; a sua acceitação é geral, e isso de alguma fôrma nos compensa de nossas fadigas e pesadas despezas a que somos forçados para que obra de tamanha importancia não desmereça do apreço de tão longos annos.

Conforme o nosso programma, desde que assumimos a responsabilidade da redacção, o *Almanak* tem sido posto á venda com a maior pontualidade no dia 1° do anno, e esperamos, com o benevolente concurso de nossos amigos, assignantes e informantes desta obra, attingir o mesmo alvitre no futuro.

Para este fim a Redacção recebe desde Janeiro até o dia **15 de Novembro** de cada anno as informações para a nova edição, que impreterivelmente sahirá sempre á luz no 1° DE JANEIRO de cada anno.

As informações fornecidas até o dia 31 de Janeiro serão publicadas no 2° volume da obra — o *Indicador*.

Em Paris a Redacção é representada pelo nosso unico agente para a França e a Belgica o Sr.

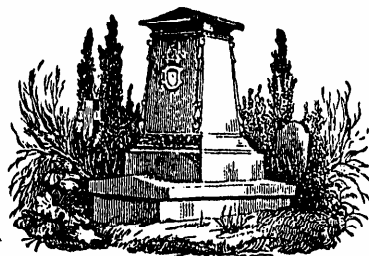
H. Mahler 23, rue Richer

Agradecendo aos nossos infatigaveis collaboradores os relevantes serviços que nos prestão, assim como aos nossos amaveis assignantes, dos quaes o maior numero lemos no registro dos assignantes desde a sahida á luz da 1ª edição, a protecção que nos dispensão, pedimos a continuação da confiança em nós depositada.

Rio de Janeiro, 1 de Janeiro de 1889.

O REDACTOR

Arthur Sauer



Seja de luto esta pagina.

A Redacção do Almanak sente a necessidade de desempenhar-se de uma divida sagrada, duplice divida: de gratidão e de saudade.

De gratidão, pelos relevantes serviços que esta importante publicação deveu sempre ao Sr. Eduardo Laemmert, principal de seus fundadores; e de saudade á memoria daquelle a quem as mais invejaveis qualidades tanto distinguirão.

Comquanto no Illm. Sr. Henrique Laemmert, tambem fundador e editor do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, tenha este um distincto e perseverante continuador de tão assignalados serviços, ainda assim seja esta pagina a obscura prova de nossa homenagem, devida ao illustre finado.

José Antonio dos Santos Cardoso.

Póio de Janciro, 12 de Abril de 1830.

ADVERTENCIA DOS EDITORES.

Como argumento da utilidade de um Almanak para esta Côrte o que poderíamos nós dizer, que augmentasse no Publico esta convicção unanime; convicção fundada na quotidiana experiencia?! Não fallemos já dos que em rasão de sua profissão teem de frequentar amiudadas vezes os Estabelecimentos publicos ou particulares, as Repartições Civis, Militares, Ecclesiasticas, &c.; tratar com Procuradores, Advogados, Escrivães, com Empregados Publicos, Magistrados, &c., &c.; ainda aquelles, que menos sujeitos estão a taes dependencias, quanto não estimarião ter um Repertorio, que nas occasiões lhes dispensasse o andarem fazendo indagações, que lhes roubão tempo e multiplicação passadas; quando não é que retardão e embaração o expediente de seus negocios, e até ás vezes os transtornão? E para os Provincianos que vem á Capital por qualquer respeito que seja; para esses é um Almanak tão indispensavel, como na vastidão dos mares é a Bussola ao maritimo. A commodidade do Publico carecia de uma obra de tão manifesto proveito, e essa a rasão porque emprehendemos a publicação deste Almanak, com a extensão que, julgamos deveria ter para satisfazer geralmente. Não deixáramos nós de ponderar com anticipação o trabalho immenso de nossa tarefa, nem de prever as muitas difficuldades que havião de occorrer no perfeito desempenho della; contavamos porém ser efficaizmente ajudados por

IV

aquellas pessoas, que muito parecião nella igualmente interessar-se : inda mal, que a experiencia nos mostrou termo-nos em muito enganado, e a necessidade de verificarmos pessoalmente muitas das informações, que recebemos ou defeituosas, ou já tardias, posto que não prejudicasse a exactidão da obra, demorou todavia a sua publicação além do promettido. Entre as pessoas a quem, como era forçoso, recorreremos para obter os materiaes de nossa obra, algumas houve, que de muito boa vontade a isso se prestarão e nos forão de grande auxilio : com especialidade das Repartições Publicas houve informação copiosa e exactissima, e que nos induz a crer que, ao menos nesta parte o nosso Almanak leva grande vantagem aos, que em outros annos teem apparecido. Se o Almanak administrativo, mercantil e industrial não está isento de alguma omissão ou alguma noticia menos exacta, é ao menos (e o Publico no-lo reconhecerá) fructo de incalculavel fadiga e do nosso incançavel zelo pelo bem geral : d'ahi alcançaremos a indulgenciã por alguma imperfeição ; e o tempo, as admoestações, e os esclarecimentos, que houverem por bem dar-nos, melhorarão os Almanaks futuros.

Repetiremos ainda aqui, que muito louvor merecem do Publico as pessoas que para esta publicação grandemente cooperarão : o agradecimento de nossa parte nunca será superior a tamanha obrigação.

Rio de Janeiro, Dezembro de 1843.

Eduardo e Henrique Laemmert.

—————

LISTA DAQUELLES SENHORES ASSIGNANTES

PROTECTORES DESTA EMPREZA,

Cujos nomes não vêm já mencionados no seu emprego, profissão, occupação, negocio ou officio, no corpo do Almanak.

- | | |
|--|---|
| Amaro Victorino Medeiros, r. do Bispo. | José Teixeira de Souza, Ilha das Cobras. |
| André Romualdo da Silva, Pedr ^a da Gloria. | Labanco Braga. |
| Antonio Alexandre Lopes do Couto, r. da Quitanda, 30. | Manoel Fernandes Peixoto, r. da Uruguayana, 24. |
| Padre Antonio José de Gouvêa, r. do Sabão, 543. | Manoel José Valdetaro, r. do Pão Ferro. |
| Antonio Luiz Barboza da Silva, r. do Conde d'Eu, 214. | Capitão Manoel Vicente Pereira da Silva, r. da Prainha, 60. |
| Dr. Blumenau, Colonia Blumenau. | Mathias Antonio Warleta, r. do Carmo, 24, sobrado. |
| Carlos Maria Jacobina, Proprietario, r. do Rosario, 74, 1 ^o andar. | Nicoláo Netto Carneiro Leão, fazendeiro, r. dos Benedictinos, 10. |
| D. Carolina Callado, r. Larga de S. Joaquim, 191. | Al ^{me} Serra. |
| Eustino José da Silva, S. Christovão. | Rangel da Costa Guimarães, r. d'Alf., 14. |
| Felippe Alves Moreira, trav. do Commercio. | <i>Barra Mansa.</i> |
| Francisco Pinheiro de Souza Werneck. | Antonio Augusto M. de Barros. |
| Frei Francisco de S. Diogo, convento de S. Antonio. | Barão de Guapy. |
| Francisco Xavier Corrêa da Conceição, Comandante do presidio da Ilha das Cobras. | Carlos Monteiro de Barros. |
| Gaspar José Fernandes Guimarães. | João Antonio Basques. |
| Grande Oriente do Brasil, r. do Lavradio, 53 K. | Dr. Joaquim de Oliveira Machado. |
| Ignacio de Avellar e Almeida. | Dr. José Franklin de Massena. |
| João Cannel, r. das Larangeiras, 33. | Capitão José Simplicio Ribeiro. |
| João Fernandes Miranda, r. de Santa The-reza. | José da Costa Ferreira Cardoso. |
| João Ignacio da Silva, r. da Constituição, 5. | <i>Freguezia de N. S. do Rosario dos Quatis.</i> |
| João de Souza Ferreira, lad. do Seminario. | Delfim Franco da Silva Barboza Frões. |
| Joaquim Antonio da Serra, Eng.-Novo. | Dr. João Antonio de Barcellos. |
| Joaquim Pereira de Almeida, Guarda-livros, r. da Quitanda, 155. | João Baptista de Andrade. |
| Dr. Joaquim de Souza Oliveira Pinto. | João Diniz Junqueira. |
| John Magall, largo do Cattle, Hotel dos Es-trangeiros. | João Roberto de Souza Costa Villas-boas. |
| José Antonio de Oliveira Silva, praia do Flamengo, 20. | José Antonio de Freitas. |
| José Corrêa Bastos, Engenho-Velho. | Manoel Dias do Prado. |
| José Antonio de Souza Gomes, Tijuca. | <i>Freguezia do Espirito-Santo.</i> |
| José de Brito e Oliveira, fazendeiro, largo do Paço, 4, 1 ^o andar. | Padre Albino Pinto Ferreira. |
| José Firmino de Avellar, Engenho-Novo. | <i>Barra de S. João.</i> |
| José Marcellino Pereira de Vasconcellos, cidade da Victoria. | Francisco Amador de Vasconcellos. |
| José Marques Alves, Andarahy-pequeno. | Francisco Pereira Gonçalves. |
| Dr. José Moniz Gordeiro Githay, em Assumpção. | João José Ferreira Xavier. |
| | Joaquim José da Costa. |
| | José Freire de Andrade e Silva. |
| | José Gonçalves Teixeira Basto. |
| | José Julio Lopes Gonçalves, Rio das Ostras. |
| | <i>Campos.</i> |
| | Antonio Caetano da Rocha Braga. |
| | Antonio Manoel da Rocha Cunha. |
| | Antonio de Oliveira e Castro. |
| | Antonio Rodrigues Fernandes Chaves. |

LISTA DOS Srs. ASSIGNANTES.

251

Dr. José Maria da Silva Velho, Juiz de Fóra.
Tenente-Coronel Quintiliano Gomes Ribeiro,
na Estação de Ubatã.

Parahyba do Sul.

Barão de Bomposta, Fazendeiro, S. José do
Rio Preto.

Manoel José de Medeiros, Entre-Rios, fa-
zenda da Boa-União.

Paraty.

Antonio Joaquim Mendes de Magalhães.
Joaquim de Souza Borges Accioli.
Ten.-Cor. Commend. Manoel José de Souza.
Marques & Campos.

Petropolis.

Francisco Julio de Mello e Silva.
João Guilherme Pinto de Souza.
José Antonio da Rocha.
José Ribeiro do Val.
José Schaefer.
Legação da Prussia.
L. H. Canessa, Director do Collegio S. Luiz.
Dr. Manoel de Azevedo Monteiro.
Maximiano Gonçalves Paiva Junior.
Pedro Muller.

Pirahy.

Tenente-Coronel Antonio Barroso Pereira.
Coronel Antonio Luiz da Silveira.
Commendador José Pereira de Faro, fazen-
deiro.
Leite de Araujo, na Barra do Pirahy.

Rezende.

Antonio Pereira Barreto Pedroso Sobrinho,
Sant'Anna dos Tócos.
Augusto Cesar Pereira Barreto, Bananal.
Barreto & Pinto, cidade.
Fabiano Pereira Barreto, cidade.
Francisco Bernardes da Rocha & C., Campo
Bello.
José Ribeiro de Andrade.

Santa Maria Magdalena.

Francisco Alves de Brito, S. Francisco de
Paula.
Francisco Lopes Rodrigues, dito.
Francisco Xavier de Assis, dito.
João José de Oliveira, villa.
Joaquim José da Silva, Estação de Macabú a
Macahé.
Joaquim José da Silva e Almeida, S. Fran-
cisco de Paula.
Dr. Joaquim Marques da Cruz, dito.
Capitão José Antonio de Moraes, dito.
José Joaquim de Sant'Anna Junior, villa.
José da Silva Campos, S. Franc" de Paula.
Manoel Pereira Pinto, dito.
Sebastião dos Santos Ramos, dito.

Santo Antonio de Sá.— (Cachocira).

Alexandre Antonio Brunnet.
Coronel Antonio da Silva Castro Florini.
Euler & Diethelm.
Jorge Paim Jell.

Santos.

Antonio Eustachio Largacha.
Antonio Ferreira da Silva.
Antonio Justino de Assis.
Antonio Proost Rodovalho irmão & C.
Auguste Leuba & C.
Balthazar Olinto de Carvalho Silva.
Banco Mauá.
Braga Junior.
C. Budieh & C.
D. Francisco Simões.
Ferreira Netto & C.
Ferreira de Souza.
Ford Brunn & C.
Forjaz & Sá.
Francisco Xavier Aguiar Andrade e Souza.
Francisco Xavier da Silveira Junior.
Guimarães & Ribeiro.
Henrique Pedro de Oliveira.
Jayme Romaguera Hijo & C.
Jeremias Luiz da Silva.
João Baptista de Lima.
João Gonçalves Corvello.
João Hayden.
João da Luz Pimenta.
João Manoel Alfaia Rodrigues.
João Octavio dos Santos.
João Pereira Thomaz & C.
Joaquim Ferraz Pacheco.
Joaquim Hilario da Silva.
Joaquim de Jesus Pereira.
Joaquim José da Costa e Silva.
Joaquim Luiz Pizarro.
J. M. Rudge & Steidel.
Joaquim da Silva Oliveira.
José Antonio Lemos.
José Antonio de Magalhães Castro Sobr°.
José Antonio da Silva Gordo.
José Azurem Costa.
José Ferreira Tunes.
José Joaquim da Silva.
José Manoel de Arruda.
José Martins dos Santos.
José Pereira Branco.
José Rebello de Amorim.
José Teixeira Coelho.
M. Guerra & Vianna.
Manoel José Carneiro Bastos.
Manoel Lourenço da Rocha.
Manoel Pinto Soares.
Martinho Lopes dos Santos.
Martinho Prado & Wright.

ANEXO F – Índice geral resumido (*Almanak Laemmert, 1875*)

PLANO

ou

INDICE SUMMARIO

INTRODUÇÃO

	Pag.
Agências e Depósitos desta obra no Brazil e no Estrangeiro.....	II
Prologo da Redacção para a 46ª Edição.....	V
Maneira de procurar qualquer informação.....	VII
Índice geral alphabetico de todas as materias.....	XI

I PARTE

	Pag.
Calendario , Dias notaveis na Pragmatica, no Fóro e no Commercio, e Informações de interesse geral.....	1

II PARTE

Grandes do Imperio , Nobreza Brasileira, Côrte e Repartições da casa Imperial, os Titulares, etc., com as explicações dos signaes das Condecorações.....	39
---	----

III PARTE

Administração do Imperio, Representação nacional e os altos Poderes, os sete Ministerios de Estado, com as suas Secretarias, Directorias e diversas Repartições administrativas e o Município neutro.....	99
--	----

IV PARTE.—1.ª SECÇÃO.

Commercio, Industria, Lavoura . Lista Alphabetica dos Negociantes, Industriaes e Profissionais, classificados por ordem dos seus Negocios, Industrias e Profissões. Os numeros das paginas dos annuncios no fim do volume que se referem a esta parte, são mencionados em seguida dos nomes e moradas, e por esta fórma desperta a attenção do consultante sobre os mesmos annuncios.....	179
--	-----

IV PARTE.—2.ª SECÇÃO.

	Pag.
Sociedades, Companhias , corporações e instituições particulares, ecclesiasticas e do Governo, classificadas em 15 Grupos.	1201
1º Bancos e Instituições commerciaes	1203
2º Correio.....	1229
3º Estradas de Ferro.....	1247
4º Ferro-carril (Bonds).....	1319
5º Hygiene.....	1331
6º Industria.....	1351
7º Lavoura e Agricultura.....	1389
8º Navegação.....	1457
9º Philantropia.....	1471
10º Recreação, Sociedades, Clubs, Theatros, etc.....	1523
11º Religião.....	1539
12º Sciencia, Instrucção e Litteratura.	1573
13º Seguro.....	1641
14º Telegraphia e Telephonia.....	1661
15º Viação-Urbana, Tilburys, etc....	1673

V PARTE

Notabilidades ou Revista das mais distinctas firmas e Estabelecimentos commerciaes e profissionais do Brazil e do Estrangeiro, grupados em ordem dos Paizes, onde têm suas sédes. Os annuncios desta parte têm intima referencia ao corpo da obra. A chamada indicativa <i>Veja Notab., pag...</i> , que se acha em seguida da firma, assim como o <i>Índice das Notabilidades</i> no fim do volume para os annuncios que occupando pelo menos uma pagina inteira, dão incontestavelmente grande valor e utilidade a esta especie de annuncios.....	1697
--	------

ANEXO G – Agências que vendiam o *Almanak Laemmert* em 1874

Agências

Que vendem o presente Almanak

No Estrangeiro.

Amsterdã ..	J. H. de Bussy, Heerengracht, 93.
Buenos-Ayres	G. B. Loubet, Calle Cuyo, 93.
Berlim	Haasenstein & Vogler.
Hamburgo ...	Haasenstein & Vogler.
Leipzig	Carl Cnobloch.
Lisbôa	Antonio Maria Pereira, r. Augusta, 50 a 52.
Londres	W. Quantmeyer, Barretts'Grove, 17.
Madrid	Carlos Bailly, Baillière plaza del Principe Don Alfonso, 8.
Milão	Henry Berger, Via Broletto, 26 P. P.
Montevideô ..	Redacção da Patria.
Nova-York ...	L. Contanseau & C., Broadway 128 e Cedar Str. 87.
Pariz	H. Mahler, director do escriptorio de publicidade de alem-mar, r. Richer, 23. Unico agente para a França e a Suissa.
Porto	Livraria Internacional de Ernesto Chardon.
Roma	Bocca Irmãos.
Trier	Friederich Linz.

No Imperio do Brazil.

Bahia	Catilina & C.	Maranhão	Antonio Pereira Ramos de Almeida & C.
Campos	Silva Carneiro & C.	Pará	A. Keghels & C. Pinto Braga & C. Tavares Cardoso & C. Taveira & Serra.
Caravellas ..	Andrelino Leite Barcellos.	Pelotas	Carlos Pinto & C.
Ceará	Joaquim José de Oliv. & C.	Pernambuco .	João Walfredo de Medeiros. José Nogueira de Souza. Medeiros & C.
Cuyabá	Francisco Corrêa.	Porto-Alegre	Gundlach & C. Joaquim Alves Leite. Succ.º
Diamantina ..	Sampaio Motta & C.	Rio-Grande ..	Daniel de Barros e Silva.
Desterro	Antonio Venancio da Costa	S. Paulo	Thiollier Fernandes & C.
Joinville	Hermann Kedenburg. L. H. Schultz.	Santos	Francisco Alves da Silva.
Lapa	Joaquim Rezende Correia de Lacerda.	Victoria	Adrião Nunes Pereira-
Maceió	Franc.º Tavares da Costa.		
Manãos	J. Carneiro dos Santos.		

GUIA DO RIO DE JANEIRO
OU
INDICADOR ALPHABETICO

DA MORADA DOS SEUS PRINCIPAES HABITANTES,
ALTOS FUNCCIONARIOS, EMPREGADOS, NEGOCIANTES,
CAPITALISTAS, PROPRIETARIOS, FABRICANTES, ARTISTAS,
INDUSTRIAES, ETC.

MENCIONADOS EM SEUS LUGARES CÔMPETENTES

NO

ALMANAK DE LAEMMERT PARA 1870

DO QUAL FAZ PARTE INTEGRANTE
E É DISTRIBUIDO GRATIS A CADA COMPRADOR DO ALMANAK

(NÃO SE VENDE AVULSO)

RIO DE JANEIRO

EM CASA DOS EDITORES

EDUARDO & HENRIQUE LAEMMERT

68, Rua do Ouvidor, 68.

1870

OBSERVAÇÃO.

Dignando-se annuir ao nosso convite, aproveitou-se este anno ainda maior numero de negociantes e outras pessoas industriaes das columnas do nosso Almanak para os seus annuncios, que obtem nelle a immensa vantagem de permanecerem por um anno expostos á publicidade em uma collecção de tamanho gyro pela Côrte e Provincias, quando nos periodicos são inteiramente transitorios e esquecidos no dia seguinte da sua publicação.

Com o fim unico de cobrirmos as despezas da imprensa e do papel é que estabelecemos a seguinte modica retribuição :

Annuncios de uma pagina do Almanak	Rs. 15\$000
» de meia »	Rs. 8\$000
» de um quarto »	Rs. 4\$000
Ou então cada linha	Rs. \$320

INDICE ALPHABETICO

	Almanak.	Provincia.	Supplemento.
Abastecimento de agua potavel á população da cõrte.			124
Abridores e gravadores em metaes, etc.	631		
Academia Imperial das Bellas Artes.	74		93
" " de Medicina	87		
" " de Marinha, etc.	221		
" " Militar	259		
" " de Sciencias Sociaes e Juridicas do Recife.	69		
" " " " de S. Paulo.	68		
Acclimação e cultura da Quina peruana.			99
Accões dos Bancos: seus preços em 1868			180
Accrescimos, alterações e emendas sobrevidas durante a impressão.			218
Açougues.	626		
Actos do Poder Legislativo, sancionados em 1868.			3
Administração do Calabouço	125		
" " dos Expostos.	375		
" " do Hospicio do Pedro Segundo.	375		
" " da Justica			82
" " Municipal			89
" " do Recolhimento das Orphãs :	375		
Advertencias	2		
Advogados	474		
" " do Conselho d'Estado	59		
Aferidor de pesos e medidas.	346		
Aferições (Regimento das).			188
Afinadores e Concertadores de Pianos, Orgãos, etc.	504		
Africanos livres.			82
Agencia das Companhias de Seguros Maritimos de Genova La Rinnosazione, etc.	420		
" " do Correio na cidade	315		
" " de Descontos.	622		
" " do Imposto do Gado.	202		
" " das Messageries Impériaes.	428		
" " Official de Colonisação.	331		
" " da Real Companhia dos Paquetes Britannicos a vapor.	423		
" " de registro italiano para vistoriar e classificar os navios de sua nação neste porto.	415		
" " dos Seguradores de Hamburgo.	418		
" " do Sello na Aliandega.	202		
Agencias Commerciaes e Commissões.	623		
" " da Mesa Provincial para fiscalisação do café.		6	
" " de Passaportes.	634		
Agentes Diplomaticos aposentados.	469		
" " em disponibilidade	468		
" " de Leilões, matriculados	113		
" " de Licenças de Casas Commerciaes.	375 e 634		
" " de Trapiches.	191 e 625		
Agricultura (extractos do Relatorio).			96
Agrimensor.	483		
Agua de Vichy	716		
Agua genuina de Colonia.			Na capa.
Aguada para navios.	695		
Aguas mineraes.	589		
Ajudante-General do Exercito	251		
Ajudantes de Campo de S. M. O Imperador.	29		
Albergaria de mendigos.	125		

INDICE ALPHABETICO.

247

	Almanak.	Provincia.	Supplemento.
Fabrica de Cora prata para correames	670		
» de Corroias para machinas a vapor.	671		
» de Dourar, pratear e concertar caixas	670		
» de Escovas, pincéis e vassouras.	671		
» de Figuras de gesso e barro.	666		
» de Gaz	629		
» de Gelo artificial.	671		
» de Lacre, e deposito de capsulas metallicas.	671		
» de Leques.	671		
» de Mascaras.	671		
» de Nitrato de Prata	671		
» de Oleo de ricino e oleos purificados.	671		
» de Orchiata	671		
» de Passe-partouts para retratos	671		
» de Pinturas transparentes de vidros	671		Not. 54
» de Polvora	310		
» de Sinetes para marcar cartas	671		
» de Vinho de cevada	672		
» de Violas e violões, etc	672		
Fabricas de Aguas mineraes	655		
» de Algodão (tecer e fiar).	670		
» de Apparelhos para endireitar qualquer tor- tura do corpo humano	671		
» de Asphalto e marmore artificial.	655		
» de Azeite de sebo.	655		
» de Balões	657		
» de Bilhares.	655		
» de Bonés	670		
» de Burras, balanças e tornos.	655		
» de Café torrado e polvilho.	655		
» de Caixas de chapéos.	657		
» de Caixas para charutos, sabão, velas, etc.	658		
» de Caixas de sellins.	657		
» de Calçado	701		
» de Camas de ferro.	670		
» de Camisas.	657		
» de Carroças	672		
» de Cerveja	657		
» de Chapéos, de primeira ordem	658		
» de Chapéos de castor, seda e lebre.	659		
» de Chapéos de palla (enformar e lavar).	659		
» de Chapéos de Sol.	660		
» de Charutos.	661		
» de Chocolate	664		
» de Cigarros.	661		
» de Colchões.	646		
» de Colla	664		
» de Colletes	665		
» de Conservas alimentares.	664		
» de Cordas	671		
» de Couros envernizados e oleados.	664		
» e depositos de figuras de gesso e barro.	666		
» de Distillação de Licôres, Xaropes, etc.	666		
» Diversas	670		
» de Dourar e uniformes militares.	666		
» de Flores.	674		
» de Fogões.	664		
» de Fogos artificiaes.	674		
» de Folles.	671		
» de Fôrmas e utensilios para sapateiros e correeiros	668		
» de Fundas	665		
» de Fundição	675		
» de Galvanismo	675		

ANEXO L – Lojas de cera (*Almanak Laemmert, 1871*)

NEGOCIANTES.

507

Lojas de Casquinhas e Bronzes. [523.]

- A. C. Ferreira Mondego & C., r. do Hospício, 36.
 A. J. Ferreira & C., r. da Quitanda, 44, (Vid. *Notabilidades*.)
 A. Milliet fils & C., r. dos Ourives, 8.
 Augusto Daveau & Faria, r. do Ouvidor, 88.
 Fernandes de Andrade & Martins, r. do Visconde de Inhaúma, 64.
 J. Gaulmin, r. do Ouvidor, 61.
 J. L. Madei & Irmão, r. d'Ouvidor, 109.
 Julio Cesar & C., r. dos Ourives, 6. (Vid. *Notabilidades*.)
 Manoel de Castro Machado, r. da Candelaria, 7.

Lojas de Cera. [524.]

- Almeida & Silva, r. da Candelaria, 5. (Vid. *Notabilidades*.)
 Antonio Eduardo Corrêa de Sá Lobo & C., r. da Candelaria, 1.
 Antonio Luiz dos Santos Lima, r. da Candelaria, 21. (Tambem rapé e fabrica de caixas de madeira.)
 Brito Carneiro & C. (Loja da Flora), r. da Candelaria, 4.
 Carregal & Bastos, r. da Candelaria, 6 A e 6 B. (Vid. *Notabilidades*.)
 Domingos Lourenço Gomes & Irmãos, r. da Candelaria, 12.
 Francisco Canuto do Valle Porto, r. de S. Pedro, 164 A.
 Januario Augusto Corrêa (Loja da Rosa), r. do Hospício, 16 A.
 João José Oliveira de Faria, r. do General Camara, 41, cr. da Candelaria 12 B, com fabrica na travessa da Barreira, 11. (Vid. *Notabilidades*.)
 José Duarte da Fonseca e Silva, nº 2, & Sobrinho, Cericeiro da Casa e Cap. Imp. successorés de Antonio José da Cunha Bandeira, r. do General Camara, 7, e r. do Hospício, 239 A (Fabrica).
 José Maria dos Santos Carneiro, nº 3 de P.; nº 4 e menção Heirrosa de Londres de 1862 e de Paris de 1867. r. de Theophilo Ottoni, 11.
 Manoel Henrique Fernandes, r. da Candelaria, 47 A.
 Oliveira & Samuel, r. da Candelaria, 13. (Loja da Tulipa.)
 Pedro José Fernandes Guimarães, praça da Constituição, 46.
 Santos, Brandão & C., r. da Candelaria, 10. (Vid. *Notabilidades*.)

Armazens e Lojas de Chá de todas as qualidades. [525.]

- Almeida & Silva, r. da Candelaria, 5. (Vid. *Notabilidades*.)
 Andrade Silva & C., r. do Visconde de Inhaúma, 64.
 Antonio Eduardo Corrêa de Sá Lobo & C., r. da Candelaria, 1. (Rapé.)
 Antonio Luiz dos Santos Lima, r. da Candelaria, 21. (Rapé de todas as qualidades, e fabrica de caixas na r. do Nuncio.)
 Bento Serzedello, nº 2, r. do Ouvidor, 39 A. (Vid. *Notabilidades*.)
 Brito Carneiro & C., (Loja da Flora), r. da Candelaria, 4.
 Carregal & Bastos, (Loja dos dous Anjos) r. da Candelaria, 6 A e 6 B. (Vid. *Notabilidades*.)
 Carvalho & Bastos, r. do General Camara, 27.
 Domingos Lourenço Gomes & Irmãos, r. da Candelaria, 12.
 Duarte Botto & Salgueiro, r. de S. Pedro, 70.
 Euzebio Luiz da Silva & C., r. do Ouvidor, 43. (Chá da India e nacional.)
 Ferreira Mondego & C., r. do Hospício, 36.
 Francisco Canuto do Valle Porto, r. de S. Pedro, 164 A.

ANEXO M – Casas de consignação, empréstimo e penhora (*Almanak Laemmert*, 1871)

NEGOCIANTES.

597

DINHEIRO SOBRE PENHORES (563)
MANOEL FERNANDES PEIXOTO

145, RUA SETE DE SETEMBRO, 145.

Empresta dinheiro sobre penhores, de ouro,
 prata e brilhantes.

Escriptorios de Descontos de Letras dos Bancos e da Praça. Casas de Cambio
 e venda de Apolices e Acções de Companhias [564

Barão do Rio Negro, r. Primeiro de Março, 89, sobrado.

Caixa depositaria de Costa Guimarães & C., r. de S. Pedro, 128.

David Bloch & Irmão, r. Primeiro de Março, 50 esq. do becco dos Adelos.

Fortinho & C., r. da Candelaria, 7.

França, Foster & C., r. da Alfândega, 49.

Jacques Scheyen, r. Primeiro de Março, 24.

João Antonio de Segadas Vianna, 6, r. d'Assemblea, 48, 1º andar. e r. do

Senador Vergueiro, 3. Empresta dinheiro sobre apolices e acções, desconta
 letras do Thesouro e da Praça.

João Bagés, r. de S. Pedro, 41.

João Diogo Hartley, 6, r. Sete de Setembro, 75, e r. dos Invalidos, 61 G.

José Alves da Silva Sá, l. de Santa Rita, 16 A.

José Kahn, praça de D. Pedro II, 12, e r. Primeiro de Março, 2.

M. J. DE SEGADAS VIANNA

Desconta quaesquer rendimentos, como sejam ordenados,
 monte-pios, pensões e alugueis de casas; incumbe-se de alugar
 escravos por sua conta ou por conta de seus senhores, podendo
 adiantar o aluguel dos mesmos; desconta letras e empresta
 dinheiro sobre hypotheca; incumbe-se da cobrança de alugueis
 de predios, dividendos de acções de Bancos, Companhias e de
 quaesquer rendimentos; pôde ser encontrado todos os dias até
 às 6 horas da tarde, na rua de S. José, 33, 1º andar.

M. Rosenwald & Irmão, r. do Ouvidor, 27 A.

Rodrigues de Oliveira & C., r. Primeiro de Março, 53 A.

Sá & Magalhães, largo de Stª Rita, 16. (Desc. de letras particul. e dos Bancos).

Theophilo Bernardino Baptista Perª, r. do Rosario, 39, 1º andar. (E commissão.

Mercadores e Depositos de Sanguesugas. [565

João Pinto Simões, r. Sete de Setembro, 13.

Oliveira & Teixeira, r. da Imperatriz, 165. (Por atacado e a retalho.)

As Bichas Monstros, deposito geral, r. de Gonçalves Dias, 56.

F. Rodd, r. do Ouvidor, 118. (Ao Grande Magico.)

Escriptorios e Casas de Consignação de comprar e vender Escravos. [566

Alexandre J. Rodrigues de Moura, r. da Conceição, 24.

Antonio Caetano da Silva Junior, r. de S. Pedro, 258.

Antonio Gonçalves Pereira Guimarães, r. do Lavradio, 6.

ANEXO N – Comércio de “quinquilharias” diversas (Almanak Laemmert, 1871)

NEGOCIANTES.

591

Lojas de Quinquilharias, casquinhas, bandejas, bronzes, lustres, lampeões, cristaes, cutelarias, bolas para bilhar, brinquedos, etc. [554]

- Augusto Davau & Faria, r. d'Ouvidor, 88.
 A. J. Ferreira & C., r. da Quitanda, 44. (Vid. *Notabilidades*.)
 Eduardo Assis dos Santos Barata, 6, 3, r. do Hospicio, 104.
 Eugenio Mallet, r. do Ouvidor, 76.
 Fernandes de Andrade & Martins, r. do Visconde de Inhaúma, 64.
 Ferreira Mondego, r. do Hospicio, 36.
 J. Ganlmin & C., r. do Ouvidor, 61.
 J. L. Madei & Irmão, 3 e 4. (Casa do Anjo), r. do Ouvidor, 109.
 José Pinto da Costa, r. da Candelaria, 8.
 Manoel Alves de Souza, r. do Ouvidor, 49.
 Manoel Joaquim Pereira Santiago, r. de S. Pedro, 18.
 Sampaio, Mondego & C., r. do Hospicio, 11, e r. do Rosario, 42.

Lojas de Rendas. [555]

de linho, pegamentos e pontinhas, e ditas de algodão, linhu de linho para meias e costura, agulhas de meias, fitas de velludo e outras.

- Araujo, Soares & C., r. da Quitanda, 66.
 M^{me} Favre (A. C.), r. do Ouvidor, 95. (Vid. *Notabilidades*.)
 José de Barros Carvalhaes, r. da Quitanda, 67. (Rendas, franjas, etc.)
 José Fernandes da Silva, r. do General Camara, 128.
 Menezes & Irmão, r. da Quitanda, 72.

Lojas de Sellins e Arreios. [556]

- Alexandrino de Campos Salvaterra, Selloiro da Casa Imperial, r. do General Camara, 87.
 Anacleto Gonçalves Guimarães, & C., r. do General Camara, 36.
 Antonio Alves Ferreira de Souza & C., r. do General Camara, 107.
 Antonio Moreira dos Santos Costa 6, & C., r. dos Ourives, 139, esquina da r. do General Camara.
 G. Villeroy, successor de L. E. Gilles & C., r. do Ouvidor, 40 A.
 George Janson, r. do Rosario, 52.
 Helies Vigné & C., r. do Ouvidor, 72.
 João Marcellino da Silva, 3, r. do General Camara, 90. (Arreios inglezes e francezes e chapéos.) (Vid. *Notabilidades*.)
 Justino José de Macedo, r. de S. Pedro, 73.
 Tarquinio Theotonio de Abreu Guimarães, r. do Esp.-Santo, 22. (Vid. *Notab.*)
 Viuva Cabral & Genro, r. do General Camara, 81 e 83.
 A^o Cidade do Rio, r. do Ouvidor, 42.

Lojas de Sementes, de Hortaliças, Flôres e Arbustos. [557]

- Almeida & Silva, r. da Candelaria, 5. (Vid. *Notabilidades*.)
 Antonio Eduardo Corrêa de Sá Lobo & C., r. da Candelaria, 1.
 Brito Carneiro & C., (*Loja da Flora*), r. da Candelaria, 4.
 Carregal & Bastos, (*Loja dos Dous Anjos*), r. da Candel., 6A e 6B (V. *Notab.*)
 Januario Augusto Corrêa, (*Loja da Rosa*), r. do Hospicio, 16 A.

ANEXO O – Calendário, burocracia do Império, atividades do comércio (*Almanak Laemmert, 1850*)

INTRODUÇÃO AO CALENDARIO.

COMPUTO ECCLESIASTICO.

Aureo numero.	8	Letra do Martyrologio	8
Epacta.	XVII	Indicção romana	8
Cyclo solar.	41	Periodo Juliano.	6568
Letra dominical.	F		

FESTAS MOVEIS.

Septuagesima.	27 de Janeiro.
Cinza.	43 de Fevereiro.
Pascoa	31 de Março.
Ladainhas	6, 7 e 8 de Maio.
Ascensão.	9 de Maio.
Espirito Santo.	49 de Maio.
Santissima Trindade.	26 de Maio.
Corpo de Deos	30 de Maio.
SS. Coração de Jesus.	7 de Junho.
1.ª Dominga do Advento.	1 de Dezembro.

TEMPORAS.

As primeiras.	20, 22 e 23 de Fevereiro.
As segundas.	22, 24 e 25 de Maio.
As terceiras.	18, 20 e 21 de Setembro.
As quartas.	18, 20 e 21 de Dezembro.

ESTAÇÕES DO ANNO

REFERIDAS AO HEMISPHERIO DO SUL.

<i>O Outono</i> principia a 20 de Março, ás 8 h. 42' da tarde.
<i>O Inverno</i> principia a 21 de Junho, ás 5 h. 8' da tarde.
<i>A Primavera</i> principia a 23 de Setembro, ás 7 h. 8' da manhã.
<i>O Estio</i> principia a 22 de Dezembro, ás 0 h. 46' da manhã.

CALCULO DOS DECIMOS NA IDADE DA LUA.

0.1 Um decimo de dia astronomico.	2 horas 24 minutos.
0.2 " " " "	4 horas 48 minutos.
0.3 " " " "	7 horas 12 minutos.
0.4 " " " "	9 horas 36 minutos.
0.5 " " " "	12 horas 0 minutos.
0.6 " " " "	14 horas 24 minutos.
0.7 " " " "	16 horas 48 minutos.
0.8 " " " "	19 horas 12 minutos.
0.9 " " " "	21 horas 36 minutos.

Tabella chronologica dos Dias de Gala em que SS. MM. II. recebem cortejo, das Festas na Capella Imperial a que costumão assistir, e dos Anniversarios de fallecimentos de Pessoas da Imperial Familia; designando os lugares e vestuario com que se devem apresentar os Criados da Casa Imperial.

Janeiro	1	Comprim. de bons annos.	4. ^a	Paço da cidade.
	6	Dia de Reis.	2. ^a	Festa na Capella.
	9	Dia em que S. M. I. o Sr. D. Pedro I resolveu ficar no Brasil	1. ^a	<i>Te Deum</i> e cortejo na cid.°
	16	Fallecim. ^{to} da Pr. Sra. D. Paula	3. ^a	Missa no Conv. d'Ajuda.
Fever.	2	Nossa Senhora das Candêas.	2. ^a	Festa na Capella.
Março	11	Anniv. da Pr. Sra. D. Januaria	2. ^a	Comprim. em S. Christov.
	14	Idem de S. M. a Imperatriz.	1. ^a	<i>Te Deum</i> e cortejo na cid.°
	25	Juramento da Constituição.	1. ^a	Dito, dito.
Abril	4	Anniv. de S. M. Fidelissima	2. ^a	Comprim. em S. Christov.
	7	Elevação de S. M. o Imperador ao Throno.	1. ^a	<i>Te Deum</i> e cortejo na cid.°
Julho	13	Anniv. da Pr. Sra. D. Leopold.°	2. ^a	Comprim. em S. Christov.
	18	Sagração de S. M. o Imperador	2. ^a	Dito, dito.
	49	Anniv. de S. A. o Pr. Imperial	1. ^a	<i>Te Deum</i> e cortejo na cid.°
	23	Declaração da Maioridade.	1. ^a	Dito, dito.
	29	Anniv. da Pr. Sra. D. Isabel.	2. ^a	Comprim. em S. Christov.
	31	Idem de S. M. a Imperat. viuva	2. ^a	Dito, dito.
Agosto	2	Idem da Ser. ^{ma} Pr. de Joinville	2. ^a	Dito, dito.
Set.	4	Casamento de SS. MM. II.	1. ^a	<i>Te Deum</i> e cortejo na cid.°
	7	Independencia do Imperio.	1. ^a	Dito, dito.
	13	Fallecimento de S. M. a Rainha Mãi de S. M. a Imperatriz.	3. ^a	Missa em S. Christovão.
	24	Idem de S. M. I. o Sr. D. Pedro I	3. ^a	Dito, dito.
Out.	15	Santa Theresa.	1. ^a	Cortejo na cidade.
	49	S. Pedro d'Alcantara.	1. ^a	<i>Te Deum</i> e cortejo na cid.°
Nov.	8	Fallecimento do Augusto Pai de S. M. a Imperatriz.	3. ^a	Missa em S. Christovão.
Dez.	1	Anniversario da Princeza Sra. D. Maria Amelia.	2. ^a	Comprim. em S. Christov.
	2	Idem de S. M. o Imperador	1. ^a	<i>Te Deum</i> e cortejo na cid.°
	11	Fallecim. ^{to} de S. M. a Imperatriz	3. ^a	Missa no Conv. d'Ajuda.
FESTAS MOVEIS.				
		Domingo de Ramos	3. ^a	Officio na Capella; vestuario preto.
		Quarta feira de Cinza.	3. ^a	Dito, dito.
		Quinta feira Santa	2. ^a	Dito, dito.
		Sexta feira da Paixão.	3. ^a	Dito, dito.
		Sabbado d'Alleluia.	3. ^a	Dito, dito.
		Domingo de Pascoa	2. ^a	Festa.
		Corpus Christi	2. ^a	Festa na Capella Imperial e Procissão.

PROFISSOES.

467

José Guedes da Silva, r. do Cattete, 183.
 José Moutinho dos Reis, r. da Constituição, 64.
 Julio Wenger, ladeira do Castello.
 Manoel José de Moura Basto, r. da Imperatriz, 112.
 Ruffier Martelet, r. d'Assembléa, 56.

Parteiras. [466

M^{me} Berenger, r. de Santo Antonio, 34.
 M^{me} Brioso, r. do Cattete, 16.
 M^{me} Daure, r. da Carioca, 144.
 D. E. Rita de Souza, r. do Hospicio, 247.
 M^{me} Felicia Hosxe, r. Sete de Setembro, 72.
 Felicissima Rosa Pereira Ferreira, r. da Imperatriz, 41. Consultas das 8 ás 10 horas da manhã.
 M^{me} Gault, r. da Alfandega, 78, 1^o andar.
 M^{me} Graeff, lad. do Castello, 1, esquina da r. d'Ajuda.
 D. Isabel Maria Rodrigues da Silva, r. do Lavradio, 43.
 D. Isabel de Moraes Silva, r. da Imperatriz, 41, e r. do Cabussi, 5 A, Eng.-N^o.
 M^{me} Justina Hollingier de Souza, r. da Prainha, 74.
 M^{me} Leopold, largo da Sé, 26.
 M^{me} Marguerite, r. de Gonçalves Dias, 66.
 M^{me} Maria Driebacher, r. do Gen. Camara, 164, 2^o andar.
 Maria Josefina Mathildes Durocher, r. d'Alfand, 106. Consultas das 8 ás 10 hor.
 Maria Victoria Mcunier, Parteira de S. M. a Imperatriz, r. do Senado, 88.
 M^{me} Paulina Henriques, r. da Imperatriz, 26.
 M^{me} Paulina Napoléon Gaullier, r. de Gonçalves Dias, 73, sobrado.
 M^{me} Rosa Carolina Meriell, r. d'Alfandega, 157.
 M^{me} Sorol, r. d'Assembléa, 111.
 Thereza Jesuina Tygna, r. do General Camara, 113.
 M^{me} Victorina Borgé, r. de S. Antonio, 34.

Pharmacias, Laboratorios pharmaceuticos ou Boticas. [467

Alves, Motta & C., r. de S. Pedro,
 Aguiar & Guimarães, r. d'Alfandega, 140.
 Amaro Malaquias dos Santos, r. da Princeza dos Cajueiros, 41.
 Andrade Monteiro & C., r. da Misericordia, 24.
 Antonio Alves Ferreira, 6, 2 de P., r. dos Ourives, 11.
 Antonio Antunes Pereira, r. do Conde, 174 E.
 Antonio Antunes Pereira & C., r. de S. Clemente, 40.
 Antonio Candido de Medeiros Gomes, r. da Carioca, 113.
 Antonio Fernando da Costa, 3, & Filho (Pharmacia Imperial), r. da Prainha, 10; reside r. da Saude, 45.
 Antonio Gonçalves d'Araujo Penna, (homœopathico), r. da Quitanda, 53.
 Antonio Januario de Azevedo, r. do Haddock Lobo, 112 B.
 Antonio José de Mello, (homœopathica), r. da Quitanda, 19.
 Antonio José da Rocha, r. de S. José, 55.
 Antonio José Teixeira Dantas, r. dos Ourives, 183.
 Antonio Luiz da Costa, 6, r. dos Ourives, 199.
 Antonio de Paiva Dantas, r. das Larangeiras, 47.
 Antonio Ribeiro de Oliveira, r. da Lapa, 42.

30*

ANEXO P - Relatório dos Ministros do Império, 1873

OFFICIOS DAS DELEGACIAS

EM RESPOSTA A' CIRCULAR DE 8 DE JANEIRO DE 1872

**DA INSPECTORIA GERAL DA INSTRUCCÃO PRIMARIA E SECUNDARIA
DO MUNICIPIO DA CORTE****FREGUEZIA DA GLORIA****DELEGADO DR. CANDIDO PEREIRA MONTEIRO**

Satisfazendo o que me foi por V. Ex. ordenado em os seus officios de 8 e 18 do mez proximo passado, passo ás mãos de V. Ex. os mappas dos alumnos das escolas particulares da freguezia da Gloria, e os inventarios dos moveis e utensilios das escolas publicas.

Com os mappas respondo aos 3 primeiros quesitos do officio datado de 8, cabendo-me dizer quanto ao 4º que é muito bom o conceito que faço dos collegios particulares do meu districto, o que não é de admirar, se se attender a que é talvez a freguezia em que os ha melhores, cumprindo-me acrescentar que nunca recebi uma queixa ou denuncia contra qualquer delles.

Quanto ao 5º quesito tenho a informar o seguinte: foram examinadas em dezembro ultimo, e approvadas com distincção, na 1ª escola de meninas, as alumnas D. Fernandina Umbelina da Conceição Fernandes e D. Julieta Izabel da Gloria Fernandes, a primeira de 14 annos de idade e a segunda de 13, matriculadas ambas a 3 de julho de 1871 na 8ª classe, sómente para aperfeiçoarem-se em grammatica, arithmetica e orthographia e assistirem, depois de suas lições, ao ensino publico, visto dedicarem-se ao magisterio; na 1ª escola de meninos foram tambem examinados em dezembro ultimo e approvados com distincção os dous alumnos Manoel Lobo Botelho e José Carlos da Rocha, ambos de 14 annos de idade: o primeiro matriculou-se em 7 de outubro de 1865 e o segundo em 7 de Janeiro de 1867, ambos lendo apenas syllabas, e informa o respectivo professor que prestaram muito bons serviços á escola como monitores, notavelmente o segundo que tem muita aptidão para os trabalhos escolares.

Quanto ao 6º quesito, relativamente ás exigencias do ensino publico e particular neste districto, apenas mencionarei que foi o anno passado satisfeita a mais urgente, qual a creação de mais uma escola publica para cada um dos sexos, reservando-me para mais detalhadamente dizer alguma cousa a este respeito em officio especial, tratando então da materia, não só em relação ao meu districto, mas ainda em relação á instrucção geral no municipio da corte,

Quanto ao orçamento da despeza das escolas publicas, consta na secretaria da instrucção qual a importancia dos vencimentos dos professores e adjuntos, qual a das consignações abonadas á cada escola, qual o aluguel das casas; e pois se poderá ahí fazer o calculo com toda a exactidão: entretanto devo dizer que supponho ser preciso destinar para a despeza deste districto a somma annual de 13:000\$000, por quanto os alugueis orção em cerca de 7:000\$000, os vencimentos em cerca de 5:000\$000, e creio que é sufficiente a quantia de 1:000\$000 para reparo da mobilia.

ANEXO Q - Relatório dos Ministros do Império, 1873.

— 11 —

FREGUEZIA DA CANDELARIA

DELEGADO, DR. JOÃO CARLOS DE OLIVA MAYA

Cumprindo a ordem de V. Ex. exarada na circular de 8 do mez que hoje finda, passo a administrar as informações compatíveis com os dados que pude colher. Pauperrimas são estas informações, mas é certo que são quantas pelo meu zelo foi-me possível concatenar, afim de com verdade auxiliar a V. Ex. na ardua missão, de que mui dignamente se acha encarregado.

Formularei as minhas informações segundo o methodo traçado por V. Ex. nos quesitos da alludida circular, os quaes demandam mais expansivas respostas do que aquellas que me é licito dar aqui, attendendo a que, o limitado tempo de que disponho, e principalmente a defectiva organização do ensino primario, tolhem-me nos sinceros desejos de bem servir.

Quanto ao 1.º quesito:

Tres são os estabelecimentos particulares de instrucção situados n'esta freguezia: uma escola para o sexo masculino, que funciona no predio á rua do Hospicio n. 36, e dous collegios, um para o sexo masculino que funciona no predio á rua do Rosario n. 46, e outro para o sexo feminino, que funciona no predio á rua de Theophilo Ottoni n. 59. (*)

Na escola que é dirigida pelo professor Jeronymo José de Oliveira Cunha, e no collegio a cargo do professor Antonio Pedro Martins Guerra, são admittidos alumnos para os estudos da instrucção primaria, e no collegio sob a direcção da Sra. professora D. Emilia Cabral as alumnas se preparam nas materias de instrucção primaria e secundaria.

Quanto ao 2.º quesito:

A frequencia da escola durante o anno de 1871 foi de 8 meninos, sendo 1 menor de 7 annos e 7 menores de 14 annos, 6 brasileiros e 2 estrangeiros, todos catholicos.

O collegio de meninos foi concorrido por 35 alumnos, sendo 2 menores de 7 annos e 33 menores de 14 annos, 33 brasileiros e 2 estrangeiros, todos catholicos.

O collegio de meninas foi frequentado no mesmo anno por 21 alumnas, sendo 15 menores de 7 annos e 6 menores de 14 annos, 19 nacionaes e 2 estrangeiras, 19 catholicas e 2 acatholicas.

Quanto ao 3.º quesito:

Na escola são adoptados: o syllabario de Barker, na 1.ª classe; Esopo e Simão de Nantua, na 2.ª classe; Camões e historia do Brasil (pelo Dr. Macedo), na 3.ª classe; grammatica de Caldas Aulete, arithmetica de Ottoni e a doutrina christã (pelo conego Pinheiro), na 4.ª classe, finalmente para calligraphia os quadros de Ventura.

O professor do collegio ensina aos seus alumnos da 1.ª classe pelo expositor portuguez de Midosi e pelo thesouro de meninos; aos da 2.ª classe pelo Simão de Nantua e D. João de Castro; aos da 3.ª classe pelos Luziadas e pelos Synonimos de S. Luiz; aos da 4.ª classe pela grammatica, resumo da orthographia e arithmetica de Barker e pelo cathecismo de Montpellier; na calligraphia são seguidos os modelos de Ventura.

No collegio de meninas estão adoptados: na 1.ª classe, o expositor portuguez de Midosi; na 2.ª classe, a historia patria do conego Pinheiro; na 3.ª classe os Luziadas, o cathecismo da Associação Catholica, a grammatica do professor Pardal e a arithmetica de Barker; na 4.ª classe, a grammatica franceza de Chapsal (encarregado do ensino o professor Burgain Filho). O ensino de calligraphia é feito pelos cadernos de Addlers, e o de musica pelo methodo do maestro Francisco Manoel (sendo professora a Sra. D. Adelaide Silva.)

A frequencia dos alumnos nos 3 estabelecimentos foi muito regular.

Quanto ao 4.º quesito:

Tenho em bom conceito os directores dos tres mencionados estabelecimentos de in-

(*) Destes estabelecimentos só o da rua do Rosario n. 46 figura no relatório da inspectoría geral, porque foi o unico cujo mappa recebeu a secretaría.

ANEXO R — Relatórios dos Ministros do Império, 1873.

— 45 —

FREGUEZIA DA LAGOA

DELEGADO, DR. JOSÉ THEODORO DA SILVA AZAMBUJA

Pelo exame dos mappas inclusos conhecerá V. Ex. a existencia dos seguintes collegios e escolas no meu districto, assim como a sua população distribuida em diversas classes.

Para meninas.—O collegio da Immaculada Conceição, na praia de Botafogo, dirigido e leccionado pelas irmãs de caridade. Tem 230 alumnas pensionistas, além de quasi 80 pobres internas que recebem gratuitamente a educação e instrução correspondente á sua posição social presente e provavelmente futura.

O collegio Hitchings, decano dos collegios de meninas nesta cõrte, dirigido por Thomas Price Hitchings e sua senhora, na praia de Botafogo. Tem 54 alumnas pensionistas.

A escola de D. Clara Paulina Ruster, na rua da Passagem, subvencionada por aviso de 21 de setembro de 1871 para o ensino a meninas pobres. Tem 43 alumnas, das quaes 32 são contribuintes e 13 gratuitas da subvenção.

Escola de D. Henriqueta Alexandrina da Silva Bittencourt, na rua de S. Joaquim. Inicia no mez corrente os seus trabalhos.

Escola de D. Diamantina Candida Barreiros e Oliveira, na rua da Boa Vista, subvencionada por aviso de 21 de setembro de 1871 para o ensino a meninas pobres. Tem 24 alumnas, sendo 5 contribuintes e 19 pobres contadas na subvenção.

Para o sexo masculino.—O Lyceó de Botafogo, na praia do mesmo nome, dirigido pelos Drs. Prado e Valente, com internato e externato para as materias da instrução primaria e secundaria. Tem 151 alumnos.

Collegio S. Clemente, na rua do mesmo nome, dirigido por Fleury e o padre José Leite Mendes de Almeida. Instrução primaria e secundaria, internato e externato, 87 alumnos.

Escola de Urbano Severino de Avellar, denominado—Juventude Brasileira—na rua do Berquó com 32 alumnos.

A escola da irmandade da capella de N. S. da Copacabana, na praia do mesmo nome, subvencionada por um aviso de setembro de 1866 para os meninos pobres. Tem 20 alumnos e é regida pelo professor Luiz Antonio Goulart.

Ha no districto a meu cargo não pequeno numero de crianças pobres, que não me tem sido possível attrahir ás escolas publicas e nem ás particulares subvencionadas, para receberem o ensino primario. Pode-se distribuir em dous grupos as que se acham nesse caso.

1º grupo.—Daquellas, cujas familias são tão pobres, que não lhes podem sustentar o mais simples vestuario para frequentarem a escola.

2º grupo.—Daquellas, cujas familias nascidas e mantidas até hoje na vida a mais indolente, na ignorancia a mais crassa, não comprehendem a possibilidade de legarem a seus filhos um futuro melhor e por tanto não se prestam a mandal-os á escola.

Tenho encontrado taes, que depois dos primeiros dias em que os enviam á escola, deixam-nos depois ficar em casa e não ha que fazer para obtel-os de novo á frequencia; e então allegam banalidades, ora que o seu filho ou filha foi posta em castigo de pé ou de outro modo, ora que são precisos em casa para o serviço domestico etc., etc.

Para acudir-se ao ensino das crianças do 1º grupo ainda não é sufficiente a providencia adoptada na circular da inspectoría geral de 22 de abril de 1867, com quanto essa seja de muito alcance para facilitar a frequencia das escolas ás crianças do 2º grupo.

Para as do 1º grupo não ha a vér senão o que dispõe o art. 60, regulamento de 27 de fevereiro de 1854. Para obrigar as familias a enviarem os filhos ao ensino providencia o mesmo regulamento no art. 64.

Dando conhecimento destes factos a V. Ex. cumpro eu um dever que me é imposto pelo regulamento e aguardo a tal respeito as ordens de V. Ex.

— 46 —

ESTABELECIMENTOS PARTICULARES

INSTRUCÇÃO PRIMARIA

Sexo masculino

Escola Juventude Brasileira, rua do General Polydoro n. 42.

Numero dos alumnos que frequentaram o estabelecimento no anno de 1871—32:

Menores de 7 annos.	4
Ditos de 14 annos.	28
Brazileiros	32
Catholicos	32

Numero dos que estudaram as materias seguintes: portuguez 32, historia do Brazil 10, litteratura brasileira e portugueza 32 e arithmetica 12.

Director e professor, Urbano Severino de Avellar.

Escola de N. S. da Copacabana, praça do mesmo nome, no sítio denominado Inhagá n. 96.

Numero dos alumnos que frequentaram o estabelecimento no anno de 1871—20:

Menores de 7 annos.	6
Ditos de 14 annos	10
Ditos de 21 annos	2
Brazileiros	20
Catholicos.	20

Numero dos que estudaram as materias seguintes: portuguez 4, historia do Brazil 4 e arithmetica 9.

Director e professor, Luiz Antonio Goulart.

No numero dos alumnos que frequentaram a escola no presente anno, vão incluídos dous adultos maiores de 20 annos.

Sexo feminino

Escola de meninas, rua da Passagem n. 43.

Numero das alumnas que frequentaram o estabelecimento no anno de 1871—45:

Menores de 7 annos	12
Ditas de 14 annos	33
Brazileiras.	45
Catholicas	45

Directora e professora, Clara Paulina Kuster.

N. B.—Das 45 alumnas supra-mencionadas cumpre-me declarar que 13 pertencem, como pobres, ao numero das subvencionadas pelo aviso do ministerio do imperio de 21 de setembro do anno corrente, admittidas mediante as competentes guias do delegado.

Escola de N. S. da Conceição da Lagôa, rua da Boa Vista n. 8.

Numero das alumnas que frequentaram o estabelecimento no anno de 1871—24:

Menores de 7 annos.	7
Ditas de 14 annos.	17
Brazileiras	24
Catholicas	24

Directora e professora, D. Diamantina Candida Barreiros e Oliveira.

N. B.—Das 24 alumnas, 19 são admittidas como pobres, com a competente guia pelo respectivo delegado pertencentes à subvenção concedida à esta escola pelo aviso do ministerio do imperio de 21 de setembro de 1871.

geral 3, choreographia do Brazil 7, philosophia 4, arithmetica 30, algebra 3, geometria 2, musica instrumental 4.

Director, padre José Leite Mendes de Almeida.—Sub-director, José Maria Branco.—
Professores, padre José Leite Mendes de Almeida, José Maria Branco, Antonio Alfredo
Fleury de Barros, Antonio de Mello Nunes Maia e Francisco Antonio Castorim de Faria.

Sexo feminino

Collegio da Immaculada Conceição, praia de Botafogo n. 30.

Numero das alumnas que frequentaram o estabelecimento no anno de 1871—230:

Menores de 7 annos	2
Ditas de 14 annos	188
Ditas de 21 annos	40
Brazileiras	230
Estrangeiras	10
Catholicas	230

Numero das que estudaram instrucção primaria—130:

Menores de 7 annos	2
Ditas de 14 annos	125
Ditas de 21 annos	3
Brazileiras	126
Estrangeiras	4
Catholicas	130

Numero das que estudaram instrucção secundaria sem distincção de materias—100:

Menores de 14 annos	63
Ditas de 21 annos	37
Brazileiras	94
Estrangeiras	6
Catholicas	100

Numero das que estudaram as materias seguintes: portuguez 230, francez 175, inglez 88, allemão 2, italiano 4, cosmographia 30, geographia geral 110, historia geral 110, historia do Brazil 80, litteratura brazileira e portugueza 30, arithmetica 205, dezenho 40, musica vocal 7, musica instrumental 140.

Directora, irmã Saugère.—Professoras, 32 irmãs de caridade.

Collegio inglez, praia de Botafogo n. 40.

Numero das alumnas que frequentaram o estabelecimento no anno de 1871—54:

Menor de 7 annos	1
Ditas de 14 annos	45
Ditas de 21 annos	8
Brazileiras	54
Catholicas	53
Acatolica	1

Numero das que estudaram instrucção primaria—43:

Menor de 7 annos	1
Ditas de 14 annos	42
Brazileiras	43
Catholicas	43

Numero das que estudaram instrucção secundaria sem distincção de materias—42:

Menores de 14 annos	42
Brazileiras	41
Acatolica	1

Numero das que estudaram as materias seguintes: portuguez 54, francez 54, inglez 54, grammaticaphilosophica 21, cosmographia 15, geographia geral 24, historia geral 14, historia do Brazil 24, arithmetica 54, dezenho 10, musica vocal 10, musica instrumental 50, dança 12.

Directora, Mary Ann Hitchings.—Professores, Mme. Moset d'Latuche, Miss Nofel, bacharel José Domingos Lessa, Antonio Getulio de Mendonça, W. H. Doer, Miss North, Mlle. Gabrielle Tripen.

ANEXO S - Relatório dos Ministros do Império, 1871.

— 29 —

INSTRUCCÃO PARTICULAR PRIMARIA E SECUNDARIA

Quando o regulamento poz os collegios e aulas particulares sob a inspecção da directoria geral de instrucção, teve em vista um fim duplo, isto é: não deixar que o ensino primario e secundario corresse inteiramente livre da vigilancia tutelar do estado; e saber qual a marcha do seu progresso, que lhe deve interessar tanto quanto o das escolas retribuidas pelos cofres publicos.

Infelizmente, porém, cumpre não esconder, essa tão necessaria inspecção tem sido, senão de todo nulla, ao menos demasiadamente frouxa. Por um lado os delegados em geral tratam de evitar-a pelos motivos que já apontei; e por outro parece que a idéa do ensino livre está tão inoculada no espirito dos directores e professores de collegios particulares, que nem todos se prestam de boa vontade ás exigencias do regulamento que aliás são para com elles tão severas, como para com os das escolas publicas.

E pois com os dados imperfeitos que tenho na secretaria darei a noticia, cuja exactidão não affianço, do que fôr possível dar, nos mappas juntos, onde se acha declarado o numero dos estabelecimentos particulares, sua frequencia, as relações que recebi com indicação dos professores que n'elles leccionam, os compendios que adoptam, as materias, que ensinam, e bem assim o numero dos professores e directores particulares, que se habilitaram, quer por exame perante a inspectoría geral, quer por dispensa de provas concedidas pelo ministerio do imperio mediante informação do conselho director.

ESCOLAS SUBVENCIONADAS

Ha muito que auxiliam o ensino publico primario elementar de meninos as duas escolas particulares, subvencionadas na fórma do artigo 57 do regulamento de 17 de fevereiro de 1854, estabelecidas, uma no Campinho, freguezia de Irajá, e outra na Copacabana, freguezia de S. João Baptista da Lagóa; e segundo as informações que me foram ministradas, ambas prestam reaes serviços ao publico, admitindo alumnos pobres que não podem retribuir a instrucção que recebem, distinguindo-se a primeira cujo professor João Bernardo de Araujo Lima tem sido louvado por proposta do delegado do districto, por ter appresentado os discipulos, quasi todos gratuitos, aos exames de que trata o regimento das escolas publicas.

A frequência de uma e outra consta do mappa n. 14.

Attendendo ao que de accordo com o conselho director representou o meu antecessor o anno passado, foram tambem subvencionadas, cada uma com a quantia mensal de sessenta mil réis, as escolas particulares dirigidas por D. Clara Paulina Kuster e D. Diamantina Candida Barreiros de Oliveira tambem na freguezia de S. João Baptista da Lagôa, segundo consta do aviso de 31 de setembro ultimo; as quaes começaram a perceber a subvenção logo que foram frequentadas por dez alumnas pobres, numero que numia se elevou a 13 e n'outra a 19, como se acha notado no respectivo mappa; e com a quantia de oitenta mil réis por mez, por aviso de 31 de dezembro de 1871, o curso nocturno que os moradores da mesma freguezia da Lagôa fundaram no collegio S. Clemente, sito á rua d'esse nome n. 32, para instrucção primaria, e bem assim de artes e officios para adultos; subvenção que igualmente se tornou effectiva desde a abertura do curso no primeiro de fevereiro do corrente anno, tendo vinte alumnos matriculados e hoje cem com frequencia real de quarenta a cinquenta, conforme communicou-me o diligente delegado do districto.

Este é o terceiro curso nocturno do municipio; o 1.º é o da sociedade propagadora das bellas-artes em seu lyceu de artes e officios, cuja frequencia não se acha incluída nos mapps deste relatorio; o 2.º é o da sociedade auxiliadora da industria nacional, o qual funciona sob a direcção do mestre em artes José Manoel Garcia na freguezia do Sacramento no pavimento inferior ao da secretaria desta inspectoría geral, e cuja frequencia figura nos estabelecimentos do ensino particular primario comprehendido no computo appresentado n'este relatorio.

Assim vão surgindo e se desenvolvendo tão uteis fundações; e estou persuadido que se multiplicarão á medida que ganharem popularidade tão edificantes exemplos.

A escola nocturna da sociedade auxiliadora abriu-se no dia 20 de maio do anno passado, sendo sua inauguração honrada com a presença de Sua Magestade o Imperador e de Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. SP: Mercado de Letras, 1999.

ABREU, Márcia. *O caminho dos livros*. Campinas, SP: Mercado das Letras, ALB: São Paulo: Fapesp, 2003.

ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil. Objetos e práticas*. São Paulo: Mercado das Letras, 2005.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Vida Privada e Ordem privada no Império*. In.: NOVAIS, Fernando & ALENCASTRO, Luis Felipe de (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2º edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

ABREU JUNIOR, L de M. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. Pró-Posições. *Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação/ UNICAMP*, Campinas, SP. V. 16, n.1 (46), jan/abr. 2005.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2º edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia. *Criticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX. Cartas de Leitores*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Reminiscências de um tempo escolar. Memórias do professor Coruja*. Educação em Questão, v. 25, 2006.

BLAKE Sacramento. *Diccionario bibliographico do Brasil*. RJ: Imprensa Nacional, 1899.
BESSONE, Tânia Maria. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro.1870-1920*.RJ: Arquivo Nacional, 1999.

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BERGER, Paulo. *A Tipografia No Rio De Janeiro. Impressores bibliográficos. 1808 - 1900*. Rio de Janeiro: CIA Industrial de Papel Pirahy, 1984.

BORGES, Angélica. *Governo dos professores primários na Corte Imperial: um estudo acerca de dispositivos de inspeção docente*. Rio de Janeiro: UERJ, Monografia de conclusão do curso de Pedagogia, 2005.

BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CASTAN, Nicole. O publico e o particular. IN.: CHARTIER, Roger e ARIÈS, Philippe. (Orgs.) *História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. 3. 1991.

CHARTIER, Roger e ARIÈS, Philippe. (Orgs.) *História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. 3. 1991.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª Edição: UNB, 1999.

CHARTIER, Roger. Formas e sentido. *Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo, Mercado das Letras, 2003 (p. 7 a 79) e Entrevista. *Nossa História*, Outubro de 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações* Lisboa, Ed. Difel, 1991.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. SP, Cia. das letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Cortiços e epidemias na Corte imperial*. SP: Cia. das letras, 1996.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. *Teoria e Educação*. Porto Alegre: Pannonica, nº2, pp.177-229, 1990.

COSTA, SUELY GOMES. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*. RJ, século XIX. Tese de doutorado, História, UFF, Niterói, 1996.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (ORGS.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DAVIS, Natalie. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEVOTO, Fernando e MADERO, Marta (Orgs.). *Historia de La vida privada en la Argentina. Pais antiguo. De La colônia a 1870*. Buenos Aires: Ed. Taurus, 2000.

DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DÍAZ, José M. Hermandéz. Etnografia e historia material de la escuela. In.: BENITO, Augustin Escolano & DÍAZ, Jose M. Hermández (Organizadores). *La memória y el deseo. Cultura de la escola escuela y educacion deseada*. Valencia: Tirant, 2002.

DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX.* São Paulo: Annablume, 2006.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação,* Cia. das Letras, 2003.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil. Rio de Janeiro:* Jorge Zahar, 2006.

EL FAR, Alessandra. Livros para todos os bolsos e gostos. In: ABREU, Márcia. *Cultura letrada no Brasil.* Objetos e práticas. SP, Mercado das Letras, 2005.

FARIA , Luciano e LOPES, Eliane. (Org.) *500 Anos de Educação no Brasil.* 2º ed. BH: Autêntica, 2004.

FARIA FILHO, L. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia e FONSECA, Thaís. (orgs.). *Historiografia e história da educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Legislação Escolar como fonte para a História da Educação: Uma tentativa de Interpretação. In. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Educação, Modernidade e Civilização,* BH: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, L. & VIDAL, D. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação.* Editora Autores Associados, Mai/Jun/Jul/Ago, nº 14, 2000.

FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro.* São Paulo, Ed. da UNESP, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber.* 7ª edição. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento das prisões.* 29ª edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004b.

FRAGO, Antônio Vinão. História de la educación y história cultural. Posibilidades, problemas, cuestiones. In: *Revista Brasileira de Educação,* São Paulo, n 0, p. 63 a 82, set/dez, 1995.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* 5ºed. São Paulo: Contexto, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas.* Tradução Roberto Machado e Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 1999.

FONSECA, Silvia. (orgs.) *Entre a monarquia e a república*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro; EDUERJ, 2008.

GALVÃO, Ana Maria; BATISTA, Antonio Gomes (org.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

GARCIA, Inára. *Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. UERJ, 2005.

GOULEMOT, Jean Marie 1991. As práticas literárias ou a publicidade do privado. IN.: LIMA, Alexandra da Silva. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008.

GONDRA, José. *O dia do professor – a ordem, as leis e as regras*. In: Coletânea VI: Caminhando em Educação. Rio de Janeiro: UERJ/ Faculdade de Educação, 1997.

GONDRA, José. Eusébio de Queirós. In FÁVERO, Maria de Lourdes & BRITO, Jader. *Dicionário dos Educadores no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2002.

GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José. G. & SCHUELER, Alessandra Frota M *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. SP: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves & GARCIA, Inára & SACRAMENTO, Winston. *Estado Imperial e Educação Escolar: Rediscutindo a Reforma Couto Ferraz (1854)*. I Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação: CSBHE, 2000.

GONDRA, José Gonçalves & TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. *A Instrução Reformada: Ações de Couto Ferraz nas Províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848-1854)*. III Congresso da SBHE. CD-Room. Curitiba, 2004.

GONDRA, José & LEMOS, Daniel. *A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. Formas e estratégias educativas*. Revista do Rio de Janeiro. 13-14, Mai/Dez, pág 69-84, 2004.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1985.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, nº 1, 2001, p. 9-44, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *Historia e Memória*. 4ª Edição. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

LEMOS, Daniel C. A. *O discurso da ordem – A constituição do campo docente na Corte Imperial*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ: 2006.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Práticas discursivas e publicidade: a iniciativa privada no Almanak Laemmert (1844/1859)*. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE). Goiânia, 2006.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Instituições privadas: a educação nos anúncios do popular Almanak Laemmert*. In: 15ª Semana de Iniciação Científica (SEMIC). Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, 2006.

LIMA, Ivana Stolze. *Imprensa, língua, nação e política nas Regências*. In: LESSA, Mônica; LIMA, Alexandra da Silva. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008.

LUCA, Tania Regina de. In.: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes. *O público e o privado no Brasil Imperial*. In.: ANAIS Simpósio da ANPUH – História: Fronteiras. São Paulo, Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

MACIEL, Laura. Do “povo não sabe ler” para uma história dos trabalhadores da palavra. In.: MACIEL, Laura; ALMEIDA, Paulo R. e RHOURY, Yara Aun. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. Rio de Janeiro: Ed. Olho D’água, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 1999.

MARTINS, Ana Luiza. & LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. & LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Corte imperial (1820-1840). SP: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Historiografia da educação e fontes* Pesquisa em História da Educação no Brasil. José Gonçalves Gondra (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NOVAIS, Fernando. Condições de Privacidade na colônia. (pp. 13-41). In.: NOVAIS, Fernando e MELO E SOUZA, Laura de (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Volume I. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Antonio Almeida de. *O ensino público*. 2ª edição. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias de almanaques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

PINHO, Polyanna Gomes & SOUZA, Flávia. “*Formal-as na sciencia da direcção do lar*”: análise de uma proposta de ensino secundário para o sexo feminino no século XIX. IV CBHE, Goiânia, 2006.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHAPOCHNIK, Nelson. I Colóquio Internacional de História do Livro e da Leitura no Ceará. Entrevista realizada pelo *Jornal O Povo*. Fortaleza – CE. Edição 30 de Maio, 2004.
SCHELBAUER, Analete Regina & ARAÚJO, José Carlos (Orgs.). *História da Educação pela Imprensa*. Campinas, São Paulo: Ed. Alínea, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima. Vestígios da cultura material. In: *Revista Brasileira de História da Educação. Dossiê A Cultura Material na História da Educação: possibilidades de pesquisa*. Maio/agosto, Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHUELER, Alessandra & SOUZA, Flávia *Ofício em família: o Colégio Amorim Carvalho na Corte Imperial (1888-1889)*. I EHEd-RJ/UFF, 2007.

SCHUELER, Alessandra. Professoras Primárias na cidade do Rio de Janeiro. Notas sobre a feminização da docência. In: *Revista Rio de Janeiro. Dossiê “Educação: Formas e estratégias educativas”*. Nº.13-14, Maio-Dez, 2004.

SCHUELER, Alessandra F. M. *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representação, experiência e profissão docente nas escolas públicas primárias (1870-1890)*; Rio de Janeiro, Tese de Doutorado: UFF, 2002.

SCHUELER, Alessandra F. M. *Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)*. In.: Anais da 28ª Reunião Anual da Anped. Caxambú, 2001.

SILVA, Adriana. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Tese de doutoramento. Pernambuco: UFPE, 2006.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

SILVA, C. E. L. O jornalismo brasileiro visto por correspondentes estrangeiros. In.: DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. de (Orgs.). *A Imprensa em questão*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4º ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Gisele. *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. UERJ: Rio de Janeiro, 2008.

UEKANE, Marina. *Educar no método de educar: um estudo acerca da formação de professores na Corte Imperial (1854-1888)*. Rio de Janeiro: UERJ, Monografia, 2005.

UEKANE, Marina N. *"Instrutores da Milícia cidadã": A Escola Normal da Corte e a formação de professores primários (1854-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

VARELA, Julia & ALVAREZ URIA, Fernando. A maquinaria escolar. Porto Alegre: *Teoria e Educação*, 6, p 68-96, 1992.

VASCONCELOS, Maria C. *A casa e seus Mestres: a educação no Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: GRYPHUS, 2005.

VEIGA, C. & FONSECA, T. (orgs.). *Historiografia e história da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VILLATA, Luiz Carlos. Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821). In.: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Americas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

VITORINO, Artur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na Corte imperial brasileira (p. 167-203). BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre. (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: EDUunicamp, 2004.

VIDAL, Diana (org) *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. SP: Mercado das Letras, 2006.

VINCENT, G., LAHIRE, B. & THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista. Dossiê: Trabalho e Educação*. Revista da Faculdade de Educação da UFMG, 33, junho, 2001.

VIÑAO FRAGO, A. & AGUSTÍN, E. B. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ZENHA, Celeste. O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX: a paisagem como símbolo da nação. In.: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.).

Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

Biblioteca Nacional – RJ

Setor de Obras Raras:

Edições do *Jornal do Commercio* – 1854, 1859, 1864, 1869, 1874

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – RJ

Setor de Documentação Escrita: Série de Instrução Pública

Códices – Processos de subvenção:

10.4.28 – 10.4.2 – 10.4.15 – 10.4.24 – 10.4.37 / 11.3.40 – 11.4.16 – 11.2.21 – 11.4.11 –
11.4.16 – 11.1.4 – 11.3.27 – 11.3.28 – 11.3.30 / 12.1.15 – 12.2.21 – 12.3.33 – 12.3.34 –
12.3.40 – 12.2.23 – 12.3.37 – 12.4.1 – 12.4.2 – 12.4.3 – 12.1.16 – 12.2.27 – 12.4.12 –
12.4.13 – 12.4.14 – 12.4.15 – 12.4.16 – 12.4.17 – 12.4.18 – 12.4.19 – 12.4.20 – 12.4.21 –
12.4.22 – 12.4.23 – 12.4.24 – 12.4.25 – 12.4.26 – 12.4.27 – 12.4.28 – 12.4.29 - 13.2.18 -
15.3.6.

Fontes Digitalizadas (Universidade de Chicago/ EUA)

Almanak Laemmert – WWW.crl.edu

Relatório dos Ministros do Império – WWW.crl.edu